

IDÉIAS

Ano 7, n. 1

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Os trabalhos das mulheres



UNICAMP

APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista *Idéias* é dedicada aos trabalhos das mulheres. A flexão no plural demonstra a preocupação teórica e metodológica das organizadoras deste dossiê. Para falar de trabalho e gênero é preciso considerar a indissociabilidade entre as esferas da produção e reprodução, entendendo-as como momentos concretos de uma unidade indivisível, compreender as diferentes e desiguais experiências do que é ser mulher – experiências estas produzidas por um recorte de gênero (e aqui está incluída a questão da sexualidade), raça/etnia e classe, bem como apreender a manifestação da complexa relação entre objetividade e subjetividade derivada destas experiências e narrada por estas mulheres.

Nesse sentido, buscamos privilegiar trabalhos que nos ajudam a caracterizar a pluralidade da categoria mulher, compreendendo que o ato de vender sua força de trabalho as levam a ocupar e transitar em diferentes territórios (centro e periferia, urbano e rural, público e privado) e diferentes temporalidades (a do trabalho remunerado, a da família, a do deslocamento entre casa-trabalho, etc.).

A leitura dos artigos nos permite refletir sobre os diferentes arranjos que a divisão sexual do trabalho assume na realidade social. É notável como os princípios da separação e hierarquização entre os trabalhos realizados por mulheres e homens, já tão bem descritos por Helena Hirata e Danièle Kergoat, se desdobram em acúmulo de trabalho para mulheres, invisibilização dos trabalhos realizados na unidade doméstica (inclusive aqueles lidos como produtivos), menor remuneração e nos obstáculos para participação política das mulheres, especialmente na luta classista.

O artigo que abre o dossiê reúne esse conjunto de preocupações. A partir de sua pesquisa com mulheres de baixa renda em Paraisópolis, na cidade de São Paulo, Fernanda Sucupira

faz uma sofisticada reflexão sobre o tempo, mostrando como ele é uma relação de poder que organiza as vidas social e individual dessas mulheres. Fernanda empresta o conceito de dupla presença da italiana Laura Balbo e da dupla ausência de Cristina Carrasco para enfatizar as distintas lógicas de tempo que são manejadas pelas mulheres ao acumular trabalho remunerado, doméstico e familiar. A ideia da dupla presença e ausência alarga o conceito de dupla jornada ao apontar para a complexidade de viver a sobreposição de tempos de pessoas diferentes, impossibilitando a realização plena das mulheres seja no espaço do trabalho remunerado seja no convívio familiar.

A análise das PNADs de 2002 a 2012 realizada por Maria Coleta de Oliveira e Glaucia dos Santos Marcondes extrapola o estudo de caso e mostra a regularidade e persistência no padrão de uma extensa jornada de trabalho que incide sobre as mulheres. Quando olhamos para a década analisada pelas autoras fica claro o quanto as mulheres possuem uma jornada média em afazeres domésticos três vezes superior à dos homens, especialmente entre aquelas que são mães. Essa diferença no manejo do tempo entre mulheres e homens demonstra o quanto ainda precisamos avançar rumo a uma distribuição equitativa de tarefas entre homens e mulheres e na desconstrução de papéis de gênero.

A complementariedade entre as tarefas domésticas e do cuidado e aquelas consideradas como geradoras de valor invisibiliza as primeiras como trabalho, mas também pode levar a invisibilizar as segundas quando elas são realizadas dentro da unidade doméstica. O estudo de caso apresentado por Bianca Ferreira Lima e Dalva Maria da Mota realizado na Vila Paca, na Ilha do Marajó, em Belém, mostra como o imbrincamento entre produção e unidade doméstica invisibiliza o trabalho de coleta, beneficiamento e comercialização da mangaba, realizado por mulheres. Estas atividades não são consideradas como trabalho pela comunidade. Trabalho é apenas o de marretar a mangaba, tarefa realizada fora da Vila por homens.

Juliana Guanais mostra como a reestruturação produtiva e a mecanização da colheita da cana impactou o trabalho de mulheres

e homens mais velhos que atuavam com o corte da cana. A análise da divisão sexual do trabalho por uma ótica da “exclusão” da força de trabalho feminina é bastante interessante por evidenciar as novas competências requeridas em um outro contexto econômico, reforçando a ideologia naturalista de que existiriam trabalhos mais aptos para os homens. A intensificação do trabalho, estimulada pelo pagamento por produtividade, as expulsou aos poucos do corte, forçando-as a partir para o cultivo de outras culturas ou buscar trabalhos na cidade. Entre as que permaneceram na Usina pesquisada, os baixos salários recebidos em consequência do pagamento por produção as levavam a construir a estratégia de acumular a tarefa do corte com outros trabalhos, geralmente faxinas, empurrando-as para um cotidiano de triplas jornadas. Juliana deixa claro que o que determina a remuneração neste contexto é o sexo de quem a recebe.

Os desdobramentos de como a divisão sexual do trabalho se manifesta na realidade social também traz impactos para a participação política das mulheres. Esse debate está presente nos artigos de Leonardo Ostronoff e da dupla María Verónica Luetto e María Marta Santillán Pizarro. Leonardo olha para a experiência das cotas para mulheres nos sindicatos e, a partir de seu estudo de caso, conclui que apesar das cotas não terem assegurado uma maior participação das mulheres nos espaços de poder, desenham-se como um importante espaço de construção da luta feminista interna ao sindicato. Nesse sentido, demonstra como a articulação entre classe e gênero tem ganhado um contorno prático eivado de disputas políticas. E revela os desafios que o sindicalismo tem enfrentado ao incluir no debate trabalhista as questões de identidade. María Verónica Luetto e María Marta Santillán Pizarro apresentam dados sobre o aumento da participação das mulheres no setor público na província de Córdoba, Argentina, e as consequências desse aumento quantitativo na participação política. Apesar das autoras terem encontrado a persistência de uma barreira às mulheres nos cargos executivos, elas alcançaram paridade nos “Consejos Deliberantes”, no poder legislativo das municipalidades da província. No entanto, cabe destacar que o

vínculo de trabalho das mulheres com o poder público é de natureza precária: são contratos flexíveis, que as colocam em uma situação de insegurança e instabilidade. Situação similar à experimentada no Brasil, com a flexibilização da regulação do emprego público, setor no qual as mulheres mais se empregam no país. É preciso refletir sobre as consequências que este processo pode trazer para a sua autonomia econômica e sua segurança trabalhista e social.

O número também é contemplado com uma seção livre composta por seis colaboradores. No artigo *Entrelaçamentos entre simbólico e imaginário: sacrifício ritual e simbolização do feminino*, Marilande Martins Abreu, nos apresenta uma interessante discussão teórica sobre o universo simbólico e o imaginário nos rituais de sacrifício a partir dos estudos da psicanálise, antropologia e sociologia. Em seguida em *Heitor Ferreira Lima e o nacional-desenvolvimentismo*, Alexandre Juliani apresenta-nos um debate sobre o nacional desenvolvimentismo na ótica de Heitor Ferreira Lima colocando-o em diálogo com Roberto Simonsen, pensador e grande patrono da indústria no Brasil. Ainda refletindo questões de ordem nacional, Kíssila Teixeira Mendes, em *Segurança Pública e lógica Neoliberal: a realidade brasileira*, no traz um importante debate sobre a influência de deliberações externas na gestão das políticas criminais no Brasil. Também analisando a realidade brasileira Alessandra Lopes Camargo, em *O Dever de Memória do Estado no processo de Justiça de Transição no Brasil*, mostra através da análise da lei da anistia como umas séries de constrangimentos legais impediram a real reparação de danos causados a centenas de famílias pelo período ditatorial no Brasil (1964-1985). A seção livre ainda é contemplada com o artigo de Hyury Pinheiro Da “cultura” do marxismo a um marxismo da cultura: algumas notas sobre pós-modernismo e utopia em Fredric Jameson, em que o autor analisa a disputa dentro da teoria marxista sobre o conceito de cultura. E por fim, o artigo de Luís Francisco Fianco Dias, *Epistemologia barroca de triste figura: Dom Quixote como um exemplo da transformação da epistêmê do século XVII a partir de As Palavras e as Coisas de Foucault*, analisando o personagem de Cervantes

sob a ótica de Foucault nos apresenta um importante registro sobre a modernidade.

Na seção resenhas contamos com a apresentação de dois livros instigantes: o primeiro de Nancy Fraser, *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*, resenha realizada por Enrico Paternostro Bueno da Silva e Camila Teixeira Lima nos apresenta a obra de Nísia Trindade de Lima, *Um Sertão Chamado Brasil*. Esta edição ainda traz duas importantes entrevistas vinculada a temática do dossiê com as pesquisadoras: Helena Hirata e Briget Conor. A primeira entrevista foi realizada por Bárbara Castro e Mariana Shinohara Roncato e a segunda por Ana Paula Sousa. A abordagem da “intersecção/consustancialidade/nó” presente na entrevista da Helena Hirata faz um ótimo complemento teórico aos artigos do dossiê e aponta para os desafios de uma agenda de pesquisa que, a despeito de investir na pluralidade, ainda buscar romper com o silêncio de diversas opressões.

Convidamos a todos (as) a leitura do número.

Bárbara Castro
Lidiane Maciel
Mariana Roncato

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O TEMPO COTIDIANO DAS MULHERES DE BAIXA RENDA

*Fernanda Sucupira**

Resumo: Este artigo analisa as consequências da articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico e familiar sobre os usos do tempo das mulheres de baixa renda. A partir de entrevistas qualitativas com trabalhadoras que vivem com seus companheiros e filhos na comunidade de Paraisópolis, foram analisadas as repercussões da divisão sexual do trabalho na vida cotidiana delas. Identificaram-se também as estratégias de resistência desenvolvidas para lidar com a dupla presença feminina. Os depoimentos mostram que o dia a dia está tomado por essa dupla carga de trabalho, sobrando pouco espaço para outras temporalidades sociais.

Palavras-chave: Usos do tempo; divisão sexual do trabalho; relações sociais de sexo; trabalho doméstico; dupla presença.

Sexual division of labor and the low-income women's daily time

Abstract: This paper analyses the effects on the time use of low-income women caused by the combination of paid work and domestic and care labor. A field research was conducted with female workers who live with their partners and children in the Paraisópolis community, in order to analyze the consequences of the sexual division of labor in their everyday life. It also identifies the resistance strategies they have developed to deal with the dual presence. The research reveals that their daily lives are covered by this double burden that leaves little room for other social temporalities.

Keywords: Time use; sexual division of labor; social relations of sex; domestic labor; double burden.

* Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em Gênero e Igualdade nas Políticas Públicas pela Universidad Autónoma de Barcelona (UAB).

Recebido em: 31/10/2015 – **Aceito em:** 15/04/2016.

División sexual del trabajo y el tiempo cotidiano de las mujeres de baja renta

Resumen: Este artículo analiza las consecuencias de la articulación entre trabajo remunerado y trabajo doméstico y familiar sobre los usos del tiempo de las mujeres de baja renta. A partir de entrevistas cualitativas con trabajadoras que viven con sus compañeros e hijos en la comunidad de Paraisópolis, se analizaron las repercusiones de la división sexual del trabajo en su vida cotidiana. También se identificaron las estrategias de resistencia desarrolladas para hacer frente a la doble presencia. Las declaraciones muestran que su vida cotidiana está tomada por esta doble carga de trabajo, dejando poco espacio para otras temporalidades sociales.

Palavras clave: Usos del tiempo; división sexual del trabajo; relaciones sociales de sexo; trabajo doméstico; doble presencia.

1 – Introdução

Nas últimas décadas, as pesquisas de usos do tempo têm revelado uma distribuição bastante desigual do tempo entre homens e mulheres na vida cotidiana. Eles continuam se dedicando ao trabalho produtivo de maneira quase integral, enquanto elas se esforçam para articulá-lo com o trabalho reprodutivo, com todas as tarefas de antecipação, organização concreta e de coordenação entre diferentes tempos e lugares.

Essa dupla jornada de trabalho a que as mulheres estão submetidas vem sendo denunciada pelos movimentos feministas brasileiros e suas teóricas desde a década de 1970, como um fator chave para as desigualdades de gênero. Trata-se de uma importante barreira para o desenvolvimento profissional feminino, um elemento que gera sobrecarga na vida de muitas mulheres.

Tal fenômeno foi denominado pela socióloga italiana Laura Balbo, ainda no final da década de 1970, como “dupla presença” (*doppia presenza*), conceito teórico mobilizado no presente estudo. O termo busca evidenciar a realidade de uma dupla carga de trabalho, de intensidade redobrada, vivida sincronicamente em um mesmo espaço e tempo (Balbo, 1994). A dupla presença constitui uma figura historicamente nova, determinada pela soma de duas presenças parciais, meia presença no trabalho, meia

presença na família, o que quase esgota para as mulheres qualquer possibilidade de outra dedicação a si mesmas, em termos de descanso, distração, reflexão, estudos. Segundo a autora (Balbo, 1994), os dados indicam em termos bastante dramáticos em que medida a dupla presença converte as mulheres em malabaristas, obrigadas a estabelecer um equilíbrio de tempo muito rígido. Uma presença que, embora em termos de horário possa se dividir em dois meios tempos, não se reparte de igual modo em termos de concentração e tensão. Para que essa fórmula funcione, implica total ausência de qualquer outro âmbito de interesse e de desempenho além desse duplo trabalho.

Neste estudo optou-se por utilizar o termo “dupla presença” para se referir a esse fenômeno, acrescentando, assim, sentidos à ideia de “dupla jornada”, que pode pressupor a possibilidade efetiva de concretizá-la – sem evidenciar as lógicas temporais distintas que precisam ser manejadas simultaneamente pelas mulheres (CARRASQUER, 2009).

Trata-se, na realidade, de uma dupla presença e de uma dupla ausência, porque as mulheres estão e não estão em nenhum dos dois lugares ao mesmo tempo (Carrasco, 2003). Vivem em seu próprio corpo a enorme tensão que significa a sobreposição de tempos estreitamente conectados e imbricados, tempos de pessoas diferentes, de lugares diferentes, que se irrompem uns sobre os outros e que se enredam entre si (MÉDA, 2002). Sofrem o contínuo deslocamento de um espaço a outro, de características específicas da atividade familiar a horários e valores do trabalho assalariado. Por mais que muitas vezes queiram ser as responsáveis pelos afazeres domésticos e familiares, suportam a impossibilidade de se sentirem cômodas em um mundo construído de acordo com o modelo masculino, que lhes exige interiorizar tensões, tomar decisões e fazer escolhas que a maioria dos homens não precisa fazer (CARRASCO, 2003). Essas mulheres têm a sensação de lutar contra o relógio para cumprir as obrigações que ambos os lugares reclamam – e que em muitos casos elas também desejam cumprir. Considera-se uma dupla ausência porque dificilmente

experimentam uma sensação de plena realização nesses dois âmbitos; ao contrário, a vida é uma maratona diária, um estresse, uma jornada interminável.

Pode-se dizer que a dupla presença é uma das consequências da atual divisão sexual do trabalho, outra categoria analítica fundamental na presente investigação, em especial na linha teórica desenvolvida pelas sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata. Essa divisão das tarefas, de acordo com Kergoat (2009), pode variar muito no tempo e no espaço, mas tem sempre dois princípios organizativos: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem tem mais valor que um de mulher). Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares). Nela, produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina, tanto em termos de valorização social quanto econômica. Essas diferenças constatadas entre atividades dos homens e das mulheres, no entanto, são construções sociais e não produto de um destino biológico.

A divisão sexual do trabalho é, nesse enfoque, a base material das relações sociais de sexo. É o que está em jogo nessas relações transversais entre homens e mulheres, entendidas como desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas, de exploração e de opressão, entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002).

Além disso, as duas autoras afirmam que produção e reprodução são elementos indissociáveis: a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino não podem ser separadas (HIRATA e KERGOAT, 2003). Não é possível isolar o trabalho doméstico do trabalho assalariado na sociedade capitalista, ainda que ela seja construída sobre uma falsa separação dos lugares e dos tempos de produção e de reprodução. As relações de sexo e as relações de classe, portanto, são coextensivas, isto é, são conceitos que se sobrepõem parcialmente, que se interpenetram,

se imbricam, e não simplesmente que se recortam ou se articulam (HIRATA e KERGOAT, 2002 e KERGOAT, 2009).

Desse modo, a persistência das desigualdades de gênero em âmbito laboral se explica, em grande medida, pela sobrecarga de trabalho reprodutivo a que as mulheres estão submetidas. As recentes pesquisas brasileiras sobre os usos do tempo mostram uma grande desigualdade na distribuição do tempo de trabalho profissional e de trabalho doméstico e familiar entre homens e mulheres.

De acordo com os dados da PNAD de 2009, os homens gastavam em média 10,5 horas por semana em atividades domésticas e as mulheres, 26,6 horas. Considerando apenas a população ocupada, eles despendiam 9,5 e elas 22 horas semanais. As mulheres ocupadas trabalhavam menos horas em atividades remuneradas (em média 35,6 horas semanais no mercado contra 42,9 dos homens), mas, levando em conta o tempo total despendido em atividades produtivas e reprodutivas, conclui-se que, em 2009, os homens ocupados gastavam em média 52,4 horas semanais, enquanto as mulheres ocupadas se dedicavam mais horas por semana ao trabalho em geral, consagrando em média 57,6 horas (IPEA, 2012). Esses dados confirmam que a carga total de trabalho é geralmente maior para as mulheres do que para os homens, mesmo que elas tenham jornadas produtivas mais curtas, o que significa que realizam longas jornadas de trabalho gratuito e sem reconhecimento social.

Ainda segundo o levantamento do IPEA (2012), não importa se as mulheres possuem renda alta, se são consideradas chefes de família, se estão ocupadas; em todos os casos elas sempre gastam mais tempo com afazeres domésticos do que os homens que estão nas mesmas posições. Mais impressionante ainda é o fato de que elas gastam mais tempo nessas atividades mesmo quando comparadas aos homens nas situações opostas: os de baixa renda, os considerados cônjuges e os desocupados. As mulheres ocupadas, por exemplo, gastam sete horas a menos por semana nas tarefas domésticas que as desocupadas, mas ainda se dedicam quase dez horas a mais a esse trabalho do que os homens desocupados.

Por sua expressividade para revelar essas desigualdades de gênero na vida cotidiana, o tempo como categoria analítica também é um dos conceitos que permeia esta pesquisa. Não como um dado da natureza ou uma realidade objetiva, fora do controle humano, mas como uma construção social (ELIAS, 1998) e um elemento importante das relações de poder, algo que pode e deve ser transformado.

Nos últimos anos, tem sido realizada uma série de pesquisas sobre os usos do tempo no Brasil, para estudar como se organiza a vida cotidiana na nossa sociedade, analisar a configuração temporal das desigualdades e servir de subsídio para políticas públicas que promovam o bem-estar da população e a igualdade de gênero. No entanto, cada vez mais se constata que essas pesquisas mais gerais, e na maioria das vezes quantitativas, ainda precisam ser complementadas por estudos qualitativos, que se debruçam sobre grupos específicos e examinem as mudanças em curso nas temporalidades cotidianas.

Nesse sentido, tomando o quadro exposto anteriormente como ponto de partida, o presente estudo busca investigar empiricamente os efeitos de tal situação sobre um dos grupos mais afetados por essa sobrecarga, de acordo com as pesquisas de usos do tempo já realizadas no Brasil: mulheres urbanas de baixa renda, inseridas no mercado de trabalho, que vivem com seus cônjuges e com pelo menos um filho de até 14 anos. O objetivo desta investigação é, portanto, qualificar os estudos de usos do tempo no que se refere a essa parcela da população, para entender as mudanças em curso e as permanências, e analisar a evolução dos comportamentos influenciados pela divisão sexual do trabalho e pela sobrecarga gerada pela dupla presença dentro desse grupo. Por mais que esse seja um âmbito resistente a mudanças, isto é, uma configuração que persiste ao longo das décadas, é imprescindível que continue sendo investigado para compreender suas sutis transformações.

2 – Metodologia

A presente pesquisa foi realizada na comunidade de Paraisópolis, considerada a favela mais populosa da cidade de São Paulo, com mais de 42 mil habitantes (IBGE, 2011). De julho de 2012 a maio de 2013 foram feitas entrevistas qualitativas semidirigidas e aprofundadas com 13 mulheres moradoras de Paraisópolis, de 22 a 49 anos, que viviam com seus companheiros e com pelo menos um filho de até 14 anos no mesmo domicílio, inseridas no mercado de trabalho, e com renda familiar inferior a cinco salários mínimos. Um perfil de mulheres que, de acordo com as recentes pesquisas brasileiras de usos do tempo, estão entre as mais afetadas pela sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo.

As entrevistadas tinham de um a quatro filhos e a idade deles variava entre cinco meses e 17 anos, mas todas elas tinham ao menos um filho de até 14 anos vivendo em casa. Oito delas tinham um filho de até três anos, idade que exige mais cuidados. Apenas três eram casadas oficialmente, e as outras dez viviam em união estável com o companheiro. A escolaridade delas ia do segundo ano do ensino fundamental ao ensino superior incompleto. Cinco delas não haviam passado do primeiro ciclo do ensino fundamental, seis haviam concluído o ensino médio e duas estavam no ensino superior.

Em relação ao trabalho remunerado, a maior parte se concentrava em ocupações de trabalho reprodutivo (cozinheiras, faxineiras e trabalhadoras domésticas gerais). Além disso, também foram entrevistadas três auxiliares administrativas, uma professora, uma auxiliar de serviços gerais e uma locutora de rádio. Duas delas estavam desempregadas no momento da entrevista e uma estava no intervalo entre um emprego doméstico e outro. A renda familiar mensal variava entre R\$ 900 e R\$ 3 mil. Sete delas declararam renda familiar inferior a R\$ 2 mil e seis entre R\$ 2,1 mil e R\$ 3 mil. Em relação às atividades profissionais, as entrevistadas que estavam empregadas trabalhavam de forma remunerada de 10 a 48 horas por semana. Duas delas trabalhavam menos de 20

horas semanais (19 e 10 horas) e quatro excediam o limite legal de 44 horas.

3 – Resultados da pesquisa

O presente estudo revela que algumas questões permanecem imutáveis há décadas, mas também fornece pistas a respeito de transformações que podem estar se iniciando. Os depoimentos analisados nesta investigação mostram que a vida cotidiana das mulheres em questão está tomada pelos tempos de trabalho, sejam eles gratuitos ou remunerados, em casa ou fora dela, sobrando pouco espaço para outras temporalidades sociais. Tempos que se sobrepõem e se opõem, que conflitam entre si, em uma rotina exaustiva e exasperante. A coextensividade (KERGOAT, 2010) de relações sociais de sexo e de classe desfavoráveis provocam efeitos perversos na vida cotidiana dessas mulheres, como se verá a seguir.

3.1 – Falta de tempo

Destacou-se a absoluta falta de tempo da maioria das entrevistadas para se dedicar a outras atividades que não fossem as profissionais ou as domésticas e familiares. Entre o trabalho remunerado, os afazeres da casa, o cuidado dos filhos, e o deslocamento entre esses espaços, sobrava pouco ou nenhum tempo para as demais esferas da vida cotidiana. Elas afirmaram faltar tempo principalmente para estudar, cuidar delas mesmas, sair para passear, passar mais tempo com os filhos, e para conviver com outros familiares, amigos e com o marido. Atividades esportivas, políticas, religiosas, culturais ou comunitárias quase nunca faziam parte do dia a dia dessas mulheres. Os dias de folga, em geral sábados e domingos, eram reservados especialmente para a realização de atividades domésticas que haviam se acumulado ao longo da semana, como lavar e passar roupa, fazer a faxina e pequenos consertos, e também para passar mais tempo com os

filhos. No cotidiano das entrevistadas, eram raros os momentos de efetivo relaxamento ou de lazer.

Nos depoimentos, foi possível constatar o elevado grau de heteronomia dos tempos femininos, tanto relacionada ao trabalho remunerado quanto ao doméstico e familiar. Isso faz com que elas vivam um cotidiano quase exclusivamente guiado pelas necessidades dos outros, sejam eles seus empregadores ou seus familiares, uma vida limitada e restrita a certas atividades rotineiras, na qual elas não podem decidir como usar seu tempo:

“Eu não voltei a estudar por causa da minha filha pequena. Porque a mais velha estuda à noite, tá terminando o terceiro colegial, né? Então o pai delas mesmo não deixa eu estudar, menina, por causa da outra, por causa da mais nova. Ele fala, a D. sai pro estudo, aí vai você, já fica a semana toda, o dia todo fora da menina, de noite chega e só vê ela uma horinha e vai pro estudo, e ele não concordou. Mas tenho vontade, sim.” (Marilda, 39 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhas, de 16 e de 7 anos).

Ou seja, Marilda, que havia cursado somente até o terceiro ano do ensino fundamental, tinha o desejo de voltar a estudar, mas ainda não havia retornado à escola porque o ex-marido não queria que ela ficasse longe da filha pequena. Ele considerava que essa era uma responsabilidade exclusivamente dela, e por esse motivo não permitia que ela dedicasse menos tempo à filha deles do que ele considerava adequado, ainda que fosse muito maior do que o que ele próprio dedicava a ela. Mesmo morando em casas separadas, e ela já estando com um novo companheiro, ele exercia uma relação de poder sobre ela a ponto de impedi-la de estudar, de controlar seus usos do tempo cotidiano.

3.2 – Sobrecarga de trabalho

O principal eixo das desigualdades entre homens e mulheres nos usos do tempo cotidiano encontra-se no trabalho doméstico e familiar, historicamente realizado por elas, cujo objetivo é o cuidado da vida e o bem-estar das pessoas. Significa multiplicidade de tarefas, sobreposição de tempos, simultaneidade e acúmulo de atividades. Por ser ao mesmo tempo imprevisível e rígido, exige disponibilidade permanente do tempo das mulheres para o resto das pessoas que fazem parte da casa (CHABAUD-RYCHTER Et al, 1985).

Quanto ao trabalho doméstico e familiar, a jornada das entrevistadas se mostrou bastante extensa e muito superior à de seus maridos. Pelos depoimentos, nota-se que o trabalho doméstico e familiar preenchia praticamente todos os momentos ao longo da semana que não estavam ocupados pelo trabalho profissional ou pelo sono, em uma atividade considerada interminável. Com isso, pode-se observar que as tarefas domésticas e familiares não possuem um volume fixo ou definido, pelo contrário, vão se expandindo de acordo com a quantidade de tempo disponível das mulheres, podendo chegar a uma jornada de mais de 40 horas de segunda a sexta-feira.

Vários depoimentos mostraram uma evidente sobrecarga de trabalho vivenciada pelas entrevistadas em seu cotidiano. Era frequente entre elas a sensação de que a vida é um trabalho interminável, de que suas rotinas são enlouquecedoras, de que é impossível fazer tudo que lhes é exigido dentro e fora de casa. Essa sensação de que o tempo não é suficiente para todos os afazeres que lhes são atribuídos é algo recorrente entre homens e mulheres hoje em dia, visto que estão em curso formas de intensificação do trabalho e de extensão do tempo laboral. No entanto, no caso das mulheres, essa sensação gera ainda mais tensões e angústias no dia a dia, já que o trabalho doméstico e familiar tem um caráter circular e infinito.

“Fico tensa, porque acaba se estressando, né. Você tenta fazer tudo e às vezes nem dá tempo de você fazer tudo. Quando você vai voltar pra fazer outra coisa, já tem que fazer tudo de novo. É complicado. Nunca termina, nunca. Parece uma bola que fica girando, girando, girando e você nunca termina de ver qual é o lado dela.” (Lia, 32 anos, cozinheira, 3 filhos, de 15, 13 e 8 anos)

Uma das entrevistadas sequer queria que algo mudasse para que ela tivesse mais tempo disponível, por considerar que esse tempo também precisaria ser dedicado ao trabalho doméstico e familiar:

“Ai, tá bom. Se não seria mais passar roupa, mais limpar a casa. Não, tá bom, tá ótimo. Não sinto falta de ter mais tempo.” (Ana Flávia, 34 anos, faxineira diarista, 1 filha de 11 meses).

Esse sentimento manifestado pela entrevistada evidencia o caráter infinito e elástico das atividades domésticas e de cuidados. A sensação que ela tem é de que esses afazeres ocupam todo o seu tempo livre e poderiam se expandir por muito mais horas.

A sobrecarga de trabalho gerada pela dupla presença tem consequências para a saúde e o bem-estar dessas mulheres, que se esforçam para enfrentar as tensões de dois mundos contraditórios. Não era raro que elas expressassem nas entrevistas um desejo de fugir dessa rotina estressante, de abandonar aquilo que se viam obrigadas a fazer no dia a dia, de desistir de tentar conciliar esses dois mundos inconciliáveis.

“É muito corrido. Imagina: três homens dentro de casa, uma bebê e eu só. Então você imagina como é a minha vida. Às vezes me dá vontade de fechar tudo e sair.” (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses. Também estava morando com ela o irmão de 16 anos).

3.3. – Influências na trajetória profissional

Assim como em outras pesquisas anteriores (entre elas Bruschini e Ricoldi, 2008), constatou-se que esses afazeres domésticos de atribuição quase exclusivamente feminina influenciam de forma bastante negativa a trajetória profissional delas, seja pela intermitência que adquire, pelo elevado absenteísmo ou por terem que aceitar trabalhos mais precários ou menos desejáveis, que possibilitem a articulação entre as duas esferas.

Algumas disseram que de fato “preferiam” ser as responsáveis pelo cuidado das crianças, por exemplo, por serem supostamente mais habilidosas para isso ou por ficarem mais preocupadas com elas, características atribuídas às mulheres, mas socialmente construídas. Outras, no entanto, questionam essa obrigação exclusivamente feminina, percebendo-a como limitante para sua própria trajetória profissional:

“Às vezes eu mesma fico me perguntando. Tem coisa que ele poderia fazer, e ele não corre atrás, sabe assim? Então por que é que um dia eu tenho que faltar no trabalho pra levar meu filho no médico e ele não pode? Então tem coisa que eu também não sei, tudo tem que ser eu mesmo.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos).

Entre as entrevistadas para a presente pesquisa, a sobrecarga gerada pela soma dos tempos de trabalho profissional e de trabalho doméstico e familiar, com as contradições inerentes a ela, resultava em períodos de estresse bastante agudos, que faziam com que algumas delas pensassem seriamente em parar de trabalhar. Muitas queriam dedicar mais tempo para seus filhos e cuidar melhor da casa, mas nem sempre podiam concretizar esse desejo. Na maior parte das vezes, acabavam desistindo dessa ideia por outros motivos, como sua importante contribuição para o orçamento familiar, o desejo de autonomia financeira ou mesmo de que suas vidas não se restringissem ao âmbito doméstico. Em

alguns casos, porém, elas haviam deixado o trabalho por um período, para cuidar dos filhos pequenos, ou haviam reduzido sua carga horária, por mais que algumas não desejassem fazê-lo.

“Quando ele nasceu e eu tive que sair da minha patroa, eu acho que eu fiquei até meio depressiva. Porque eu nunca fiquei desempregada, assim, muito tempo. E eu fiquei porque eu quis mesmo, mas foi opção minha. Só que eu senti muito, assim, falta do dinheiro, da minha independência. (...) Eu senti muito, foi bem difícil. Então eu acho que eu tava ficando mais estressada em casa, mesmo dando conta de tudo, do que trabalhando e em casa. Eu conseguia fazer tudo, mas eu não tava feliz.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos).

Nota-se em muitas delas, no entanto, uma aversão à ideia de abandonar o trabalho profissional para se dedicar somente às tarefas domésticas e familiares. Ou seja, por mais que a dupla presença exija que elas absorvam tensões entre as exigências contraditórias dessas duas esferas, a maior parte delas não quer sair de tal situação por essa via, temendo o que poderia representar um recuo rumo aos papéis tradicionais de gênero.

Contudo, ao colocar a carreira e os rendimentos em segundo plano, diminuem a possibilidade de mudar a divisão dos afazeres domésticos e familiares em seus domicílios, tendo ainda que se dedicar a empregos pouco satisfatórios do ponto de vista pessoal e profissional.

3.4 – Estratégias para lidar com a dupla presença

Em face à resistência masculina para alterar a divisão sexual do trabalho em âmbito doméstico, os esforços femininos para articular trabalho profissional e trabalho doméstico e familiar, em última instância, constituem também uma estratégia de resistência encontrada pelas mulheres para cuidarem dos filhos e

da casa e, ao mesmo tempo, se manterem no mercado de trabalho e assegurarem sua independência financeira, sua relativa autonomia e sua presença no mundo público.

Dentre as estratégias observadas nos depoimentos, podemos destacar: a formação de redes femininas de intercâmbio desses afazeres; a realização de uma multiplicidade de tarefas cotidianas, em sequência ou sobrepostas; a intensificação do ritmo de realização das atividades; o tensionamento das relações familiares para conseguir contribuições de outros integrantes da casa nos afazeres domésticos e de cuidados; a redução ou a flexibilização da jornada de trabalho remunerado; a preferência por trabalhar para empregadoras mulheres, que teoricamente compreenderiam melhor essas questões; a priorização de trabalhos perto do local de moradia; a diminuição das horas de sono, acentuando o cansaço diário.

Também foram identificadas estratégias que se valem da elasticidade do trabalho doméstico e familiar, já que essas atividades podem ser comprimidas ou estendidas, feitas com maior ou menor intensidade, com maior ou menor rigor, de acordo, entre outros fatores, com a disponibilidade de tempo, com a necessidade e urgência de cada uma dessas tarefas. Entre essas estratégias está o adiamento de tarefas que são consideradas prescindíveis, difíceis, cansativas, e que consomem muito tempo, como passar roupa; a redução do padrão de limpeza, que costuma ser bastante rigoroso nesses domicílios; a compra de eletrodomésticos para gastar menos tempo com os afazeres da casa. Uma economia que, no entanto, pode ser revertida em horário disponível para atender a novas demandas, por causa da relação de disponibilidade permanente entre as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e as demais pessoas da família (Ávila, 2009).

3.5 – Redes femininas de solidariedade

A principal estratégia para conseguir articular esses dois âmbitos, sem dúvida, é a formação de redes femininas de solidariedade: a constituição de um grupo de mulheres que em

determinados momentos possam substituí-las, remuneradamente ou não, em algumas tarefas, em especial nas de cuidado de crianças pequenas. Uma rede informal e precária, fundamental na vida dessas mulheres, que muitas vezes substitui o papel do Estado, o qual não oferece suficientes vagas nas creches públicas. Assim, a vida cotidiana exige que elas façam arranjos complexos e rigorosamente calculados para dar conta de organizar a rotina infantil e continuar trabalhando, ao passo que seus maridos não costumam ter que se preocupar com isso.

Elas substituem umas às outras nas atividades domésticas e de cuidado, transferem tarefas, intercambiam afazeres, compartilham responsabilidades entre elas, em uma intrincada trama de colaboradoras, contribuindo, assim, para manter esse trabalho como função do grupo social das mulheres. Nas palavras de Chabaud-Rychter et al (1985), todas as mulheres se encontram em um circuito de troca com outras mulheres no que se refere a essas atividades; homens e mulheres, por outro lado, não são intercambiáveis no cumprimento delas.

No caso da presente pesquisa, as responsáveis por esse suporte às trabalhadoras eram principalmente suas mães, mas também suas irmãs, cunhadas, filhas mais velhas, vizinhas ou outras cuidadoras remuneradas. Uma rede que engloba todo o coletivo feminino. Tendo ou não filhos, sendo jovem ou de idade avançada, trabalhando fora ou apenas em casa, quase nenhuma mulher consegue estar verdadeiramente à parte dela.

Como afirma Ávila (2009), esses arranjos entre mulheres funcionam como uma forma de resistência para liberar seu tempo do trabalho doméstico gratuito, para que possam ter acesso ao trabalho remunerado. São arranjos que atravessam as relações familiares, as diferentes faixas etárias e as relações comunitárias, que vão solapando o cotidiano das mulheres que fazem parte do mesmo grupo familiar. Uma teia muito imbricada, sem quase nenhum apoio de políticas sociais e sem uma participação masculina efetiva. Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que constitui uma estratégia de resistência feminina, essa prática

aprofunda as desigualdades entre homens e mulheres, ao incluir todas elas nesse circuito de trocas e ao deixá-los de fora.

Quando acontece algum imprevisto e essas trabalhadoras precisam ficar até mais tarde no serviço, na maior parte das vezes elas também acionam essa rede de mulheres e articulam diferentes pessoas para conseguir reorganizar os arranjos costumeiros. São poucos os casos em que os homens são mobilizados para isso.

“Eu tenho que sair ligando. Eu ligo pra minha mãe, ligo pra moça que olha minha filha, ligo na escola do meu filho, porque como é próximo [do meu trabalho], eles liberam meu filho pra vir pra cá e ele fica aqui comigo, o mais velho, de sete anos.” (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses).

A contribuição dessa rede de mulheres era tão fundamental na vida de algumas trabalhadoras entrevistadas que elas tinham um enorme temor de perdê-la de uma hora para outra. Caso isso viesse a acontecer, elas acreditavam que a desorganização de suas vidas seria enorme, podendo comprometer o trabalho remunerado.

“Eu tenho que dar um jeito, e o jeito é as minhas cunhadas. Essa que tá olhando ele no momento, ela tá só de ajudante num salão de beleza, então é só final de semana. Então ela tá livre na semana. Aí se ela arrumar um serviço, aí eu tenho que me virar. Porque ela que tá me salvando um pouco. Sem ela, eu não sei nem o que fazer no momento. Eu fico meio perdida. Até um dia ela falou, eu vou numa entrevista, aí meu deus! O que que eu vou fazer, e agora? Aí eu fico meio perdida.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos).

No caso dessa entrevistada, quando seu segundo filho nasceu, ela também se viu obrigada a parar de trabalhar, porque não havia conseguido vaga para nenhum dos dois em creches

públicas. Na época, seu salário era de 650 reais, e ela estava pagando ao todo 400 reais para uma mulher do bairro cuidar deles. Isso mostra a influência das relações desfavoráveis de classe em sua vida profissional.

No momento da entrevista, ela estava trabalhando como empregada doméstica, mas considerava que ainda pesava muito sobre seus rendimentos ter que pagar para a cunhada buscar o filho mais velho na escola e cuidar dele meio período. Ela havia mudado de emprego fazia pouco tempo justamente porque precisava de um salário maior para poder arcar com essas despesas de maneira que não comprometesse tanto sua renda.

Por mais que as mulheres estejam cada vez mais adentrando o mercado de trabalho e permanecendo nele ao longo de suas vidas, a atual organização da sociedade ainda exige que existam pessoas fora dos constrangimentos do tempo produtivo, o tempo dominante, para que a articulação entre trabalho profissional e trabalho doméstico e familiar seja possível para as trabalhadoras. Podem ser aposentadas ou desempregadas, donas de casa, jovens em idade escolar, ou pessoas dispostas a fazer o trabalho reprodutivo de forma remunerada, quase sempre com salários muito baixos.

A rotina das entrevistadas se constitui de constantes apelos, pedidos de ajuda, contínua prestação de favores, salvamentos, socorros. As destinatárias habituais dessas demandas são suas próprias mães, que configuram o principal recurso na articulação entre essas duas esferas para as mulheres de baixa renda, com poucos recursos para externalizar essas atividades de forma remunerada.

Parte das entrevistadas precisava contar com alguém para ficar com as crianças ao menos por meio período ou para levá-las e/ou buscá-las na escola. Todos esses custos representavam uma parcela significativa da renda familiar dos domicílios pesquisados. As entrevistadas pagavam de 100 reais, por meio período, a 250 reais, o período integral, por cada criança, para cuidadoras informais ou mesmo para pessoas da própria família que tomavam conta de seus filhos.

Já o depoimento de outra entrevistada reitera a ideia de que a gratuidade do trabalho de cuidado está muitas vezes relacionada às mulheres, mas não necessariamente aos homens da família. Ela pagava uma senhora para cuidar do filho mais novo de cinco meses enquanto trabalhava, mas às vezes precisava recorrer a familiares para ficarem com suas três crianças. Quando os deixava com a mãe ou com a irmã, esse trabalho não era remunerado; quando precisava que o irmão cuidasse deles, no entanto, ela o pagava. Não sabia explicar a razão de tal disparidade.

“Olha, quando eu preciso, minha família que... é minha mãe, é minha irmã. Uma hora fica com a minha mãe, outra hora fica com a minha irmã, outra hora eu pago meu irmão.” (Laura, 25 anos, auxiliar administrativa, 3 filhos, de 7 e 4 anos e de 5 meses).

Fica claro nesse caso a concepção de que para as mulheres o trabalho doméstico e familiar é uma obrigação, enquanto para os homens, por não ser sua atribuição “natural”, precisa ser remunerado. Enquanto o tempo feminino deve ser doado para os demais sem qualquer retribuição, o masculino é uma mercadoria preciosa, vale dinheiro, só está disponível para essas atividades em casos excepcionais.

3.6 – Participação masculina

A colaboração por parte dos maridos não constitui efetivamente uma estratégia para lidar com a dupla presença. Em geral, a participação masculina nessas atividades pode ser definida como uma “ajuda” marginal, pontual, circunstancial, complementar, opcional e pouco significativa, frente ao volume de trabalho que precisa ser realizado todos os dias para garantir o bem-estar das pessoas da casa. Raramente o trabalho doméstico e familiar é feito como obrigação primária deles, pelo contrário, sua cooperação é considerada como uma espécie de concessão, favor,

auxílio ou benevolência em relação a suas mulheres, as verdadeiras responsáveis por essas tarefas.

“Agora, depois que eu reclamei muito, ele começou a ajudar mais com as crianças. De dar banho, porque eu chego do trabalho numa correria danada, então ele às vezes dá banho, ajuda a dar o jantar, mas, assim, de fazer mesmo da casa ele não ajuda muito, não. Dá banho nos meninos, leva pra escola, assim, essas coisas até posso contar com ele, mesmo, mas nos afazeres da casa mesmo é mais difícil.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos).

Caso não consigam, não queiram ou não possam realizar essas atividades, os homens não encaram isso necessariamente como um problema ou uma falta da parte deles. Enquanto, no caso delas, qualquer impossibilidade de cumprir uma atividade doméstica ou familiar gera culpa, estresse, necessidade de encontrar outra pessoa para substituí-las, ou faz com que se sintam obrigadas a se desdobrar para “dar um jeito” de contornar qualquer obstáculo. Disso se conclui que a participação dos homens no trabalho doméstico e familiar não implica para eles as mesmas limitações temporais e espaciais que para as mulheres, isto é, a disponibilidade permanente para essas atividades continua sendo exclusivamente feminina.

A contribuição masculina costuma estar concentrada nos finais de semana e ocorrer em situações específicas, quando elas saem, quando estão muito ocupadas com outras tarefas domésticas, quando os pressionam, quando eles têm bastante tempo disponível. Entre as atividades mais comumente realizadas pelos homens, de acordo com o depoimento das entrevistadas, estão: cuidar de filhos e filhas, cozinhar, lavar a louça, fazer compras no mercado e realizar pequenos consertos. Eles podem escolher as que mais lhes agradam, enquanto elas têm que fazer todas as outras, já que não possuem recursos para externalizá-las.

Pode-se dizer que nas últimas três décadas houve uma ligeira mudança da postura masculina frente a essas atividades, conforme se observa na comparação com pesquisas mais antigas como a de Bruschini (1990), em que os homens em geral praticamente não exerciam papel nenhum nesse âmbito, mesmo quando suas mulheres também trabalhavam de forma remunerada. Machado (2014), analisando uma pesquisa da SOS Corpo e Data Popular, identificou alguns sinais dessa mudança de comportamento, que podem ou não se confirmar futuramente. A pesquisa em questão trouxe um discreto indicativo de que os homens mais jovens são mais prestativos do que os mais velhos.

Os dados da PNAD revelam que de fato nas últimas duas décadas vem aumentando a porcentagem de homens que contribuem com os afazeres domésticos e familiares nos lares brasileiros, chegando a mais da metade. Se em 1992 apenas 35,8% dos homens ocupados realizavam afazeres domésticos (IBGE, 2002), em 2006 esse percentual subiu para 52% entre os que trabalhavam (BRUSCHINI e RICOLDI, 2010). Já representa uma parcela importante da população masculina, mas continua muito inferior à das mulheres ocupadas que se dedicam às atividades domésticas, a qual desde 1992 fica em torno de 90%. A quantidade de horas gastas por eles com essas atividades também continua muito menor do que a das mulheres, como já vimos, evidenciando a persistência das desigualdades nesse âmbito.

Em grande medida, a cooperação masculina aparece como uma espécie de “último recurso” do qual elas lançam mão em momentos de apuro, de extrema sobrecarga, de imprevistos, quando precisam de ajuda urgente ou repentina. Ainda assim, em poucos casos essa colaboração é considerada irrelevante pelas mulheres. Por mais que não seja sistemática, a participação masculina é valorizada e reconhecida por elas, por aliviar uma pequena parte da carga de afazeres domésticos e de cuidado que conformam o cotidiano estressante dessas trabalhadoras.

Enquanto em 1970 somente 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, em 2009 essa taxa já chegava a 53%, em um ritmo

acelerado de crescimento¹ (BRUSCHINI ET AL, 2011), ao passo que a masculina chegava a 72% no mesmo ano. Se antes a atividade feminina remunerada diminuía muito a partir dos 25 anos, como resultado do casamento e da maternidade, em 2009 o percentual de mulheres de 30 a 39 anos em atividade alcançou quase 75%.

A sutil transformação da postura masculina em relação a esses afazeres é insuficiente e excessivamente lenta, incompatível com as mudanças sociais em curso nas últimas décadas – isto é, com a entrada massiva das mulheres no mundo produtivo, um mundo cada vez mais exigente em termos de disponibilidade temporal. Não se evidencia, portanto, que esteja em curso uma efetiva alteração do comportamento masculino rumo à corresponsabilidade; assim, a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar mantém seu padrão.

3.7 – Conflitos e tensões

A obrigação imposta às mulheres de articular trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidado não apenas gerava fortes tensões na vida cotidiana da maioria das entrevistadas, como também provocava brigas constantes entre os membros de suas famílias.

“Lá em casa tem que ser na base do grito mesmo. Porque eu tenho que mandar, não tem nada dividido, não é que todo mundo sabe e vai fazer o seu, não tem essa. Lá tem que mandar.” (Miriam, 33 anos, auxiliar de serviços gerais, 2 filhos, de 17 anos e de 9 meses).

¹ É importante lembrar que parte desse aumento se deve à ampliação do conceito de trabalho adotado pelo IBGE a partir de 1992, quando passou a incluir atividades para o autoconsumo, a produção familiar e o trabalho doméstico remunerado, entre outras que até então não eram consideradas trabalho (Bruschini, 2000).

Como em todos os domicílios estudados a responsabilidade por essas tarefas era atribuída a elas, e como quase sempre encontravam dificuldades de realizá-las sozinhas por também trabalharem fora, precisavam cobrar diariamente seus maridos e filhos para que colaborassem em âmbito doméstico. Algumas delas discordavam dessa divisão e batalhavam para alterá-la, ao menos um pouco, ou simplesmente buscavam ter uma rotina menos estressante, por meio da pressão pelo compartilhamento de mais tarefas.

“Eu chego, pô, meu, faz alguma coisa, caramba. Tu não me conquistou desse jeito, me dando um monte de roupa suja pra lavar. (...) Ele fica olhando pra minha cara, você pirou? E eu, ainda não, mas se você continuar desse jeito, eu vou pirar, vou pirar legal, hein, você não vai gostar”. (Rosálva, 30 anos, locutora de rádio, quatro filhos, de 12, 11, 7 e 5 anos)

São justamente as outras mulheres da casa, como as filhas mais velhas, as que mais sofrem cobranças, atitude que reproduz e cristaliza a divisão sexual do trabalho. Enquanto os meninos são pouco exigidos nesse âmbito e participam mais voluntariamente, as meninas são pressionadas a realizar tais afazeres e aos poucos são formadas para isso. Com as mulheres adentrando cada vez mais o mercado de trabalho e a crescente influência do discurso igualitário, o estresse e a fadiga causados pela dupla presença provocam em muitas delas um forte senso de injustiça. Diante da resistência masculina no que concerne à repartição dessas tarefas, aumentam as discussões conjugais, as reclamações e o questionamento dessa “obrigação” exclusivamente feminina, que elas percebem como limitante para sua própria trajetória profissional. No discurso das entrevistadas, nota-se a recorrência de algumas palavras ao tratar da divisão do trabalho doméstico e familiar em seus domicílios: elas “cobram”, “exigem”, “mandam”, “brigam”, “discutem”, “reclamam”, “descem das tamancas”, “jogam na cara”; por isso, são consideradas “chatas”, “implicantes”, “loucas”.

A aparente ampliação dos conflitos pode ser interpretada como uma pista de que pode haver uma mudança em curso. A progressiva inconformidade feminina com a tradicional divisão sexual do trabalho doméstico e familiar resulta em fortes pressões sobre os privilégios masculinos, na tentativa de alterá-la.

Essa contestação, no entanto, nem sempre surte os efeitos desejados. Muitos maridos ficam completamente indiferentes a essas cobranças e discussões, e não é raro que as deixem falando sozinhas:

“Eu fico nervosa, ele é muito tranquilo. Acaba eu brigando com ele. Ele fica, ai, não quero brigar com você, vou sair. Aí ele sai. Ele não briga.” (Lucimar, 32 anos, trabalhadora doméstica, 2 filhos, de 5 e de 3 anos)

Isso leva a pensar que, para eles, a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar é um fato tão estabelecido que sequer é digno de debate ou de questionamento. Tal atitude masculina frente à argumentação de suas mulheres mostra uma clara relação de poder dentro dos casais, uma relação assimétrica entre homens e mulheres que nem precisa ser defendida e justificada por eles para continuar existindo, que se apoia na noção tradicional dos papéis que cada um deve exercer.

Algumas das entrevistadas, no entanto, consideravam que simplesmente não valia a pena discutir com seus maridos sobre essas questões. Segundo elas, essas brigas apenas contribuíam para aumentar o desgaste provocado pela dupla carga de trabalho e não surtiam o efeito desejado, já que eles não alteravam o comportamento em relação aos afazeres domésticos e familiares. Elas preferiam realizar por si próprias essas atividades, e assim aceitar a configuração tradicional da divisão sexual do trabalho doméstico e familiar, a enfrentar conflitos cotidianos com seus maridos.

4 – Considerações finais

A divisão igualitária do trabalho doméstico e familiar entre homens e mulheres é um passo fundamental no sentido de eliminar as desigualdades de gênero. Contudo, o presente estudo mostra que não constituiria uma transformação suficiente para acabar com as dificuldades e tensões cotidianas geradas pela articulação entre vida profissional e familiar. Mesmo que homens e mulheres compartilhassem igualmente essas tarefas em casa, ainda haveria uma série de questões a serem solucionadas, principalmente no que diz respeito ao cuidado das crianças. Ainda mais em tempos em que o trabalho remunerado exige cada vez mais disponibilidade temporal das pessoas.

Na atual organização de nossa sociedade, e na ausência de políticas sociais nesse sentido, para que pais e mães trabalhem remuneradamente ainda é necessária a existência de pessoas fora dos constrangimentos do tempo produtivo – o tempo dominante. Em geral, são mulheres: aposentadas, donas de casa, desempregadas, adolescentes, que fazem parte da família ou da comunidade, e que realizam essas tarefas de forma gratuita ou recebendo parcas remunerações. A dependência em relação a essa ajuda feminina provoca uma sensação de insegurança e instabilidade em relação à permanência no trabalho remunerado para as mulheres de baixa renda, mas não para os homens.

Por isso, afirmamos aqui o caráter eminentemente político dos tempos individuais e sociais, e enfatizamos a necessidade de colocar essa questão no centro do debate público. Afinal, não se trata simplesmente de conflitos e dificuldades individuais ou familiares, mas de um assunto coletivo, que diz respeito a todos e todas. Atualmente, as soluções privadas escamoteiam a dimensão do problema e colocam sobre as mulheres a responsabilidade de conciliar o inconciliável, reforçando a tradicional divisão sexual do trabalho.

O papel do Estado nesse sentido é fundamental, por meio de políticas públicas que busquem mudar a organização dos tempos vigente nas sociedades urbanas e industriais, levando em conta o

viés sexuado de seus usos no dia a dia. Cabe ao Estado aplicar medidas que promovam a igualdade de gênero e o bem-estar de homens e mulheres, reestruturando as temporalidades cotidianas em uma valorização da multiplicidade dos tempos sociais.

5 – Referências bibliográficas

- ÁVILA, M. B. *O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- BALBO, L. “La doble presencia”, in BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMANY, C. *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Barcelona-Madrid: Fuhem-Icaria, 1994, pp. 505-513.
- BRUSCHINI, C. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: FCC e Vértice, 1990.
- BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. São Paulo: FCC/DPE, 2008.
- _____. *Revendendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico*. São Paulo: FCC/DPE, 2010.
- CARRASCO, C. “¿Conciliación? No, gracias. Hacia una nueva organización social”, in AMOROSO, M. I. et al. *Malabaristas de la vida: Mujeres, tiempos y trabajos*. Barcelona: Icaria, 2003, p. 27-51.
- CARRASQUER, Pilar. P. *La doble presencia. El trabajo y el empleo femenino en las sociedades contemporáneas*. Barcelona: Tese de doutorado da Universidad Autónoma de Barcelona, 2009.
- CHABAUD-RYCHTER, D.; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; SONTTHONNAX, F. *Espace et temps du travail domestique*. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. "Relações sociais de sexo e psicopatologia do trabalho", in HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 233-255.

_____. "A divisão sexual do trabalho revisitada", in MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

IBGE. "IBGE divulga indicadores sociais sobre a mulher". *Comunicação Social*, 07/03/2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/07032002mulher.shtm>.

_____. *Censo Demográfico 2010 – Aglomerados subnormais: Primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPEA. "Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero". *Comunicados IPEA*, n. 149, 23 de maio de 2012.

KERGOAT, D. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo", in HIRATA, H. et al (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 67-75.

_____. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais", *Novos estudos CEBRAP*, n. 86, São Paulo, março de 2010.

MACHADO, M. "Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação?", in ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. (orgs.). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014.

MÉDA, D. *El Tiempo de las mujeres: conciliación entre vida familiar y profesional de hombres y mujeres*. Madrid: Instituto de la Mujer, 2002.

PODER, GÊNERO E IDENTIDADES: UM NOVO MOMENTO NO SINDICALISMO

*Leonardo José Ostronoff**

Resumo: Os sindicatos são instituições repletas de relações de poder em seu interior. Este artigo tem por objetivo discutir a questão de gênero nessas instituições a partir da cultura de militância do sindicalismo brasileiro, ou seja, seus valores e costumes. Entende-se a existência de um habitus militante onde o preconceito contra as mulheres é estruturante, mas tem sido questionado pela ação dos coletivos feministas. Para observar essa problemática realizou-se durante dois anos um estudo de caso no Sindicato dos Químicos de São Paulo.

Palavras-chave: Gênero; sindicatos ; poder.

Power, gender and identities: a new moment in unionism

Abstract: This article aims to shed a light on the gender issue inside the Brazilian trade unions, through the perspective of its culture of militancy, i.e., their values and traditions. We indicate the existence of a militant habitus in which the prejudice against women is structural, yet, questioned by women's groups inside the unions. For two year, this issue was observed during a case study in the Chemical Workers Union of São Paulo.

Keywords: Gender; unions ; power.

Poder, el género y las identidades: un nuevo momento en el sindicalismo

Resumen: Los sindicatos son instituciones llenas de relaciones de poder. Este artículo tiene como objetivo discutir el tema de género en estas instituciones a partir de la cultura de militancia del sindicalismo brasileño, es decir, sus valores y costumbres. Esto significa la existencia de un habitus militante donde los prejuicios contra las mujeres es estructural, pero, cuestionado por la acción de los colectivos de mujeres.

* Doutor em Sociologia pela USP e Professor da Pós Graduação da FESPSP.

Recebido em: 23/11/2015 – **Aceito em:** 15/04/2016.

Para ver este tema se llevó a cabo durante dos años un estudio de caso en el Sindicato de Trabajadores de Química de São Paulo.

Palabras clave: Género; los sindicatos ; el poder.

Introdução¹

As mulheres são vítimas da discriminação através da história da humanidade, não sendo diferente no capitalismo. Apesar das diversas transformações provocadas com o surgimento e o desenvolvimento desse modo de produção, as inúmeras culturas são predominantemente baseadas na supremacia masculina sobre o feminino, fenômeno que muitos intitulam “patriarcado”. Segundo Goldenberg (2001), patriarcais são os sistemas de organização nos quais a maioria das posições superiores na hierarquia são ocupados por homens.

No Brasil, os meios de comunicação, as grandes igrejas, os partidos políticos, as grandes empresas e indústrias, os sindicatos e as centrais em sua maioria são controlados e dirigidos por homens. Portanto, a sociedade brasileira é tida como uma sociedade patriarcal, uma vez que prevalece nela uma desigualdade quanto aos papéis reservados aos dois sexos. Essa desigualdade que se manifesta de diferentes maneiras pode ser identificada, por exemplo, na família, nas escolas, no trânsito, na política e no trabalho, o que demonstra o quão está enraizado em nossa sociedade o preconceito relativo ao gênero.

Cabe salientar que o Brasil possui 53,7% do seu mercado de trabalho composto por mulheres (IBGE, 2011) e, além disso, 37,3% das famílias brasileiras têm mulheres como provedoras do lar segundo o IBGE (2010). Mesmo assim, elas não são representadas proporcionalmente. E o que é pior, as políticas sindicais são voltadas para os homens em sua maioria, isso porque o movimento sindical

¹ O presente texto é baseado na minha dissertação de Mestrado defendida em 2008 no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, intitulada: “Poder, Gênero e Identidades: Um Novo Momento no Sindicalismo”.

possui em seu discurso trabalhadores homens como universais (HIRATA, 2002)

A proposta desse artigo é uma análise das relações de gênero no interior do sindicalismo brasileiro a partir de um estudo de caso do Sindicato dos Químicos de São Paulo, segundo Souza Lobo: “pensar a classe operária brasileira no feminino é uma tarefa difícil porque é considerada como desvio em relação aos assuntos importantes. Os meios são insuficientes, os obstáculos objetivos (coerência de dados) e subjetivos (sob forma de preconceitos) são inumeráveis”. (SOUZA LOBO, HUMPHREY, GITAHY, MOYSÉS, 1987: 131).

Para conseguir entender bem a questão das relações de gênero no sindicalismo, foi necessário utilizar a prática etnográfica. Não foi feita uma etnografia propriamente dita, uma vez que isso significaria presença diária no sindicato, acompanhando o cotidiano dessa entidade, mas foi possível observar os trabalhos dos militantes no sindicato, e mesmo fora dele, em campanhas, em subsedes e manifestações de rua. Para Geertz (2008), é necessário ao pesquisador observar os detalhes, as piscadelas, os gestos, pois eles têm um significado que deve ser interpretado.

Como não foi possível analisar todo o movimento sindical, realizou-se durante dois anos um Estudo de Caso no Sindicato dos Químicos de São Paulo. As técnicas de observação foram importantes, pois permitiriam através dos detalhes e incongruências desvendar as relações de gênero no interior do sindicato. Importa dizer que no decorrer da pesquisa realizei dez entrevistas com dirigentes sindicais. Também utilizei os depoimentos que estão publicados na Revista Especial da Confederação Nacional do Ramo Químico: Mulheres do Ramo Químico: Construindo a História (2005).

O Discurso Sobre Sexo e Gênero

Um importante conceito e que relaciona diretamente sindicatos e mulheres é a divisão sexual do trabalho. Segundo

Souza-Lobo (1991), não é este conceito que cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, porém ela reproduz uma opressão que existe em outras esferas do social.

Segundo Bourdieu (1999), a partir da divisão sexual do trabalho forma-se um diferencial quanto ao capital social e simbólico, que atribuem os homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas de representação, e em particular, de todas as trocas de honra, palavras, dons, mulheres, desafios e mortes. Existe uma estrutura que inscreve a divisão sexual do trabalho, porém também existe uma “*illusio*” que constrói a ideia de homem e mulher de forma simbólica. Nenhuma dessas dimensões é mais importante do que a outra, sendo importante compreender as duas para discutir as relações de poder entre os gêneros. Segundo Kergoat (1984), é preciso ir além da divisão sexual do trabalho, chegando às relações sociais de sexo. As duas proposições seriam indissociáveis e formariam um sistema:

A reflexão em termos de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho. Ela é preexistente como noção, mas posterior como problemática. É preexistente, pois foi uma aquisição do feminismo por meio da emergência de categorias de sexo como categorias sociais, de mostrar que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material. (1984: 22)

Segundo Souza Lobo (1991), as razões para as dificuldades das mulheres no universo sindical estão nas mentes dos operários, em como a forma de pensar deles foi construída. Foucault (1977) define um importante conceito: o dispositivo de sexualidade. Este consiste no sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos de transmissão dos nomes e bens. Este dispositivo teria importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente. A partir do século XVIII, as sociedades ocidentais inventaram e instalaram um novo dispositivo que se supõe ao de aliança, que seria o de sexualidade. É importante frisar que este último não suprimiu o primeiro, mas

se desenvolveu a partir dele. É da razão apresentada no último item do dispositivo de sexualidade que nasce o que Foucault denomina “tecnologia do sexo”, que por meio da pedagogia, da medicina e da economia, teria feito do sexo não somente uma questão leiga, mas uma questão em que todo corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a pôr-se em vigilância.

Assim, as regulações do sexo não estão inseridas simplesmente no campo religioso, sendo controladas somente por instituições religiosas. Elas estão no plano secular, havendo inúmeros discursos técnicos, científicos, para ordená-las, e são justamente esses discursos que possuem na modernidade, segundo Foucault, a legitimidade para dizer “as verdades sobre sexo”.

O pensamento de Foucault é sem dúvida um marco nos estudos sobre sexualidade e gênero, sendo o primeiro a reconhecer o Sexo e o Poder não enquanto antípodas, mas, ao contrário, como intrinsecamente relacionados. É no pensamento foucaultiano que a sexualidade é entendida como política, como originada em relações de poder. Na verdade, esse pensamento influencia a própria maneira de compreender a política. Inúmeros autores relevantes foram influenciados por esse autor, dando continuidade às discussões e aos estudos no campo da sexualidade. Passo agora a apresentar o pensamento de duas autoras que já se tornaram referência nesse campo de estudos, indispensáveis para todos aqueles que se propõem a estudar a sexualidade e gênero. São elas: Gayle Rubin e Judith Butler. Rubin (1993), afirma que o mesmo sistema social que oprime as mulheres, oprime a todos, em sua insistência numa rígida divisão de personalidades, ou seja, repressão no homem de qualquer característica tida como feminina, e na mulher, por característica tida como masculina. Assim, a opressão de gênero não pode ser pensada somente como imposta pelos homens às mulheres, os próprios membros do sexo masculino podem ser oprimidos pela personalidade masculina e as mulheres pela feminina.

De acordo com Rubin (1993), o sistema sexual não pode ser visto enquanto estrutura monolítica e onipresente. Para ela, travam-se incessantes batalhas quanto a definições, avaliações,

acordos, privilégios e custos do comportamento sexual. A luta da política sexual assume formas bastante específicas. Essa ideia de disputa simbólica resolve o problema de se pensar sexualidade enquanto produtora de categorias estáveis, e conduz o pensamento para o que Butler (1998) chama de fundamentos contingentes, ou seja, categorias que tenham definições, sem que estas sejam consideradas como últimas, mas com possibilidades de alterações. Essa autora afirma que o uso do termo mulheres pelo movimento feminista deve seguir essa ideia, pois somente assim, não serão excluídos atores, como foram as mulheres negras nos Estados Unidos em determinado momento histórico.

Segundo Butler (1998), o movimento feminista deve utilizar mulheres não como um referente fixo, mas passível de resignificação, que torne possíveis novas configurações. Em certo sentido, o significado do termo mulheres foi fixado, normalizado, imobilizado, paralisado em posições de subordinação. Para essa autora, o significado foi fundido com o referente, de tal forma que um conjunto de significados foi levado a ser inerente à natureza real das próprias mulheres. Refundir o referente como significado e autorizar ou salvaguardar a categoria mulheres como lugar de resignificação possível é expandir as possibilidades do que significa ser mulher e, nesse sentido, dar condições para permitir uma capacidade de agir realçada. Segundo Rubin, a discussão torna-se ainda mais interessante, pois ela entende sexualidade enquanto campo político, onde acontecem disputas simbólicas.

É essa mudança na aceitação dos comportamentos que demonstra como a questão da sexualidade é dinâmica. Criam-se discursos que regulam os novos acontecimentos. A dificuldade das mulheres quanto à inserção nas entidades sindicais, bem como, sua crescente participação e conquistas de espaço nela, mostram como a questão de gênero é uma disputa simbólica.

A investigação da mulher nos sindicatos tem uma dupla condição: é trabalhadora, mas também é militante. Por isso, tem que compreender tanto o processo de trabalho quanto o espaço sindical. Um bom exemplo para o primeiro objetivo é o estudo de Teixeira da Silva (2004) ao investigar os portuários de Santos. Este

autor afirma que a virilidade é um traço que compõe o processo de trabalho dessa categoria. Através da violência física é que um trabalhador se impõe ao outro, sendo um fator de distinção entre eles. Esse traço, excessivamente masculino cria uma cultura de trabalho onde lideranças se formam com base em valores machistas. Quanto ao espaço sindical, entendo a questão das relações entre gêneros enquanto práticas de culturas de militância, enquanto um habitus que move os agentes no campo sindical. Segundo Bourdieu habitus é:

Conceito central que permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre práticas e uma situação em que o próprio habitus produz o sentido a respeito de categorias de percepção e apreciação produzida por uma condição objetivamente perceptível. Esse conceito define gostos, disposições, e os objetos não nunca independentes dos interesses e gostos daqueles que os apreendem. O habitus é uma forma incorporada condição de classe e dos condicionamentos que essa condição impõe, sendo também um princípio unificador dos estilos de vida. (BOURDIEU, 1996: 34)

Os gostos se encontram na base do estilo de vida, como um conjunto unitário de preferências distintivas que expressavam a mesma intenção na lógica específica de cada um dos espaços simbólicos, como imobiliário, vestidos, linguagem, etc. Esse gosto transforma práticas em expressões simbólicas da posição de classe, funcionando como símbolos de status entre as pessoas. Para entender bem e ilustrar toda essa discussão, é importante compreender a distinção entre gostos de luxo e gostos de necessidade. Os primeiros dizem respeito às pessoas com distância em relação à necessidade, as pessoas que podem escolher. O gosto de necessidade só pode engendrar um estilo de vida em si, que é só negativamente, por meio de uma relação de privação quem mantém com os demais estilos de vida.

Assim também é a cultura militante sindical, ela é formada por um conjunto de gostos e um estilo de vida específica. Existem

regras, valores e práticas, ou seja, um estilo de vida militante. Os traços do machismo no ambiente sindical são resultado dessa cultura que considera o gênero masculino, por excelência, como o protagonista dos sindicatos. O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo levou isso ao extremo, indicando um homem como secretário de gênero, caso que é emblemático nessa discussão.

Um Homem na Secretaria de Gênero?

O Sindicato dos Químicos e Plásticos de São Paulo possui uma luta histórica na questão de gênero dentro do sindicalismo brasileiro. Com as entrevistas pude perceber o quanto esse tema atingiu expressão em certos momentos da história desse sindicato, inclusive pelo fato de uma mulher ter chegado à sua presidência. Em 1989, Isabel Conceição tornou-se a primeira mulher a ser presidente, ganhando o posto mais alto na hierarquia de poder dentro da entidade. Porém, esse trabalho ficou enfraquecido por um período, sendo resgatado em meados dos anos 2000. Um novo ânimo levou a criação de uma Comissão de Mulheres que conquistou a criação de uma Secretaria de Gênero. Porém, para surpresa de muitas militantes, um homem foi colocado no posto de secretário. Esse fato poderia ser um detalhe, mas ele é chave, pois através dele é possível entender como a questão de gênero é tratada no SINDQUIMSP e no movimento sindical brasileiro.

Existem dois pontos que devem ser levantados: o primeiro consiste na razão de um homem ter sido colocado na Secretaria de Gênero, mesmo sem o apoio da maioria das mulheres do sindicato. Segundo, uma questão conceitual sobre os termos gênero e mulheres, que possuem uma implicação política relevante.

Quanto ao sindicalismo é preciso apontar para uma dimensão além da questão de gênero, que diz respeito à forma como se organiza o sindicalismo brasileiro. Este movimento possui internamente diferentes organizações que disputam a direção política do movimento, são as chamadas, no jargão militante, “correntes”. Na época da pesquisa, a diretoria dos químicos possuía

três correntes representadas: Alternativa Sindical Socialista (ASS), que deixou de existir durante a gestão, CUT Socialista Democrática (CSD) e Articulação Sindical.

A CSD nasce em 2002, sendo a seção sindical de tendência interna do Partido dos Trabalhadores conhecida por Democracia Socialista. Esta corrente contrasta com a visão de outras que colocam a questão mulheres como periférica à questão econômica, superando o economicismo presente em setores do marxismo. A luta das mulheres não é vista como complementar a dos homens, nem como um atraso para revolução ou rompimento da unidade de classe (ARAÚJO, 1998). O trabalho de mulheres torna-se fundamental então para construção do socialismo segundo tal corrente, e, dessa maneira, as mulheres conseguem mais espaço político, ocupando legitimamente cargos de direção. Como exemplo disso, cabe citar o caso de Rosane da Silva, que foi representante da CSD na direção executiva da CUT, e também membro da Coordenação Nacional da DS.

Segundo o diretor dos Químicos de São Paulo P (homem), a diretoria dos Químicos era composta por três correntes, porém agora existem duas, pois a ASS acabou. Segundo o diretor: “Temos a Articulação Sindical, corrente majoritária com 29 diretores, e os companheiros que eram da antiga ASS que se intitulam independentes e nós da CSD que somos 5.”

Existe uma ampla hegemonia da Articulação Sindical que controla a maioria dos cargos no sindicato. Outra questão importante é entender que a divisão de cargos nos sindicatos se dá pelo número de votos que as correntes conquistam nos congressos. Portanto, existe um número de cargos dados a cada corrente por esse critério que explica porque a secretaria de gênero é ocupada por um homem nos Químicos. Segundo Y (mulher):

“Temos uma secretaria de gênero que é um homem, batalhamos tanto, seis anos, pra passar em congresso, diretoria, daí me entregam a secretaria para um homem, mas...bom, hahaha, deixa pra lá. E uma pessoa que nunca discutiu gênero, ainda se fosse alguém que tivesse acúmulo sobre a questão, num teve interesse,

e aí pela briga interna de correntes ela acabou ficando com a secretaria, porque nem se avaliou a necessidade de ter uma companheira ali, seja de qual corrente fosse, mas que tivesse respaldo das mulheres, da categoria, pra desenvolver um trabalho, não se pensou nisso, só que tal corrente tinha um número maior na composição da diretoria, então, deve assumir secretaria tal, que é da Articulação Sindical. Mas não só nós, mas a própria CUT faz essa avaliação.”

O depoimento de Y (mulher) traz uma denúncia importante, mostrando como a questão de gênero era colocada em segundo plano, mesmo no SINDQUIMSP. Ao afirmar a desqualificação do secretário, Y (mulher) demonstra que o trabalho de gênero é visto como uma pauta inserida dentro da lógica de correntes e da divisão de cargos internos. G (mulher) reforça essa visão:

“Ele entrou por causa da corrente, a ... não queria... tava na CNQ. E pra eles passar a secretaria pra outra corrente, eles preferiam por um homem do que deixar outra pessoa de outra corrente... é tudo muito difícil... a relação é difícil. Eu sei que tem que ter divergências, mas esse negócio de corrente é um problema sério.”

Essa visão não é restrita apenas a diretoras mulheres, mas é compartilhada por um diretor homem. W (homem) vai até mais longe do que as diretoras anteriores, afirma que G (homem) não possui militância na questão de gênero que justifique estar na coordenação da Secretaria de Gênero:

“Infelizmente por conta dessa luta das mulheres elas que brigaram intensamente pra criação dessa secretaria, nada mais justo que uma delas assumisse o comando da secretaria pra tá tomando esse trabalho daquele momento em diante, mas por conta de questões internas da diretoria de uma das forças políticas um homem acabou assumindo, sem querer depreciar, desmerecer ninguém, a gente achou que o caminho natural seria uma mulher cumprir esse

papel”.

Segundo X (homem), o critério das escolhas de cargos é também a proporcionalidade entre as correntes, sendo que quanto maior a força em termos de delegados no congresso da categoria, maior o número de cargos. Para ele: “A proporcionalidade se dá pelas correntes, você tem uma força maior, você tem um número de vagas. Hoje a força maior é a articulação, depois CSD, e ASS, que é a segunda força no sindicato”.

Já segundo W (homem):

“[...] a distribuição dos cargos é feita obviamente de acordo com os pleitos que a gente faz na hora dos congressos. Faz uma convenção, trabalha segundo os percentuais de cada força política, e a partir daquele momento a gente considera aquele número inicial pra divisão de secretarias, pra divisão da coordenação e por aí vai...e você tem que conviver com essas forças políticas, e muitas vezes você tem muito mais problema dentro da sua própria corrente propriamente dita, do que com outras correntes.”

A questão de gênero pode ser entendida como uma política de captura (articulações para conquistar base de representação através das identidades), e não como resultado da mudança das relações no interior dos sindicatos:

“... somos oito mulheres e nenhuma ocupa cargo de expressão no sindicato. Tem só uma mulher como coordenadora, é a Célia, de Esporte, Cultura e Lazer. Temos 7 coordenadores, ela é única mulher que faz parte da coordenação do sindicato. Mas assim, só essa secretaria, porque secretaria importante, como jurídico ou administração, mulher nem chega perto. As mais importantes são administração e jurídico.”

Por este depoimento de Y (mulher) fica claro como as

mulheres estavam afastadas dos cargos de maior poder na entidade. Assim, não havia inserção das mulheres ainda no lócus do poder sindical, ficando este restrito aos homens. Em uma coordenação de sete pessoas, apenas uma mulher estava presente. Entretanto, Bourdieu elucida essa questão de cargos e gênero da seguinte forma:

“A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas. As posições dificilmente são ocupadas por mulheres porque elas são talhadas sobre medida para que homens cuja virilidade mesmo se construiu como oposta às mulheres tais como são hoje. A dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos. O ser é um ser percebido, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam femininas, frágeis, simpáticas, submissas, atenciosas, sorridentes, ou até mesmo apagadas. E a pretensa feminilidade muitas vezes não é mais do que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. A socialização dos homens os predispõe aos jogos de poder e as mulheres, a amar os homens que os jogam” (1996:44).

O depoimento de G (mulher) corrobora essa hipótese:

“Na composição da diretoria o poder é dos homens, nós somos colegiados, mas quem tá lá em cima mesmo são só homens. As secretarias mais importantes são dos homens: jurídico, administração, finanças, saúde, então é tudo quem encabeça a chapa. Tem uma diretora da ASS que é da secretaria de cultura, a... mulher mesmo que assume a pasta é só ela. Fazemos parte das secretarias mas quem assume mesmo as pastas é

o homem.”

Uma importante discussão sobre mulheres no espaço sindical é a questão das cotas, pois ela tem como objetivo direto ampliar a participação das mulheres nos sindicatos. A observação em campo mostrou que, apesar de ocuparem espaços nas diretorias, as mulheres não possuíam acesso a um exercício pleno do poder, sendo que as cotas significariam muito mais um reconhecimento da história desigual da democracia, do que um mecanismo de real acesso ao poder. Essa constatação é fortalecida quando se verifica que as mulheres tem tido a representação aumentada nas diretorias sim, mas essa participação raramente se dá nos cargos de presidente, tesoureiro e secretário geral, cargos mais relevantes quanto ao poder de decisão da diretoria.

“Chegamos a ser 12 na diretoria, quando entrei éramos 3, hoje somos 8. O que num é o ideal, porque pra cota faltam 4 companheiras, mas antes a diretoria era maior, então nunca chegamos a 30%. A diretoria era de 80, agora é de 43. Quando tinham 12 companheiras na diretoria, o número de diretores era 70, 80. As mulheres não conseguem entrar na diretoria, abre espaço pensam em homens, é difícil abrirem oportunidades para mulheres e só entra quando tem mais de uma vaga. Se garante o homem, depois põe uma companheira. Temos dificuldades de tripla, dupla jornada, tem criança, tem marido, porque é muito difícil...” (Entrevistada Y).

Nem mesmo a cota de 30% é cumprida no sindicato, quanto mais a ideia de que por meio dela, poderia haver uma mudança de lógica quanto ao gênero das entidades. Y (mulher) afirma que na abertura de cargos, os “companheiros” pensam prioritariamente na indicação de homens, deixando mulheres como segunda ou terceira opção. Portanto, a lógica masculina na divisão de cargos persiste no interior do SINGUIMS até hoje. Segundo X (homem), a questão das cotas é aceita, sendo que as dificuldades seriam

oriundas da cultura da sociedade:

“A questão das cotas foi sempre aceita, a dificuldade de ter mulheres em qualquer categoria, seja ela de comércio, operária, ou qualquer ramo de atividade, sempre esbarra numa questão de uma cultura da sociedade. A mulher tem uma dupla jornada, ela trabalha e no sindicato ela tem outra atividade, e numa cultura totalmente machista como é o Brasil você tem que ir quebrando barreiras, mostrando que a mulher tem que estar viva na vida política e na vida do movimento sindical, senão você nunca mais vai dar um passo a frente, acho que a gente tá vencendo essa barreira aí, num é fácil, mas temos que romper. Mostrar que a mulher tem que ter participação, isso cresce no dia a dia, hoje você aqui mulher diretora do sindicato, mulher prefeita, deputada, você vê aqui nas assembleias legislativas.”

Existe um contraponto entre as duas falas anteriores, uma vez que para Y (mulher) não se cumpre a cota de mulheres no sindicato e existiriam dificuldades para tanto, e para L a cota seria aceita. Porém, o diretor reconhece as dificuldades e as barreiras com a questão de mulheres devido à cultura machista de nosso país. Apesar da afirmação da aceitação das cotas, segundo X (homem), as dificuldades levantadas por Y (mulher) são mais coerentes com os demais depoimentos e mesmo com as composições das diretorias do SINDQUIMSP.

É claro que ao entender o contexto de que fala X (homem), entende-se o que ele quer dizer quando afirma que as cotas sempre foram aceitas. Esse diretor, em seu depoimento, conta que os SINDQUIMSP foi pioneiro na luta pelas cotas. Seria derivada desta a conquista das cotas na CUT e PT. Segundo o diretor:

“[...] sempre defendemos nos congressos da CUT a participação da mulher, até ter estabelecido uma cota, e nosso sindicato foi o primeiro a defender a cota de 30%. Depois foi aprovado no partido dos trabalhadores e na

CUT, e hoje já tem uma participação bastante grande, a gente sempre trabalha na renovação da diretoria[...]”.

Portanto, ele se refere a uma aceitação história da importância das cotas, fato comprovado pela própria aprovação das mesmas. Dessa maneira, não está afirmando que as cotas são cumpridas em sua integralidade, ou que não haja dificuldades, mas sim que elas são reconhecidas e que, atualmente, ninguém questiona a sua existência. E, em seu depoimento, revela fatos importantes sobre as cotas mostrando que existe lá uma deformação em sua implementação, e que esse mecanismo por si só não resolve os problemas de diferença de gênero. Haveria um discurso favorável que seria expresso, às vezes, por conveniência política e não por concordância, portanto, seria necessário mais do que ser favorável às cotas, é preciso formar as mulheres para estarem na diretoria. Segundo ele:

“Eu não vou defender a questão de cota de 30%, 40%, pura e simplesmente por defender... não vou fazer isso. Eu procuro adotar uma postura crítica com relação às cotas, mas sendo coerente com aquilo que eu penso, com aquilo que eu imagino, com a realidade que a gente vivencia, tanto é assim que, como eu disse, os 43% de mulheres na categoria não estão refletidos na diretoria. Tem gente na diretoria que defende a cota por defender e se mostrar simpático, a gente trava alguns debates nesse sentido, hoje é mais tranquilo você fazer esse debate”.

E ainda:

“[...] eu sempre fui muito crítico à questão das cotas no seguinte sentido: eu acho que é legítimo tanto mulheres como qualquer outra minoria, sejam negrão, sejam homossexuais, seja qual for a minoria pleitear, reivindicar uma posição e reivindicar uma participação. O problema é que, nem sempre, se você num trabalha com a formação dessas companheiras,

fica difícil você tá trazendo pra diretoria, você num pode simplesmente trazer pra preencher um número, seria um contra-senso, então, nesse ponto eu sou crítico à questão das cotas, acho que tem que se avançar muito e acho que a secretaria tem esse papel de trabalhar com essa formação das companheiras, existem muitas com a condição de vir pra diretoria”.

Outra questão importante é a diferenciação entre os termos “gênero e mulheres” e sua conseqüente implicação política. A secretaria do SINDQUIMSP não é uma secretaria de mulheres, mas sim de gênero. Segundo Y (mulher):

“Mas a justificativa é que é de gênero, que fala de homens e mulheres. Talvez se fosse de mulheres teria uma mulher à frente, mas num dá pra saber. Mas quando a gente trabalha, num quer diferenciar mulher e homem, porque mulher num é ser que é diferente do homem, a gente tem necessidades diferente dos homens, mas o que a gente quer é ganhar é a mesma coisa, ter iguais condições, queremos ser iguais e não diferentes dos homens, por isso secretaria de gênero e não de mulheres. E aí alguns fazem avaliação de que foi errado por queremos igualdade entre os sexos. Ninguém é melhor do que ninguém.”

Essa fala deixa clara uma visão de feminismo em que o homem é visto enquanto um parceiro, sendo fundamental sua participação nas discussões e ações. Ao não afirmar uma diferenciação entre homens e mulheres, ao contrário, afirmando a igualdade, fica explícito o entendimento contrário à ideia de todos os homens, enquanto inimigos, opressores. Segundo Sartori (2001), não-mixidade é um conceito que tem pressuposto que os problemas das mulheres deveriam ser pensados unicamente pelas mulheres. No depoimento de W (homem), esse diretor afirma que a questão de gênero não pode ser associada somente às mulheres:

“Nós até, nesse debate da questão da secretaria,

nós começamos a desmistificar um pouco o que é a questão da secretaria de gênero. Infelizmente a gente vem trabalhando, porque quando se fala em gênero associa-se somente a questão da mulher, e num é bem assim, na verdade gênero significa essas relações conflituosas entre homens e mulheres e você têm que de alguma maneira tentar conciliar, tentar resolver. A gente acabou entendendo que gênero num é somente uma questão da mulher.”

Para R (mulher): “Não é virar a pirâmide, mas igualar. Então num queremos ser diferentes, queremos construir com eles um sindicato novo com homens e mulheres trabalhando juntos.”

R (mulher), nesse depoimento vai além de Y (mulher), mostrando até uma tática política pra a questão de gênero, que seria a negociação e não o embate com os homens. A visão é de que o problema das mulheres é social, portanto, envolvendo os homens também, daí a importância de convencer e aproximá-los e não segregá-los das discussões. Uma das dificuldades para levar mulheres em discussões de gênero que aparecem nos depoimentos é justamente os maridos. Alguns têm dificuldade de compreender a saída das mulheres, e mesmo a ida para congressos. Existe o desconhecimento do que se faz nesses encontros e o receio de serem traídos. Portanto, a participação dos homens nas discussões faz com que tais “medos” sejam esclarecidos e conseqüentemente separados, evitando problemas conjugais e que poderiam impedir e trabalhar a participação das mulheres. Segundo Beauvoir:

“Eu não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos; seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito, inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para as mulheres de se afirmar como mulheres, mas de tornarem-se seres humanos na sua integralidade”. (1990:34).

Um ponto importante também nos relatos é quanto à avaliação sobre o trabalho de gênero. Apesar dos avanços, Nilza aponta dois problemas que ainda permanecem:

1) A pouca participação das mulheres, enquanto dirigentes sindicais.

2) A discriminação em relação aos salários: as mulheres ganham menos que os homens, mesmo que façam o mesmo serviço. (REVISTA ESPECIAL DA CNQ, 2005: 18).

Conclusão

A questão de gênero no espaço sindical ainda é um tabu, o que ocasionou dificuldades na realização do campo. Ainda existe um receio de falar sobre o tema, pois de fato a cultura sindical é machista. As cotas não proporcionaram um acesso aos espaços de maior poder na estrutura sindical, mas significaram um grande avanço na luta das mulheres contra o machismo nas entidades sindicais. Segundo o campo realizado na minha pesquisa as cotas têm que ser entendidas não como fim, mas, sim, como uma etapa relevante para a construção do feminismo. A pesquisa demonstrou que a discussão da questão de gênero é maior do que as cotas, abrangendo toda uma história de militância.

A ideia de que a questão de gênero era vista como política de captura se confirma. Existe um fortalecimento do sindicalismo enquanto movimento, pois as novas frentes têm feito o sindicalismo ganhar novos militantes em espaços nos quais antes sequer o discurso sindical chegava.

A questão das mulheres nos sindicatos tem aumentado sua expressão. Existe uma nova maneira de se atuar no movimento sindical brasileiro, as políticas de identidade são relevantes tanto internamente quanto externamente às instituições. Pensar sindicalismo atualmente como somente relacionado às questões trabalhistas é um equívoco, pois a compreensão predominante é que a defesa dos trabalhadores tem de passar pelo conceito de vida, não somente restrito aos assuntos referentes aos direitos

trabalhistas. Dessa maneira, as políticas de identidade se colocam como uma das respostas do movimento sindical às transformações na contemporaneidade.

Bibliografia

- ARAÚJO, A. R. O assédio moral organizacional e medidas internas preventivas e repressivas. In: GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs). *Assédio Moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar*, São Paulo: LTr, 2009.
- BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2011. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).
- _____. *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios*, volume 31, 2011.
- BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, J. M. M.; MEYERE, D.; WALDOW (Orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade - A Vontade de Saber*, Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- RUBIN, G. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. HALPERIN, D. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1993.
- REVISTA ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO CNQ CUT-*Secretaria de Gênero-Mulheres do ramo Químico: Construindo a História*, agosto de 2005.

- SARTORI, A. J. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: Bruschini, C.; PINTO, C. R. (Org). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2001. p. 217-239.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TEIXEIRA da SILVA, F. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In TEIXEIRA da SILVA, F.; BATALHA, C; FORTES, A. (orgs.). *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. 1 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004, v. 1. p. 440.

OS TEMPOS PARA O TRABALHO E PARA A FAMÍLIA NA POPULAÇÃO FEMININA EM ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS

*Maria Coleta F. A. de Oliveira**
*Glauca dos Santos Marcondes***

Resumo: O artigo objetiva discutir aspectos da vida produtiva e reprodutiva feminina, analisando a distribuição do tempo com afazeres domésticos e jornada de trabalho fora de casa, comparando trabalhadoras com filhos e sem filhos, de 16 a 59 anos de idade, residentes em áreas metropolitanas. As informações são provenientes das PNADs 2002 e 2012. Os resultados apontam para a manutenção de uma extensa jornada semanal feminina dedicada tanto ao trabalho doméstico-familiar quanto ao trabalho fora de casa. As mulheres ocupadas respondem por uma jornada média em afazeres domésticos três vezes superior à dos homens, principalmente as que são mães.

Palavras-chave: Trabalho feminino; Tarefas domésticas; Reprodução; Família; Desigualdade de gênero.

Women's work-family time in Brazilian metropolitan areas

Abstract: This article discusses the articulation between work and family life by analysis of the time that women spend on household chores and weekly working hours. We compared information from IBGE's PNAD 2002 and 2012 for women who has children and childless, with 16-59 years old, living in metropolitan areas. The results showed that female workers spends extensive weekly hours to both the domestic-family chores and labour. The analysis also shows that female workers spend three times higher hours than male workers on household tasks, especially those who are mothers.

Keywords: Female work; Household tasks; Reproduction; Family, Gender inequalities

*Professora Livre Docente em Demografia – IFCH/Unicamp e Nepo/Unicamp.

**Doutora em Demografia (IFCH/Unicamp), Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp). Contato: gal@nepo.unicamp.br. Recebido em: 22/12/2015 – Aceito em: 25/04/2016.

Tiempo de trabajo y familia entre mujeres de las áreas metropolitanas brasileñas

Resumen: El artículo tiene como objetivo discutir aspectos de la vida productiva y reproductiva femenina, analiza el tiempo dedicado a las tareas del hogar y el trabajo. El análisis se basa en datos de la Encuesta Nacional de Hogares 2002 y 2012 compara la información de las trabajadoras que son madres y las sin hijos, tienen 16-59 años de edad y viven en las áreas metropolitanas. Los resultados apuntan al mantenimiento de una extensa cantidad de horas dedicado al trabajo doméstico-familiar y el trabajo fuera del hogar. Las mujeres trabajadoras gastan tres veces más horas en el trabajo doméstico que los hombres, especialmente madres.

Palabra clave: Trabajo femenino; Tareas domésticas; Reproducción; Familia; Desigualdad de Género.

Introdução

A crescente incorporação da população feminina no mercado de trabalho a partir da década de 1970 resultou em uma mudança gradativa no perfil das trabalhadoras brasileiras, com um contingente cada vez mais expressivo de mulheres mais velhas, em união conjugal e com filhos. Questionamentos sobre as condições pelas quais a inserção laboral feminina se dá em nossa sociedade sempre estiveram presentes nos estudos sobre trabalho, mas esse debate tem sido ampliado e aprofundado na medida em que dimensões de gênero, classe e raça tornaram-se mais presentes nas análises, lançando luz sobre avanços, mas, principalmente, para as múltiplas desigualdades existentes e persistentes. (NEVES, 2013; BRUSCHINI, RICOLDI, 2008; BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001; BRUSCHINI, 2000). Um deles é que muito embora tenha se ampliado a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, evidências tem mostrado que isso não tem amenizado ou modificado a carga de responsabilidades femininas com a vida doméstica-familiar.

Estudos que se debruçam sobre a conjugação da vida familiar e laboral feminina no Brasil apontam que a inserção da mulher no mercado de trabalho não se reflete em jornadas menos intensas no âmbito doméstico. Nem mesmo para aquelas que podem delegar responsabilidades para outras pessoas, que

geralmente são outras mulheres, persiste a expectativa de que o gerenciamento da vida privada – cuidados com a casa e para com outros membros familiares – seja assumido pelas mulheres, invariavelmente as esposas/companheiras e mães. O que significa para a vida das mulheres a repartição dos dias em duas e até três jornadas de trabalho (CASTRO, 2012; BRUSCHINI, RICOLDI, 2008; BRUSCHINI, RICOLDI, 2009; BRUSCHINI, 2007; HIRATA e KERGOAT, 2007; DEDECCA, 2004).

Autoras como Hirata e Kergoat (2007) questionam conceitualmente a consideração dessa conjugação como “conciliação” e até mesmo “articulação”, na medida em que contemplaria uma concepção de complementaridade ou harmonização de uma divisão sexual do trabalho, que é essencialmente assimétrica. Trata-se, como enfatizam as autoras, de contextos de vida femininos permeados por desigualdades, que geram mais conflitos, tensões e contradições do que conciliações.

As reflexões contidas nesse artigo se pautam por esse debate, procurando analisar o perfil das mulheres que trabalham e cuidam das responsabilidades domésticas, comparando dois períodos – 2002 e 2012 – a partir de dados coletados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). As informações consideradas dizem respeito ao trabalho, composição familiar e tempo dedicado em afazeres domésticos¹ da população feminina e masculina, entre 16 e 59 anos de idade, residente nas principais regiões metropolitanas do país.

¹ Na PNAD, entende-se por afazeres domésticos a realização de tarefas de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar, passar roupa, lavar roupa ou louça; orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. (Informação contida nas Notas Metodológicas da PNAD).

Fontes e métodos

As informações analisadas são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizadas para o ano de 2002 e 2012, explorando características da população de 16 a 59 anos de idade, tais como: condição de atividade, ocupação e jornada semanal de trabalho; assim como informações familiares referentes à posição no domicílio, status reprodutivo, número de filhos tidos; a existência de filha(o)s residentes no domicílio² e tempo dedicado à realização de tarefas domésticas.

A delimitação da população na faixa de 16 a 59 anos de idade, permite, acreditamos, uma análise mais acurada das mulheres que majoritariamente estariam sujeitas de forma mais intensa às demandas concomitantes da vida profissional e familiar e seus conflitos e contradições. O recorte geográfico considerando as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, procura refletir sobre a questão da articulação entre a vida produtiva e reprodutiva em diferentes contextos, tendo em vista que as desigualdades regionais ainda são marcantes em nosso país.

Trata-se de uma abordagem quantitativa, baseada em análises descritivas e na aplicação de um modelo de regressão logística³, visando aprofundar na reflexão sobre as características e condições em que se dão a articulação da vida produtiva e reprodutiva das mulheres brasileiras contemporâneas.

² Todos os dados referentes aos filhos dizem respeito exclusivamente à população feminina, na medida em que não são captadas informações semelhantes sobre filhos tidos pelos homens.

³ Agradecemos em especial a bolsista de Iniciação Científica Renata Cavinato Cornea (PIBIC 2014-2015) cujo trabalho foi fundamental para a realização das análises descritas e dos modelos de regressão.

Os tempos para o trabalho e para a família

A parcela crescente de mulheres brasileiras que se coloca no mercado de trabalho desde a década de 1970 tem sido documentada por vários estudos. (BRUSCHINI, RICOLDI, 2008; BRUSCHINI, 2007; BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001; BRUSCHINI, 2000) Em pesquisa recente, comparando as séries de dados dos Censos Brasileiros, Guimarães, Barone e Brito (2015) mostram que a taxa de participação feminina cresceu quase quatro vezes em um período de 50 anos. Em 1960, a PEA feminina era de 17%, atingindo os 53% em 2010.

Dados referentes à década mais recente, extraídas da PNAD e considerando a população entre 16 a 59 anos de idade, mostram que a PEA feminina oscilou em torno dos 55% para o Brasil, apresentando taxas de participação mais elevadas nas principais Regiões Metropolitanas (RMs). Na Tabela 1, abaixo, destaca-se que a PEA feminina nas RMs estava acima dos 58% já em 2002, exibindo incremento relativo em 2012, para todas as áreas. Destaque para Belo Horizonte, Curitiba e Fortaleza. A taxa de participação masculina permanece elevada, mas, diferente do observado para as mulheres, sua variação foi de ligeiro decréscimo na maioria das RMs, em particular, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

Ter filhos parece ainda restringir a participação das mulheres no mercado de trabalho. Exceto para a Grande Belém, todas as demais RMs apresentam taxas de participação maiores para as mulheres sem filhos. Entre os anos destacados, a diferença observada entre aquelas com filhos e as sem filhos diminuiu, sendo a Grande São Paulo a única RM a registrar uma diferença de mais de 10 p.p. favorável para a participação das mulheres sem filhos. No caso da RM de Belém, a participação das mulheres com filhos se manteve mais elevada em torno de 4 p.p.. A redução das diferenças é resultado do maior incremento relativo da participação das mulheres mães, entre os anos destacados, em quase todas as RMs. (Tabela 1).

TABELA 1 – Condição de participação e ocupação da população de 16 a 59 anos de idade. Regiões Metropolitanas, 2002 e 2012

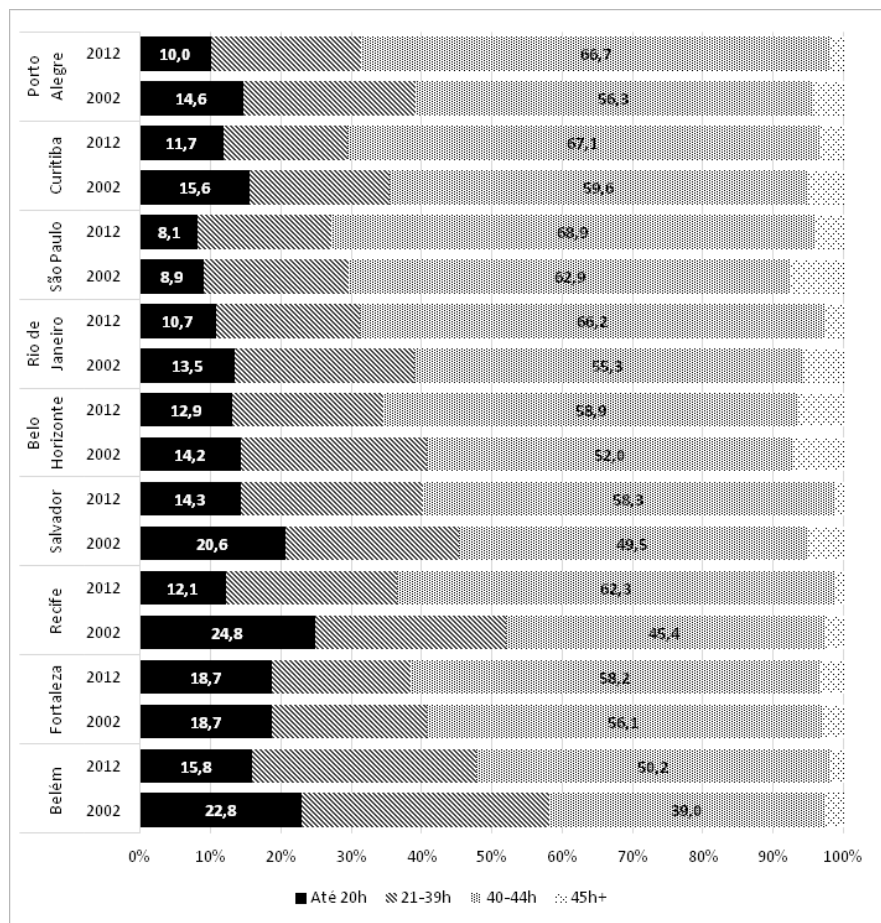
	Taxa de participação masculina (%)	Taxa de participação feminina (%)	Taxa de participação das mulheres com filhos (%)	Taxa de participação das mulheres sem filhos (%)	% de mulheres na população ocupada	% com filhos na população feminina ocupada
2002						
Belém	83,4	61,5	62,9	58,2	43,3	73,1
Fortaleza	85,6	62,9	60,7	67,5	45,0	67,6
Recife	83,7	59,0	56,6	64,7	43,3	68,2
Salvador	88,0	71,1	70,3	72,6	45,5	67,5
Belo Horizonte	88,0	68,1	64,2	75,2	44,5	63,1
Rio de Janeiro	86,4	60,7	57,4	67,9	42,9	66,5
São Paulo	89,6	66,6	60,9	78,3	43,5	62,2
Curitiba	90,6	67,3	63,0	77,0	43,9	65,4
Porto Alegre	90,0	69,6	67,3	74,8	43,9	69,3
2012						
Belém	84,9	63,5	64,8	60,3	43,4	73,1
Fortaleza	85,4	66,0	64,5	68,9	44,9	66,1
Recife	85,1	60,9	59,5	63,5	43,2	66,7
Salvador	88,2	71,6	71,2	72,4	46,2	66,7
Belo Horizonte	89,0	74,6	71,6	80,1	46,7	63,3
Rio de Janeiro	84,8	62,4	61,8	63,9	44,1	67,7
São Paulo	89,0	69,3	64,8	77,6	45,6	60,9
Curitiba	89,9	71,9	69,3	77,1	45,1	66,0
Porto Alegre	87,4	72,3	71,1	74,6	46,5	65,1

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2012.

No total dos trabalhadores ocupados, as mulheres constituem mais de 40% da força de trabalho em todas as RMs e cerca de 2/3 delas tinham filhos (Tabela 1). A taxa de desocupação feminina (dados não mostrados aqui) nas RMs apresentou redução de um ano para o outro. Nas RMs do Sul e Sudeste, a desocupação feminina em 2012 estava abaixo dos 10%, enquanto no Norte e Nordeste o nível máximo registrado foi de 16%. Diferente do que se observou para a condição de atividade, esse indicador se mostra mais desfavorável para as mulheres sem filhos. Em 2012, o desemprego nesse segmento feminino variou de 8% a 20% nas RMs. Enquanto entre as mulheres mães essa variação foi de 4% a 14%. Em certa medida, a maior desocupação entre as mulheres sem filhos pode ser explicada pelo fato desse segmento abrigar uma parcela significativa de mulheres ainda bem jovens e que justamente são aquelas que encontram maior dificuldade de se inserir (primeiro emprego) e se manter no mercado de trabalho.

A distribuição da população feminina ocupada segundo sua jornada de trabalho fora de casa também sofreu alterações expressivas. O peso relativo das mulheres que trabalham jornadas a partir de 40 semanais teve incrementos em todas as RMs, conforme é ilustrado pelos Gráficos 1 e 2, a seguir.

Gráfico 1: Distribuição (%) da população feminina de 16 a 59 anos, ocupada, sem filhos segundo jornada de trabalho. Regiões Metropolitanas 2002 e 2012

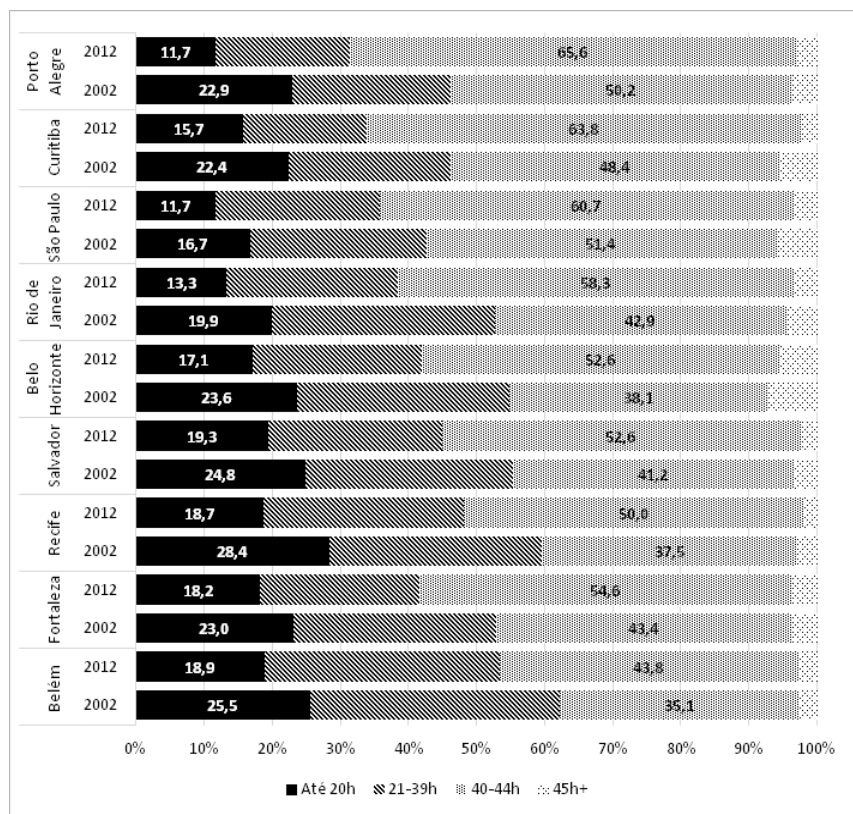


Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2012.

Nota-se que entre as mulheres sem filhos, em 2012, nenhuma RM registrou menos da metade delas em jornadas abaixo de 40 horas semanais. No Sul e Sudeste, elas representam 2/3 desse segmento feminino. (Gráfico 1)

No segmento de mulheres com filhos e ocupadas, os resultados se assemelham ao descrito acima. Mas é importante destacar que o aumento do peso relativo daquelas em trabalhos com jornadas de 40 horas ou mais por semana foi maior ao observado para aquelas sem filhos, porém, esse segmento continua com proporções maiores de mulheres em jornadas de até 20 horas semanais. Outro ponto que se destaca é que nesse grupo de mulheres, a Grande Belém representa uma exceção. Trata-se da única RM em que a maioria das mulheres mães que trabalhavam ainda estavam em jornadas inferiores a 40 horas semanais (Gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição (%) da população feminina de 16 a 59 anos, ocupada, com filhos segundo jornada de trabalho. Regiões Metropolitanas 2002 e 2012



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2012.

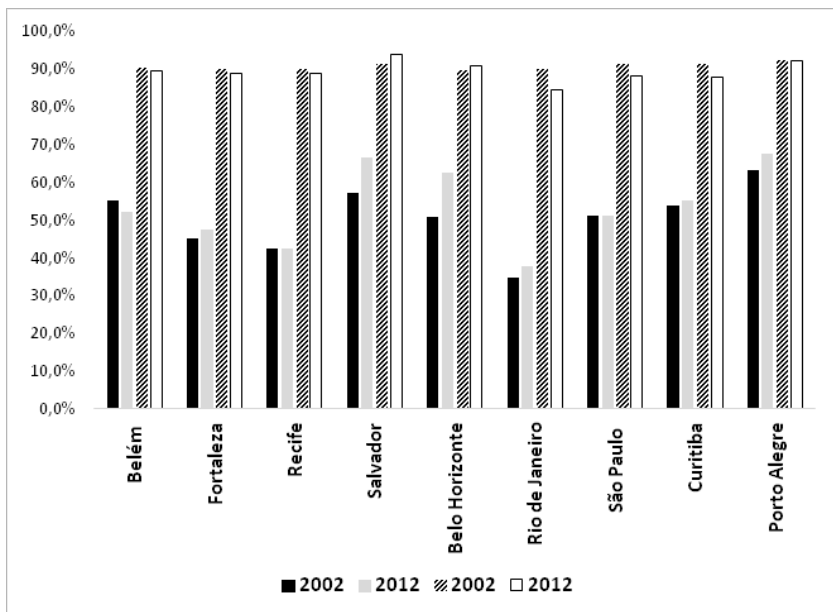
Tenham filhos ou não, a população feminina de 16 a 59 anos em maiores proporções tem disponibilizado sua mão de obra no mercado de trabalho, tem igualmente conseguido se empregar e em ocupações em jornadas *full time* (40 horas ou mais). O que nos

levaria a pensar se esta mudança teria de alguma forma afetado as características ou os tempos do trabalho voltado para o cuidado da família e do espaço doméstico. Os dados a seguir indicam que muito pouco se modificou.

Pode-se ver pelo Gráfico 3 que a proporção de mulheres que declarou ter realizado algum afazer doméstico é expressivamente maior que a proporção de homens em todas as RMs. Enquanto quase que a totalidade das mulheres de 16 a 59 anos declarou ter realizado algum tipo de afazer doméstico durante a semana, a proporção de homens nessa faixa etária que declarou ter feito o mesmo variou de 35% a 67% nos anos destacados.

Nota-se algumas diferenças na declaração masculina entre as RMs. Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre registram as maiores proporções de declaração masculina – acima de 60% em 2012 – enquanto Rio de Janeiro apresenta a menor parcela de homens que realizam afazeres domésticos – abaixo dos 40% nos dois períodos em destaque (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – Proporção da população de 16 a 59 anos de idade que declarou ter realizado algum afazer doméstico na semana de referência por sexo. Regiões Metropolitanas, 2002 e 2012



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2012. Tabulações próprias.

As informações do Gráfico 3 não chegam a surpreender diante de uma quantidade expressiva de estudos que apontam para a persistência de um contemporâneo padrão desigual de divisão sexual do trabalho, no qual se intensificam as atribuições femininas com a articulação da esfera produtiva e reprodutiva, e as atribuições masculinas majoritariamente ainda se resumem ao trabalho e ao provimento financeiro. Conclusões que frustram em grande medida as expectativas de que o trabalho remunerado feminino e, conseqüentemente, a sua maior contribuição no orçamento doméstico-familiar pudessem aumentar o poder de barganha das mulheres, e dessa forma, reduzir as desigualdades

de gênero (WAJNMAN, 2012; GUEDES, 2010; SORJ, FONTES, MACHADO, 2007; BRUSCHINI, 2007; OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA e MARCONDES, 2004; HIRATA, 2004; MONTALI, 2004; BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001).

Dados mais recentes reiteram a percepção de uma desigualdade persistente. Quando se avalia a articulação entre a jornada de trabalho no mercado e no espaço doméstico, pode-se observar pela Tabela 2 que a média de horas dedicada em afazeres domésticos pela população masculina pouco se altera conforme a sua jornada de trabalho nos dois anos em destaque, diferente do tempo médio da população feminina, que diminui expressivamente quando a jornada de trabalho é maior, particularmente para as mulheres com filhos.

TABELA 2 – Horas médias com afazeres domésticos na população ocupada de 16 a 59 anos, por sexo, status reprodutivo das mulheres e jornada de trabalho. Regiões Metropolitanas, 2002 e 2012

RM/ Jornada de trabalho	2002			2012		
	Homens	Mulheres sem filhos	Mulheres com filhos	Homens	Mulheres sem filhos	Mulheres com filhos
Até 20 horas						
Belém	10,5	14,2	27,8	13,9	17,1	27,8
Fortaleza	12,5	17,9	38,4	12,2	15,8	33,1
Recife	11,3	18,4	34,8	14,1	18,6	31,7
Salvador	10,9	16,7	31,0	11,4	18,0	27,9
Belo Horizonte	12,3	17,3	34,7	9,1	13,8	33,4
Rio de Janeiro	11,3	16,7	30,2	11,9	16,2	25,7
São Paulo	11,6	19,6	34,4	9,7	16,6	25,6
Curitiba	11,2	20,0	36,8	7,9	12,2	31,4
Porto Alegre	12,2	17,5	35,0	11,7	13,5	28,0

40-44 horas						
Belém	8,4	13,9	16,8	10,7	14,8	19,3
Fortaleza	11,7	15,6	21,3	11,5	16,2	22,4
Recife	10,0	15,4	20,1	11,5	18,1	22,6
Salvador	9,9	13,1	19,3	10,0	15,8	20,0
Belo Horizonte	9,1	13,0	20,1	9,0	12,6	21,4
Rio de Janeiro	10,3	16,2	20,8	9,9	13,9	19,2
São Paulo	8,7	13,6	22,0	9,6	12,7	18,1
Curitiba	7,4	12,8	19,9	8,4	12,1	18,7
Porto Alegre	10,4	13,3	21,7	9,9	13,2	20,7

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2012.

Entre os homens observa-se que há poucas diferenças entre as médias de horas dispendidas com afazeres domésticos entre aqueles que trabalham 20 horas e 40-44 horas semanais. Em 2002, a variação entre as médias foi de 1 hora (Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo) até 4 horas (Curitiba) a mais para aqueles que trabalhavam até 20 horas semanais. No ano de 2012, essa variação foi de menos de 1 hora (Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo) até 3 horas (Belém). Essa redução na diferença acontece de forma semelhante entre as médias das mulheres sem filhos. O maior diferencial encontra-se, de fato, nas horas médias das mulheres com filhos. No ano de 2002, a variação entre as médias foi de 9 horas (Rio de Janeiro) até 17 horas (Fortaleza) a mais para aquelas que trabalhavam até 20 horas semanais. Em 2012, essa variação caiu para 6 horas (Rio de Janeiro) até 12 horas (Belo Horizonte e Curitiba). Ou seja, o tempo gasto com as tarefas domésticas tendem a ser mais próximas entre homens e mulheres, quando estas não têm filhos. Quando estas são mães os tempos com afazeres tende a ser maior, principalmente entre aquelas que trabalham fora de casa em jornadas de até 20 horas semanais. (Tabela 2)

O tempo médio que homens e mulheres, que trabalham fora de casa, dispõem para a realização de tarefas domésticas também difere conforme sua posição dentro do domicílio. (Tabela 3)

TABELA 3 – Horas médias dispendidas com afazeres domésticos na população ocupada de 16 a 59 anos, por sexo e posição no domicílio. Regiões Metropolitanas, 2002 e 2012

Regiões metropolitanas	Homem				Mulher			
	Pessoa de referência	Cônjuge	Filho	Outro Parente	Pessoa de referência	Cônjuge	Filha	Outra Parente
2002								
Belém	9,0	8,8	8,6	8,9	20,2	21,7	13,6	14,5
Fortaleza	12,0	16,4	11,4	11,2	24,3	27,6	16,5	17,3
Recife	10,8	11,8	9,7	9,5	21,4	27,2	16,8	18,6
Salvador	10,6	11,3	9,2	9,6	20,5	25,2	13,9	15,9
Belo Horizonte	10,2	12,5	8,9	10,4	20,5	26,0	13,8	14,0
Rio de Janeiro	11,1	7,5	8,8	9,2	20,5	24,6	15,5	17,9
São Paulo	9,4	9,8	7,0	8,8	21,8	25,3	13,0	18,2
Curitiba	8,6	9,8	7,5	9,0	20,2	24,1	13,3	15,1
Porto Alegre	10,7	10,4	8,7	9,2	20,4	25,3	13,8	14,1
2012								
Belém	12,6	11,0	10,2	9,6	21,2	23,2	16,2	17,0
Fortaleza	12,6	11,8	9,0	9,7	24,0	25,6	16,3	15,7
Recife	13,2	10,3	12,0	12,2	24,6	25,6	18,3	19,6
Salvador	10,9	10,6	8,5	8,9	21,0	23,9	13,8	15,1
Belo Horizonte	9,8	8,8	7,6	8,0	21,1	23,8	12,0	14,0
Rio de Janeiro	11,0	9,9	9,7	9,5	20,2	21,4	13,8	15,6
São Paulo	10,0	9,0	8,1	8,9	18,5	19,2	11,8	14,8
Curitiba	8,8	9,2	6,9	7,6	18,4	21,4	11,5	11,9
Porto Alegre	11,0	9,6	8,8	9,7	19,7	21,2	13,0	14,2

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2012.

Entre os homens, o tempo médio apresenta pequenas variações nas diferentes posições ocupadas no domicílio. As maiores horas médias masculinas aparecem nas RMs do Norte e Nordeste. No caso das mulheres, as diferenças entre as posições são bem mais expressivas. Na Tabela 3, acima, é visível o quanto a posição de pessoa de referência e, principalmente, de cônjuge no domicílio representa para as mulheres o comprometimento do seu tempo com a realização de tarefas domésticas. E nas RMs do Norte e Nordeste, isso aparece de forma mais destacada. Chama atenção, na comparação entre os anos, que em algumas RMs as horas médias femininas com afazeres domésticos apresentou uma grande redução. Na Grande São Paulo, por exemplo, para as cônjuges esse decréscimo foi de cerca de 6 horas médias, enquanto para as mulheres responsáveis pelo domicílio, 4 horas em média. A Grande Curitiba também se destaca pela redução observada em todas as posições ocupadas pelas mulheres.

Na medida em que grande parte das responsáveis e cônjuges são mães, os tempos médios registrados são bem próximos aos observados para as mulheres ocupadas com filhos, conforme visto anteriormente. Esse conjunto de informações reforça os questionamentos sobre a acentuação de desigualdades de gênero. Parece muito plausível a reflexão de que a vida cotidiana feminina permanece predominantemente ocupada com serviços prestados a suas famílias. Mesmo entre aquelas que dividem seu tempo com o trabalho fora de casa, seus tempos médios com afazeres domésticos representam o acréscimo de uma segunda jornada de trabalho semanal de não menos que 17 horas. Aproximadamente equivalente ao que é considerado uma meia jornada semanal no mercado de trabalho. Isso significa que a jornada total semanal de uma parcela nada desprezível de mulheres ocupadas está acima de 60 horas de trabalho. Como alguns autores chamam atenção (WAJMANN, 2012; DEDECCA, 2004), semanalmente, as mulheres gastam muito mais horas trabalhando do que os homens.

Para aprofundar a análise foram elaborados, com auxílio do *software* estatístico R, modelos de regressão logística com o objetivo de avaliar os fatores mais associados a probabilidade das mulheres

de 16 a 59 anos a dispendem um tempo acima da média na realização de afazeres domésticos. Desse modo, dois modelos de regressão logística binomial foram construídos; um considerando apenas as mulheres que são mães e outro apenas as mulheres que trabalham. Replicados para os anos de 2002 e 2012. A variável resposta para ambos os modelos é dicotômica, assumindo o valor '0' para aquelas mulheres cujo tempo gasto com afazeres domésticos é até a hora média registrada para o segmento feminino em estudo e '1' para aquelas que estão acima da hora média.

Os modelos construídos relacionam um conjunto de variáveis com a variável resposta dicotômica (se está ou não acima da média)⁴. Os resultados serão apresentados na forma dos níveis de significância das variáveis, suas razões de chances⁵ e os intervalos de confiança das razões de chances.

O tempo com os afazeres domésticos das mulheres mães

Na aplicação do modelo logístico binário, os resultados na Tabela 4 mostram que apenas as variáveis Cor e Região apresentam categorias com p-valor > 0,05. O que significa que as associações não teriam significância estatística, considerando intervalo de confiança de 95%. Por exemplo, dentre as mulheres de 16 a 59 anos

⁴ E $(Y) = \pi(x)$ representa a probabilidade de ocorrência do evento, no nosso caso, a probabilidade de uma mulher ter um tempo acima da média na realização de tarefas domésticas. O modelo de regressão logística é dado pelo $\log(\pi(x)/(1-\pi(x))) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p$, então, $\pi(x) = \exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p) / (1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p))$

⁵ Razão de Chances (*Odds Ratio* em inglês) é definida como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo em relação a chance de ocorrer em um outro grupo adotado como referência. Uma razão de chances igual a 1 indica que o evento sob estudo é igualmente provável de ocorrer nos dois grupos. Uma razão de chances maior que 1 indica que o evento tem maior probabilidade de ocorrer em relação ao grupo de referência. Uma razão de chances menor do que 1 indica que a probabilidade de ocorrência é menor em relação ao grupo de referência.

que tem filhos, em 2002, as que residem nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre apresentaram resultados que não foram significativos, ao nível de significância de 5% em relação às que residem na Grande São Paulo.

Entre aquelas RMs que apresentaram significância estatística, a informação de *Odds Ratio*, a Razão de Chance, nos diz sobre a magnitude dessas associações. Nas RMs de Belém, Rio de Janeiro e Curitiba as mulheres mães têm menos chances de apresentarem tempo acima da média em afazeres domésticos em relação àquelas mulheres mães que residem na RM de São Paulo (Tabela 4). Em 2012, os dados revelam uma situação oposta a 2002, todas as RMs apresentam significância estatística, ao nível de 5%, e todas as regiões relevam chances maiores das mulheres de 16 a 59 anos com filhos dedicarem tempo acima da média em afazeres domésticos em relação aquelas que residem na Grande São Paulo, destacando as mulheres que residentes na RM de Fortaleza, que têm 3 vezes mais chance de dedicar tempo acima da média em afazeres domésticos que as mulheres residentes na Grande São Paulo. (Tabela 4)

TABELA 4 – Razão de Chance para fatores associados ao tempo gasto acima da média com tarefas domésticas para a população feminina de 16 a 59 anos que tem filhos, 2002 e 2012

	2002			2012		
	p-valor	OR (Razão de de Chance)	Intervalo de de Confiança (95%)	p-valor	OR (Razão de de Chance)	Intervalo de Confiança (95%)
(Intercepto)	0,000***			0,000***		0,99;1,00
Idade	0,000***	1,01	1,005;1,013	0,913	1	
Anos de estudo						
0 - 7 anos		1,00			1	
8 - 11 anos	0,000***	0,86	0,81;0,93	0,000***	0,79	0,73;0,85
12 - 14 anos	0,000***	0,60	0,48;0,73	0,000***	0,74	0,64;0,85
15+ anos	0,000***	0,32	0,27;0,38	0,000***	0,45	0,40;0,50
Condição de ocupação						
Ocupada		1			1	
Desocupada	0,000***	4,31	3,92;4,74	0,000***	3,53	3,15;3,96
Cor						
Branças		1			1	
Negras	0,621	1,02	0,94;1,1	0,002***	1,04	1,04;1,21
Outras	0,161	1,29	0,90;1,86	0,440	0,57	0,57;1,27
Condição no domicílio						
Pessoa Responsável		1			1	
Cônjuge	0,000***	1,77	1,63;1,93	0,000***	1,27	1,18;1,36
Filha	0,000***	0,61	0,52;0,71	0,000***	0,45	0,39;0,52
Outra	0,007***	0,74	0,61;0,92	0,000***	0,59	0,49;0,72
RM						
São Paulo		1			1	
Belém	0,000***	0,55	0,47;0,65	0,000***	1,84	1,59;2,13
Fortaleza	0,054	1,14	0,99;1,31	0,000***	3,11	2,69;3,59
Recife	0,474	1,05	0,91;1,2	0,000***	2,51	2,19;2,88
Salvador	0,263	0,92	0,81;1,05	0,000***	1,74	1,52;2,00
Belo Horizonte	0,688	0,97	0,84;1,12	0,000***	2,03	1,78;2,33
Rio de Janeiro	0,000***	0,71	0,62;0,81	0,000***	1,52	1,33;1,74
Curitiba	0,005***	0,78	0,66;0,93	0,000***	1,41	1,19;1,67
Porto Alegre	0,059	0,88	0,78;1,00	0,000***	1,56	1,37;1,78

Níveis de significância: *** p-valor < 0.001; ** p-valor < 0.01; * p-valor < 0.05.

Nota-se igualmente que quanto maior a escolaridade das mulheres mães menores são as chances de apresentarem um tempo com afazeres domésticos acima da média registrada para esse segmento feminino. Para o grupo com 15 anos ou mais de escolaridade, por exemplo, em 2002, elas tinham 68% menos de chance de estar acima da média do que as mulheres com até 7 anos de estudo. Em 2012, tinham 55% a menos.

As mulheres com filhos e que não trabalhavam em 2002 tinham quatro vezes mais chances de apresentar tempo acima da média em afazeres domésticos que as mulheres com filhos que trabalhavam. Em 2012 essa chance diminuiu para três vezes.

Como destacado anteriormente, a posição ocupada pela mulher no domicílio tem forte associação com o tempo dispendido com afazeres domésticos. No resultado do modelo, as categorias se mostram estatisticamente significativas, ao nível de significância de 5%, exceção à categoria “outra” em 2002. Nessa variável destaca-se que a mulher mãe que é cônjuge, em 2002, tinha 77% de chance de gastar um tempo acima da média com tarefas domésticas do que uma mulher mãe que é responsável pelo domicílio. Em 2012, a força dessa associação é reduzida para 27%. Enquanto as mulheres mães e que são filhas da pessoa responsável pelo domicílio de 39% a menos de chance de gastarem um tempo acima da média com afazeres domésticos em 2002, passam a ter 55% a menos de chance em 2012.

No que se refere a idade, apenas o ano de 2002, apresenta significância estatística, com intervalo de confiança de 95%, ou seja, quanto mais se avança na idade maior a chance de dedicar tempo acima da média em afazeres domésticos.

O tempo com os afazeres domésticos das mulheres que trabalham

No modelo a seguir em que são consideradas as mulheres de 16 a 59 anos que são ocupadas, novamente, a variável Cor foi a única que não apresentou significância estatística, com intervalo de confiança em 95%.

Para as demais variáveis, alguns dos resultados se assemelham ao encontrado para as mulheres mães. No que se refere às RMs, no ano de 2002, Belém, Salvador e Belo Horizonte foram as únicas áreas estatisticamente significantes ao nível de 5%, todas com menores chances das mulheres ocupadas dispenderem um tempo acima da média com tarefas domésticas em relação aquelas residentes na Grande São Paulo. Em 2012, exceção feita as RMs do Rio de Janeiro e Curitiba, todas as demais exibiram maiores chances das mulheres ocuparem tempo acima da média comparadas as mulheres ocupadas e residentes em São Paulo (Tabela 5).

Nos dois anos analisados, as mulheres que trabalhavam e que não tinham filhos apresentaram 50% menos chances de realizarem tarefas domésticas em um tempo acima da média do que aquelas que trabalham e tem filhos.

Assim como no modelo anterior, ser cônjuge representava, em 2002, 62% a mais de chance para uma mulher ocupada de apresentar um tempo gasto acima da média com a realização de tarefas domésticas comparadas às responsáveis pelo domicílio. No ano de 2012, a chance era de 30% a mais. Para aquelas que ocupavam a posição de “Filhas”, nos dois anos analisados, as chances de apresentarem um tempo acima da média era pouco mais de 50% a menos (Tabela 5).

TABELA 5 – Razão de Chance para fatores associados ao tempo gasto acima da média com tarefas domésticas para a população feminina de 16 a 59 anos que são ocupadas, 2002 e 2012

	2002			2012		
	p-valor	OR (Razão de Chance)	Intervalo de Confiança (95%)	p-valor	OR (Razão de Chance)	Intervalo de Confiança (95%)
(Intercepto)	0,000***			0,000***		
Idade	0,000***	1,01	1,00;1,01	0,003***	1	1,00;1,00
Anos de estudo						
0 - 7 anos		1			1	
8 - 11 anos	0,001***	0,87	0,80;0,94	0,000***	0,84	0,77;0,91
12 - 14 anos	0,000***	0,46	0,39;0,55	0,000***	0,61	0,53;0,7
15+ anos	0,000***	0,35	0,31;0,40	0,000***	0,43	0,39;0,49
Jornada de Trabalho						
Até 20 horas	0,000***	3,39	3,08;3,73	0,000***	2,28	2,07;2,51
de 21 horas a 39 oras	0,000***	2,18	1,99;2,37	0,000***	1,67	1,55;1,81
de 40horas a 44 horas		1			1	
45 horas e mais	0,258	0,89	0,74;1,08	0,300	1,10	0,91;1,33
Cor						
Branças		1			1	
Negras	0,095	1,07	0,98;1,16	0,002***	1,12	1,04;1,21
Outras	0,428	1,16	0,79;1,69	0,850	0,96	0,65;1,41
Tem Filhos						
Sim		1			1	
Não	0,000***	0,52	0,47;0,58	0,000***	0,5	0,46;0,55
Condição no domicílio						
Pessoa Responsável		1			1	
Cônjuge	0,000***	1,62	1,49;1,77	0,000***	1,30	1,2;1,4
Filha	0,000***	0,47	0,41;0,54	0,000***	0,44	0,39;0,50
Outra	0,000***	0,67	0,56;0,82	0,000***	0,50	0,42;0,60
Região						
São Paulo		1			1	
Belém	0,000***	0,64	0,54;0,75	0,000***	1,96	1,69;2,26
Fortaleza	0,052	1,16	0,99;1,34	0,000***	2,69	2,33;3,12
Recife	0,059	1,15	0,99;1,33	0,000***	2,02	1,75;2,33
Salvador	0,000***	0,74	0,64;0,85	0,000***	1,49	1,30;1,71
Belo Horizonte	0,265***	0,91	0,79;1,06	0,000***	1,79	1,57;2,04
Rio de Janeiro	0,246	0,92	0,80;1,05	0,004***	1,20	1,05;1,37
Curitiba	0,003	0,77	0,65;0,91	0,075	1,15	0,98;1,35
Porto Alegre	0,064	0,88	0,78;1,01	0,000***	1,42	1,25;1,60

Níveis de significância: *** p-valor < 0.001; ** p-valor < 0.01; * p-valor < 0.05.

No ano de 2002, as mulheres que trabalhavam até 20 horas por semana tinham três vezes mais chance de dedicar tempo acima da média em responsabilidades domésticas que as mulheres que trabalhavam de 40 a 44 horas por semana, e as que trabalhavam de 21 a 39 horas tinham duas vezes mais chance. Para o ano de 2012, as mulheres desses segmentos permanecem com maiores chances, mas mais reduzidas que as observadas para 2002. As primeiras apresentam duas vezes mais chance e as segundas, 67% a mais de chance de dedicar tempo acima da média em afazeres domésticos que aquelas que trabalham jornadas de 40 a 44 horas semanais. (Tabela 4)

Considerações finais

A tensão entre casa e trabalho não é uma questão nova, mas vários fatores imprimem significados diferentes para as gerações mais contemporâneas. A própria organização do tempo com o processo de modernização impôs jornadas bem definidas de trabalho, comprimindo cada vez mais os tempos dedicados a outros tipos de afazeres para além do trabalho. Mudanças na infraestrutura produtiva, nos processos de produção, inovações tecnológicas, avanço da urbanização, disseminação de novas ideias, valores e expectativas sociais que ocorridas de modo desigual ao largo do território, cobraram seu pedágio às mulheres, exigindo escolhas que envolveram ganhos, mas também perdas (OLIVEIRA; MARCONDES, 2004). As possibilidades de inserção produtiva para as mulheres se diversificam, em grande parte motivadas pela melhor qualificação escolar. Em tempos mais recentes isso tem levado as mulheres a penetrarem em nichos laborais até então considerados masculinos. Por outro lado, para alguns o modo como o mundo do trabalho se encontra organizado ainda preserva a lógica de trabalhadores – homens – dedicados quase que exclusivamente a suas obrigações produtivas. Mas de seres que necessitam ser complementados – por mulheres. Ou melhor, por atividades outras que a elas cabem desempenhar. Mantida

essa lógica, quem seria o complementar das mulheres que estão no mercado de trabalho? Como diz um livro que trata do núcleo dessa questão, “as mulheres trabalhadores não têm esposas!” (APTER, 1985). Iniciativas como as chamadas jornadas flexíveis, o trabalho não manual em domicílio, reeditado ou repaginado graças à conectividade viabilizada pela internet de alta velocidade – sem que o trabalhador ou trabalhadora se isole de suas equipes de trabalho – são todas elas tentativas de enfrentar a questão do modelo em que se apoia o mercado de trabalho.

O fato é que as mulheres sempre trabalharam, sendo formalmente considerado ou não como trabalho! Uma vasta literatura documenta o engajamento feminino em atividades que auxiliam no provimento de suas famílias ou até mesmo que lhes permitissem recursos fora do controle de pais ou maridos. E invariavelmente se envolviam, e podemos dizer que ainda se envolvem, em atividades que tornassem possível tocar as tarefas que “naturalmente” já lhes cabiam por serem mulheres. É plausível pensar nos múltiplos constrangimentos e prejuízos que tal condição ao longo do tempo acarretou. E que continua a acarretar na medida em que ainda se tem como natural que as mulheres assumam casa e família como sua responsabilidade primeira.

Referências Bibliográficas

APTER, T. *Working Women don't have Wives*. New York: St. Martin Press, 1985. 280 p.

BRUSCHINI, C. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil Contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, FCC, n. 110, 2000.

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, FCC, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

_____. LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas,

n. 17/18, 2001.

_____. RICOLDI, A. M. Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2008. 147p.

_____. _____. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, FCC, v. 39, n. 136, jan./abr., 2009.

CASTRO, M. G; et al. Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental. In: CASTRO, org. *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: EDUFBA, 2012.

DEDECCA, C. S. Trabalho, tempo e gênero. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria E. B. de; SOARES, Vera. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*, São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DEDECCA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina Oliveira de; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina & HIRATA, Helena. *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Carlos Chagas, 2008a.

GUEDES, M. C. Mulheres de nível universitário no mercado de trabalho: aproximações do padrão masculino? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 17, Caxambu, MG, 2010. *Anais...*, Caxambu: ABEP, 2010.

HIRATA, H. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E.M.; LIMA, M.E.B.; SOARES, V. (orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero e trabalho*, editado pela CUT Brasil, 2004.

_____. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V. (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero e trabalho*, editado pela CUT Brasil, 2004.

- _____. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, FCC, v. 37, n. 132, set./dez., 2007.
- MONTALI, L. Família e trabalho: os desafios da equidade para as famílias metropolitanas na recuperação da economia nos anos 2000. In: TURRA, C. M.; CUNHA, J. M. P. (orgs.) *População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 2012. pp. 177-186.
- MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006.
- NEVES, M. de A. "Anotações sobre trabalho e gênero". In: *Cadernos de Pesquisa*, FCC, v. 43 n. 149, 2013, p. 404-421. 2013.
- OAKLEY, A. *The Sociology of Housework*. New York: Pantheon Books, 1974. 1st American Edition. 243 p.
- OLIVEIRA, M.C.F.A. Notas soltas sobre o mundo privado e os gêneros. In: TURRA, C. M.; CUNHA, J. M. P. (orgs.) *População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 2012b. pp. 163-170.
- _____. Women's Status and Labor Regimes: the demand for fertility regulation. In: HOGAN, D. *Population Change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: Population Studies Center NEPO/UNICAMP, 2001, p. 53-60.
- _____. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. In: *Revista de Estudios Demográficos y Urbanos*, México, DF: El Colegio de México, v. 7, n. 2-3, 1992, p. 511-537.
- _____. Trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 6 (1), jan-jul: 25-33, 1989.

- _____. A Produção da Vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo, FFLCH, 1981
- OLIVEIRA, M. C. F. A.; MARCONDES, G.S. Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós-feminismo. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais: Pobreza, desigualdade e exclusão social*. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Hotel Glória (Caxambu- MG). 20 a 24 de setembro de 2004.
- SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de pesquisa, FCC*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- _____. et al. Políticas e Práticas de conciliação entre a família e o trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 573-594.
- _____. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, 2013, p. 478-491.
- WAJNMAN, S. Relações familiares e diferenciais de rendimentos por sexo no Brasil. In: TURRA, C. M.; CUNHA, J. M. P. (orgs.) *População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte: ABEP, 2012. pp. 187-192.
- WAJNMAN, S. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 10, Caxambu, MG, 1998. *Anais...*, Caxambu: ABEP, 1998.
- WAJNMAN, S; MARRI, I. Esposas como principais provedores de renda familiar. In: *Anais... XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP: Caxambu, 2006.

PERCEPÇÃO DE MULHERES EXTRATIVISTAS SOBRE O TRABALHO NA ILHA DE MARAJÓ-PARÁ

*Bianca Ferreira Lima**
*Dalva Maria da Mota***

Resumo: O artigo objetiva analisar por que a atividade extrativista não é considerada como trabalho pelas próprias mulheres, pelos membros do seu grupo doméstico e demais agentes sociais entrevistados quando comparado ao assalariado. A pesquisa foi realizada no povoado Vila Paca, Ilha do Marajó – PA entre 2011 e 2012. A abordagem foi qualitativa. As conclusões mostram que as atividades domésticas e extrativas conformam arranjos de trabalho complementares e flexíveis; o fato do extrativismo ser feito exclusivamente por mulheres influencia no status de não trabalho; e a autonomia para organizar o trabalho influencia nas noções construídas sobre trabalho.

Palavras-chave: Mulheres; trabalho assalariado e doméstico; reprodução social.

Perception of women extractive about work in the island of Marajó- Pará

Abstract : The article aims to analyze why gathering activity is not considered labour when compared to the remunerated work by the gatherer women, the members of your homegroup and other social actors interviewed. The research was accomplished at thorp Vila Paca, Ilha do Marajó - PA – in 2011 and 2012 and consisted in qualitative approaches. The main conclusion showed that: the alternate between domestic activities and extractivism conforms arrangements of complementary and flexible working; the fact that extractivism is done exclusively by women influences the status

* Mestre em Agricultras Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: biaflorestaa@gmail.com.

** Pós-doutora em Antropologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: dalva@cepatu.embrapa.br.

Recebido em: 27/11/2015 – **Aceito em:** 13/04/2016.

of not working and the autonomy to organize the work influences the built notions about work.

Keywords: Women; wage work and domestic; social reproduction.

Percepción de las mujeres extractivas acerca del trabajo en la isla Marajó – Pará

Resumen: El artículo objetiva analizar por qué el trabajo de las mujeres no es considerado trabajo por los actores sociales involucrados en la investigación en comparación con el asalariado. La encuesta se realizó en la localidad de Vila Paca, Isla de Marajó – PA – en los años 2011 y 2012 y consistió en enfoques cualitativos. Las principales conclusiones sugieren que: la alternancia entre las tareas domésticas y extractiva ajusta acuerdos de trabajo complementarios y flexibles; el hecho de que la extracción se realiza exclusivamente por las mujeres y influyen en el “status” de no trabajo; y la autonomía para organizar el trabajo tiene influencia en las nociones de trabajo.

Palabras clave: Mujeres; trabajo asalariado y doméstico; reproducción social.

1 – Introdução

Os estudos que tratam da relação entre trabalho e gênero no extrativismo são raros no Norte do Brasil, corroborando com a percepção de que o debate acadêmico tem dado maior ênfase às mulheres agricultoras. A desproporcionalidade se acentua porque boa parte dos estudos sobre estas últimas foram realizados nas regiões Sul, Nordeste e Sudeste do Brasil (PAULILO, 2000; BRUMER, 2004; SILIPRANDI, 2009; 2006; 2000).

Sobre as mulheres extrativistas, se destacam os trabalhos de Simonian (2001) e de Wolff (1999), que tratam das mulheres castanheiras e seringueiras, analisando como elas têm contribuído para a sobrevivência dos seus grupos domésticos. Segundo a autora, “a continuidade e existência desses grupos estão condicionadas à capacidade de reprodução, o que significa a elaboração de formas de sustentação econômica (SIMONIAN, 2001:18)”. Em sua análise, ela aborda aspectos sobre a concepção do tempo social e do tempo individual mediada pela percepção sobre o tempo da natureza. Ela sinaliza que para entender as atividades realizadas na lógica de jornada de trabalho, é preciso compreender o calendário

agroextrativo, necessariamente marcado pelo tempo de caçar, de pescar, de coletar (frutos, sementes), de capinar, plantar e fazer roça.

Os trabalhos de Maneschy (2001); Maneschy & Almeida (2002); e Almeida (2002), ao abordarem as mulheres que praticam extrativismo animal, enfatizam a dificuldade de valorização na atividade produtiva por elas realizada, o que acarreta tensões na divisão sexual do trabalho.

No Nordeste os estudos têm enfatizado o processo de luta das quebradeiras de coco babaçu em prol da afirmação de uma identidade coletiva, da conservação do meio ambiente e dos seus modos de vida, bem como a criação de instrumentos legais para garantir os direitos territoriais e, conseqüentemente, a reprodução social (ANDRADE, 2009; FIGUEIREDO, 2005; VEIGA et. al, 2009; ALMEIDA, 2008; PORRO et al. 2011). Mais recentemente, estudos sobre as catadoras de mangaba e as marisqueiras têm destacado a importância das suas práticas para à conservação da biodiversidade (MOTA et al. 2011). Não obstante, lacunas persistem quanto ao lugar do trabalho nas análises e ganham relevância porque são fortemente influenciados por noções de gênero que nem sempre atribuem o status de trabalho às atividades realizadas pelas mulheres.

Tendo em conta a problemática, o artigo tem como objetivo analisar por que o extrativismo da mangaba, praticado pelas mulheres da Ilha do Marajó – PA, não é considerado (por elas, pelos membros de seus grupos domésticos e pelos demais atores) trabalho quando comparado às atividades assalariadas.

A pesquisa foi realizada no povoado Vila Paca, Salvaterra, Ilha do Marajó – Pará – no período de 2011 e 2012. A metodologia constou de abordagens qualitativas com observações, participação em reunião e entrevistas. Os principais envolvidos foram as mulheres extrativistas de mangaba, os membros de seus grupos domésticos e atores de localidades adjacentes que praticam a atividade.

O artigo está estruturado em quatro partes: i) introdução, ii) o lugar de pesquisa: os espaços socialmente construídos, a partir

do recorte de gênero e da noção de trabalho; iii) o extrativismo da mangaba, analisando a noção de trabalho neste contexto; e, por fim, iv) as conclusões.

2 – Lugar de pesquisa: os espaços socialmente construídos, a partir do recorte de gênero e da noção de trabalho

2.1 – A Vila e os domicílios

A Vila Paca localiza-se no distrito de Joanes, município de Salvaterra, macrorregião da ilha do Marajó – Pará. É uma localidade recente que tem aproximadamente 30 anos e está constituída por um arruado com seis (6) domicílios, contando com energia elétrica, sistema de abastecimento de água e uma capela católica.

Na Vila Paca, o espaço destinado aos domicílios é de aproximadamente 1.500 metros e abriga as roças e o terreiro de cada grupo doméstico. As casas são na maioria sem reboco e alinhadas às margens de um *ramal* sem asfalto, que dá acesso às localidades de Água Boa e de Cururu-Grande. As duas últimas localidades são margeadas pela Baía do Marajó, na costa da Ilha, e em períodos de veraneio são locais bastante apreciados pelos turistas, aquecendo a economia local, inclusive com a oportunidade de trabalhos temporários.

Em Vila Paca, a classificação do espaço, conforme Woortmann (1992), reflete os “domínios pertinentes a cada gênero” (p. 3). Ali, as mulheres pertencem à casa, ao terreiro e à roça. Nas casas, a cozinha é uma construção anexa, coberta por telhas de amianto ou palha, e sem paredes. É o espaço escolhido pelas mulheres para conversas durante uma visita quando é servido um café feito no fogão à lenha. As frentes das casas são delimitadas por cercas e portão de madeira. Aos homens pertence o externo à Vila, ou

seja: o mar e a cidade, sendo esta última, lugar por excelência do trabalho assalariado¹.

Os espaços de uso comum são de domínio também das mulheres, tanto as mais velhas como as mais jovens. Outros espaços são de uso misto, e não exclusivos dos moradores da vila, como o mangue e o campo da mangaba. Vale ressaltar que o último os homens só utilizam para caçar ou para extrair madeira para a construção de canoas, remos, cercas ou telhados, atividades que são esporádicas.

2.2 – Família e Grupos Domésticos na Vila Paca

Segundo a memória oral, a Vila Paca foi fundada pela família Amador, e, a partir do desmembramento dessa família, formaram-se seis grupos domésticos, os quais ali viviam no momento da pesquisa. Estende-se à constatação a noção de família como ideia – valor e o grupo doméstico como um agregado de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo do ciclo evolutivo e em distintos momentos. “Família, como modelo ideológico, pode ser permanente, enquanto o grupo doméstico pode variar no tempo” (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004: 3).

Na Vila Paca os moradores afirmam ser parentes e/ou compadres, relações que balizam interações de outra natureza, conforme nos orienta Garcia Jr (1983):

As relações de solidariedade entre os membros de uma mesma família, na produção doméstica, são de outra natureza (econômica e social), e diferem de processos de trabalho em que as relações de produção são estabelecidas por salários (GARCIA JR., 1983: 101).

A população da Vila Paca é de 25 pessoas, agrupadas em quatro tipos de grupos domésticos (Quadro 1):

¹ Desse total cinco (20%) são crianças (na idade entre zero mês até onze anos) e 20 são maiores de 12 anos (80%) sendo que 36% têm entre 17 e 39 anos.

QUADRO 1 – Tipologia dos grupos domésticos

Tipo de Grupo Doméstico	Breve Descrição	Total
Nuclear	Casal e filhos biológicos	1
Chefiado por mulheres	Onde a mulher não tem um parceiro co-residente, muitas vezes é mãe solteira.	1
Extenso	Além dos pais e das crianças, coabitam outros parentes consanguíneos, podendo ser chefiado por qualquer um dos cônjuges	1
Nuclear agregado	Grupos domésticos nucleares compartilham o mesmo espaço (residência ou estabelecimento), mas têm orçamento separado	3
Total		6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2009/2010.

Em se tratando da chefia dos grupos domésticos, em apenas um caso é o casal que ocupa tal posição. Em três, são as mulheres que desempenham esse papel. Elas são viúvas ou mães solteiras, estudaram até a 3ª série do ensino fundamental e desenvolvem suas atividades nas esferas produtivas e reprodutivas. Segundo a classificação de Carvalho (1998), no que diz respeito à chefia domiciliar, em Vila Paca predomina aquela em que há a ausência masculina, uma vez que em três domicílios a chefia feminina é atribuída à viuvez, em dois, à ausência de marido, e, em apenas um domicílio, a chefia é compartilhada entre o casal. Em três domicílios (50%), o filho caçula, homem, reside na casa da mãe,

mesmo tendo esposa e filho. Nos outros três domicílios (50%), os filhos homens caçulas ainda não são casados nem têm filhos. Há dois casos na localidade em que as filhas acima de 17 anos são mães solteiras e moram no domicílio da mãe juntamente com os seus filhos. As mulheres, com apenas uma exceção, trabalham na localidade e em um domicílio. A nora, que ainda não tem filhos, trabalha de modo assalariado como merendeira na escola de outro povoado.

A situação das mulheres jovens que residem no domicílio do grupo doméstico, segundo informaram, não é uma condição invejável por estas dependerem economicamente da mãe e terem pouca liberdade e autonomia, mesmo na criação de seus próprios filhos. Elas afirmam que a situação é transitória, e explicitam o desejo de trabalharem *em casas de famílias*, como domésticas, situação já foi experimentada por ambas, tendo sido encerrada em virtude da necessidade de retornar à Vila Paca após engravidarem. O fenômeno reforça a constatação de Woortmann & Woortmann (2004) para os quais:

Mães solteiras e grupos domésticos monoparentais com chefia feminina começaram a surgir com a migração para a cidade. Desaparecendo o controle exercido pela família e pela comunidade, relações sexuais não maritais, mesmo que não frequentes, podem conduzir a monoparentalidade (WOORTMANN & WOORTMANN, 2004:46).

Apesar das avós aceitarem a situação da filha como mãe solteira e contribuírem para a criação dos netos, existe uma tensão velada de ambos os lados. Se por um lado, ajudar na criação dos netos significa, para as avós, o imperativo de obter mais recursos materiais ou dividir os já existentes com mais dois membros no grupo (filha e neto), por outro lado, para as mães significa se submeter aos serviços domésticos, à falta de autonomia nos afazeres e à restrição da liberdade na juventude, pois o “peso”

de ser mãe solteira, na maioria das vezes, acarreta uma passagem tanto brusca quanto prematura da condição de “jovem” para “mulher madura”, independentemente da idade.

Em 1978, Barroso, no seu artigo *Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família*, já relacionava o fenômeno da chefia feminina às migrações, tanto de homens como de mulheres, e questionava se esse era o fator primordial para a tendência apresentada nos dados censitários das décadas de 50 a 70, para populações de regiões metropolitanas, período em que ocorre uma mudança no perfil da população brasileira, que passa de um país com maior concentração rural para urbana.

Tem-se sugerido que a emergência das famílias chefiadas por mulheres são, em parte, o resultado da migração, sejam de homens que deixam sua mulher e filhos no local de origem, seja de mulheres jovens que migram sozinhas (BARROSO, 1978: 458).

Scott (2010), mais recentemente analisando os dados do FIBGE² (2008), constata que:

a partir da faixa etária de vinte anos, a presença feminina no campo diminui proporcionalmente mais rápido, enquanto os homens apresentam maior tendência de ficar no campo em cada faixa etária sucessiva (SCOTT, 2010:22)

O autor explica que tal fato se deve, em parte, aos adultos que, ao evocarem tal categoria com fins de disciplinar principalmente as mulheres jovens, mais do que para elaborar novas estratégias cotidianas, terminam por fortalecer a condição de migração das mulheres, que geralmente vão viver exclusivamente de subempregos urbanos (SCOTT, 2010: 29).

Corroborando com Scott (2010), tais questões relativas

² Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

a gênero e geração reproduzem, na Vila Paca, esse cenário conflituoso e de certa forma velado, o qual favorece a migração das mulheres jovens, justificada pela necessidade de estudo, mas que termina com o exclusivo assalariamento como domésticas em casa de famílias e, muitas vezes, com a gravidez e retorno.

3 – Trabalhos, não trabalho dentro e fora da Vila Paca

3.1 – Trabalhos recíprocos

Na Vila Paca os vizinhos e parentes são aliados importantes para a execução de boa parte das tarefas domésticas e produtivas, tais como: o cuidado com as crianças; divisão de alimentos excedentes, geralmente oriundos da caça ou da pesca; compra de remédios; aproveitamento da ida de alguém à cidade para uma carona ou para encomendar algo; mutirões para construção de casa; coleta e fabrico de polpas de frutas; a organização de festejos na localidade; e a fabricação de farinha de mandioca.

Chama a atenção às relações estabelecidas *inter* grupos domésticos, sustentado, nesse caso, pelos laços de parentesco, vizinhança e compadrio. Sendo assim, as mulheres, por serem as que mais utilizam desta prerrogativa, tanto são sujeitos como objetos do sistema de ajuda mútua e cooperação desenvolvido na localidade, o que permite articular a esfera produtiva e reprodutiva, criando condições, ainda que precárias do ponto de vista do acesso, de saúde, educação e políticas afirmativas, para garantir a sobrevivência dos membros da família.

Na organização local é atribuição feminina o zelo pelas estruturas comunitárias (limpeza da capela, monitoramento do sistema de água e de energia, as decisões sobre o local adequado para novas construções) e a responsabilidade pelos eventos sociais (ministram aulas de catequese na localidade para as crianças da vila; estabelecem as regras e normas de funcionamento da localidade, como por exemplo, datas e logística para as festas

de santo; momento de fazer a farinhada), conforme pode ser exemplificado na fala seguinte:

Se surge alguma coisa aqui, somos nós mesmas que resolvemos, a senhora viu que cortaram nossa água aqui por dois dias, se num fosse a D. ir lá em Salvaterra chamar os homens para resolver, a gente ia ficar aqui, naquela situação. Mesmo os homens que moram aqui, tudo trabalham fora, então somos nós mesmas que decidimos negócio de escola, de comida, de fruta, de criação. Vamos pro mangue, vamos atrás de caça, de fazer caieira... Ah! Mana, num tem jeito, de tudo a gente é obrigada a fazer, só Deus mesmo (F. A., 57 anos, moradora da Vila Paca).

A participação dos homens adultos, irmãos e tios nas tarefas que dizem respeito à localidade ocorrem mais explicitamente em momentos em que há necessidade de mediação junto aos negociantes ou comerciantes para aquisição de bens duráveis, tendo em vista que são eles os que estão aptos a conduzir veículos, tanto para o transporte de pessoas como das mercadorias adquiridas. Eles têm também responsabilidade pela socialização das crianças para o trabalho, principalmente do sexo masculino, quando em algumas ocasiões os levam para pescar ou para “ajudar” em alguma tarefa de coleta (caça ou madeira).

Os trabalhos recíprocos alimentam redes de solidariedade e sociabilidade que contribuem para o fortalecimento dos laços sociais. Os moradores amparam-se na retribuição, o que funciona como um tipo de resistência à monetarização de todas as esferas da vida. A circulação é de trabalho e não de dinheiro.

3.2 – Trabalhos para si e para a família

Duas ordens de trabalho encontram-se aqui: os desenvolvidos de modo autônomo na Vila e no seu entorno, e aqueles realizados por meio do assalariamento fora da Vila, em outros municípios. O engajamento em um ou em outro guarda relação com a idade,

sexo e com o fato de ter ou não ter filhos, exclusivamente para as mulheres.

A maioria dos homens³ aptos a trabalhar se ocupa com atividades fora da localidade, dedicando-se à prestação de serviços ou assalariamento, como pedreiros, marceneiros ou pescadores, em outras localidades ou nas cidades de Salvaterra e Belém. A mesma condição é vivenciada pelas mulheres jovens que, sob o argumento da aliança trabalho/estudo, são incentivadas a migrar. A migração é, em tese, uma possibilidade de obtenção de renda e de qualificação. Parte dos salários é destinada às famílias que permanecem nos seus lugares, subsidiando a sobrevivência do grupo doméstico. Entretanto, os desdobramentos da migração de homens e mulheres, para o caso em análise, são bem diferentes. Das entrevistadas, três mulheres chefes de domicílios são irmãs e viveram parte da juventude em Belém, onde trabalhavam como domésticas *em casa de família*. Duas delas retornaram após o casamento com pessoas da região, e uma permaneceu em Belém até ficar viúva, ocasião que a fez voltar para fixar residência junto à família. As filhas mais velhas de duas dessas mulheres seguiram a mesma trajetória, trabalhando de empregada doméstica em Belém. Entretanto, retornaram para Vila Paca após engravidarem. Em ambos os casos não casaram com os pais biológicos das crianças nem têm apoio dos mesmos, e as crianças não conhecem os respectivos pais. Diante da situação, os membros dos grupos domésticos se desdobram para garantir a sobrevivência com base nos recursos acessíveis localmente em arranjos que mesclam atividades agroextrativistas e assalariadas.

A experiência de trabalho de homens e mulheres oriundos da Vila Paca permite-nos considerá-la como uma totalidade “imbricada dos atributos dos gêneros masculino e feminino” (SILVA, 2014: 165). Como sugere a autora, ela coloca a “nu as relações assimétricas de gênero” exemplificada pela responsabilidade com os filhos e retorno ao grupo doméstico pelas contingências.

³ Geralmente os maiores de 17 anos.

4 – O cotidiano do trabalho que não é considerado trabalho

4.1 – O dia a dia do trabalho

A vivência dessas mulheres, suas trajetórias e experiências de trabalho dentro e fora da Vila Paca, aliados ao cotidiano e uso do tempo por essas mulheres e pelos membros de seus grupos domésticos, é um caminho possível para entendermos a noção de trabalho reservado às mulheres na Vila Paca. As suas rotinas alternam atividades entre os afazeres domésticos e os afazeres ao redor da casa. Para elas o dia começa cedo. Às 6 horas da manhã o café já está no fogo, e este é o horário de soltar as galinhas no *terreiro*, de preparar uma tapioca ou colher uma macaxeira para o desjejum. Depois que todos se alimentam, a maioria dos homens acima de 17 anos vai trabalhar, e elas seguem nos seus afazeres, considerado por elas e pelos demais membros como “serviço das mulheres”. Nesse rol de atividades se incluem lavar roupas, lavar louças, varrer a casa, limpar o quintal, alimentar as galinhas e iniciar o preparo dos alimentos para o almoço. Há uma variação nessas atividades matutinas que obedece a um calendário agroextrativista local, pois em épocas da safra da mangaba, do bacuri ou em *tempo de mariscar*, o primeiro período do dia é reservado para estas atividades. Geralmente isso ocorre no verão local (meses de julho a janeiro).

Quando se tem algo para resolver em Salvaterra, o tempo é cuidadosamente calculado por elas, que deixam “tudo adiantado” para poder pegar o transporte às 9 horas e retornar às onze horas (último transporte do dia). Esses dias são, geralmente, no início de cada mês, quando necessitam ir ao banco receber os benefícios, pagar suas contas e comprar o *rancho*.

O almoço sempre está pronto por volta das 11h30m, pois as crianças da localidade estudam em outro povoado, chamado Pingo D’água, no período da tarde e pegam o ônibus disponibilizado pela prefeitura às 13h. Essa escola abrange do maternal até a 5ª série do Ensino Fundamental. Depois é necessário se matricular em Salvaterra para concluir os Ensinos Fundamental e Médio. Apesar

de haver outras pessoas aptas a continuar os estudos, apenas um morador o fez. As chefes de família que mais estudaram, cursaram até a terceira série do ensino fundamental.

Os homens que saem para trabalhar em Salvaterra ou em outros povoados, também retornam para almoçar em casa e geralmente são eles que trazem a “mistura” (peixe, carne, frango, caranguejo, camarão) para compor a refeição.

Depois do almoço, quando as crianças e os homens não estão na localidade, e depois de uma rápida descansada, as mulheres organizam a cozinha e realizam atividades diversificadas, todas voltadas para a manutenção do domicílio ou da localidade. Entre essas atividades destacam-se a busca de lenha para fazer carvão, a capina do roçado que fica nos fundos da casa, a coleta de algumas frutas no quintal (caju, limão, manga, coco, graviola, entre outras) e a queima do lixo, ou mesmo a caça de pequenos e médios animais, como tatu, paca, que circulam pelo campo da mangaba. Cumpre ressaltar que essas atividades variam no decorrer do ano, uma vez que estão diretamente relacionadas às duas estações locais, o verão e o inverno.

Ao entardecer, as mulheres colocam as galinhas no poleiro, recolhem as roupas do varal, tomam seus banhos, se visitam para colocar a conversa em dia e combinam alguma atividade conjunta para o dia seguinte, quando é o caso. Servem o jantar por volta das 19h e logo após vão assistir ao noticiário e às novelas. Após a última novela, todos já estão em suas redes prontos para dormir, horário em que só se ouve os latidos dos cachorros.

Sobre o lugar dessas mulheres, em se tratando do trabalho, cabe destacar que elas permanecem predominantemente na esfera doméstica, mesmo quando trabalhavam em casas de família em Belém. Constatamos que elas não participam e nunca participaram de nenhum grupo social organizado (associação, sindicato, movimento social, grupos religiosos). O universo social frequentado pelas mulheres da Vila Paca é o da casa, dos arredores, da localidade e do campo da mangaba. Os momentos de lazer são na Vila Paca e sempre relacionados com algum festejo, no qual elas se divertem, bebem e comem, mas também são responsáveis por

preparar e servir os alimentos e as bebidas e depois pela limpeza e organização do espaço. Ou quando, como diaristas, trabalham em restaurantes durante o veraneio (mês de julho) na praia de Água Boa ou de Joanes, localidades vizinhas.

4.2 – Trabalho e não trabalho: porquês

O conjunto das atividades desenvolvidas pelos moradores da Vila Paca é formado segundo três tipos: 1) domésticas; 2) agroextrativistas e 3) prestação de serviços através do assalariamento. Nos dois últimos tipos há ingressos monetários em boa parte das atividades. Para além das atividades, familiar ou assalariada, outra via de ingressos monetários são os benefícios previdenciários e os programas de políticas públicas (Bolsa Família, Seguro Defeso da Pesca).

Constatamos que as mulheres da Vila Paca participam dos três tipos de atividades, e corroborando com Lima (2006) e Figueiredo (2005); a casa é a principal referência e também é o espaço de domínio das mulheres na Vila Paca, sendo o local onde a maior parte das atividades domésticas é desenvolvida. Os homens dessa localidade se dedicam com maior predominância às atividades assalariadas e vivem a maior parte do tempo fora da localidade.

As mulheres da Vila Paca e os demais membros do grupo doméstico se referem às atividades domésticas como “serviço de mulher” e não atribuem a estas o status de “trabalho”. No léxico das mulheres da Vila Paca, o termo “trabalho” tem relação não só com o retorno financeiro da atividade, mas com o fato desta ser executada fora da localidade, de ter atributo profissionalizante, de ter a figura do “patrão/patroá” e pouca autonomia no uso do tempo, Para elas, o termo não necessariamente se relaciona ao esforço físico e à quantidade de horas gastas para execução de determinadas atividades.

Como exemplo, tomemos as seguintes atividades domésticas: limpeza da casa e das roupas; o preparo da alimentação; o cuidado

com a higiene das crianças e dos mais idosos. Iremos constatar que, a depender do espaço em que esta é realizada, há uma variação em seu status. Ou seja, quando estas são desenvolvidas nas “casas de família dos outros”, momento em que as mulheres vendem sua força de trabalho em troca de dinheiro, há a existência da patroa, há horários a cumprir e um atributo profissionalizante – “empregada doméstica” –, esta recebe o status de “trabalho”. Todavia, quando as mesmas atividades não garantem a entrada de recursos monetários ao grupo doméstico, são desenvolvidas no espaço doméstico, não há a presença da patroa e há autonomia no uso do tempo, as mesmas passam a ser “serviço de mulher”.

Se há predominância das mulheres nas atividades domésticas, o mesmo pode-se dizer das atividades agroextrativistas, pois elas são as responsáveis pelo extrativismo das frutas – como a mangaba, o bacuri, o tucumã, o murici – e pelo plantio de espécies agrícolas anuais, como milho, mandioca, melancia, maxixe, jerimum e fruteiras, como a goiaba, o caju e a manga. A maior parte da produção extrativa é destinada à comercialização, diferente da produção dos roçados, que é direcionada para o consumo familiar do grupo doméstico ou para trocas e presentes entre a vizinhança.

Os homens pertencentes ao grupo doméstico não participam do extrativismo de frutas ou das atividades do roçado. Estes se dedicam com maior frequência ao trabalho assalariado, de pedreiro ou nos comércios de Salvaterra e da Vila de Joanes. Nesse contexto, para a maior parte dos homens as atividades são ocasionais. Ainda que os mesmos estejam sempre prestando serviços assalariados, não há contratos formalizados para essas atividades, o que não garante a longevidade da mesma. Para além dos serviços assalariados, os homens esporadicamente praticam a pesca em períodos que o assalariamento está em baixa.

A atividade de pesca é realizada tanto por mulheres como por homens e destina-se apenas para alimentação do grupo doméstico, sendo que essa atividade, de acordo com a classificação dos moradores, não é nada invejável. Esse fato pode ser explicado pela falta de preparo, instrumentos e aptidão dos moradores da

Vila Paca para realizar a atividade em um campo onde a disputa pelos recursos pesqueiros é acirrada e onde há predominância de homens na atividade. Outra razão pode ser pelo fato de existir, com bastante frequência, pescados para venda nos comércios vizinhos ou por ambulantes na própria localidade. Necessitar pescar para os moradores da Vila Paca configura-se como um atestado de “passar necessidades”. Contudo, em momentos em que não há alternativas de consumo e falta dinheiro para aquisição da “mistura”, as mulheres vão ao mangue coletar caranguejo, mariscar camarão e se atrevem até a colocar redes e realizar a pesca de anzol em busca de peixes para abastecer o grupo doméstico. Na localidade não há área para realização dessa atividade, o que demanda um deslocamento até o povoado de Água Boa para realizar a tarefa, que também não é considerada trabalho.

As atividades assalariadas são ocasionais para a maioria dos moradores da Vila Paca e em apenas um caso uma mulher trabalha com carteira assinada para a prefeitura municipal, exercendo função de merendeira em uma escola do povoado vizinho. Os demais assalariados não têm esta garantia contratual, e geralmente os trabalhos são feitos por “empreitadas”. Aos homens é comum esse tipo de acordo informal de trabalho, e na maior parte dos casos eles se dedicam ao ofício de pedreiro em Salvaterra, Joanes ou mesmo em Belém. Outros, mais jovens, prestam serviço esporadicamente em comércios ou em fazendas na região, e quando alguém se refere a estes, a tônica é sempre o fato de que eles estão trabalhando.

Para as mulheres, os trabalhos assalariados geralmente são em casas de família – empregada doméstica e, para as mais jovens, babá – ou nas barracas de praia durante o mês de julho, como faxineira ou cozinheira. As relações contratuais, nesses casos, também são informais e não garantem os direitos trabalhistas devidos. Na época das entrevistas, nenhuma das moradoras ou parentes trabalhava em casa de família como doméstica, apesar de quase todas já terem experimentado tal situação em momentos anteriores.

As múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres da

Vila Paca nem sempre garantem a entrada de recursos monetários, mas certamente garante a subsistência de seus grupos domésticos, uma vez que por meio de dinheiro ou de produtos agroextrativistas, da caça ou da pesca, são garantidas as condições necessárias para a sobrevivência da família, tais como alimentação, vestimentas, remédios e algo para o lazer. Os recursos recebidos via políticas sociais, com uma exceção apenas, são a principal fonte de entrada monetária nos grupos domésticos.

Conclusões

O objetivo do artigo foi analisar por que o trabalho realizado pelas mulheres da Ilha do Marajó-PA não é considerado trabalho quando comparado ao trabalho assalariado – tanto para as mulheres como para os demais atores locais.

Identificamos nesta pesquisa que as mulheres, com a ajuda das crianças, são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pela mobilização de recursos monetários para garantir a sobrevivência dos seus grupos domésticos. Constatamos a predominância da chefia domiciliar feminina conformada por múltiplos papéis desenvolvidos pelas mulheres. Dessa maneira, conciliam as atividades de casa com o assalariamento, o extrativismo e a agricultura de subsistência.

Considerando as particularidades do debate para os diferentes campos, constatamos de modo geral que as mulheres estão associadas mais predominantemente ao espaço privado do que ao público e a uma posição de “ajuda” ao trabalho do grupo doméstico, mesmo quando trabalham tanto ou mais que os homens. Esse fator termina por desencadear uma “certa subordinação” da esfera da reprodução à produção.

A maioria das mulheres extrativistas da Vila Paca não tem marido, ou porque estes já faleceram ou porque nunca o tiveram. Os homens adultos que residem na Vila Paca trabalham em cidades ou outras localidades da região e pouco interferem na organização social local. O fato dos homens exercerem suas atividades

produtivas fora da localidade, diferentemente das mulheres, pode estar relacionado às posições de gênero, apresentadas nos estudos sobre sociedades camponesas, cuja divisão tradicional do trabalho reserva o domínio doméstico como espaço da mulher (FIGUEIREDO, 2005). Todavia, nesses tipos de arranjos familiares, os homens contribuem com recursos monetários para complementar a receita no grupo doméstico, no qual eles não têm o papel de provedores.

Analisando a importância atribuída ao extrativismo da mangaba pelos grupos domésticos e demais atores envolvidos na atividade, concluímos que nesta região a atividade é “naturalizada” e nenhuma das etapas (coleta, beneficiamento e comercialização) realizadas pelas mulheres extrativistas recebe o status de trabalho. Concluímos que isso não significa que a atividade não tenha importância aos olhos do grupo doméstico e demais atores, todavia é secundarizada quando se trata de trabalho considerado por eles produtivo. Essa categoria somente é aplicada ao ofício de marretar, isto é, vender a produção fora da localidade.

Constatamos que localmente a preferência das mulheres extrativistas de mangaba é realizar o beneficiamento dos frutos para produção de polpas congeladas, buscando assim uma maior autonomia sobre a produção, uma vez que há maior elasticidade do produto, referente ao preço e ao armazenamento.

Concluímos que as mulheres mais jovens do grupo doméstico realizam a atividade da mangaba junto às mais velhas (mães ou avós) e só fazem porque não têm outra perspectiva de renda. Diferentemente, percebemos que as crianças gostam de acompanhar suas mães e avós na coleta da mangaba, e o fazem como uma forma de socialização na atividade. Constatamos que pouco grau de escolaridade das mulheres extrativistas de mangaba da Vila Paca, aliado à falta de indústrias e fábricas na região, contribui para a dificuldade de acesso aos empregos assalariados, e na maior parte dos casos em que essas mulheres se empregam é em casa de família, como domésticas, sem a garantia dos direitos trabalhistas.

Bibliografia

- ANDRADE, M. de P. Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão. In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. V. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. 369 p. 223-247.
- ALMEIDA, A. W. B de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2008.
- BARROSO, C. Sozinhas ou Mal Acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família. Campos do Jordão: ABEP, v1, p. 457-472, 1978. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A15.pdf>> Acesso em: 21 de abril de 2012.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- FIGUEIREDO, L. D. EMPATES NOS BABAÇUAIS. *Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. 2005. Dissertação (mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- GARCIA JÚNIOR, A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste; v. 8).
- LIMA, B. F. *Vida e trabalho: um estudo sobre mulheres extrativistas de mangaba na Ilha do Marajó, Estado do Pará* (Dissertação), (mestrado em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do

Pará, Belém.

LIMA, D. de M. A economia doméstica na várzea de Mimirauá. In: ADAMS, C; MURRIETA, R; NEVES, W. (Org.) In: *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

MANESCHY, M. C; ALMEIDA, M. P de. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÈBETTE, J, MAGALHÃES, S. B e MANESCHY, M. C. (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. BELÉM: EDUFPA, 2002.

MANESCHY, M. C. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.

MOTA, D. M da; SCHMITZ, H; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. Conflito e consenso pelo acesso aos recursos naturais no extrativismo da mangaba. *Antropolítica*. Niterói, n. 31, p. 123-146, 2. sem. 2011

PAULILO, M. I. Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis- SC, n. 21, p. 1-21, 2000.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre – RS, v. 1, p. 61-71, 2000.

_____. Políticas de Segurança Alimentar e Papéis de Gênero. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 1, n. 1 p. 1417-1421, 2006. Disponível em:<<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/>

- index.php/rbagroecologia/article/view/6139/4455>. Acesso em: 12 de março de 2011.
- SILVA, M. A. de M. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In: NEVES, D. P; MEDEIROS, L. S de (Organizadoras). *Mulheres Camponesas trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Nitéroí: Alternativa, 2013.
- SIMONIAN, L T.L. Mulheres, cultura e mudanças nos castanhais do sul do Amapá. In: *Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura*. – Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- SCOTT, P. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, M (Org). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.
- VEIGA, I et. al. Povos e Comunidades Tradicionais Demarcando Territórios na Amazônia: uma análise crítica do caso das Quebradeiras de Coco Babaçu. In: 33º. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2009. Caxambu. *Anais... GT 4: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais*. Disponível em:< http://www.anpocs.org.br/portal/index.php?option=com_wrapper&Itemid=101>. Acesso em: 5 de junho de 2011.
- WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7. 1992.
- WOORTMANN, K & WOORTMANN, E. F. *Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. 2004. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br /XIII encontro/woortmann.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII_encontro/woortmann.pdf). Acesso em 18 de abril de 2012.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

*Juliana Biondi Guanais**

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os motivos que levaram as trabalhadoras assalariadas rurais a serem progressivamente excluídas do trabalho no corte da cana na agroindústria canavieira brasileira. Historicamente as mulheres sempre foram empregadas para trabalhar como cortadoras de cana, mas sobretudo dos anos 2000 em diante – momento em que o setor sucroalcooleiro passou por um processo de reestruturação produtiva - parcela expressiva da força de trabalho feminina passou a perder seus postos de trabalho no setor em função dos novos critérios para o recrutamento e para a seleção dos trabalhadores.

Palavras-chave: assalariadas rurais; agroindústria canavieira; reestruturação produtiva; divisão sexual do trabalho; discriminação.

Productive restructuring and sexual division of labor in the sugarcane agribusiness

Abstract: This study aims to analyze the reasons why rural workers have been gradually excluded from the work of cutting cane agribusiness in the Brazilian sugarcane. Historically women have always been used to work as cane cutters in the plantations of sugar cane in Brazil, but especially from the 2000s onwards, due to production restructuring process through which passes agribusiness, important part of the female workforce lost their jobs in the sector according to the new criteria for the recruitment and selection of workers.

Keywords: rural salaried; sugarcane agribusiness; productive restructuring; sexual division of labor; discrimination.

* Doutora pelo do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Pesquisadora do Centro de Estudos Rurais (CERES) da mesma instituição. Email: guanaisjuliana@gmail.com. Parte deste artigo foi publicada em espanhol na Revista Entreciencias: diálogos en la sociedad del conocimiento (México, abril de 2014).

Recebido em: 15/11/2015 – Aceito em: 13/04/2016.

Reestructuración productiva y división sexual del trabajo en la agroindustria de caña de azúcar

Resumen: Este artículo analiza las razones por las cuales las trabajadoras rurales han sido excluidas gradualmente de la tarea del corte de caña en la agroindustria cañera brasileña. Aunque históricamente las mujeres han sido cortadoras de caña de azúcar, a partir del año 2000 – debido al proceso de reestructuración productiva de la agroindustria – parte importante de la fuerza de trabajo femenina perdió su lugar en el sector debido a los nuevos criterios para contratación y selección de los trabajadores.

Palabras clave: jornaleras agrícolas; agroindustria de caña de azúcar; reestructuración productiva; división sexual del trabajo; discriminación.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os motivos que levaram as trabalhadoras assalariadas rurais a serem progressivamente excluídas do trabalho no corte da cana na agroindústria canavieira brasileira. Como é sabido, historicamente as mulheres sempre foram empregadas para trabalhar como cortadoras de cana nas lavouras de cana de açúcar (SILVA, 1999; D'INCAO, 1976), mas sobretudo dos anos 2000 em diante – momento em que o setor sucroalcooleiro passou por um processo de reestruturação produtiva – parcela expressiva da força de trabalho feminina passou a perder seus postos de trabalho no setor em função dos novos critérios para o recrutamento e para a seleção dos trabalhadores. Como veremos, é nesse contexto em que não somente as mulheres, mas também os trabalhadores de idade mais avançada passaram a ser progressivamente excluídos do trabalho no corte da cana pelo fato de apresentarem índices de produtividade mais baixos que os demais trabalhadores – na sua grande maioria jovens do sexo masculino – tidos pelas usinas como os mais capacitados fisicamente para aguentar o trabalho no corte da cana e atingir as novas metas de produção impostas, cada vez maiores.

É necessário mencionar que o artigo em questão toma como base duas pesquisas: a realizada entre 2008 e 2010 junto à Usina Açucareira Ester S.A. (localizada em Cosmópolis-SP); e a realizada entre 2011 e 2013 junto às usinas Costa Pinto e Furlan (localizadas, respectivamente, em Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste-SP). Além das entrevistas com os(as) trabalhadores rurais, também foram

entrevistados seis fiscais de turma (agentes fiscalizadores das usinas) e dois presidentes de sindicatos rurais.

Como ficará claro na exposição, no que se refere especificamente à situação das mulheres assalariadas rurais, ainda que nossa pesquisa de campo guarde algumas singularidades quando comparada à desenvolvida por outros pesquisadores da área (SILVA, 1999 e 2011a e b; BUENO, 2011), os resultados gerais obtidos se aproximam e vêm a corroborar aqueles já divulgados por pesquisas anteriores, tais como as de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999 e 2011a e b).

*

Como já demonstrado em outras ocasiões (GUANAIS, 2010), ao longo de seu desenvolvimento no Brasil, o setor sucroalcooleiro passou por vários processos de reestruturação que atingiram, sobretudo, as plantas industriais e seus equipamentos (IANNI, 1984). Mas foi a partir da década de 2000 que a reestruturação produtiva sucroalcooleira atingiu também o setor administrativo das empresas, especialmente a gestão do trabalho.

Desde o final do século XX a reestruturação buscou tornar os empresários cada vez mais aptos para enfrentar as novas regras de produção e de circulação impostas principalmente pelo mercado internacional, as quais estavam centradas, sobretudo, no incremento da produtividade e na redução dos custos de produção (SCOPINHO, 2000; 2004). Assim, para que fosse possível atender as novas exigências de produtividade impostas pelo mercado, as usinas redefiniram suas estratégias administrativas e no bojo deste processo modificaram bastante os critérios para a seleção de sua força de trabalho. Isso fez com que o setor em questão passasse a operar com critérios diferenciados para selecionar seus funcionários, elaborando perfis adequados para funções determinadas.

Com a introdução dos novos arranjos produtivos as usinas passaram a exigir maior produtividade e mais disciplina no

trabalho. Ao mesmo tempo, provocaram uma segmentação maior da força de trabalho, intensificaram a precarização e imprimiram uma nova dinâmica na seleção de seus trabalhadores. Nas palavras de Novaes (2007):

Nesse processo, as usinas vão formando grupos de trabalhadores seletos, os super-homens da produção, os campeões de produtividade (...) Contudo, para entrar nesse grupo seletos, é preciso cortar no mínimo dez toneladas/dia. No novo perfil de trabalhadores para o corte manual da cana, como visto anteriormente, a força e a resistência física são critérios eliminatórios (...) Consequentemente, idade e gênero passam a ter grande importância na seleção dos trabalhadores para o corte manual da cana (NOVAES, 2007: 97).

Assim, para que fosse possível formar esse “grupo seletos” de trabalhadores as usinas passaram a excluir não somente aqueles que não atingiam as metas de produtividade, mas sobretudo as mulheres¹. Importante mencionar que essa tendência está na contramão do que ocorria até pouco tempo atrás. Como sabemos, a partir da década de 1970 – devido aos subsídios do governo brasileiro para a implantação do Pró-Álcool em 1975 – o setor sucroalcooleiro passou por um processo de expansão crescente. Assim, para que fosse possível aumentar a produção de álcool exigida pela nova demanda, esse tipo de cultivo agrícola passou a

¹ A exclusão das mulheres dos postos e dos setores de trabalho que sempre ocuparam não é exclusividade do meio rural. De acordo com ARAÚJO (2009), “Estudos recentes têm mostrado a ocorrência de uma migração compulsória das mulheres de grandes empresas formais, em diversos setores da economia e particularmente da indústria, para atividades informais, pequenas empresas prestadoras de serviços, trabalho domiciliar ou cooperativas de trabalho (...) Tais estudos confirmam que nos processos de enxugamento de postos de trabalho nas grandes empresas, as mulheres foram sendo paulatinamente deslocadas ‘dos setores e ocupações que sempre marcaram presença’, assim como ‘de atividades industriais de grande porte, para pequenos e médios estabelecimentos’” (ARAÚJO, 2009: 139).

necessitar de um número cada vez maior de trabalhadores rurais. Como resultado de todo esse processo, principalmente a partir da década de 1970 as plantações de cana de açúcar de todo o estado de São Paulo passaram a empregar uma quantidade expressiva de homens e também de mulheres nos canaviais. Naquela época, além de exercerem a mesma função – o corte de cana – ambos os sexos também trabalhavam lado a lado nos canaviais.

Em seu estudo *D'incao* (1976) faz questão de destacar que inclusive nas décadas de 1960 e 1970 a maioria dos trabalhadores temporários (também conhecidos como “volantes”, “sazonais” ou “boias-frias”) era composta por mulheres e homens com idade superior a quarenta anos, ao passo que os mais jovens, sobretudo do sexo masculino, eram preferidos para ocuparem os postos de trabalho urbanos. Hoje verificamos exatamente o contrário na agroindústria canavieira. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) nos explica assim esse processo:

A produção da figura do “bom cortador” contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens (...) Os fracos, os mais velhos, as mulheres são descartados deste modelo (...) a fabricação do “bom cortador” não é só para cortar cana, mas se trata de um “sujeito moral”, de um trabalhador cujo corpo e espírito estão dotados dos elementos necessários à execução das tarefas (SILVA, 1999: 206).

E em seguida a autora conclui:

Ao corte, são destinados, prioritariamente, os mais jovens, dotados de maior força para o trabalho (...) O arrebanhamento destas “cabeças” leva em conta os seguintes critérios: as mulheres não são aceitas; os homens acima de 35 anos também não são aceitos, assim como os “maus”, aqueles que criam encrencas (SILVA, 1999: 207).

Neste contexto em que a produtividade passou a ser o critério mais importante para a seleção daqueles (as) que vão trabalhar nas usinas, não somente aqueles trabalhadores que não atingiam as metas de produção impostas, mas sobretudo as mulheres e os trabalhadores de mais idade foram sendo progressivamente excluídos². Para viabilizar esse processo de reorganização do quadro de funcionários, o setor sucroalcooleiro passou a instituir diversas estratégias empresariais, dentre elas a “média”³, isto é, a imposição de uma produtividade diária mínima que deve ser atingida pelos trabalhadores caso desejem manterem-se em seus postos de trabalho. Ao não conseguirem atingir a “média” diária estipulada pela usina para qual trabalham, os cortadores de cana são demitidos. Necessário mencionar que com o passar dos anos, a “média” teve um aumento considerável, passando de 5 a 8 toneladas em 1980 para 12 a 15 toneladas em 2004 (SILVA, 2006), fazendo com que todos os trabalhadores fossem obrigados a aumentar a intensidade de seu trabalho e a quantidade de cana cortada por dia para que pudessem permanecer na usina para qual trabalhavam.

² Importante mencionar aqui que esse tipo de seleção da força de trabalho é ainda mais facilitado devido à forma de remuneração dos cortadores de cana – o pagamento por produção – que atrela o salário de cada trabalhador(a) à quantidade de cana cortada pelo(a) mesmo(a) ao longo de sua jornada de trabalho. Assim, como cada trabalhador(a) recebe pelo que produz, ao comparar os salários de todos os empregados, torna-se fácil para as empresas descobrirem quais são aqueles(as) que cortam mais cana, e quais são os(as) que menos cortam. Esta seleção por produtividade é bastante importante para as usinas, que assim podem manter em seu quadro de funcionários somente aqueles(as) cortadores(as) de cana que lhe interessam – os(as) que são os(as) mais produtivos(as) – e demitir todos(as) aqueles(as) que não conseguem atingir os índices de produtividade previamente estipulados.

³ Medida em toneladas de cana. Trata-se da quantidade mínima de toneladas de cana que deve ser cortada diariamente por cada trabalhador e que serve de referencial para a produtividade dos mesmos. Para mais informações sobre a “média” ver: Silva (1999 e 2006) e Alves (2006).

No caso específico das mulheres, pelo fato de serem consideradas pelos usineiros (e também pelos fiscais de turma) menos fortes e resistentes fisicamente do que os homens, além de “inaptas” para o desempenho desse tipo de “trabalho pesado”, não eram vistas como capazes de atingir os altos índices de produtividade impostos, e por isso deveriam ser dispensadas. Assim, para ocupar o lugar das mulheres e dos demais excluídos do trabalho no corte da cana, as empresas passaram a optar principalmente por trabalhadores do sexo masculino, jovens e migrantes de outras regiões, tidos como os mais capacitados fisicamente para aguentar o trabalho no corte da cana e atingir as metas de produção impostas.

Em pesquisa anterior, realizada entre 2008 e 2010 (GUANAIS, 2010), foram entrevistadas algumas poucas mulheres que ainda trabalhavam como cortadoras de cana para a Usina Ester (Cosmópolis-SP). Naquela ocasião, as trabalhadoras relataram que seus índices de produção eram baixos, sobretudo quando comparados aos índices de seus colegas de trabalho. Isso as tornava as maiores candidatas a serem demitidas pela usina, o que somente não ocorria porque elas podiam contar com o respaldo do sindicato que representava os assalariados rurais, situação esse diferente da apresentada em outros estudos, tais como os de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999 e 2011a).

O sindicato em questão sabia que, devido aos novos critérios de seleção dos trabalhadores – baseados quase que exclusivamente nos índices de produtividade dos mesmos – se dependesse das usinas as mulheres seriam totalmente excluídas do trabalho no corte da cana. Assim, para tentar assegurar pelo menos uma pequena parcela da força de trabalho feminina na referida usina, o sindicato exigiu que a empresa mantivesse pelo menos 10 mulheres cortadoras de cana para cada turma de 40 homens. Deve-se ressaltar aqui que, por mais bem intencionada que pode ter sido, tal medida só garantiu a permanência efetiva de algumas poucas mulheres no corte de cana, já que, com a exceção deste grupo remanescente de mulheres, todas as demais foram demitidas.

Mas mesmo conseguindo assegurar sua vaga na usina para qual trabalhavam, as poucas mulheres cortadoras de cana se queixavam dos baixos salários recebidos, na grande maioria das vezes insuficientes para arcar com todos os gastos que tinham. De acordo com Maria⁴, uma das entrevistadas, pelo fato de receber por produção e por ser uma cortadora de cana que tinha índices de produção muito aquém dos demais, seu salário mensal acabava sendo sempre muito baixo. “Hoje [em 2008] eu não recebo nem setecentos reais por mês...”.

Outro aspecto interessante foi levantado por Ana, outra cortadora de cana:

O pagamento por produção favorece mais os mais jovens, né, que tão começando a trabalhar agora e que tem o corpo novo. E os homens também. Esses têm mais força e aguentam mais que nós, mulher. Pra cortar muita cana é melhor ser forte, por isso que os homens cortam mais (Ana).

De acordo com a trabalhadora, quando a atividade do corte da cana está aliada ao pagamento por produção acaba favorecendo especialmente os jovens do sexo masculino. Na opinião da entrevistada isso se dá porque são os homens os que têm um preparo físico melhor e mais apropriado para este tipo de trabalho. Para Ana, em geral as mulheres não possuem tanta força nem resistência física, e por isso acabavam obtendo menores índices de produtividade, e, conseqüentemente, salários mais baixos.

É interessante destacar aqui que tanto Maria como Ana relataram em suas entrevistas que eram trabalhadoras que não cortavam muita cana, e que tinham índices de produtividade abaixo dos demais colegas de trabalho. Ambas eram mães de

⁴ Em função do compromisso de que nenhuma informação passível de identificar os sujeitos fosse divulgada, os nomes dos participantes referidos neste estudo foram alterados e substituídos por nomes fictícios, assim como os de todas as pessoas às quais eles se referiram nas entrevistas.

família, e acabavam tendo que, além de trabalhar nos canaviais, cuidar de seus filhos e do trabalho doméstico após seu expediente. Com a dupla jornada de trabalho que desempenhavam, ficava extremamente difícil para as trabalhadoras cortarem uma grande quantia de cana ao longo de seu dia de trabalho nas usinas, uma vez que “Eu já chegava cansada para cortar cana, aí eu não conseguia cortar muito” (Ana). Não é difícil perceber que pelo fato de as cortadoras de cana receberem de acordo com o que trabalhavam, e pelo fato de elas não conseguirem cortar tanto, ambas acabavam recebendo um salário mensal extremamente baixo.

Isso acabou levando muitas mulheres a buscar outras formas de emprego remunerado que as ajudasse a complementar o ínfimo salário que recebiam nas usinas. Assim, a jornada semanal de trabalho das mesmas – além de contar com os seis dias da semana em que trabalham oito horas por dias nas usinas – é acrescida de outros dois períodos de trabalho adicionais: um período em que exercem outro tipo de atividade remunerada “fora de casa e fora da usina”, como por exemplo, faxina nos dias em que não trabalham nos canaviais; e um período em que desempenham os serviços domésticos em suas próprias casas. O resultado disso é claro: para poderem sobreviver, as mulheres são obrigadas a trabalhar cada vez mais, e como contrapartida desta tripla jornada de trabalho as mesmas têm adoecido frequentemente, não somente física, mas também psicologicamente.

Mas, e o que aconteceu com as mulheres cortadoras de cana de outras usinas que não podiam contar com seus respectivos sindicatos para lhes assegurar suas vagas de trabalho? O que ocorreu com aqueles(as) que foram alijados(as) do trabalho no corte manual da cana devido ao processo de reestruturação produtiva pelo qual passou o setor sucroalcooleiro?

No que se refere especificamente às mulheres, em seu estudo Silva (2011a) demonstrou que as mesmas, quando não foram transferidas para trabalhar em outras culturas agrícolas (tais como laranja, café, tomate, cebola, etc.), foram sendo, aos poucos, destinadas a outras atividades/funções nos canaviais, tais como o

plantio, a “bituca” e a recolha de pedras. Nas palavras de Silva (2011a):

Aí [nos canaviais] foi possível ainda identificar a segregação sexual do trabalho, na medida em que as mulheres foram sendo alijadas do corte manual da cana em favor dos jovens migrantes, e, assumindo funções mais desvalorizadas nos canaviais e também em outras culturas – frutas, cebola, tomate, feijão, milho –, onde predominam a circularidade e a rotatividade incessante dessa força de trabalho (SILVA, 2011a: 40).

Mas também houve casos de ex-cortadoras de cana que passaram a trabalhar como empregadas domésticas, faxineiras e cozinheiras nas cidades das usinas para qual trabalharam. Ainda de acordo com Silva (2011a):

Foram encontradas ex-trabalhadoras rurais que haviam cortado cana e, atualmente, em razão da segregação sexual do trabalho, por meio da qual essa atividade ficou reservada apenas aos homens, sobretudo aos jovens migrantes, estão trabalhando como domésticas na cidade de Ribeirão Preto. Um total de mais de 400 mulheres, transportadas em sete ônibus, viajavam diariamente de Guariba a Ribeirão Preto para o trabalho de faxineiras, cozinheiras, ajudantes de cozinha ou empregadas domésticas no ano de 2010 (SILVA, 2011a: 40).

Diferentemente de nossa pesquisa anterior (GUANAIS, 2010), em nossa pesquisa mais recente – realizada entre 2011 e 2013 – não foi possível localizar as mulheres cortadoras de cana nos canaviais nem sequer nos alojamentos coletivos das usinas. No momento das entrevistas, quando interrogados sobre a existência de mulheres cortando cana, a maioria dos trabalhadores rurais afirmava que nas usinas em que trabalhavam elas não existiam mais. De acordo com eles, as únicas mulheres que “circulavam” nas usinas eram as “meninas da limpeza”, as responsáveis pela

faxina dos alojamentos e das demais dependências das usinas. De todos os entrevistados, somente três trabalhadores mencionaram que ainda existiam algumas poucas mulheres trabalhando nos canaviais da Usina Costa Pinto, mas que essas desempenhavam outras funções, que não o corte de cana.

Essa última informação foi posteriormente confirmada pelo vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba e Saltinho que, em sua entrevista, mencionou que ainda havia um número pequeno de mulheres trabalhando na usina em questão, mas que as mesmas não cortavam cana, mas sim faziam parte das “turmas de serviços gerais”⁵ da referida usina. Ainda de acordo com o sindicalista, essas poucas mulheres “sobrantes” não eram migrantes como os cortadores de cana e que, por isso, não residiam nos alojamentos coletivos, mas sim em suas próprias casas localizadas nos pequenos municípios próximos à Piracicaba.

Como é possível perceber, o processo de reestruturação produtiva e as reconfigurações pela quais passou o setor sucroalcooleiro trouxeram em seu bojo uma “nova” divisão sexual do trabalho ancorada nas antigas (e tão bem conhecidas) dicotomias: homens = resistência e força física; mulheres = fragilidade, delicadeza, cuidado e responsabilidade. Isso fez e continua fazendo até hoje com que os homens permaneçam sendo empregados pelas usinas como cortadores de cana e as mulheres passem a ocupar os demais cargos, sempre secundários e desvalorizados. Como decorrência desse processo, combinam-se dois resultados: “a masculinização e etnificação no corte da cana, e a feminização de certas atividades nos canaviais e em outras culturas agrícolas” (SILVA, 2011a: 31).

⁵ As “turmas de serviços gerais” são responsáveis por fazer todas as atividades necessárias com exceção do plantio e do corte da cana. Para se ter um exemplo, os trabalhadores(as) que compõem as turmas de serviços gerais são responsáveis pela “bituca”, pela “faxina” dos canaviais, pela abertura de eitos para as máquinas colheitadeiras, pelo recolhimento das pedras que ficam no meio dos canaviais, pela limpeza da parte industrial da usina, dentre outras tarefas.

Antes de dar continuidade à discussão, é importante nesse momento definir o que entendemos por divisão sexual do trabalho. Aqui, nos amparamos na definição proposta por Danièle Kergoat (2009):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade (...) Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher) (KERGOAT, 2009: 67).

Como ficará claro a seguir, os dois princípios organizadores (separação e hierarquização) da divisão sexual do trabalho também estão presentes no setor sucroalcooleiro e no interior dos canaviais, trazendo consequências mais perversas às assalariadas rurais.

Em seu artigo, Silva (2011a) analisa cada tipo de função que as mulheres passaram a assumir a partir do momento em que foram excluídas do corte da cana. Plantio, “bituca”⁶, o trabalho

⁶ Os trabalhadores(as) que são destinados(as) a ser bituqueiros(as) são os(as) responsáveis pelo recolhimento dos pedaços de cana que ficam ao longo do canavial depois de toda a cana ter sido colhida. De modo geral esse tipo de trabalhador(a) passa grande parte de sua jornada de trabalho agachado(a), com as costas curvas para recolher os pedaços de cana. Esse tipo de função é extremamente necessária às usinas, que a partir do trabalho dos(as) bituqueiros(as), evitam perdas significativas, que aconteciam por sobrar cana no eito sem ser pesada.

na “perca”⁷, abertura de eitos⁸ e o recolhimento de pedras⁹, são algumas dessas funções, as quais, por serem consideradas secundárias (isto é, menos importantes do que o corte da cana), estão dentre as mais desvalorizadas e mal remuneradas pelas usinas.

Como sabemos, por sua própria condição social, recaem sobre as mulheres estereótipos específicos, fazendo com que as mesmas de forma geral sejam vistas como mais “caprichosas”, “responsáveis”, “tolerantes” e “pacientes” do que os homens, e por isso acabam sendo preferidas para a realização de determinadas atividades¹⁰. Nesse contexto, no interior dos canaviais cabem às mulheres as funções mencionadas acima (plantio, “bituca”, etc.), justamente porque mais do que força ou resistência física (“atributos masculinos”), requerem capricho, cuidado, paciência

⁷ As trabalhadoras da “perca” são aquelas que refazem o trabalho executado pelos homens durante o corte de cana. Tal atividade consiste em ficar rebaixando os “tocos” de cana que ficaram altos ou mal cortados (SILVA, 2011a).

⁸ “Abrir oito significa cortar as fileiras de cana que estão sobre as curvas de nível – sulcos feitos para a drenagem das águas fluviais – antes da utilização das máquinas, pois estas só cortam as canas em terras planas.” (SILVA, 2011a: 3).

⁹ As “mulheres da pedra” são contratadas para retirar as pedras existentes no interior dos canaviais antes de iniciar o corte mecanizado. Tal atividade é bastante perigosa, já que muitos animais peçonhentos, tais como escorpiões e cobras, ficam escondidos sob as pedras e podem ferir qualquer pessoa que deles se aproximar.

¹⁰ A esse respeito Silva (2011a) escreveu que “As mulheres são preferidas, segundo elas, porque são mais cuidadosas para pegar as bitucas deixadas pelos cortadores de cana. Elas afirmam que esse trabalho tem que ser feito mesmo por mulheres porque alguns homens cortadores de cana costumam ‘deixar tudo bagunçado’. Então as mulheres da bituca ‘arrumam’ esta bagunça (...) esta distinção fica bastante acentuada na justificação do uso do trabalho feminino e masculino para a tarefa na bituca e corte de cana, respectivamente. A força física do homem no uso do facão e o cuidado feminino na organização e no recolhimento das canas que ficam espalhadas são as razões para a divisão de trabalho entre os sexos.” (SILVA, 2011a: 35-36).

e responsabilidade por parte daqueles(as) que as desempenham (SILVA 2011a).

Na maioria dessas funções, as mulheres passam grande parte da sua jornada de trabalho agachadas ou com as costas curvadas, já que a elas cabe o recolhimento das pedras (“mulheres da pedra”) e dos pedaços de cana (“mulheres da bituca”) que ficaram nos canaviais, e o rebaixamento daqueles “tocos” de cana que ficaram altos ou que foram mal cortados pelos homens cortadores de cana (“trabalhadoras da perca”). De acordo com Silva (2011a):

Tanto a atividade da bituca quanto à da perca exigem que as mulheres fiquem abaixadas durante toda a jornada de trabalho. São preferidas em razão dos estereótipos discriminatórios que afirmam que as mulheres são mais cuidadosas, enquanto os homens são mais relaxados (...) Ao realizarem a limpeza dos canaviais, as mulheres reproduzem os estereótipos sexistas vigentes na atividade canavieira. São duas funções desvalorizadas e precarizadas (SILVA, 2011a: 33-34) [grifos no original].

Como é possível perceber, essa divisão¹¹ das atividades que fazem parte da cadeia produtiva da cana em “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” acaba não só reforçando os padrões e os estereótipos sexistas existentes na sociedade, mas também acentuando a segregação sexual do trabalho no interior dos canaviais. Mas, o que mais há por detrás dessa diferenciação e distinção entre “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres”?

Tal como destacado por Kergoat (2009) na passagem citada anteriormente, além da separação entre os trabalhos de homens e de mulheres, essa forma específica de divisão social do trabalho

¹¹ “Tais diferenças [biológicas] não causam a divisão sexual do trabalho (...) . O que há, reitera-se, é uma determinação social, que transforma as diferenças biológicas em causadoras desta divisão. Portanto, há, vis-à-vis as percepções, uma naturalização das diferentes tarefas exercidas por homens e mulheres.” (SILVA, 1999: 183-184).

também tem outro princípio organizador: a hierarquização, isto é, o trabalho de um homem tem mais valor quando comparado ao trabalho de uma mulher. E isso também fica bastante evidente quando analisamos o setor sucroalcooleiro. Ao separar e atribuir a cada sexo atividades e funções distintas, e por valorizar mais os trabalhos masculinos, as usinas conseguem remunerar de forma diferente seus(suas) trabalhadores(as). De acordo com as informações fornecidas pelo vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba e Saltinho, as mulheres que trabalhavam nas “turmas de serviços gerais” da Usina Costa Pinto recebiam salários inferiores aos recebidos pelos homens cortadores de cana da mesma usina a despeito de trabalharem o mesmo número de dias e de horas na semana.

Mas, como sabemos, esse tipo de prática não é exclusividade do setor sucroalcooleiro, já que, de maneira geral, em quase todos os setores econômicos as mulheres acabam ocupando os cargos menos valorizados (e, portanto, mais mal pagos) do que aqueles que são ocupados pelos homens. Essa desigualdade nos salários entre homens e mulheres já foi objeto de investigação sociológica de muitos pesquisadores, e, dentre os vários estudos produzidos, destaca-se o de Maria Ignez Paulilo (1987), autora que procurou desvendar as causas da diferença de salários entre os homens e as mulheres no meio rural brasileiro.

Ao analisar a realidade de famílias de várias regiões rurais do Brasil¹², Paulilo (1987) chama atenção para a valorização social do homem no meio rural como um todo. De acordo com a autora, independentemente das regiões pesquisadas, aquilo que ficou conhecido como trabalho “pesado” é sempre atribuído aos homens. Já as mulheres e crianças desempenham o chamado

¹² Em seu estudo, Paulilo (1987) analisou o sertão e o brejo paraibano (regiões onde predominam as lavouras de algodão e de cana e também a pecuária); algumas cidades do interior de São Paulo (onde predominam as fazendas de café) e a região sul de Santa Catarina (onde predomina a produção de fumo).

trabalho “leve”, o qual, justamente pelo fato de ser considerado “leve”, é extremamente mal remunerado¹³:

Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo e adubar. Para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas (...) Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino... (PAULILO, 1987: 66).

Em sua análise a autora destaca que os proprietários de terras de todas as regiões estudadas se valem dessa divisão sexual do trabalho para aumentar ainda mais os níveis de exploração sobre as mulheres. Para aquelas atividades em que a força física não traz maior rendimento (como o plantio e a adubagem), evitam a presença masculina para melhor caracterizá-la (e assim remunerá-la) como trabalho “leve”. Apesar da sutileza empregada na exploração da força de trabalho feminina, fica nítido que há casos em que as mulheres, a despeito de realizarem as mesmas tarefas que os homens, ganham menos. Assim, é a ideia do trabalho “leve” que explica o baixo preço pago pelos proprietários às trabalhadoras¹⁴ (PAULILO, 1987). Neste contexto, fica claro que

¹³ “Regiões distintas, culturas diferentes. Com um traço comum, a distinção entre trabalho ‘leve’ e ‘pesado’. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina.” (PAULILO, 1987: 66).

¹⁴ De acordo com a Paulilo (1987), quando os fazendeiros foram interrogados sobre os motivos da distinção entre o emprego das mulheres e dos homens, justificaram que isso se dava porque o sustento da casa cabe ao marido, já que a mulher não precisa trabalhar o ano todo. Empregam-se mulheres apenas para “ajudar em casa”, para ganharem “um dinheirinho a mais”, o qual somente “complementará” o orçamento familiar. Pelo fato de não fazerem serviços pesados (como levantar cercas ou cuidar do gado), recebem somente 75% da diária masculina.

o que determina em última instância o valor da diária¹⁵ é o sexo de quem a recebe.

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos têm remunerações distintas (PAULILO, 1987: 68)¹⁶.

Mas afinal, por que se paga menos pela realização dos trabalhos “leves”, isto é, por aqueles realizados por mulheres e crianças? De acordo com Paulilo (1987), a resposta para tal questão não deve ser buscada nas realidades específicas das regiões estudadas, já que essa situação decorre da valorização social do homem – rural ou urbano – enquanto “chefe de família” e responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Dessa forma o trabalho desses últimos fica em segundo plano, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” na composição do orçamento familiar. “A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias

¹⁵ A “diária” é o valor pago aos(as) trabalhadores(as) referente a um dia de trabalho.

¹⁶ A fala de uma entrevistada da autora deixa bem claro essa ideia, muitas vezes até mesmo aceita e naturalizada pelas próprias trabalhadoras. “A mulher ganha menos porque é mulher, né? O trabalho dela não vai com o do homem (...) O homem pega uma foice, broca mato, cava rego, abre valeta, traz água...e a mulher não vai fazer esse serviço. A mulher planta, a mulher semeia, a mulher alimpa, mas não pode fazer serviço mais pesado, fica sempre pra parte do homem. Aí, quer dizer, por isso o homem ganha mais...” (In: PAULILO, 1987: 64).

características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987: 70).

Breve consideração final

Como mencionado na introdução, ainda que nossa pesquisa de campo tenha algumas particularidades quando comparada à desenvolvida por outros pesquisadores da área, no que se refere especificamente às mulheres assalariadas rurais, de forma geral os resultados obtidos se aproximam e vêm a corroborar aqueles já divulgados por pesquisas anteriores, tais como as de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999 e 2011a e b). Contudo, antes de concluir o presente artigo, é interessante analisarmos mais um dado de campo que surgiu na pesquisa mais recente, realizada entre 2011 e 2013.

Como resultado do processo de expansão da mecanização da colheita de cana, a Usina Furlan (outra usina em que a pesquisa foi realizada) diminuiu significativamente o número de cortadores de cana empregados ao mesmo tempo em que aumentou a quantidade de vagas nas “turmas da diária”. Muito similarmente ao que ocorria com a “turma de serviços gerais” da Usina Costa Pinto citada anteriormente, as “turmas da diária” da Furlan eram responsáveis por todas as atividades tidas como secundárias, tais como a “bituca”, o recolhimento de pedras, a abertura de eitos para as máquinas, dentre outras. Contudo, nesta última empresa, somente homens trabalhavam nessas turmas e exerciam tais funções, o que comprova que a divisão sexual do trabalho não é invariável, mas sim adaptada a cada sociedade e momento histórico. Nas palavras de Kergoat (2009):

Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres no trabalho mercantil etc.) variam fortemente no tempo e no espaço. Os dados da História e da Antropologia demonstraram-

no amplamente: uma mesma tarefa, especificamente feminina numa sociedade ou ramo industrial, pode ser considerada tipicamente masculina em outros (...) Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão (KERGOAT, 2009: 68).

Referências bibliográficas

- ALVES, F. J. da C. "Por que morrem os cortadores de cana?", *Saúde e Sociedade*, vol. 15, n. 3, 2006, pp. 90-98.
- ARAÚJO, A. M. C. "Informalidade e relações de gênero", in GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. de P. *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- BUENO, J. D. *De camponesas a operárias: narrativas do transitar feminino*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Centro de Educação e Ciências Humanas. UFSCar. São Carlos-SP, 2011.
- CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. "Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto", in BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- D'INCAO, M. C. *O "boia-fria": acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- GUANAIS, J. B. No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis – SP. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-

- graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas-SP, 2010.
- _____. Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas-SP, 2016.
- IANNI, O. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. HIRATA, H. et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- NOVAES, J. R. P. Heróis anônimos, *Democracia viva*, vol. 1, n. 36, 2007, pp. 58-67.
- PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. In. *Ciência Hoje*, vol. 5, n. 28, 1987, pp. 64-70.
- SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In BRUSCHINI, C.; COSTA, A. de O. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCOPINHO, R. A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas, *RAC*, vol. 4, n. 1, jan/abr 2000, pp. 93-112.
- _____. Controle social do trabalho no setor sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados, *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 7, 2004, pp. 11-29.
- SILVA, M. A. de M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- _____. A morte ronda os canaviais paulistas. In. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 33, n. 2, 2006, pp. 111-114.

- _____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. In. *Perspectivas*, vol. 39, n. 1, 2011a, pp. 11-46.
- _____. De colona à boia-fria, in PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011b.

MUJER Y TRABAJO: ESTUDIO DE CASO DE LA SITUACIÓN LABORAL Y POLÍTICA DE LAS MUJERES EN LAS ADMINISTRACIONES LOCALES DE LA PROVINCIA DE CÓRDOBA

*María Verónica Luetto**
*María Marta Santillán Pizarro***

Resumen: El trabajo, con técnicas cuantitativas, indaga acerca del estado de situación laboral de las mujeres en las administraciones públicas locales de la provincia de Córdoba, su participación política, sus roles de liderazgo y toma de decisiones. Se concluye que, en sintonía con otros estudios, se está avanzando en términos cuantitativos en la participación de mujeres en la administración pública. Sin embargo, la realidad pone de relieve que esta institución continúa siendo patriarcal y que en ella existen techos y muros de cristal que dificultan la participación de las mujeres en roles jerárquicos y de toma de decisiones.

Palabras claves: gobiernos locales; participación de mujeres; segregación ocupacional; precariedad laboral.

Mulheres e trabalho: um estudo de caso da situação laboral e política das mulheres na administração local da Província de Córdoba (AR)

Resumo: O trabalho foi desenvolvido a partir de técnicas qualitativas e indaga sobre a situação laboral das mulheres na administração públicas na Província de Córdoba – Argentina – sobre sua participação política e seu papel de liderança na tomada de decisões. Conclui-se, juntamente com outros estudos, que tem se avançado em termos qualitativos na participação das mulheres na administração pública. Entretanto, a realidade ainda indica que a instituição política continua sendo patriarcal existindo

* Facultad de Ciencias Económicas y Administración UCC, Universidad Católica de Córdoba. veronica.luetto@gmail.com.

** Asociación Civil Clínica Jurídica de Interés Público, Universidad Católica de Córdoba.

Recibido em: 31/11/2015 – Aceito em: 30/04/2016.

muitos obstáculos que dificultam a participação das mulheres nos papéis hierárquicos de tomada de decisão.

Palavras-chave: Governo locais; participação de mulheres; segregação ocupacional; precariedade laboral.

Woman and work. a case study about labor and political situation of women in local government in the Province of Córdoba

Abstract: The article, through quantitative research techniques, inquiries about the status of the employment situation of women in local government in the province of Cordoba, in addition to their political participation, leadership roles and decision making. It concludes that in recent years there has been progress in quantitative terms in the participation of women in public administration. However, reality shows that this institution remains a patriarchal system where there are ceilings and glass walls that hinder the participation of hierarchical and women in decision-making roles.

Keywords: local government; participation of women; occupational segregation; job insecurity.

1 – Introducción

En las últimas décadas se ha comenzado a reconocer las desigualdades y vulneraciones de derechos que sufren las mujeres, basados principalmente en el género.

Desde los Estados, una de las principales acciones asumidas para garantizar y promover la igualdad entre varones y mujeres, ha sido el desarrollo de marcos normativos y jurídicos. Especialmente en Argentina, los avances en el reconocimiento y apropiación de la problemática han resultado muy significativos en relación a la adhesión de normativas internacionales y su adecuación a las propuestas e iniciativas impulsadas para lograr la igualdad de oportunidades en diversos ámbitos. Sin embargo y tal como afirma Pautassi (2001: 280) el “reconocimiento de la igualdad entre los sexos fue quedando anclado a garantías de igualdad formal con escasos avances en materia de igualdad material”.

Entre las distintas dimensiones comprendidas por los derechos de las mujeres, el ámbito laboral constituye uno de los pilares fundamentales dada la inmanente vinculación de la mujer

con el desarrollo. Si consideramos que las diferencias de género se producen, mantienen y reproducen en los ámbitos simbólicos del lenguaje y la cultura, las mismas cobran especial relevancia en materia laboral. La persistencia de inequidades colabora en sostener situaciones que vulneran el ejercicio real y efectivo de los derechos de las mujeres, conforme a los cambios evidenciados en las últimas décadas. Esta situación resulta más acuciante en los ámbitos urbanos donde cada vez hay mayor proporción de mujeres en trabajos productivos, por lo que debería existir una redefinición de los roles preasignados de varones y mujeres (Famá, 2011: 23). Además, múltiples trabajos en Argentina han evidenciado la existencia de desigualdades en el mercado laboral, tales como segregación ocupacional vertical y horizontal, en diferentes ámbitos laborales (Barrancos, 2007; Pautassi, 2001; Burijovich, J y Laura Pautassi, 2005, Rojo Brizuela y Tumini, 2008).

En este contexto, el trabajo propone detectar posibles brechas de género en las administraciones públicas locales de la Provincia de Córdoba. Se analizan diferencias en relación a las oportunidades en la participación política, la participación en roles de toma de decisiones, la existencia de áreas específicas para mujeres y los modos de contratación.

Es importante señalar que Argentina adopta la forma federal de gobierno por lo cual las provincias son autónomas, y de acuerdo a los artículos 5 y 123 de la Constitución Nacional los municipios también son autónomos, es decir, unidades políticas que pueden elegir sus propias autoridades y dictar sus propias normas. En relación con datos socio- demográficos, y de acuerdo al censo nacional de 2010¹ Córdoba es una provincia con una población total de 3.308.876 habitantes, de los cuales el 51,5 % de la población son mujeres. Esta provincia tiene la particularidad de que las mujeres alcanzan mayor nivel educativo: por ejemplo 9 % de ellas tiene estudios terciarios y 2,9 % estudios universitarios,

¹ Los datos censales para las provincia de Córdoba se encuentran disponibles en http://www.indec.gov.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema2=41&id_tema_3=135.

en cambio un 4% y un 2,2 % de los varones alcanza dichos niveles educativos, respectivamente. Estos mayores logros educativos de las mujeres no se ven reflejados en la inserción laboral ya que ellas presentan una mayor tasa de desocupación que los varones. Según datos del mismo censo, un 8,5% de mujeres se encuentra desocupada, mientras que un 3,8% de varones asume la misma condición.

Respecto al sector de inserción laboral, de las mujeres que trabajan, el 28% se encuentra en el sector público, en comparación a un 20% de varones en el mismo sector. Por otra parte, del total de empleados del sector público casi un 52 % son mujeres. A pesar de que, como se dijo en el párrafo precedente, las mujeres en la provincia alcanzan mayores niveles educativos, al interior del estado la situación se invierte: de las empleadas mujeres, un 8% presenta estudios terciarios y un 15% universitarios. En tanto entre los varones un 25% tiene estudios terciarios y un 26,2% universitarios.

Partiendo de estos datos socio-demográficos se decidió estudiar la situación de las mujeres en los municipios de la provincia de Córdoba debido a dos motivos fundamentales, a saber: a. de acuerdo a un estudio de Archenti y Albaine (2012) Córdoba era una de las provincias con mayor cantidad de mujeres intendentas al año 2011 (sólo tres provincias la superaban en este punto) pero la situación a nivel del poder legislativo local era la contraria, ya que estudiada la capital de la provincia, se observaba en el mismo estudio que Córdoba Capital era una de las ciudades con menor participación de mujeres en el Concejo Deliberante (denominación que toma el Poder Legislativo en el ámbito municipal), de manera que resultaba interesante observar cuál era la situación actual en la provincia, tanto a nivel de cargos de toma de decisiones como a nivel de estabilidad laboral; y b. desde el año 2008 en la provincia de Córdoba se comenzaron a implementar políticas públicas de mujeres y de género, entre las cuales puede mencionarse "Córdoba con ellas" (decreto provincial 699 del 18/5/2010), política pública provincial que tenía como objetivo la promoción del desarrollo, la inserción social y laboral de las mujeres, contando con un núcleo

destinado a la temática de mujer y trabajo, de manera que resultaba oportuno observar si estas políticas tenían repercusión o no en los municipios de la provincia, especialmente, en su propio ámbito laboral.

En los acápites siguientes se presentará el marco teórico y metodológico, para luego presentar los resultados a través del mapa de género en 17 municipios² de la provincia de Córdoba, la participación política de las mujeres y las segregaciones ocupacionales (verticales y horizontales) existentes. Posteriormente, se plantea una discusión teórica relativa a la importancia del municipio y su rol en la construcción de la ciudadanía, y especialmente, de la ciudadanía de las mujeres, y las primeras conclusiones alcanzadas en este trabajo de investigación.

2 – Marco teórico y antecedentes

A los fines de desarrollar el estudio de las brechas de género o inequidades de género en el ámbito de las administraciones locales, es necesario definir términos tales como: brechas de género, participación política, segregaciones ocupacionales.

En este trabajo se comprende las brechas de género en el mismo sentido que inequidades de género, e indica las desigualdades entre hombres y mujeres en el mercado de trabajo (Abramo y Valenzuela, 2006: 30), donde el progreso laboral de las mujeres no supone necesariamente el aumento de sus oportunidades de encontrar una ocupación que cumpla con condiciones mínimas de calidad ((Abramo y Valenzuela, 2006: 31). Siguiendo los aportes de Esquivel (2007: 366, citado en Rojo Brizuela y Tumini, 2008: 57):

² Los municipios que respondieron la encuesta son: A. Municipios con más de 10.000 habitantes: Arroyito, Carlos Paz, Corral de Bustos, Cruz del Eje, Deán Funes, General Cabrera, Jesús María La Falda, Marcos Juárez, Oliva, Río Segundo y Río Cuarto; B. Municipios con menos de 10.000 habitantes: Buchardo, Camilo Aldao, Justiniano Posse, Monte Buey y Tancacha.

la discriminación en el mercado de trabajo se refiere a una situación en la que dos personas, igualmente productivas en el sentido material y físico, son tratadas de manera diferente (una de ellas peor) sólo en virtud de características observables como su género. Dicho tratamiento diferencial se expresa tanto en niveles salariales diferentes para individuos comparables (el resultado observable de la discriminación) como en diferentes demandas para sus servicios del trabajo al salario dado, es decir, en segregación.

La participación política de las mujeres se refiere a la vinculación de las mujeres y la política y, específicamente a la ocupación de puestos de poder en la esfera política (Fernández Poncela, 2006: 117).

Y finalmente, la segregación ocupacional implica la concentración de las mujeres en cargos no jerárquicos (segregación vertical) y en trabajos rotulados como femeninos: servicio doméstico, enseñanza, cuidado de la salud, etc. (segregación horizontal) (PNUD, 2011: 19 y ss.).

En cuanto a los antecedentes, diversos estudios e investigaciones corroboran que el mapa de género en el ámbito laboral es discriminatorio. A modo de ejemplo, las mujeres representan el 51 % de la población mundial, y ocupan menos del 10% de los cargos directivos (Corona Godínez et al, 2002: 14). En el caso de Argentina, las investigaciones de Barrancos (2007); Rojo Brizuela y Tumini (2008) aportan evidencias referidas a que la incorporación de las mujeres en el mercado de trabajo en Argentina se remonta a los sesenta, principalmente vinculada a los avances en el acceso a mayores niveles educativos. Continúa incrementándose en décadas posteriores, y en los noventa se acelera el proceso en contextos de aumento de desempleo y deterioro de los salarios reales de los jefes varones. Después de los 90 la situación se estabiliza. Las autoras afirman que en 2007 se observa un mercado de trabajo con elevada inequidad de género, en el que las mujeres presentan una menor participación en el mercado de trabajo,

mayores tasas de desempleo, y menor ingreso por hora trabajada (Barrancos, 2007; citado en Rojo Brizuela y Tumini, 2008).

La administración pública, en cuanto a la participación política y en cargos de decisiones de las mujeres ha sido objeto de estudio particular, y ha evidenciado una estructura fundada en valores, actitudes y prácticas patriarcales. Así PNUD (2014: 12) explica que se pueden observar “algunas cantidades absolutas alentadoras en la administración pública, pero no necesariamente en los puestos de mayor influencia o en todos los sectores de forma uniforme”.

Un informe de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (2014: 96 y ss.), puso de manifiesto que en los países que constituyen la organización las mujeres representan casi el 50 % de la fuerza laboral en los sectores públicos; sin embargo, ocupan categorías laborales más bajas, trabajan a tiempo parcial, sufren segregación ocupacional horizontal, brechas salariales (la brecha salarial de género en el sector público es más bajo para los trabajadores más jóvenes y es mayor en el extremo superior de la distribución del ingreso); además se observan brechas persistentes en el acceso a servicios de guardería y cuidado de los ancianos.

En el caso de América Latina se percibe una feminización de la política, ya que entre 1994 y 2004 la participación de la mujer “aumentó en promedio, de 9 % a 14 % en el poder ejecutivo (en posiciones ministeriales), de 5 % a 13 % en el senado y de 8 % a 15 % en la cámara baja o en parlamentos unicamerales” (Buvinic y Roza, 2004: 1)

En el ámbito específico de los espacios locales en Argentina, el proyecto ENMUNI de la asociación civil Manos Solidarias informaba que hasta octubre de 2007 sólo el 8% de las intendencias en Argentina eran ocupadas por mujeres, y que el 84,33 % de estos casos se correspondían a municipios con una población inferior a 5.000 habitantes. Las elecciones de octubre de 2007 elevó este número al 10 %.

Las investigaciones coinciden en la descripción de inequidades basadas en estereotipos de género y es por ello

que resulta de importancia analizar lo que ocurre en los estados municipales.

3 – Datos y metodología

La recolección de la información se llevó a cabo a través de un formulario auto administrado que cada una de las administraciones públicas locales procedió a responder.

Con los datos obtenidos se procedió a realizar una lectura descriptiva en perspectiva comparada de la situación entre varones y mujeres.

A continuación se presentan los primeros resultados alcanzados que se relacionan fundamentalmente con los indicadores de brechas en el empleo público y en el desempeño de cargos funcionales de naturaleza política.

4 – Resultados

4.1 – Mapa de género en las administraciones locales de la provincia de Córdoba: estudio de casos

Ante todo cabe aclarar que todos los casos analizados se tratan de unidades políticas con el estatus jurídico de municipios. En la provincia de Córdoba el art. 181 de la Constitución Provincial³ y el art. 2 de la ley 8102 definen a los municipios como las poblaciones estables de más de dos mil (2.000) habitantes. En Argentina, por ser un estado federal, los municipios son considerados como el tercer nivel de gobierno, luego del estado nacional y de los estados

³ Artículo 181 Constitución de la Provincia de Córdoba: “Toda población con asentamiento estable de más de dos mil habitantes, se considera Municipio. Aquellas a las que la ley reconozca el carácter de ciudades, pueden dictar sus Cartas Orgánicas”. Según la ley 8102 son ciudades los asentamientos con más de 10.000 habitantes.

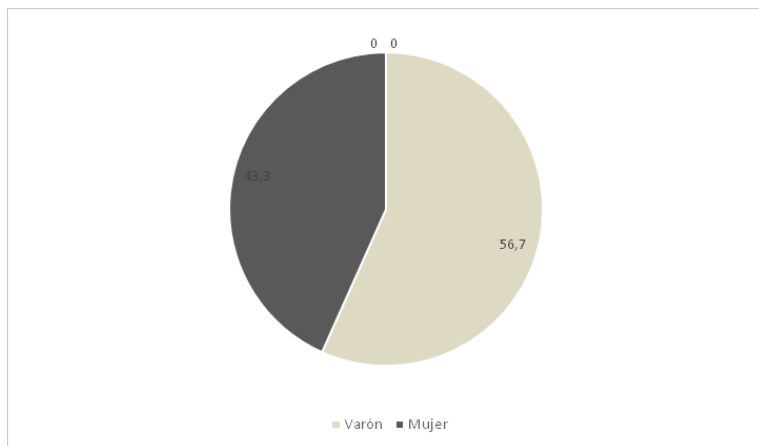
provinciales, y además por mandato constitucional los municipios son unidades políticas autónomas (art. 123 de la Constitución Nacional)⁴.

Las administraciones públicas locales toman importancias en aras a la calidad de la democracia, porque por su cercanía con el ciudadano, con las problemáticas de los mismos, favorece la capacidad ciudadana de autogobierno; la participación social y el desarrollo de las libertades individuales (Escobar y Solari, 1996: 108). Es por estos motivos, que resulta trascendental conocer como los municipios reconocen y aceptan las diversidades, heterogeneidades y la equidad entre varones y mujeres en su interior.

El análisis de la cantidad total de empleados, no permite observar en términos cuantitativos diferencias significativas entre varones y mujeres. Así de un total de 3480 empleados, 1972 son varones (56,7 %) y 1508 mujeres (43,3%) (Ver gráfico 1).

⁴ A modo informativo, cabe mencionar que Argentina es un estado federal, y de acuerdo a su Constitución los municipios son unidades políticas autónomas. Claramente el art. 123 establece que gozan de autonomía institucional, política, administrativa, económica y financiera, lo que denota que la Constitución Nacional les otorga una autonomía amplia. Para su comparación con la República Federativa del Brasil se recomienda la lectura del "Estudio comparativo de las leyes de régimen local en América Latina", disponible en <http://www.parlatino.org/pdf/comisiones/politicos/exposiciones/xvi-estudio-comparativo-leyes-regimen-aruba-22-sept-2011.pdf>.

Gráfico 1 – Proporción de empleados de los municipios según género en 17 Municipios de la Provincia de Córdoba. Año 2015.



Elaboración propia.

Esta escasa diferencia marca una tendencia a la feminización del trabajo en las administraciones locales, sin que ello signifique por sí mismo la existencia de equidad de género, es por ello que resulta necesario indagar hacia el interior de las instituciones, para comprender si existe una real participación política y en la toma de decisiones por parte de las mujeres.

4.2 – Participación política de las mujeres.

En este apartado se analizará la participación de las mujeres en los poderes del Estado. Es así que en relación con el ejercicio del Poder Ejecutivo municipal, que se encuentra en cabeza de los denominados intendentes, de los 17 municipios estudiados, 13 cuentan con un intendente varón, y sólo 4 tienen una intendente mujer (Ver gráfico 2).

La diferencia por género disminuye en la integración del Poder Legislativo local, denominado Concejo Deliberante. Así, en los 17 municipios analizados, existen 71 concejales varones (56,8 %) y 54 mujeres (43,2 %) (ver gráfico 2).

En los municipios y comunas de Córdoba, existe un órgano de control de la hacienda pública, que se ha llamado Tribunal de Cuentas⁵, y cuyos integrantes son electos por el voto directo de la población. Estos organismos en los municipios estudiados se constituyen con 27 varones (52,9 %) y 24 mujeres (47,1 %) (ver gráfico 2).

En lo relativo a la composición de los concejos deliberantes y de los tribunales de cuenta, cabe destacar que 10 de los municipios estudiados no cuentan con carta orgánica, y se rigen por la ley provincial 8901, denominada de cupo femenino, que establece en su art. 2 el principio de participación equitativa de los géneros, y en su art. 3 especifica que las listas de candidatos deben contener porcentajes equivalente de candidatos varones y mujeres, lo que explica la mayor paridad existente en los cargos de concejales y de integrantes de los tribunales de cuenta.

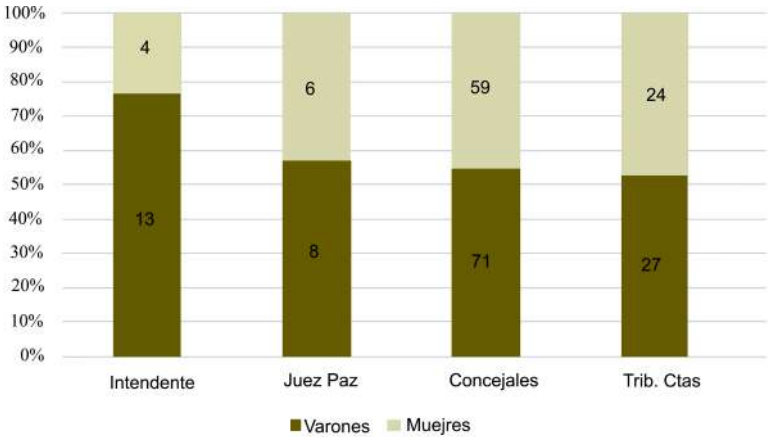
Finalmente, en los municipios con más de dos mil habitantes, y que no tienen sedes judiciales en su jurisdicción, de acuerdo a lo estatuido por el art. 45 de la ley orgánica del Poder Judicial de Córdoba, cuentan con jueces de paz, que por lo tanto, son parte del Poder Judicial provincial, pero se ubican en el éjido municipal⁶.

⁵ Los tribunales de cuenta se encuentran establecidos en el marco de la Constitución de la Provincia de Córdoba, en la ley orgánica de municipios de la provincia de Córdoba, y es adoptado por las cartas orgánicas de los municipios. Los tribunales de cuentas son órganos de control externo de la hacienda pública, cuya función primordial es el control de la legalidad del gasto. El art. 83 de la Constitución de la provincia además establece que los municipios que dicten sus propias cartas orgánicas deben garantizar la existencia de un tribunal de cuentas (art. 183 inc. 3).

⁶ El art. 1 de la ley orgánica del Poder Judicial de Córdoba (ley 8435) explica que “el Poder Judicial es ejercido por el Tribunal Superior de Justicia. También lo es por las Cámaras en lo Civil y Comercial, en lo Contencioso-Administrativo, en lo Criminal, de Acusación, de Menores, del Trabajo y de Familia y por los

Cabe señalar que hasta el año 2010 los jueces de paz eran designados discrecionalmente por el poder ejecutivo provincial, y a partir de dicho año se instituyó el concurso como medio idóneo para la selección de estos jueces. En el caso de este cargo del Poder Judicial, la diferencia por género no es de importancia, ya que de 14 municipios que cuentan con este cargo, 8 son ejercidos por varones y 6 por mujeres (ver gráfico 2).

Gráfico 2 – Proporción de intendentes municipales, jueces de paz, concejales e integrantes del Tribunal de Cuentas, según género en 17 Municipios de la Provincia de Córdoba. Año 2015.



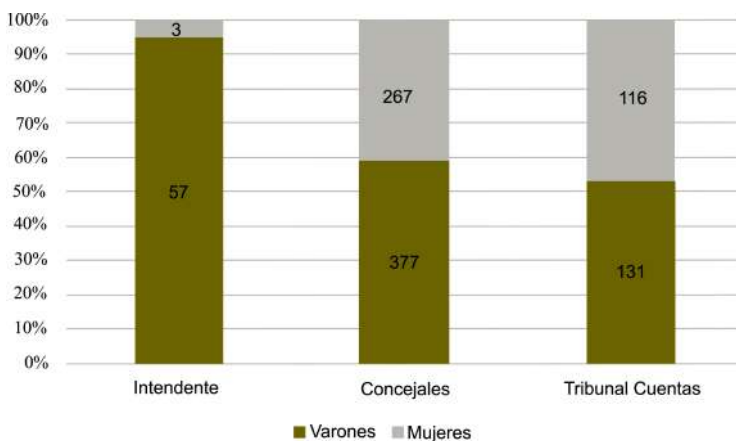
Elaboración propia.

Jueces en lo Civil y Comercial, de Control, Correccional, de Faltas, Electoral, de Familia, de Menores, de Conciliación, los reemplazantes y Conjuces que los sustituyan, y de Paz”.

Por otra parte, debe mencionarse que las diferencias en la participación política en el Poder Ejecutivo local parecen no disminuir a través del tiempo, ya que en las últimas elecciones populares desarrolladas en los municipios en estudio, existió una inmensa mayoría de candidatos varones para el cargo de intendente. A nivel del Poder Legislativo local y del organismo de control externo de la hacienda pública, también se mantiene la escasa diferencia por género, la cual se reitera, debe ser comprendida como consecuencia de la existencia de un cupo femenino del 50 % establecido por ley.

En concreto, de 60 candidatos a intendentes en los 17 municipios, sólo 3 fueron candidatas mujeres; por su parte de los 644 candidatos a concejales, 267 fueron candidatas mujeres, y finalmente, de los 247 candidatos a tribunal de cuenta, 116 fueron mujeres (ver gráfico 3).

Gráfico 3 – Proporción de candidatos a intendente, concejales y tribunal de cuentas, según género en 17 Municipios de la Provincia de Córdoba. Año 2015.



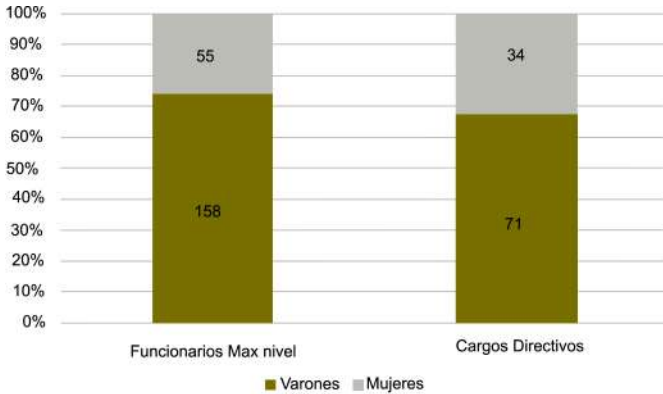
Elaboración propia.

4.3 – Segregaciones ocupacionales

4.3.1 – Segregación vertical: participación en roles de liderazgo y de toma de decisiones

En los párrafos precedentes se pudo observar que en el cargo del poder ejecutivo hay una importante preeminencia de varones, y que la mayor equidad en los poderes legislativos locales y en los órganos de control se debe a la existencia de acciones afirmativas. La inequidad observada en la cabeza del poder ejecutivo, se reitera en los máximos niveles jerárquicos del municipio. Así de 213 cargos de funcionarios de máximo nivel, sólo 55 (25,8%) son ocupados por mujeres, y de 105 cargos directivos, tan sólo 34 (32,4%) están reservados para mujeres (ver gráfico 4). Estos datos evidencian claramente una subrepresentación de las mujeres en los espacios de poder y toma de decisiones.

Gráfico 4 – Proporción de cargos de funcionarios y directivos según género en 17 Municipios de la Provincia de Córdoba. Año 2015.



Elaboración propia.

En este punto cabe referenciar los estudios de PNUD (2014) para América latina y el Caribe, que indican la existencia de una marcada feminización de la política en los espacios macros de los parlamentos nacionales, no ocurriendo lo mismo en las administraciones locales, y en los espacios de liderazgo y toma de decisiones. De manera que la mayor participación de las mujeres en el ámbito laboral de las administraciones públicas locales que surge del mapa de género, no significa un reconocimiento de un rol activo y fundamental de éstas, sino la simple ocupación de espacios o trabajos que se han desjerarquizado social y económicamente, y la mera expresión del ideal de igualdad y de superación respecto de la generación de mujeres anterior.

4.3.2 – Segregación horizontal: territorios masculinos y femeninos

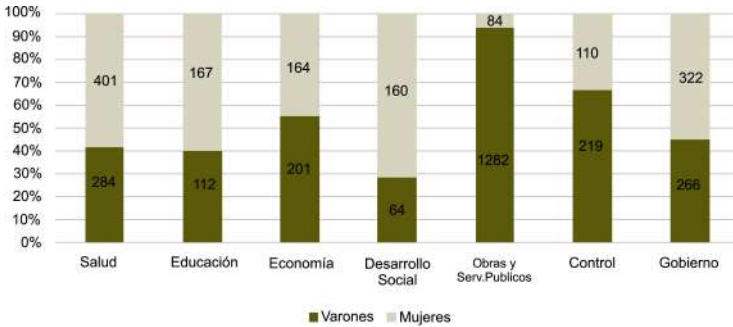
El análisis de los casos ha permitido identificar territorios masculinos y femeninos en la realidad de las administraciones públicas locales. En este sentido, en relación con áreas exclusivas para algunos de los géneros, pueden mencionarse como áreas típicas de varones: a Obras y servicios públicos (el 93,9 % de los cargos pertenecen a varones); b. Control o inspección (el 66,6 % de los puestos están ocupados por varones), y c. Economía y Finanzas (el 55,1 % de los cargos pertenecen a varones), y como áreas mayormente femeninas: a. Desarrollo social (el 71,4 % de los cargos son ocupados por mujeres) y b. educación (el 59,9 % de los cargos corresponden a mujeres), c. salud (el 58,5 % de los puestos pertenecen a mujeres). Cabe destacar que tanto desarrollo social como salud son áreas claramente vinculadas con la organización social del cuidado⁷, cuya responsabilidad central parece recaer

⁷ Se entiende por organización social del cuidado “a la manera en que interrelacionadamente las familias, el Estado, el mercado y las organizaciones comunitarias, producen y distribuyen cuidado” (Rodríguez Enriquez y Pautassi, 2014: 11). Los estudios realizados en Argentina evidencian que la organización social del cuidado en este país es asumido mayormente por los hogares y, dentro de ellos, por las mujeres (Rodríguez Enriquez y Pautassi, 2014: 12).

en las mujeres, o mejor dicho, son tareas atribuidas cultural y socialmente a las mujeres⁸ (ver gráfico 5).

En el área de gobierno también existe una leve diferencia a favor de las mujeres, ya que el 54,8 % de los cargos son ocupados por ellas.

Gráfico 5 – Proporción de empleados de las administraciones públicas locales según áreas de desempeño y género en 17 Municipios de la Provincia de Córdoba. Año 2015.



Elaboración propia.

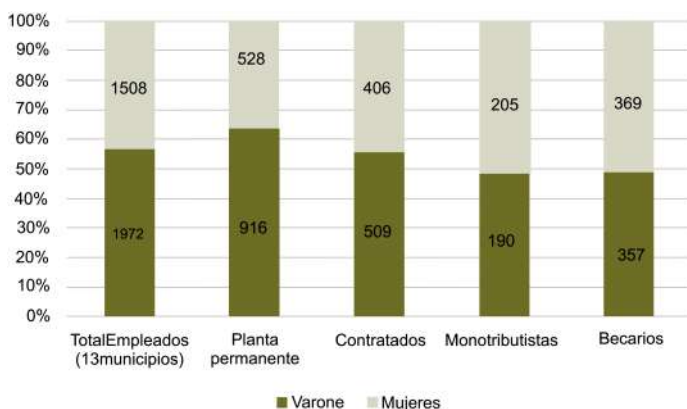
4.4 – Inequidad en la estabilidad y la formalidad laboral

La inequidad entre varones y mujeres en el ámbito laboral de las administraciones públicas locales no sólo se relaciona con la

⁸ Según lo informado por el Ministerio de Trabajo de Argentina (ver http://www.trabajo.gov.ar/downloads/cegiot/140703_brochure.pdf) en relación con el trabajo no remunerativo y uso del tiempo al año 2013, las mujeres dedicaban en promedio 3 horas diarias más que los hombres en estas actividades. Además este organismo explica que en el mercado de trabajo las ocupaciones en las que mayoritariamente se desempeñan las mujeres se asocian al rol tradicional de ama de casa, razón por la cual se ocupan en puestos asociados al cuidado tales como los de enfermeras, maestras, empleadas domésticas, niñeras, cuidado de enfermos y mayores, etc.

posibilidad de asumir roles de liderazgo y toma de decisiones, sino también con la estabilidad y la formalidad de la relación laboral. Las mujeres representan, como se indicó en párrafos precedentes, un 43,3 % de la planta permanente de los municipios, sin embargo representan un 51,9 % de las personas que prestan servicios mediante monotributo⁹ y un 50,8 % de los becarios y/o pasantes (ver gráfico 6), lo que indica que se encuentran en situación de precariedad e inestabilidad laboral. A lo que cabe agregar que sólo un 36,6% de las mujeres se encuentran en planta permanente¹⁰.

Gráfico 6 – Proporción de empleados según formalidad laboral y género en 17 Municipios de la Provincia de Córdoba. Año 2015.



Elaboración propia.

⁹ Cabe aclarar que las personas que prestan servicios como monotributistas, son entendidas como terceros que prestan servicios profesionales al municipio, y no se encuentran vinculados con éste en una relación de dependencia laboral.

¹⁰ Es importante resaltar que las personas de planta permanente gozan de estabilidad laboral absoluta o propia, es decir, que sólo pueden ser despedidas con justa causa. Los contratados tienen una relación temporal con el empleador y los monotributistas son considerados terceros que prestan servicios, lo que implica precariedad e inestabilidad laboral.

5 – Discusión: La paradoja de la cercanía física y el paradigma de autogobierno frente a baja participación política y segregación ocupacional de las mujeres

En los últimos años se ha producido una revalorización de las administraciones públicas locales para la calidad de la democracia y para el desarrollo. En este sentido, los municipios son fundamentales para la democracia ya que la organización y la participación ciudadana en la gestión de los asuntos públicos se construye desde el nivel local. En estas instituciones públicas la cercanía entre lo netamente institucional y de gobierno, y lo típicamente ciudadano, comunitario o corporativo (Escobar y Solari, 1996: 109), construye ciudadanía.

Cabe destacar además que los municipios son entendidos como sumamente importantes por los mismos ciudadanos, ya que su accionar incide directamente en sus vidas, especialmente cuando estas unidades políticas son las que entregan los servicios públicos (PNUD, 2010: 2). Además, estas instituciones son concebidas como más accesibles al ciudadano, por la cercanía, sin embargo, parecen no reconocer la importancia de la inclusión y la diversidad, y con ello el fomento de un significado de democracia que reconozca conceptos sustantivos y no sólo formales de igualdad¹¹, de diversidad y de interculturalidad.

Los movimientos sociales, las investigaciones a nivel regional, las acciones de los Estados han fomentado la feminización

¹¹ La igualdad en términos formales es entendida como no arbitrariedad, y por lo tanto, impide todo trato diferenciados entre los sujetos iguales; en cambio, en términos sustantivos implica comprenderla como no sometimiento de aquellos grupos sociales que históricamente han visto vulnerado sus derechos. La igualdad como no sometimiento es la que justifica la existencia de medidas afirmativas, es decir, de acciones que reconocen las diferencias y la existencia de grupos sociales que por sus características particulares (género, raza, etnia, etc.) no gozan de reales oportunidades de ejercicio de sus derechos humanos fundamentales.

de la política en los espacios macro, pero no han realizado un esfuerzo semejante en las administraciones locales, que como organizaciones básicas de la administración del estado, y por lo tanto, como organizaciones donde las relaciones del poder público con los gobernados son más directas y se tiene acceso más sencillo a las decisiones de dirección o gobierno, se constituyen en órganos fundamentales para el fomento de la participación ciudadana, y por ende, en constructores de ciudadanía.

La proximidad de los gobiernos locales a la ciudadanía permite a ésta debatir sobre sus intereses, realizar propuestas e influir en la definición de los programas de acción del municipio, ya que los municipios son la administración más cercana a los problemas, inquietudes y modos de vida de los ciudadanos. Las administraciones públicas locales son por tanto cauces inmediatos de participación ciudadana en los asuntos públicos.

En esta cercanía física entre administrado y administración, radica el valor esencial de los gobiernos locales en la construcción de democracia, sin embargo, los casos estudiados ponen de manifiesto que esta proximidad, no identifica, no comprende, ni problematiza la diversidad y las inequidades de género.

Los datos obtenidos evidencian claras inequidades de género no sólo en la participación política sino también en los espacios de liderazgo y toma de decisiones; en la estabilidad y formalidad laboral. Las administraciones públicas locales en análisis se presentan como instituciones patriarcales con marcados territorios masculinos y femeninos, constituyéndose en instituciones productoras y reproductoras de valores, creencias y prácticas androcéntricas.

En definitiva, la proximidad de los municipios produce la paradoja de alejar a la mujer de la participación política, de espacios de poder y de toma de decisiones, de asignarle territorios prefijados, y de imponerle reglas de precariedad e inestabilidad laboral, al asumir los estereotipos de género instaurados social y culturalmente. La proximidad de las administraciones locales con el ciudadano, ha marcado un proceso de instauración de cultura organizacional patriarcal, produciendo inequidades que debilitan

la ciudadanía de las mujeres, y las relevan al espacio privado o a espacios desjerarquizados.

6 – Conclusiones

Ante todo resulta indispensable resaltar que las conclusiones del presente estudio revisten el carácter de hipótesis para ser contrastadas en posteriores estudios de casos.

La presencia de mujeres en el mercado laboral se ha incrementado notablemente en las últimas décadas, y los municipios como sujetos empleadores no han estado exentos de esta realidad. De todas maneras, en el ámbito de las administraciones locales, se observan inequidades de género, tales como baja participación política, especialmente en la esfera del Poder Ejecutivo, y segregación ocupacional tanto vertical como horizontal.

La participación de las mujeres en el mercado laboral proporcionado por los gobiernos locales ha alcanzado una cierta paridad con la participación de los varones, sin embargo, este aumento cuantitativo se ve acompañado por techos¹² y muros de cristal¹³ que establecen inequidades en la participación política, en la ocupación de cargos jerárquicos y de toma de decisiones

¹² Techo de cristal se relaciona con la segregación ocupacional vertical, y hace referencia a “creencias y estereotipos, procedimientos, estructuras, relaciones de poder, etc., que obstaculizan el acceso de las mujeres a los puestos de decisión y el desarrollo de sus potencialidades” (Roldán García, Leyra Fatou y Contreras Martínez, 2012: 46), es decir, a la dificultad de las mujeres de acceder a puestos jerárquicos y de mayor responsabilidad y remuneración.

¹³ Hablar de muros de cristal, implica hacer referencia a la segregación ocupacional horizontal, específicamente a la “sobrerrepresentación de mujeres en determinados sectores económicos y categorías profesionales” (Roldán García, Leyra Fatou y Contreras Martínez, 2012: 45). Así las mujeres se concentran en los sectores de comercio, de servicios y tareas de cuidado y los varones en la industria y el transporte.

por parte de las mujeres, y le imponen a éstas precariedad e inestabilidad laboral.

La participación política de las mujeres como cabezas del Poder Ejecutivo municipal es escasa. Además parece no presentar un futuro alentador, ya que las últimas elecciones celebradas en los municipios en análisis ponen de manifiesto la existencia de un territorio masculino, dado que la gran mayoría de los candidatos para ocupar el cargo de intendente fueron varones¹⁴.

La participación en el ámbito del Poder Legislativo local, es decir, en los Concejos Deliberantes, y en los órganos colegiados de control externo muestra mayor paridad, de manera, que puede afirmarse que las acciones afirmativas han fomentado la participación política en los espacios colegiados de deliberación. No obstante, cabe destacar que la mayor equidad observada en estos órganos parece depender casi exclusivamente del efecto proporcionado por las acciones positivas, y no por la existencia de cambios sociales y culturales, o por la modificación de la cultura organizacional patriarcal que parece caracterizar a los gobiernos locales.

Además de la inequidades en la participación política, también pudo comprobarse la existencia de segregación ocupacional, tanto vertical como horizontal.

La segregación ocupacional se caracteriza por negar la participación de las mujeres en roles de liderazgo y toma de decisiones, y en atribuirles territorios vinculados con la organización social del cuidado.

Las inequidades por género también se observan en la estabilidad y formalidad laboral, ya que las mujeres prestan sus labores en condiciones de inestabilidad y precariedad laboral, al vincularse con las administraciones públicas locales por medio de contratos temporales, locaciones de servicios a través del régimen tributario de monotributistas o simplemente mediante becas o pasantías.

¹⁴ Cabe recordar que de 60 candidatos a intendentes, sólo 3 fueron mujeres.

La persistencia de estas inequidades vulnera el ejercicio real de derechos fundamentales de las mujeres y afecta la calidad de su ciudadanía y por lo tanto, la legitimidad de la democracia.

Las administraciones públicas locales tienen la importante función de fomentar la participación social y el desarrollo de libertades individuales, por ser las instituciones de gobierno más cercanas a los intereses y problemas de los ciudadanos; sin embargo, la presencia en su interior de patrones estereotipados de género, que sobreviven, persisten y se reproducen, impiden alcanzar este rol fundamental, en aras a una democracia de calidad.

Las inequidades de género en el interior de los gobiernos locales ameritan ser diagnosticadas y analizadas, a fin de poner en marcha planes y programas que trabajen en la inclusión, la diversidad y la equidad de género.

Resulta indispensable la existencia de culturas organizacionales sensibles al género en las administraciones públicas locales, para que la participación política y en roles de liderazgo y toma de decisiones por parte de mujeres se convierta en realidad.

7 – Bibliografía

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. Inserción laboral y brechas de equidad de género en América Latina. En ABRAMO Editora, Trabajo decente y equidad de Género en América Latina. Ginebra: OIT, 2006.

ARCHENTI, N.; ALBAINE, L. Las mujeres en los gobiernos locales. Argentina, 2007-2011. En *Revista SAAP*, Volumen, 6, N. 2, noviembre 2012, 227-247.

BARRANCOS, D. *Mujeres en la sociedad argentina. Una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

BURIJOVICH, J.; PAUTASSI, L. "Calidad del empleo y calidad

- de la atención en la salud en Córdoba, Argentina. Aportes para políticas laborales más equitativas”, Serie Mujer y Desarrollo 60. Unidad Mujer y Desarrollo. Proyecto CEPAL/GTZ “Políticas laborales con enfoque de género”. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2005.
- BUVINIC, M.; ROZA V. *La mujer, la política y el futuro democrático de América Latina*. Washington D.C.: BID, 2004. Disponible en: http://genero.ife.org.mx/docs_informes/02_MujerPoliticaYFuturodeAL.pdf.
- CORONA GODÍNEZ, M.; CORREA DE LA TORRE, L., ESPINOSA CALDERÓN, M. Y PEDRAZA DOMÍNGUEZ, M. *Cultura institucional y equidad de género en las Administración Pública*. México: Instituto Nacional de Mujeres, 2002.
- ESCOBAR, S.; SOLARIA, R. El municipio y la democracia moderna. En *Nueva Sociedad*, N. 142, Marzo-Abril 1996, 108-115.
- FAMÁ, M. V. Efectividad de la legislación argentina en materia de violencia doméstica: hacia una mirada integral e interdisciplinaria. En Haydée Birgin y Natalia Gherardi (coord.), *Reflexiones jurídicas desde la perspectiva de género*, Género, derechos y justicia, tomo 7, México, 2011, 1-101.
- FERNÁNDEZ PONCELA, A. Mujeres y política en América Latina: dificultades y aceptación social. En revista *Nueva Época*, año 19, N. 51, mayo- agosto, 2006, 117-143.
- KRIEGER, M. *Sociología de las organizaciones: una introducción al comportamiento organizacional*, Buenos Aires: Pearson Education, 2001.
- LEVÍN, S., disertación “Género y Ciudadanía activa: del derecho a la igualdad a las políticas de equidad”.
- LUCAS MARÍN, A.; GARCÍA RUIZ, P. *Sociología de las organizaciones*. México: Mc Graw Hill, 2005.
- OCDE, *Women, Government and Policy Making in OECD countries: Fostering Diversity for Inclusive Growth*, OECD, 2014.

Disponible en www.oecd.org/gov/women-government-and-policy-making.htm.

PAUTASSI, L. Equidad de género y calidad en el empleo: las trabajadoras y los trabajadores en salud en Argentina. *Mujer y Desarrollo* 30. Unidad Mujer y Desarrollo. Proyecto CEPAL/GTZ "Institucionalización del enfoque de género en la CEPAL y en Ministerios Sectoriales", Santiago de Chile: Naciones Unidas. Santiago de Chile, 2001.

PNUD, *Igualdad de Género en la Administración Pública*, Nueva York: PNUD, 2014. Disponible en http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/Public%20Administration/GEPA_report_SP_Web.pdf

PNUD Pacífico Asiático. *Women's Representation in Local Government in Asia-Pacific: Status Report*. PNUD, 2010. Disponible en [http://www.capwip.org/readingroom/TopotheShelf.Newsfeeds/2010/Women's%20Participation%20in%20Local%20Government-Asia%20Pacific%20\(2010\).pdf](http://www.capwip.org/readingroom/TopotheShelf.Newsfeeds/2010/Women's%20Participation%20in%20Local%20Government-Asia%20Pacific%20(2010).pdf).

PNUD Argentina, 2011, "Aportes para el desarrollo humano en Argentina 2011". Buenos Aires. Disponible en <http://www.unfpaargentina.com.ar/sitio/archivos/aportesdesarrollo.pdf>

RODRÍGUEZ ENRIQUEZ, C.; PAUTASSI, L. *La organización social del cuidado de niños y niñas. Elementos para la construcción de una agenda de cuidados en Argentina*, Buenos Aires: ELA, 2014.

ROJO BRIZUELA, S.; TUMINI, L. "Inequidades de género en el mercado de trabajo de la Argentina: las brechas salariales". En *Revista de Trabajo*. Año 4, N. 6. Agosto diciembre, 2008, pp. 53 a 70.

ROLDÁN GARCÍA, E.; LEYRA FATOU, B.; CONTRERAS MARTINEZ, L. Segregación laboral y techo de cristal en trabajo social: análisis del caso español. En *Portularia*, Vol. XII, N. 2, diciembre 2012, 43-56.

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE SIMBÓLICO E IMAGINÁRIO: SACRIFÍCIO RITUAL E SIMBOLIZAÇÃO DO FEMININO

*Marilande Martins Abreu**

Resumo: O presente artigo aborda os elos entre o simbólico e o imaginário a partir do sacrifício ritual, instituição que em correspondência com a estrutura social estabelece imagens míticas e rituais que superpõem homem, deus e o animal em dependência de uma forma específica de simbolização do feminino. Nessa simbolização, imagens do feminino se reproduzem numa dualidade na qual imagens míticas e rituais da mulher como mãe, origem da vida, se associam a imagens da mulher sensual, que em decorrência dos seus atributos sexuais é assimilada pela justaposição entre homem, deus e o animal.

Palavras-chave: Sacrifício ritual; Simbolização do feminino; Cultura.

Entanglements between symbolic and imaginary: ritual sacrifice and female symbolization

Abstract: This article discusses the links between the symbolic and the imaginary from the ritual sacrifice, an institution that in correspondence with the social structure establish mythic images and rituals which juxtaposes man, god and the animal in dependence on a specific form of symbolization of the feminine. In this symbolization, feminine images reproduce themselves in a duality in which mythical images and rituals of woman as mother, origin of life, juxtaposes itself to images of the sexy woman, who as a result of their sexual attributes is assimilated by the juxtaposition between man, god and the animal.

Keywords: Sacrifice ritual; Symbolization of the feminine; Culture.

* Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís-MA, Brasil (landeabreu@hotmail.com).

Recebido em: 26/11/2014 – Aceito em: 15/06/2015.

Entrelazamientos entre simbólico y imaginario: sacrificio ritual y simbolización de lo femenino

Resumen: Este artículo aborda los vínculos entre el simbólico y el imaginario desde el sacrificio ritual, institución que en correspondencia con la estructura social establece imágenes míticas y rituales que superponen el hombre, dios y el animal en dependencia de una forma específica de la simbolización de lo femenino. En esta simbolización, imágenes de lo femenino se reproducen en una dualidad en la cual las imágenes míticas y rituales de la mujer como madre, origen de la vida, se asocian a imágenes de la mujer sensual, que como consecuencia de sus atributos sexuales es asimilada por la yuxtaposición entre el hombre, dios y el animal.

Palabras clave: Sacrificio ritual; Simbolización de lo femenino; Cultura.

Introdução

Lévi-Strauss (1962), com sua teoria estrutural indica que o sujeito é marcado por signos, símbolos e significantes que se arrumam e desarrumam conforme a organização de uma estrutura simbólica que não se institui sem o imaginário, lugar ontológico de fantasias coletivas e subjetivas. É para compreender, numa perspectiva estruturalista, alguns elos entre o simbólico e o imaginário que neste artigo¹ se aborda a questão da simbolização do feminino na estrutura do sacrifício ritual.

Seguindo nas trilhas de Weber (1904-1905), pode-se afirmar que o conceito de sacrifício ritual dá sentido às ações humanas; é uma instituição que se torna importante ponto de junção e disjunção entre o simbólico e o imaginário, por isso é objeto de questionamento em pensamentos clássicos e modernos. O que se

¹ Este artigo se originou de discussões realizadas na tese “Sacrifício ritual, laços sociais e sexualidade” (2013), orientada pelo professor Dr. Osvaldo Giacóia Júnior no Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E é fruto também de trabalho de pesquisa etnográfica realizada atualmente no Terreiro de São Benedito \ Justino em São Luís \ MA. Agradeço as pertinentes sugestões propostas pelos pareceristas da Revista Ideia.

repete na ação do sacrifício ritual? Quando escrevi sobre o tema do sacrifício ritual e seus elos com a simbolização do feminino na tese de doutorado, ainda não havia aprofundado a problemática da diferença sexual na perspectiva dos laços entre o simbólico e o imaginário. Este artigo, assim, é uma tentativa inicial de abordar alguns laços entre o simbólico e o imaginário a partir da estrutura ritual do sacrifício em correspondência com uma forma específica de simbolização do feminino.

O sacrifício ritual, como indicou Freud (1913) absorve “a sexualidade, normatizando-a através de interdições sexuais que são também proibições sociais”. Nestas interdições sociais e sexuais estão presentes os laços entre o imaginário e o simbólico. Estudo como “Sexo e Temperamento”, de Mead (1935) problematiza questões sobre a diferença sexual e indica a normatização do desejo do menino e da menina a partir dos elos entre o simbólico e o imaginário, que se cruzam nos rituais de passagem e nas formas de normatização que cada cultura institui as crianças desde o nascimento.

Normatização e desejo se constituem como pólos antagônicos associados as imagens rituais de deus-pai e deusa-mãe, imagens presentes na estrutura do sacrifício ritual. A partir desses significantes se constituem laços de sangue e símbolo; há uma pluralidade de formas culturais que correspondem a diversas formas de subjetivação de sujeito. Isso pode ser demonstrado com as teorias dos sistemas de parentesco, que são variados, se constituem com diversos arranjos simbólicos e firmam laços de aliança, filiação, matrimônio, entre outros.

Esse sutil entrelaçamento entre o simbólico e o imaginário costura as teias nas quais, como indica Geertz (1983), o indivíduo tece os fios de sua cultura e simultaneamente é por eles tecido como sujeito. O sacrifício ritual talvez tenha se tornado um objeto de análise de pré-socráticos e socráticos, evolucionistas e positivistas, por que com essa estrutura ritual se deslindam imagens do simbólico em seus laços com o imaginário, algo que pretende-se demonstrar neste artigo a partir da análise da estrutura mítica e ritual do sacrifício.

O sacrifício ritual, como indicam os estudos de Hubert e Mauss (1899) , ocupa um lugar ontológico porque estrutura diversas práticas religiosas e culturais; para esses autores é possível analisá-lo como puro conceito, abstraindo seus elementos materiais apreende-se uma organização social duradoura, fundamentada na repetição ritual, na mitologia e no entrelaçamento com o transcendente, simbolizado como origem e finitude da vida humana e cultural.

Desse modo, como estrutura simbólica e imaginária, o sacrifício ritual remete ao transcendente, ele institui formas específicas de simbolização. Devido a isso, Hubert e Mauss (1899, p. 205) definiram “o sacrifício ritual como um ato religioso que pela consagração de uma vítima, modifica o estado da pessoa moral que o executa ou de alguns objetos aos quais ela diz respeito”. O sacrifício ritual institui um ato violento de morte como ação sagrada que atualiza os laços sociais e constitui coesão social em diversas realidades sócio-culturais, como afirmam esses autores:

De resto, podemos ver, ao longo do estudo, quantas crenças e práticas sociais que não são propriamente religiosas se encontram em relação com o sacrifício. Tratamos sucessivamente da questão do contrato, da redenção, do castigo, da dádiva, da abnegação, das idéias relativas à alma e à imortalidade que são ainda a base da moral comum (HUBERT & MAUSS, 1899, p. 19).

Quais interpretações são possíveis de se realizar sobre o simbólico e seus laços com o imaginário a partir da estrutura do sacrifício ritual? A simbolização do homem na estrutura do sacrifício ritual, se institui na justaposição homem, deus e o animal sacrificial. Essa estrutura mítica e ritual se organiza em relação à simbolização do feminino, que justapõe imagens da mulher numa dualidade que de um lado expressa a figura mulher como mãe, origem da vida; do outro institui imagens do feminino em decorrência dos seus atributos sexuais.

Em diversas estruturas simbólicas é notável que as mulheres e a normatização do desejo infantil se estruturam através de laços sociais que se instituem como sistemas de parentesco, nessas estruturas criam-se diversas imagens míticas e rituais do feminino. A presença do feminino nas figuras superpostas da mulher como mãe interdita e amante sensual e perigosa, indica os elos entre a simbolização do feminino e a justaposição entre homem, deus e o animal.

Este artigo pretende destacar algumas características dessa simbolização do feminino que se liga à justaposição entre homem, deus e o animal na ordem do sacrifício ritual. Para isso, no primeiro item deste artigo, passamos em revista a algumas ideias sobre o sacrifício ritual, a partir de teóricos como Burkert (1978), Freud (1913), Girard (1978) e Hubert e Mauss (1899). Após essa digressão teórica, nos deteremos em imagens míticas e rituais de divindades femininas como Démeter, a deusa-mãe da terra cultivada, Barba Soeiro e Iansã, entidades femininas que descem em terreiros de Mina, Umbanda e Candomblé.

Em seguida, iremos nos deter numa análise da justaposição entre homem, deus e o animal em seus elos com a simbolização do feminino. Para isso, busca-se apreender a função ritual de Démeter nos rituais de iniciação dos “Mistérios de Éleusis”, sociedade de mistérios da antiguidade grega. E, por fim, faz-se algumas considerações finais das questões aqui apresentadas, que visam encerrar este artigo, mas não as questões explicitadas aqui, que apenas se iniciam nesta tentativa de apreender os laços entre o simbólico e o imaginário a partir da simbolização do feminino nos seus elos com a justaposição entre homem, deus e o animal.

1 – Elos entre simbólico e o imaginário na estrutura do sacrifício ritual

Para Hubert e Mauss (1899) o sacrifício ritual é uma ação, um ato de morte sagrada que transforma aquele que executa a ação e modifica ainda os objetos relacionados ao executor dessa

ação. A escolha da vítima sacrificial é arbitrária (GIRARD, 1978), o que interessa é ação da morte sagrada, que define os laços de um grupo social. A violência é destruidora e perigosa, mas, através do sacrifício ritual torna-se uma violência fundadora, origem dos laços sociais, uma vez que atualiza a coesão social.

A construção imaginária e simbólica do sacrifício ritual assimila a sexualidade, implicada na conformação dos laços sociais. Assim, em *"Totem e Tabu"*, Freud (1913) retoma a noção de sacrifício ritual e suas correspondências com os laços sociais a partir de um diálogo com a antropologia. Suas análises remontam aos trabalhos de um primeiro grupo de autores considerados clássicos como Robertson Smith, Joseph De Maistre, James Frazer, Émile Durkheim (FREUD, 1913) entre outros que tratam da origem do totemismo e seus elos com a exogamia, lei de casamento de culturas totêmicas.

O que se repete na experiência do sacrifício ritual? A força da refeição totêmica se sustenta na ideia de que os atos de comer e beber juntos estão imbuídos de significação, é uma ação coletiva que expressa companheirismo e obrigações sociais mútuas, por isso, instituem laços invioláveis. Ora, o que chama a atenção de Freud (1913) "é que entre os clãs havia apenas um só tipo de laço possível de se identificar como laços invioláveis, os laços de parentesco, que instituem simbolização, valores e leis". Nesse sentido, a obrigatoriedade de participação na refeição coletiva tem um mesmo significado – compartilhar um pedaço da carne e beber o sangue do animal sacrificial em refeição sagrada – é uma ação coletiva que confirma os laços entre o indivíduo e seu grupo.

A análise da justaposição entre homens, divindades e animal totêmico indica que deus, homem, animal e comunidade sacrificante contêm o mesmo sangue e são feitos de uma só substância. Esses são laços intrínsecos entre o simbólico e o imaginário na estrutura do sacrifício ritual, que atualiza a cada vez que se repete como ação sagrada, os laços do grupo que se organiza em torno dessa ação (FREUD, 1913).

O mistério da morte sacrificatória "é justificado pela consideração de que apenas desta maneira pode ser conseguido

o vínculo sagrado que cria e mantém ativo um elo vivo de união entre os adoradores e seus deuses” (FREUD, 1913: p. 165). Nessas definições, percebe-se que o sacrifício ritual estabelece hierarquização que se tornam fontes de reconhecimento social, classificação e identificação, mas, acima de tudo como afirma Burkert (1978), o sacrifício ritual é uma importante instituição associada a diferentes e diversas práticas religiosas.

Essas são algumas ideias gerais presentes em “Totem e Tabu”, obra que se tornou um emblemático ponto de divergência e união entre a Antropologia e a Psicanálise. Seguindo nos passos dessas discussões, Burkert (1978) e Girard (1978), cada um ao seu modo, busca compreender o sacrifício ritual, explicitando a existência de elos entre o simbólico e o imaginário na estrutura do sacrifício ritual.

A justaposição entre homem, deus e o animal sacrificial institui uma imagem ritual na qual o homem é ora vítima sacrificial, ora o homem que comete a ação de morte sagrada, ora filho que se torna a própria divindade, como na narrativa mítica e ritual do cristianismo. É nesse entrelaçamento entre homem, divindade e vítima sacrificial, que se impõe e se institui a correspondência com a simbolização do feminino. Essa correspondência une o homem a mulher arbitrariamente e assimila a diferença sexual como uma dualidade a ser controlada, normatizada e simbolizada através do sacrifício ritual.

O sacrifício ritual transmite uma mesma simbolização do feminino, na qual a figura da mulher como mãe interdita e amante sensual em consequência dos seus atributos sexuais, rivalizam entre si. Essa simbolização é marcada por uma suposta dualidade: de um lado a mulher como mãe, aqui a maternidade é naturalizada como inerente ao feminino; do outro, a imagem da mulher em consequência dos seus atributos sexuais, aqui ela se torna a amante sensual de homem, divindade e animal sacrificial.

Para problematizar um pouco mais a estrutura sacrificial e seus elos com a simbolização do feminino, passemos no próximo item, a apreender algumas características da dualidade do feminino na estrutura mítica e ritual de divindades como Deméter, Barba

Soeiro, Santa Bárbara ou Iansã. Santas e feiticeiras são características atribuídas a imagens míticas e rituais dessas divindades, que se constituem em contínua correspondência e polarização com a justaposição entre homem, deus e animal sacrificial.

2 – Simbolização do feminino e estrutura ritual

A partir da estrutura mítica e ritual que vincula a simbolização do feminino à justaposição de homem, deus e animal sacrificial, é possível observar que a mulher é simbolizada e imaginarizada a partir da dualidade da mulher como mãe e amante. O feminino, associado a natureza e ao transcendente, é origem da vida, mas, em decorrência de seus atributos sexuais, também seduz e enlouquece homens e divindades.

Nesse sentido, a história de Santa Bárbara, santa do cristianismo popular do Império Romano, apresenta características comuns a divindades femininas como Démeter, Hera e Atena, deusas do politeísmo grego, ou ainda com Barba Soeiro e Iansã, divindades de religiões de matriz africana. Bárbara era uma bela jovem, filha única de um rico habitante do Império Romano. Dióscoro, seu pai, era um homem duro e moralista. Ainda menina Bárbara fora trancafiada por ele no alto de uma torre.

Enquanto crescia, tutores ligados às práticas religiosas do pai subiam a torre para transmitir conhecimentos a Bárbara, quando jovem o pai decidiu casá-la, mas ela recusou todos os pretendentes; envergonhado por tais recusas, o pai atribuiu esses gestos aos anos passados no aprisionamento e libertou Bárbara, que passou a andar pela cidade e seu entorno. Nessas andanças, Bárbara conheceu cristãos antigos que transmitiram a ela a narrativa mítica e ritual de nascimento e morte de Jesus, ela converteu-se a essa prática religiosa, o que deixou seu pai mais enfurecido.

Dióscoro, temente de suas práticas religiosas politeístas, denunciou a filha ao Império Romano e solicitou que os governantes a torturassem até ela renunciar essa nova fé. Bárbara não renunciou

e fora condenada à morte, antes de ser morta fora arrastada pelas ruas de Nicomédia em meio aos gritos de raiva da multidão, e teve os seios cortados antes de ser assassinada. Mas, em meio a esses acontecimentos ocorreu uma reviravolta, pois, quando Diocóro decapitou a filha, um trovão caiu sobre a terra e um raio atingiu o corpo do pai de Bárbara, matando-o impiedosamente. Esse acontecimento mítico e ritual simboliza os poderes sobrenaturais associados a imagem da mulher. Seus laços de ordem simbólica e imaginária com a natureza demonstram que o feminino tem poderes divinos e está mais próximo do transcendente.

Essa narrativa mítica e ritual associada à Bárbara apresenta semelhança com divindades femininas do politeísmo grego e do panteon de religiões de matriz africana. Nesse sentido, essa narrativa mítica e ritual sobre o feminino se expressa nas canções entoadas em terreiros de tambor de mina do Maranhão:

Onde vai Barba serena?
Vou abrandar os trovão,
Vou abrandar os trovão,
Que não caia nos cristão.

Nessa canção, entoada ao som de tambores, nota-se a mesma simbolização presente na narrativa mítica e ritual de Bárbara, a relação do feminino com o transcendente e com a natureza. Nessa estrutura mítica e ritual, Barba, mulher serena, abrandar o trovão, fenômeno da natureza que causa medo e assusta os cristãos. Assim, a mulher, força indomável, está associada a natureza e ao mistério da vida. Com isso, simbolicamente Bárbara não fora mãe, mas tornara-se mãe dos cristãos e tem o domínio de raios e trovões.

Barba Soeiro está associada à Iansã nas religiões de matriz africana, suas aparições em terreiros são frequentes, se dá pela incorporação em filhos e filhas-de-santo, ela incorpora em homem ou mulher, “desce” nova ou velha, a depender da inspiração. É cheia de candura e paciência, mas tem arroubos de paixão e ira. Essas características estão presentes também em Iansã, orixá poderosa,

tão importante quanto o marido Xangô, importante divindade do panteon das religiões de matriz africana que simboliza a criação do mundo.

Iansã percorreu vários reinos em busca da sabedoria de outros orixás e quando necessário utilizou sua capacidade de despertar amores e conviveu com os homens. Ela aprendeu habilidades de divindades masculinas e femininas, tem um espírito guerreiro e em vários embates foi importante para Xangô vencer batalhas, como fora também Atena, a deusa da guerra, ou ainda Bárbara, cujo sacrifício contribui para consolidar o cristianismo na antiguidade grego-romana.

Iansã e Atena são jovens, destemidas, belas e sensuais. Simbolizam deusas da guerra e estão associadas à figura da mulher em consequência dos atributos sexuais, enquanto Démeter e Bárbara são divindades femininas cheias de pudores e moral. Essas divindades simbolizam imagens da mãe protetora, origem da vida. Essa imagem, contudo, se constitui numa dualidade em relação à mulher sensual, provocadora de desejo, um ser indomável e misterioso.

Xangô é uma poderosa entidade masculina, detentora de poder, riqueza e glória, ele tem o controle da natureza, dos raios e trovões, qualidades que dividiu com Iansã, sua esposa e amante mais amada. Iansã, antes de casar com Xangô, trabalhou na terra para Ogum, um orixá ferreiro, senhor dos metais, deus da guerra, da agricultura e da tecnologia, que trabalhava intensamente na terra para atender as solicitações de Xangô.

Iansã ajudava Ogum na fabricação das armas, soprando o fogo, era seu sopro que dava vida ao metal, transformando-o em arma. Essa simbolização é análoga àquela na qual Barba Soeiro é a divindade serena que abranda a fúria dos trovões. Além disso, Iansã como Coré, filha de Démeter que circula entre o Monte Olimpo e o mundo subterrâneo, nas profundezas da terra, circula entre os vivos e os mortos. Iansã aprendeu a fazer roupas especiais para os mortos, são chamadas egungum e com elas os mortos adquirem a capacidade de entrar em contato com os vivos.

Na mitologia jeje, associada ao povo fon e ao tambor de mina, Barba Soeiro é uma deusa suprema, que criou a terra e os seres vivos. Ela é associada a Lissá e Badé, entidades masculinas que simbolizam a origem, ambas são entidades que expressam a força de Oxalá, criador do mundo. Para Iansã, Barba Soeiro e Sobô, homens e mulheres devotos entoam cantos para afastar a ira das divindades sobre a terra. Ao som de tambores e atabaques descreve-se Barba Soeiro, serena e bondosa, sensual e alegre.

As características dessas divindades femininas se coadunam, se unem e desunem na figura da mulher sensual, capaz de grandes arroubos de paixão e na figura da mulher como mãe, origem da vida. Nesse sentido, a imagem mítica e ritual de Barba “desce no terreiro”, esbanjando sensualidade, bebe, fuma, diverte-se, apaixona-se por espectadores e adoradores, mas também “desce” nas características de uma mulher idosa, que sentada e contemplativa assiste aos rituais.

Essa mesma dualidade se apresenta na imagem mítica e ritual de Démeter justaposta a sua filha Coré, ambas implicadas nos rituais da Festa de Démeter. Do mesmo modo, Iansã é uma das mais apaixonadas amantes de Xangô, que se apaixonou perdidamente pela senhora do vento e das tempestades. Nos terreiros, ela surge como uma guerreira brandindo sua espada, sabe amar e gosta de mostrar sua alegria, mas da mesma forma desmedida com que apaixona-se exterioriza sua ira. Essas características aproximam Iansã de Afrodite e Hera, divindades femininas cujas imagens míticas e rituais também circulam na figura dual, a mulher como mãe, associada à natureza e ao mistério da vida, e a mulher sensual, dotada de desejo.

As imagens míticas e rituais de Iansã, Barba Soeiro e Atena não estão associadas ao lar, à família e ao mundo interior como estão Herá, Maria ou mesmo Afrodite. Iansã, como Atena, é uma divindade do mundo exterior, está mais próxima do campo simbólico consagrado tradicionalmente aos homens, o campo de batalha, nos quais se resolvem as lutas e conflitos políticos.

Porém, Iansã, ao contrário de Atena que abomina os arroubos de paixão, é sensual, apaixona-se com frequência,

entrega-se aos seus amores, mas como divindade íntegra e moral, entrega-se a um amante de cada vez, é fiel às suas paixões. Nada em Iansã é medíocre, regular, discreto, suas zangas são terríveis, seus arrependimentos dramáticos, seus triunfos decisivos, ela é irrequieta, autoritária, sensual, e tem o temperamento forte, dominador e impetuoso, características comuns também as divindades femininas do politeísmo grego.

Entre os orixás femininos, Iansã simboliza o desejo incontido, se expressa na sensualidade que a acompanha e nas paixões que ela desperta provocando ciúmes, rivalidades e disputas entre as divindades e seus filhos, atributos comuns a divindades femininas gregas como Afrodite e Hera. Essas divindades femininas fazem o impossível para proteger seus filhos e adoradores, como se observa na imagem mítica e ritual de Barba Soeiro, para a qual se entoam canções em terreiros de tambor de mina do Maranhão:

Pecadô disse que Santa Barba era uma santa feiticeira
Ela é uma santa, ela é uma santa
Ela é uma santa poderosa, verdadeira
Ela é uma santa, ela é uma santa

Santa Barba bateu pedra grande,
Santa Barba bateu pedra grande no fundo do mar
Aê Santa Barba, Santa Barba é rainha do mar

Lá vem Barba no rolo do mar,
Barba vem rolando no rolo do mar.
Barba Soêro, Barba Soêro
Barba Soêro, Maria Barba Soêro

Nessa canção se destaca a dualidade associada ao feminino, Barba é santa e feiticeira, está novamente associada à natureza e aos mistérios da vida. Ela sai das profundezas do mar para proteger “pecador”. Essas analogias mostram o entrelaçamentos entre o simbólico e o imaginário, assim, Mãe Barbara ou Barba Soeiro é chefe de muitas gumas/terreiros de São Luís/MA. Ela é chefe e guia desses terreiros do mesmo modo que Démeter ocupa importante

lugar no cultos dos “Mistérios de Éleusis”. Ambas são deusas-mães que exercem poder sobre as forças da natureza e sobre os elementos cosmôgnicos que constituem a ordem do universo.

No terreiro de São Benedito/Justino, casa de tambor de mina fundada em 1896, Barba Soeiro é descrita a partir de diferentes características; segundo dona Mundica, chefe do terreiro, “Mãe Barbara desce velha ou nova”. Quando desce velha passa a noite sentada assistindo o tambor, quando desce nova, dança, bebe e brinca com pessoas presentes na casa. Dona Mundica atualmente com 86 anos, “recebe” Barba Soeiro desde os 13 anos, idade em que visitou pela primeira vez esse terreiro.

Segundo descreveu Dona Mundica, desde a primeira vez que recebeu “Mãe Barbara” essa entidade “desceu velha”, e até os dias atuais ela desce nas características de uma mulher idosa, que passa a noite sentada assistindo o tambor, silenciosa. Dona Mundica relembra a primeira vez que chegou ao terreiro, sentou num baú de dona Maria Cristina, fundadora da casa, e “isso foi a última coisa que eu lembro daquela noite, pois foi ela, Mãe Barbara, que assistiu ladainha, viu tambor abrir, eu não vi nadinha, ela não deixou, eu fui pra casa era tarde, tambor tava fechando quando ela subiu” (entrevista em 19/11/2014).

Em outros terreiros, e mesmo em outras filhas-de-santo do Terreiro de São Benedito/Justino, Barba Soeiro desce com outras características, ela desce jovem, faceira, dançante alegre, sensual, bebe e fuma, transgredindo assim a imagem da santa doce e serena que assiste aos rituais de forma contemplativa. Nessas duas simbolizações, ela é a chefe ou guia da casa, como diz uma canção entoada nas noites de rituais para mãe Barba no terreiro de São Benedito\Justino:

Ela é Maria Barbara
Ela é Barba Soeiro
Ela é dona dessa casa
Ela é mãe desse terreiro.

Nessa canção Santa Bárbara é invocada como mãe do terreiro, chefe da guma, imagem mítica e ritual que, como indicou Burkert (1978), se constitui também em relação às divindades femininas do politeísmo grego. Nesse sentido, ela simboliza o poder divino como Gaia, mãe-terra cosmogônica ou Démeter a deusa-mãe da terra cultivada. Mas, enquanto nessa imagem, “mãe Barba” desce velha ou nova, idosa ou sensual, Démeter é justaposta a imagem de Coré, sua filha raptada por Hades, o deus das profundezas subterrâneas.

Essas imagens míticas e rituais de Barba Soeiro ao lado de Démeter permitem apreender formas culturais de uma simbolização do feminino que reúne contrários. A dualidade comum a essas divindades se associa à justaposição entre homem, deus e o animal e para problematizar um pouco mais esse entrelaçamento deter-nos-emos a seguir na imagem mítica e ritual de Démeter, justaposta à imagem de sua filha Coré, deusas assimiladas e cultuadas nos rituais de iniciação dos jovens efebos nos “Mistérios de Éleusis”, sociedade de mistérios da antiguidade grega.

1. 2 – Imagens míticas e ritual de Démeter nos “Mistérios de Eleusis”

Para compreender alguns aspectos da simbolização do feminino e seus elos com a justaposição entre homem, deus e o animal na estrutura do sacrifício ritual passa-se, então, a descrever uma instituição social masculina da Grécia antiga chamada os “Mistérios de Eleusis”. Essas práticas rituais religiosas mantêm laços rituais com Deméter e sua filha Coré, implicadas nos rituais de iniciação que definem a entrada dos jovens efebos na ordem política de cidades da antiguidade grega.

Deméter, cujo nome em grego significa Δημήτηρ, deusa maternal da terra, pertence à segunda geração divina dos deuses do Olimpo, é a segunda filha do casal Cronos e Rhéa. Sua personalidade é descrita como simultaneamente religiosa e

mística, ela está associada à terra como Gaia, mas enquanto esta simboliza a terra como elemento cosmogônico, Démeter simboliza a terra cultivada.

Deméter é associada ao cultivo de vegetais como o trigo, que se tornou um importante elemento no simbolismo ritual que caracteriza os cultos e rituais do “Mistérios de Eleusis” em cidades da antiguidade grega (BURKERT, 1978). O trigo, planta simbólico-ritual de Deméter, está associado à civilização do mundo antigo e segundo Grimal (2007) Deméter está estreitamente associada a sua filha Coré/Perséphone, as duas formam um par denominado as deusas, que eram cultuadas nos “Mistérios de Eleusis”.

Segundo Grimal (2007), que descreve inumeras versões di mito de Deméter, uma legenda tradicional diz que essa deusa teve uma filha, Coré, que cresceu feliz e alegre entre as ninfas e em companhia das irmãs Atena e Artémis, ela pouco se preocupava com casamento, mas Hades apaixonou-se por ela e com a ajuda de Zeus raptou-a na ausência da mãe. Outras lendas, dizia que « no instante em que estava sendo engolida pela terra, Perséphone deu um grito assustador e Deméter escutou, a partir daí a angústia entrou no seu coração de mãe e ela passou a peregrinar pela terra em busca da filha desaparecida”.

Esse acontecimento, o rapto, mortificou Démeter, que vagou errante pelo mundo, com duas tochas de fogo nas mãos, à procura da filha. De acordo com o Mito de Coré (GRIMAL, 2007), a filha de Démeter fora condenada à má sorte quando Hades, com a ajuda do irmão Zeus, levou a jovem para o seu reino maldito. Em torno desse acontecimento ocorreu a passagem da deusa-mãe pela terra, onde vagou durante nove dias e nove noites, andando errante pelo mundo sem se alimentar, tomar água, dormir, tomar banho ou arrumar-se. Deméter ao permanecer na terra abdicou de suas funções divinas e adquiriu o aspecto de uma mulher idosa e sofrida, ela permaneceu na cidade de Éleusis, onde começou a frequentar os cultos dos “Mistérios de Éleusis”.

De início, descreveu um dos seus adoradores, ela sentava em uma pedra que carregava consigo, denominada “pedra sem alegria” (BURKERT, 1978). Mas o exílio voluntário de Deméter

tornou a terra estéril, a ordem do mundo se transformou, a terra secou e não mais serviu para plantar, as fontes de água secaram e o gado morreu. Diante disso, Zeus ordenou a Hades que levasse Perséphone de volta ao Olimpo, mas isso não fora mais possível, pois a jovem havia rompido seu jejum comendo sementes de romã durante sua estadia no mundo de Hades, essa refeição ligou-a definitivamente a essa divindade.

Zeus, então, entrou num acordo com Hades e Deméter, instituindo que a bela e alegre Perséphone habitasse o mundo subterrâneo durante seis meses; após esse período ela retornaria para o Monte Olimpo para ficar ao lado da mãe, durante os outros seis meses do ano. E assim, firmou-se um acordo simbólico, uma espécie de contrato social entre a deusa-mãe, Deméter, Zeus, deus-pai do céu e seu irmão Hades, o deus-pai do inferno. Nessa aliança instituíram-se laços de filiação e matrimônio que unem perpetuamente a terra-mãe cultivada e sua filha a Zeus e Hades.

A cada primavera Coré escapa da sua morada subterrânea ao lado de Hades e sobe ao Monte Olímpo, sua chegada vem acompanhada de flores e sol, é alegre e coincide com período da colheita. Ao final desse período, ela retorna para a morada de Hades, seu retorno ao inferno coincide com a chegada do inverno e do frio. Em torno dessa narrativa mítica se organizam alguns rituais dos “Mistérios de Éleusis”, que realizava importantes rituais de iniciação dos jovens efecos para entrarem na vida política, esses rituais se encerravam com uma festividade chamada Festa de Démeter.

O “Mistérios de Eleusis” se constituía de atividades políticas e aspectos místicos, a iniciação dos jovens efecos exigia um sacrifício de um porco para a deusa-mãe. Esses rituais eram cercados de interdições e privações que antecediam o momento mais importante, o sacrifício do animal; e após a ação de morte, encerravam-se os rituais com a Festa de Deméter. Segundo Burkert (1978), essa festa se desenrola sob a égide dos divinos poderes da deusa mãe e sua filha Coré, implicadas no sacrifício ritual dos cultos eleusianos.

As descrições dos rituais eleusinianos foram realizadas tanto por pré-socráticos como socráticos. Assim, tanto Platão como Diágoras de Mélos descreveram os cultos rituais eleusianos. Diversos poetas e pensadores trágicos que descreveram esses cultos eram unânimes em afirmar que seus rituais se constituíam em rituais abertos, descritos de forma minuciosa; e rituais fechados, restritos somente aos iniciados nesses cultos (GRIMAL, 2007).

Na cidade de Atenas, os cultos eleusianos classificavam seus membros em místicos e iniciados, essa era uma forma de distinção social. Do mesmo modo, na cidade de Mykonos, as relações entre cidadãos e estrangeiros se definiam a partir da iniciação nesses cultos. Desse modo, os estrangeiros eram considerados cidadãos somente após se iniciarem no “Mistérios de Éleusis”, ofertando um animal sacrificial a Deméter. Para Burkert (1978, p. 320):

Esse simbolismo ritual demonstra que a Festa de Deméter é uma espécie de festividade de auto-regeneração de uma sociedade masculina, que se institui e se mantém através dos rituais de iniciação que assimilam a deusa-mãe ao jogo de superposições entre homem, deus e o animal.

Pode-se afirmar que, simbolicamente, o “Mistérios de Éleusis” se instituem em correspondências aos mitos e rituais que justapõem Deméter e Coré/Perséphone, o trigo e o porco, Zeus e Hades, o céu e o inferno, a vida e a morte. Essas correspondências tornam-se visíveis nas assimilações entre os rituais ofertados à deusa-mãe e os rituais de iniciação dos cultos eleusianos dos jovens efebos. A estrutura ritual dessa iniciação se institui no ritmo do sacrifício ritual. Dessa forma constitui-se de um início, cercado por interdições sociais, que antecedem a ação na qual se sacrifica o animal e, por fim, encerra-se a iniciação do jovens efebos com a “Festa de Deméter”.

Essa estrutura ritual corresponde a imagens da renúncia e restituição, destruição e novo início, comuns aos rituais de iniciação associados ao sacrifício ritual, instituição que tem uma

função de atualizar a coesão social e transformar os seres, signos e objetos aos quais ele diz respeito (HUBERT; MAUSS, 1899). O sacrifício de animais ofertados pelos candidatos a iniciados nos “Mistérios de Éleusis” em homenagem a Démeter era tão comum que aparece num jogo de palavras descrito por Aristofânes, cujo anti-herói Trygée responde com provocações à ameaça da morte que Hermés fez-lhe, dizendo-lhe “empreste-me então três dracmas para comprar um leitão, preciso ser iniciado antes de morrer” (BURKERT, 1978, p. 322).

De acordo com Burkert (1978), o sacrifício dos porcos em homenagem a Deméter era um ato preliminar, um ritual de preparação dos jovens efesos para entrarem na ordem política e religiosa, cuja organização depende dos poderes divinos de deusa-mãe. De acordo com Grimal (2007), Deméter ao saber que a filha foi engolida pela terra, proclamou: “Ingrato solo, que tornei fértil e cobri de ervas e grãos nutritivos, não mais gozará de meus favores!”

Segundo Burkert (1978, p. 324):

Desde a antiguidade grega, os poetas e escritores explicam o Mito de Coré a partir de suas correspondências com o calendário agrícola. Nesse simbolismo, Coré simboliza o grão enterrado na terra, o novo fruto que germina após a descida às profundezas da terra.

Contudo, esse simbolismo ritual não se explica unicamente pelas interpretações naturalistas que tentaram fixar os acontecimentos do Mito de Coré e a Lenda de Deméter aos rituais anuais da agricultura. Ele permite ainda apreender laços entre o simbólico e imaginário a partir da simbolização do feminino em correspondência com a justaposição entre homem, deus e o animal.

A “Festa de Deméter” não é relativa somente a um ciclo agrícola ou vegetal, como afirma Burkert (1978) ao dialogar com autores que interpretam a peregrinação de Deméter/Coré pelo mundo em correspondência com a conservação e implementação

da cultura do trigo. Para esse autor, uma interpretação puramente naturalista dessa festa, não permite explicitar as correspondências entre o rapto, o sacrifício do porco, a festa do trigo e a violência simbólica que une esses elementos míticos e rituais na estrutura do sacrifício ritual.

Esse simbolismo ritual demonstra não somente que o ir e vir de Coré entre o Monte Olímpo e o mundo subtarrâneo corresponde às estações do ano diretamente implicadas no cultivo das sementes do trigo, mas remete também aos conflitos e disputas de poder entre Zeus e Hades. O simbolismo ritual da Festa de Démeter não transmite somente um ciclo vegetal, mas reproduz também uma narrativa mítica e ritual da vitória da vida sobre a morte.

Deméter está associada a diversos episódios e diferentes lendas locais em decorrência de suas andanças pelo mundo à procura de Coré. Na cidade de Sycione, por exemplo, se atribuiu a ela a invenção do moinho², além de ter fabricado esse instrumento de moer grãos, Deméter ensinou os habitantes de Sycione a manuseá-lo. Além do trigo, outros vegetais e frutas como a fava e a figo estão ligados a Deméter, cujas estatuetas reproduzidas e esculpidas em diversos templos a reproduzem com foice numa das mãos, um punhado de espigas ou sementes de papoulas em outra.

Essa estrutura mítica e ritual demonstra a importância social dos laços instituídos através do “Mistérios de Éleusis” e seus laços com a deusa-mãe Deméter. Existiam inúmeros santuários em homenagem a essa divindade e segundo Grimal (2007) “esses templos foram fundados por pessoas que hospedaram a deusa durante sua peregrinação pela terra”. Os rituais de Deméter existiram por vários séculos e somente no século VI o santuário dos “Mistérios dos Eleusis” fora destruído por bárbaros e invasores que dominaram e colonizaram cidades antigas da Grécia (BURKERT, 1978).

² Moinho: objeto feito de madeira e ferro que serve para moer grãos como o trigo. Diversas lendas míticas da antiguidade grega descrevem o moinho movido a água como uma importante invenção da cultura helênica (GRIMAL, 2007).

Os rituais eleusianos demarcavam fronteiras entre cidadãos e não-cidadãos, diferenciavam jovens efebos iniciados, preparados para a vida pública daqueles não iniciados. Daí, advêm inúmeras descrições e reproduções estéticas de jovens efebos portando seus animais sacrificiais, principalmente o porco, já que este era o animal sacrificado em homenagem a Démeter. Mas, por que esse animal? Segundo Grimmel (2007) os porcos foram engolidos pela terra com Persephone. Mas, segundo Burkert (1978), o porco por ser domesticado e facilmente encontrado, era ofertado em diversos rituais da antiguidade grega.

De algum modo, essa simbolização do porco remete ao animal sacrificial que alimenta a coesão social e a fome dos adoradores, saciada com a carne do animal sacrificial. Essa vítima expiatória se justapõe à imagem mítica e ritual do homem e da divindade, imagens em constante circularidade na estrutura simbólica do sacrifício ritual.

Considerações Finais

Neste artigo buscou-se apreender alguns elos entre o simbólico e o imaginário a partir da imagem especular que une ordem sacrificial à ordem social. As normas religiosas, morais e sociais impostas através da ordem sacrificial instituem laços sociais de repressão e liberação da sexualidade. Nesses laços, imagens míticas e rituais da justaposição entre homem, deus e o animal se repetem compulsivamente em correspondência com uma simbolização do feminino.

Com a encenação de um ato de morte um grupo social transforma o homem em animal, vítima sacrificial em divindade ancestral. Esse simbolismo ritual encontra correspondências com imagens míticas e rituais de divindades femininas, que estruturam figuras da mulher como mãe e mulher sensual. Esse modelo de ordem sacrificial reproduz o conflito da diferença sexual através de imagens justapostas de divindades femininas como Deméter,

Iansã, Barba Soeiro e Santa Bárbara, divindades femininas que conjugam também dualidade e justaposição.

Mas, afinal o que se repete nessas imagens míticas e rituais que justapõem homem, deus, animal e simbolização do feminino? Os elementos míticos e rituais da estrutura sacrificial e social comprovam a inter-dependência entre imaginário e simbólico, constituídos de representações, sentidos e sensações, ações de vida e morte, origem e finitude. Atráves da estrutura do sacrifício ritual, práticas religiosas e técnicas científicas se “instituem saberes sobre o feminino” (BURKERT, 1978).

Diante disso, resta-nos indagar sobre os laços intrínsecos que unem a imagem especular do sacrifício ritual à ordem cultural, fundada para ser transformada num constante movimento de renúncia e restituição, dom e contra-dom, destruição e novo início. Pode-se afirmar, assim, que o sacrifício ritual empresta sua imagem a estrutura social. O inverso também enuncia uma verdade, a estrutura social empresta sua imagem ao sacrifício ritual; nessa simbiose, os laços entre ambos se evidenciam pelos elos entre simbólico e imaginário, ou ainda, pelas fantasias estruturantes e estruturadas que sustentam um pensamento dialético como este do sacrifício ritual, dotado de sentido, repetição, signos e significados, que repetem compulsivamente um discurso normativo que assimila a polarização da diferença sexual.

Bibliografia

- BURKERT, W. [1978] *Homo necans: rites sacrificiels et mythes de la Grèce ancienne*. Paris: les Belles Lettres, 2005.
- FREUD, S. [1913] *Totem e tabu e outros trabalhos* v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Coleção de Obras psicológicas completas de Sigmund Freud)
- GEERTZ, C. [1983]. *O saber local*. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1989.

- GIRARD, R. [1978] *A violência e o sagrado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998
- GRIMAL, P. [2007] *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- HUBERT, H. & MAUSS, M. [1899]. Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício. In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, C. [1962] *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MEAD, M. [1935] *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora perspectiva, 2011.
- WEBER, M. [1904-1905] *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

HEITOR FERREIRA LIMA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

*Alexandre Juliani**

Resumo: O objetivo central deste artigo é fazer uma reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados na obra de Heitor Ferreira Lima. Pretendemos demonstrar, através da análise de alguns aspectos recorrentes em sua obra, a subordinação ao pensamento de Roberto Simonsen, principal líder da burguesia industrial do século XX. Assim, por meio da observação de evidências que descaracterizam uma análise integralmente marxista nos escritos de Lima, consideramos que seu pensamento fez parte do arcabouço ideológico da burguesia industrial em prol do nacional-desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Heitor Ferreira Lima; Industrialização brasileira; Nacional-desenvolvimentismo; Economia brasileira.

Heitor Ferreira Lima and national-developmentalism

Abstract: The main objective of this article is to make a critical reflection about the theoretical and methodological assumptions used in the work of Heitor Ferreira Lima. We intend to demonstrate, through the analysis of some recurrent aspects in his work, tying the thought of Roberto Simonsen, main leader of the industrial bourgeoisie of the twentieth century. Thus, by observing evidences that mischaracterize a wholly Marxist analysis in the writings of Lima, we consider that his thinking was part of the ideological framework of the industrial bourgeoisie in favor of national developmentalism.

Keywords: Heitor Ferreira Lima; Brazilian industrialization; National developmentalism; Brazilian economy.

* Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília-SP, Brasil. Email: alex.jul@hotmail.com. Recebido em: 30/11/2014 – Aceito em: 15/06/2015.

Heitor Ferreira Lima y el nacional-desarrollismo

Resumen: El objetivo central de este artículo es hacer una reflexión crítica sobre las presuposiciones teóricas y metodológicas utilizadas en la obra de Heitor Ferreira Lima. Pretendemos demostrar, a través del análisis de algunos aspectos recurrentes en su obra, la subordinación al pensamiento de Roberto Simonsen, principal líder de la burguesía industrial del siglo XX. Así, a través de la observación de evidencias que descaracterizan un análisis integralmente marxista en los escritos de Lima, consideramos que su pensamiento hizo parte del marco ideológico de la burguesía industrial a favor del nacional-desarrollismo.

Palabras clave: Heitor Ferreira Lima; Industrialización brasileña; Nacional-desarrollismo; Economía brasileña.

Introdução

Podemos dizer que a consolidação do capitalismo no Brasil representa o período de plena estruturação de suas forças produtivas, isto é, do desenvolvimento da industrialização. No século XIX ocorreram algumas iniciativas de incentivo e desenvolvimento à indústria brasileira, dentre as quais podemos citar os pioneiros empreendimentos de Mauá nos transportes ferroviários e a atuação econômica de Rui Barbosa como ministro da Fazenda durante o primeiro governo republicano.

Entretanto, somente no século XX o Brasil definitivamente concretizou seu processo de industrialização. Nesse período, podemos indicar como elementos determinantes para o desenvolvimento industrial a crise no abastecimento interno decorrente do primeiro conflito bélico mundial, o contexto político e econômico iniciado com a era Vargas e as atividades pioneiras de alguns personagens da industrialização paulista. Entre os pioneiros de nossa industrialização destacam-se as figuras de Antônio Proost Rodovalho, Francisco Matarazzo, os irmãos Jafet, Jorge Street, Morvan Dias de Figueiredo e, principalmente, o líder industrial Roberto Simonsen. Foi entre as décadas de 1930 e 1980 que o Brasil se tornou um país plenamente industrializado e capitalista. Assim sendo, devido à importância de tal período histórico para a constituição da realidade econômica brasileira, diferentes vertentes

da intelectualidade nacional se debruçaram para compreender os traços essenciais que compuseram a conjuntura política e econômica desta época, nesse contexto se inserem os trabalhos de Heitor Ferreira Lima.

A partir de 1950 o referido autor foi responsável pela composição de vasto material sobre a historiografia econômica brasileira, de caráter pioneiro em muitos aspectos. Lima declarava ser adepto do materialismo histórico, e não há razão para duvidarmos disso, haja vista sua formação e trajetória de intensa militância no Partido Comunista do Brasil (PCB). Entretanto, apesar de seu empenho e dedicação em tentar realizar uma análise dos aspectos econômicos e industriais nacionais estruturados sobre os fundamentos teóricos e metodológicos do materialismo dialético, percebemos em seus escritos a ausência de uma efetiva discussão das relações sociais no processo de produção, desde a época colonial até a consolidação da industrialização. Além disso, este autor não apresenta uma abordagem crítica em relação às classes dirigentes, pelo contrário, deixa subentendido que algumas personalidades da então burguesia industrial emergente no Brasil foram responsáveis pela implementação do progresso, sendo este a causa primordial da melhoria nas condições de vida do proletariado.

Em agosto de 1937, a direção nacional do PCB, seguindo as orientações políticas da Internacional Comunista (IC), promoveu a organização de uma frente nacional em favor da industrialização nacional e contra o imperialismo nazifascista. Desse modo, a burguesia industrial seria a “força motriz” da revolução brasileira, uma vez que, segundo as determinações teóricas dos “banguistas”, se tratava de uma revolução democrático-burguesa. Heitor Ferreira Lima fazia parte do grupo de comunistas de São Paulo que se opôs à posição da direção nacional e via o proletariado como a única classe capaz de exercer tal função. Posteriormente, a partir da década de 1940 e, principalmente, após entrar para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Lima adotou uma abordagem economicista em defesa de “uma particular forma de revolução burguesa, uma revolução passiva, como caracterizaria Gramsci,

posto que foi conduzida por uma fração das classes dominantes, mas dotada de um programa, aquele da industrialização como rota da independência nacional” (DEL ROIO, 2014: 34).

Inicialmente, pretendemos apresentar de forma sucinta a trajetória política, intelectual e profissional de Heitor Ferreira Lima desde suas atividades sindicais, durante a década de 1920, até meados da década de 1960, quando começou a exercer a função de economista na FIESP. Em seguida, analisaremos o percurso de Roberto Simonsen como principal líder da burguesia industrial e a importância de seu pensamento para a constituição do arcabouço ideológico nacional-desenvolvimentista. Para finalizar, apresentaremos uma abordagem crítica do pensamento econômico de Lima, objetivando demonstrar a influência da obra de Simonsen em seus escritos.

Formação intelectual e trajetória militante

Heitor Ferreira Lima chegou ao Rio de Janeiro em 1922. Oriundo de Corumbá (Mato Grosso do Sul – MS) se transferiu para a antiga capital da República com o intuito de trabalhar e conseguir concluir seus estudos. Inicialmente, eram estas as suas pretensões, porém logo após conseguir o emprego de aprendiz de alfaiate, se envolveu com o movimento sindical e também ingressou no PCB. Desenvolveu com afinco suas atividades sindicais na União dos Alfaiates, chegando a ocupar o cargo de Secretário Geral deste órgão em 1927. Além das atividades sindicais, Lima mantinha intenso contato com os membros do Partido, inclusive Astrojildo Pereira¹, tal contexto lhe permitiu ser escolhido como representante do PCB para ir a Moscou participar das comemorações do 10º aniversário da Revolução Russa e estudar na Escola Leninista Internacional.

Permaneceu por três anos na Rússia, período de intensos estudos em que pôde consolidar sua formação intelectual: aprendeu

¹ Intelectual e militante do movimento operário e comunista. Foi um dos fundadores do PCB, exerceu o cargo de secretário-geral de 1922 até 1930.

outros idiomas, estudou filosofia, história contemporânea e economia política, história do movimento operário internacional, história da revolução e do Partido Comunista russos, além de ter lido os textos de Marx e dos bolcheviques. A geração de Lima ficou conhecida como “jovens bolcheviques”, depois de concluírem sua formação, muitos retornaram a seus países para dirigirem seus partidos. No caso de Lima, como Astrojildo Pereira havia sido destituído alguns meses antes de seu retorno, foi escolhido para assumir o cargo de Secretário Geral do PCB em uma conferência realizada com a finalidade de promover a reorganização do partido em janeiro de 1931. No entanto, sem base de sustentação política logo foi substituído (DEL ROIO, 2014).

A partir desse momento, Lima iniciou uma longa trajetória de militância, procurando sempre seguir as orientações que lhe eram atribuídas. Foi enviado ao Nordeste, acabou sendo preso e permaneceu encarcerado enquanto se desenrolava a Revolução Constitucionalista de 1932. Em uma conferência nacional do PCB no mês de julho de 1934, sob as determinações da interventora Inês Guralisky, representante da Internacional Comunista, Lima foi expulso do partido, porém mediante retratação e “autocrítica”², sua expulsão foi anulada. Neste mesmo ano, foi detido e deportado para o Uruguai, retornando apenas em janeiro de 1935. Em agosto, foi enviado a São Paulo para ministrar um curso de formação política à militância comunista, o mesmo curso que havia desenvolvido e aplicado anteriormente no Rio de Janeiro.

Assim como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), Lima e o PCB de São Paulo não participaram do levante de novembro de 1935. Depois deste episódio, a direção do PCB acabou ficando com Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), enquanto Lima ao lado de Tito Batini e outros militantes do Comitê Regional de São Paulo se opuseram a apoiar a linha que a Internacional Comunista (IC) passou a propagar em 1937 e que foi seguida pelo PCB

² Nessa ocasião, Lima e outros membros do partido foram acusados de sabotares, por não concordarem com a linha sindical imposta pelo Birô Político.

(BATINI, 1991). A IC recomendava aos partidos comunistas para se organizarem em uma “frente única”, estabelecendo elos com setores progressistas, inclusive a burguesia industrial, para compor uma chave antifascista. Segundo Lima (1982), os comunistas de São Paulo se colocaram contra esta linha de pensamento, pois entendiam que a burguesia nacional estava ligada ainda aos restos feudais e ao imperialismo, portanto a única classe capaz de conduzir a revolução até o fim seria o proletariado. Em maio de 1938, foi preso novamente, sendo libertado somente em agosto de 1939.

Até este momento, podemos ressaltar que a linha seguida pelos comunistas não atendia às necessidades da realidade brasileira, pois defendia a existência de um contexto revolucionário em nosso país. Tal distorção inerente às condições materiais e sociais foi reforçada pela intervenção da IC nas atuações do PCB que culminaram na constituição da ANL e na Intentona Comunista. Um dos elementos que favoreceu essa leitura distorcida do contexto nacional foi a intrusão do positivismo, assimilado principalmente pelos militares, na cultura de esquerda brasileira. A propagação do marxismo no Brasil ocorreu essencialmente pela difusão da revolução socialista na Rússia. Portanto, o marxismo soviético desenvolvido pelo partido se associou ao positivismo da vertente militar de esquerda por meio da adesão de Luís Carlos Prestes ao PCB.

Dessa maneira ocorreu uma fusão e síntese de grande alcance histórico no seio do movimento comunista do Brasil. O stalinismo predominante na IC e assimilado por um PCB portador de uma tradição cultural que o encontrava predisposto convergia com a cisão da esquerda militar que vislumbra no marxismo staliniano um instrumento teórico-prático para radicalizar as esperanças contidas na sua originária convicção positivista, de uma ordem social fraterna, culta e orientada pela ciência (DEL ROIO, 2000: 82-3).

Lima retornou ao Rio de Janeiro no final de dezembro de 1939. A cisão do grupo paulista em relação à direção nacional, liderada por Bangu, desdobrou-se em perseguições feitas pelo grupo dirigente do Comitê Central aos comunistas de São Paulo. Lima e outros, por meio do periódico *A classe Operária*, foram acusados de pertencer a um grupo trotskista que servia ao imperialismo e à polícia. O isolamento político e as perseguições resultaram em seu afastamento do partido. Desse modo, podemos dizer que se encerra a primeira fase da trajetória de Lima, tal momento é caracterizado pelo distanciamento do autor em relação ao PCB e também pelo encerramento das suas atividades de militância.

Em 1941, desligado do PCB, Lima transferiu-se definitivamente para São Paulo, trabalhou como jornalista e chegou a ser diretor da sucursal de *O Observador Econômico*. Em 1944, foi convidado por Roberto Simonsen para integrar o Conselho de Economia Industrial da FIESP. Na década de 1960, passou a atuar como economista no Departamento de Economia da FIESP e permaneceu nesta função até sua aposentadoria. Seu trabalho consistia basicamente em “estudar e dar parecer sobre projetos de lei apresentados no Congresso Nacional, referentes a assuntos econômicos e financeiros, preferencialmente, em que medida e forma atingiam os interesses da indústria, a fim de defendê-la” (LIMA, 1982: 279). Destarte, Lima passou a exercer o trabalho de intelectual, especialista em assuntos econômicos, cuja função era proteger os interesses da burguesia industrial.

Além das atividades de tradutor, jornalista e economista, também se dedicou ao estudo de nosso desenvolvimento econômico e industrial. Daí decorreu vultosa obra, pioneira em muitos aspectos, sobre a historiografia econômica brasileira. É interessante notar que a produção e edição da maior parte dos livros escritos por Ferreira Lima ocorreu no período em que esteve ligado à FIESP.

Em sua obra, tentou entender o desenvolvimento do nosso processo de produção, desde os seus albores na época colonial até a consolidação da industrialização em 1970. Os pressupostos

teóricos utilizados em sua análise fazem parte “do seguro método de análise histórica e social, que é o marxismo” (LIMA, 1982: 130).

Portanto, a relevância do pensamento de Lima para a historiografia nacional é inegável, uma vez que se trata de uma tentativa de interpretação marxista da realidade brasileira que absorveu o pensamento nacional-desenvolvimentista. Além desta especificidade, há a peculiaridade referente à mudança radical em suas atividades, depois de um período de longa militância no PCB, passando a exercer a função de economista durante três décadas dentro da FIESP, maior órgão representativo do parque industrial nacional. Apesar de nunca ter deixado de se declarar marxista, a investigação de seus escritos demonstra que sua concepção, ou melhor, seus argumentos para tentar justificar a necessidade do processo de industrialização nacional sofreram forte influência do pensamento de Roberto Simonsen, principal líder da burguesia industrial paulista. Sendo assim, evidenciaremos alguns aspectos do pensamento econômico de Simonsen para compor nossa análise e ressaltar a ideologia progressista propagada pelos industriais durante o processo de industrialização.

Simonsen e a ideologia nacional-desenvolvimentista

Roberto Cochrane Simonsen, considerado o patrono da indústria moderna brasileira, nasceu em 1889 e morreu em 1948. Estudou engenharia, associou-se com alguns amigos e fundou a Companhia Construtora de Santos, em 1912. Foi nesta Companhia que Simonsen pôde refletir sobre as causas que originavam as desigualdades e desentendimentos entre patrões e empregados. O resultado de suas conjecturas sobre tal questão foi a implantação na indústria nacional dos “métodos da organização racional do trabalho e as comissões paritárias entre empregados e empregadores, para a solução dos conflitos que surgissem” (LIMA, 1976: 157). Em outros termos, Simonsen foi o responsável pela introdução no Brasil das práticas tayloristas de exploração

do trabalho para extrair o máximo de rendimento da produção. É interessante notar como Lima parece ter considerado positivo aos trabalhadores a aplicação desse sistema:

[...] Roberto Simonsen deu ampla demonstração de sua capacidade profissional como engenheiro, levando a cabo obras de vulto, que requeriam aptidão, largos conhecimentos, qualidades de direção e dedicação ao trabalho. Renovou métodos de trabalho em suas atividades, como a introdução entre nós, do sistema racional de trabalho e legou valiosa experiência, efetuando construção de larga envergadura, em condições difíceis e variadas (LIMA, 1976: 160).

Nesse sentido,

A burguesia industrial que se vinha diferenciando de sua matriz social – a oligarquia do complexo cafeeiro –, organizava, a partir do confronto social no mundo fabril, um projeto hegemônico que misturava elementos do velho liberalismo manchesteriano, impulsor da revolução industrial inglesa, com o americanismo fordista que atualizava aquela visão num quadro de ampliação do controle da força de trabalho segundo os ditames do capital. Em pouco tempo, como elemento complementar constitutivo do fordismo, aqui, como alhures, optou-se pela organização taylorizada do processo produtivo, a ponta da modernidade até então (DEL ROIO, 2002: 12).

A burguesia industrial até a década de 1920, formada sob os princípios do liberalismo ortodoxo empregado desde a fundação da República, combateu veementemente a implantação de uma legislação trabalhista. Entretanto, houve uma mudança substancial nesse contexto em um curto período. Segundo Vianna (1976) em apenas dez anos ocorreu um deslocamento do ultraliberalismo ao corporativismo.

[...] no curto espaço de uma década, a posição da burguesia industrial vai conhecer três grandes variações diante da legislação do trabalho. Nos anos pré-30, se caracterizará por extremado liberalismo, de tipo fordista, hostilizando as tentativas de formulação e/ou ampliação das leis sociais. Essa etapa se prolongará até os dois primeiros anos do governo provisório, mantendo nos industriais acesa a polêmica com o Estado, embora tenham abandonado a esta altura seu antigo discurso liberal. A segunda, modulação entre duas posições extremadas, será a da incorporação consentida da legislação por parte dos empresários. A alteração no seu comportamento não importará, contudo, em eliminação com os conflitos com o Estado, que persistem em questões de aplicação da lei e sobre sua oportunidade. A última corresponde à sua franca identificação com o chamado direito social, quando a estrutura corporativa sindical se constitui no projeto consensual das elites e classes dominantes (VIANNA, 1976: 288).

Segundo Leme (1978), entre 1919 e 1945 os industriais brasileiros desenvolveram um comportamento progressista no campo econômico, porém no campo social se mantêm conservadores. A classe patronal afirmava ser a indústria o principal fator de produção de riqueza em uma nação. Tal concepção de caráter progressista e positivista se colocava contra os interesses fisiocráticos da oligarquia agrária brasileira, que defendia o exclusivismo agrário. Assim, a partir da década de 1920 os industriais paulistas percebem a importância da organização classista para a defesa de seus interesses. O presidente da Associação Comercial de São Paulo declarava ser “fundamental a ideia de que as classes produtoras se organizassem cada vez mais, para a obtenção do reconhecimento de seus interesses por parte do Estado” (LEME, 1978: 15).

Nesse sentido, a fim de unir forças e promover a hegemonia da classe industrial, Simonsen foi um dos fundadores do Centro das

Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928. Posteriormente, em 1934, foi eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte, exercendo o cargo até 1937. Durante o Estado Novo, participou do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Após 1945, combate intensamente o comunismo, idealizando a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de tentar aproximar patrões e empregados. Foi eleito senador em 1946 e apoiou incondicionalmente a cassação dos mandatos comunistas em 1947. Mesmo não sendo economista, Simonsen foi um dedicado estudioso da economia brasileira, numa época em que esta área do conhecimento não era praticada por especialistas (CORRÊA, 2011).

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial do mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo de organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe [...] (GRAMSCI, 1932: 15).

Devido a sua influência entre os industriais, podemos afirmar que o pensamento econômico de Simonsen representou em grande parte a ideologia progressista propagada pela burguesia industrial em defesa de seus interesses. Em 1929, a FIESP encarregou Simonsen de fazer um estudo sobre os desdobramentos da crise para o Brasil. Considerando que a FIESP já era a entidade de maior preponderância na elaboração de um programa econômico industrial e sua orientação econômica encontrava-se em consonância com os pressupostos econômicos de Roberto Simonsen, podemos dizer que o empresariado brasileiro de modo

geral também se pautava “por um mesmo pensamento econômico: as orientações nas obras de Roberto Simonsen acham-se mais ou menos explícitas nas manifestações da Federação Industrial do Rio de Janeiro, da Confederação Industrial do Brasil” (LEME, 1978: 173).

A elaboração de um programa econômico para o Brasil, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela FIESP em conformidade com os estudos de Simonsen, consubstanciou-se em estabelecer uma política financeira estável; elevar o poder aquisitivo da população por meio do aumento da produtividade; racionalizar a produção agrária; unir o desenvolvimento da lavoura ao da indústria e, por fim, estabelecer uma política comercial externa. Tais argumentos foram reforçados por Simonsen em 1943 no I Congresso Brasileiro de Economia ao discutir o contexto econômico criado pela Segunda Guerra Mundial.

Em face dessa problemática, isto é, das perspectivas e dilemas criados com a Segunda Guerra Mundial e a mobilização econômica do Brasil. Roberto Simonsen considerou que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências do capital, tecnologia, Know-how, capacidade de organização, liderança, etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, exigiam a formulação e utilização de novos instrumentos de ação, incluindo-se o planejamento e o pensamento técnico-científico (IANNI, 1977: 55).

De acordo com Maza (2004), as discussões sobre o planejamento emergem em um contexto histórico demarcado por dois elementos bem específicos: “a crise política interna, oriunda de uma ‘série de problemas econômicos’, e a ‘reorganização da economia mundial’ que, no final da Segunda Grande Guerra, ‘obrigava as classes dominantes a se posicionarem sobre os rumos da economia’” (MAZA, 2004: 204). Em tal contexto, emerge o famoso debate travado por Simonsen e Gudin em torno da oposição entre planejamento e liberalismo. Esse debate iniciou-

se a partir do projeto apresentado por Simonsen ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 1944. Da correlação de forças da época decorre uma bifurcação sobre a postura econômica que deveria ser adotada no Brasil. Essencialmente, o caráter desse embate ainda se restringe à antiga dicotomia do pensamento econômico nacional: de um lado, temos uma corrente liberal que preservava em suas concepções um conteúdo fisiocrático e dependente do Brasil (gudinianos) e, de outro, uma burguesia emergente carregando a bandeira do planejamento econômico e do nacional-desenvolvimentismo como formas de elevar a renda nacional e atingir a independência econômica (desenvolvimentistas), este último representado principalmente pelo pensamento de Simonsen.

Em outras palavras, Simonsen entendia por planejamento econômico a necessidade de criar políticas econômicas governamentais para proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento industrial. “Para tornar mais eficiente a defesa do seu projeto, Simonsen busca vincular os interesses da nação aos da indústria” (MAZA, 2004: 187). Não obstante a sua concepção hierarquizada do homem e da sociedade que observava não cultivar “a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. A hierarquia social, que se estabelece em função da capacidade dos valores individuais, nunca poderá desaparecer, em harmonia, aliás, com tudo quanto se observa na natureza” (SIMONSEN, 1973: 466).

Destarte, podemos dizer que Simonsen buscou defender a modernização nacional através de “mecanismos que não contemplavam a plena expressão dos direitos políticos das camadas populares. Portanto, parece-nos correto que seu caminho foi o de uma modernização conservadora que buscava o ‘progresso’ sem a chancela popular” (MAZA, 2004: 234). De modo geral, os elementos do pensamento econômico nacional-desenvolvimentista deste, que foi o principal líder da burguesia industrial no Brasil, foram incorporados pelos escritos de Lima a partir da década de 1940.

O pensamento econômico de Heitor Ferreira Lima

O primeiro livro sobre história econômica escrito por Lima foi publicado em 1954 e abordava a industrialização paulista. Foi lançado em virtude da comemoração do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo e recebeu o título de *Evolução Industrial de São Paulo*. Logo no início, o autor nos apresenta sua concepção de História, que, segundo ele, não deve ter um interesse meramente acadêmico. Ao contrário, examinando o passado de forma imparcial e perspicaz, encontraremos “experiências proveitosas, positivas ou negativas, que nos podem servir de lição modernamente, repetindo-a ou repelindo-a, conforme o caso, ou melhorando-a, para nos ajudar a encontrar a solução de vários problemas que nos preocupam presentemente” (LIMA, 1954: 10-1), isto é, a História tem um valor pragmático. Mas quem faz uso deste conhecimento? A resposta veio no livro *Formação Industrial do Brasil (período colonial)*, publicado em 1961. Esta obra constitui um estudo econômico do nosso período colonial, o próprio título já sugere a existência de uma indústria em nosso contexto colonial, ou seja, implica a premissa do desenvolvimento do capitalismo desde os albores de nossa colonização. Caio Prado Jr., outro militante comunista, em *História econômica do Brasil*, de 1945, também apresentou uma visão análoga sobre essa questão. Lima começou o livro exaltando a figura de Simonsen, segundo ele, graças à

[...] inteligência e cultura que possuía, Roberto Simonsen soube colocar suas ideias em nível elevado e persuasivo [...] Daí que uma parte considerável dos pontos de vista preconizados atualmente pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e por numerosos estudiosos da situação brasileira, guardem com elas extrema semelhança, chegando por vezes à identidade [...] (LIMA, 1961: 3).

Depois de ressaltar a importância das ideias econômicas de Simonsen, repetiu a mesma concepção sobre a História apresentada no livro de 1954, porém acrescentou:

Não esqueçamos que consistindo a economia a infraestrutura da sociedade, é que determina a ação dos homens no campo político, administrativo e social em geral. É necessário, por conseguinte, estimular por todos os meios, os trabalhos que visam o estudo da História Econômica, pela importância que representa. Neste sentido, podem prestar ajuda de enorme relevância às entidades das classes patronais, às fundações e mesmo às grandes empresas, por meio de organizações que já possuem ou por outras que sejam criadas com essa finalidade (LIMA, 1961: 5-6).

Para Lima são as “classes patronais” que devem fazer uso do instrumental teórico produzido pelas pesquisas econômicas. Sendo assim, deixa entendido que a burguesia era mesmo a força motriz do desenvolvimento das forças produtivas. Tal posição é distinta a que ele mesmo, juntamente com o Comitê Regional de São Paulo, defendia em 1937. Entretanto, por hipótese, podemos cogitar que Lima absorveu uma característica da época que “foi a importância dada à história econômica conectada a certo senso comum de um marxismo positivista” (DEL ROIO, 2014: 31).

Ainda sobre o livro de 1954, quando Lima trata das atividades do industrial Jorge Street, podemos perceber a ausência de uma análise mais profunda das relações sociais no contexto fabril. O que Gramsci caracterizou como “americanismo e fordismo”, ou seja, as atitudes dos industriais em “prol” da classe operária decorrem da

[...] necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática: esses problemas nascem das várias formas de resistência que o processo de desenvolvimento encontra em sua evolução (GRAMSCI, 1934: 241).

Ao contrário de Gramsci, Lima concebe as adaptações estruturais realizadas nas fábricas para maior aproveitamento da energia psíquica e física dos operários como algo positivo. Para este autor, os empreendimentos de Jorge Street representam “uma fábrica de revolucionários” (LIMA, 1954: 175).

Em 1963, Lima publicou o livro *Mauá e Roberto Simonsen*, posteriormente é acrescentado a esta obra um estudo sobre Rui Barbosa, sendo publicada com o título de *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa e Roberto Simonsen*, em 1976. Através das biografias de Rui Barbosa, Visconde de Mauá e de Roberto Simonsen, o autor realizou um estudo do surto de industrialização de nossa economia desde o final do segundo império até os anos 1940 do século passado. O livro procurou apontar a industrialização como fator imprescindível para a independência econômica nacional e melhoria no padrão de vida do proletariado, mesmos argumentos defendidos por Simonsen. *Do Imperialismo à Libertação Colonial* foi publicado em 1965. Neste livro reafirmou sua crença na iniciativa beneficente da burguesia.

As transformações econômicas de profundidade parecem que estão mudando as atitudes das diversas classes sociais ante os problemas fundamentais de seus países, dando-lhe outra consciência, levando-as a assumir posições que antes não se esperavam delas. São as condições materiais determinando a mentalidade dos indivíduos. Dessa participação mais ativa da burguesia e de outras classes sociais nas revoluções de libertação nacional, bem como nas tarefas que tais revoluções devem cumprir, vem decorrendo seu caráter (LIMA, 1965: 148).

É interessante ressaltar que o livro foi publicado no ano seguinte ao Golpe Militar de 1964³. Além disso, a ausência de uma

³ O livro faz uma análise da economia mundial entre 1890 e 1960, não há nenhuma referência sobre o Golpe Militar de 1964. Somente em 1982, ao escrever seu livro de memórias, Lima apresentou uma breve exposição

discussão mais efetiva em relação às classes dominantes denota uma concepção proveniente de um marxismo incipiente.

No início da década de 1970, publicou seu último livro concomitantemente ao seu trabalho exercido na FIESP. Em *História político-econômica e industrial do Brasil* afirmou que “uma grave lacuna, certamente, será observada neste trabalho: a falta de referência ao papel do proletariado no processo histórico que estamos examinando” (LIMA, 1978: 20). Entretanto, tal omissão não faz parte apenas deste livro, mas de toda a sua obra.

Depois de “trinta e poucos anos de trabalho na FIESP” (LIMA, 1982: 282), em maio de 1975, pleiteou sua aposentadoria e encerrou suas atividades nessa instituição. Mesmo aposentado, continuou pesquisando, escrevendo e publicou, em colaboração com o Instituto Roberto Simonsen (entidade de promoções culturais da FIESP), o livro *História do Pensamento Econômico no Brasil*, em 1976. Neste trabalho fez um estudo sobre a evolução do nosso pensamento econômico desde os primórdios da economia portuguesa, durante a idade média, até o embate do pensamento econômico brasileiro travado entre os gudinianos e os desenvolvimentistas. O décimo segundo capítulo é dedicado a Simonsen, uma vez que para Lima:

[...] a corrente de pensamento econômico melhor adotada às nossas condições particulares emergiu inicialmente no primeiro pós-guerra, em decorrência do primeiro progresso industrial registrado na época, com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e o aparecimento de Roberto Simonsen, preconizando a industrialização, como meio de erguer o baixo padrão de vida da população e superar o retardamento material em que nos encontrávamos. Até aí, nosso crescimento tinha

abordando tal contexto. Em seu comentário, declarou o envolvimento de diretores da FIESP-CIESP no movimento que instaurou o “regime totalitário e repressivo” no Brasil na década de 1960.

vido “para fora”, isto é, em função do processo de exportação de produtos primários que realizávamos, devido ao papel periférico por nós desempenhado na economia mundial. Propugnando Simonsen por novas atividades para aumento da riqueza geral, pregava na prática o desenvolvimento “para dentro”, buscando com isso uma transformação estrutural. Mais tarde, no segundo pós-guerra, a CEPAL amplia, aprofunda e estende as teses de Simonsen para toda a América Latina, rejeitando a obsoleta teoria da divisão internacional do trabalho, formulada nos países adiantados, mas sem aplicação em outras regiões e em condições históricas diferentes. Brotavam assim, novas concepções de desenvolvimento, provocando reações diversas, conforme os interesses em jogo. Era um modo diferente de encarar questões antes não resolvidas, com instrumental teórico até aí aceito quase que como um dogma (LIMA, 1978: 5).

Além de ressaltar de forma imprescindível a contribuição do pensamento econômico de Simonsen, tanto para o Brasil como para a CEPAL. O excerto acima evidencia o quanto Lima compartilhava da ideologia nacional-desenvolvimentista, cujos desdobramentos principais seriam a transformação estrutural produtiva, o aumento da “riqueza geral” e a superação do “retardo material”. Ao tratar o desenvolvimento do processo de industrialização apenas com elementos econômicos, suprime os interesses antagônicos entre a burguesia e o proletariado, negligenciando a correlação de forças sociais que protagonizaram o processo de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, a consolidação do capitalismo no Brasil a partir da década de 1930.

Considerações finais

O processo de industrialização nacional representa o período de pleno desenvolvimento das forças capitalistas que ocorreu concomitantemente ao desenrolar da revolução burguesa.

De acordo com Del Roio (1990), o período crítico da revolução burguesa nacional foi entre 1928 e 1935, momento de consolidação do modo “passivo” de desenvolvimento capitalista. Tal processo pode ser caracterizado quando as forças sociais antagônicas (classes subalternas) à determinada ordem social não conseguem impor mudanças significativas que levem à instauração de um novo poder, isto é, uma nova organização política e econômica. Entretanto, devido à pressão exercida pelas classes subalternas, as classes dominantes sentem-se obrigadas a fazer mínimas concessões em troca da manutenção da ordem vigente. Desse modo, ocorre uma reorganização das classes dominantes no bloco de poder enquanto se processa a incorporação de novos setores sociais.

Devido a peculiaridades no contexto brasileiro, as forças operárias foram conduzidas durante esse processo pelo corporativismo estatal aliado à burguesia industrial, configurando o oposto de uma revolução democrática burguesa em relação ao modelo francês, como analisaria Gramsci. Outro fator relevante desse processo é que a industrialização representou, em grande parte, uma necessidade imposta por condições extrínsecas e não por forças internas. A necessidade de suprir o abastecimento interrompido devido à primeira guerra mundial estimulou o primeiro surto industrial. Desse modo, podemos dizer que nossa industrialização ocorreu de forma improvisada, sem as devidas adequações de um planejamento prévio que pudesse realmente pensar as questões nacionais.

O PCB, fundado em março de 1922, tendo como secretário geral a figura de Astrojildo Pereira, tentou realizar uma leitura da situação nacional e, a partir daí, promover um projeto que visasse uma solução para a crise brasileira. Dentre as medidas colocadas em maturação pelo primeiro grupo dirigente do partido, cujo principal elo com a Internacional Comunista era Heitor Ferreira Lima, podemos mencionar a constituição do Bloco Operário-Camponês. Entretanto, esta política de alianças sociais, buscando a constituição de uma hegemonia com outras tendências do

movimento operário, foi interrompida pela intervenção da IC no PCB.

Posteriormente, a partir da década de 1950, já afastado do PCB e integrando o grupo de economistas da FIESP, o ex-secretário geral do PCB, Heitor Ferreira Lima, ressaltou essa questão da ausência de planejamento econômico em seus livros. No entanto, a análise de seus escritos demonstra que este autor desenvolveu uma argumentação subordinada ao pensamento econômico do principal líder da burguesia industrial. Em suma, o modo como corroborou o pensamento econômico de Roberto Simonsen, a ausência de uma discussão efetiva das relações sociais de produção e do papel do proletariado nesse processo histórico, desdobrou-se em uma abordagem economicista em defesa do nacional-desenvolvimentismo e caracterizam Heitor Ferreira Lima, a partir dos anos 1940, mais como um intelectual orgânico da burguesia, do que um autor efetivamente marxista.

Bibliografia

- BATINI, T. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.
- CORRÊA, M. L. Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936 – 1954). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA USP, 26, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011anpuh.org/site/anaiscomplementres>>. Acesso em: 22 mai. 2011.
- DEL ROIO, M. T. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DEL ROIO, M. T. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In. DEL ROIO, M. T.; MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo*

- no Brasil: Visões do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- DEL ROIO, M. T. Heitor Ferreira Lima. In. PERICÁS, L. B.; SECCO, L. F. (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DEL ROIO, M. T. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In. REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- GRAMSCI, A. [1932] Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In. *Cadernos do cárcere*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. [1934] Americanismo e Fordismo. In. *Cadernos do cárcere*. Vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LIMA, H. F. *3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- _____. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Do imperialismo à libertação colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- _____. *Evolução industrial de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1954.
- _____. *Formação industrial do Brasil: período colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *História do pensamento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

- _____. *Mauá e Roberto Simonsen*. São Paulo: Egladit, 1963.
- LEME, M. S. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- MAZA, F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.
- SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. 7 ed. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.
- VIANA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SEGURANÇA PÚBLICA E LÓGICA NEOLIBERAL: A REALIDADE BRASILEIRA

*Kissila Teixeira Mendes**

Resumo: A pesquisa se baseia na revisão bibliográfica sobre segurança pública e Neoliberalismo e no uso de dados quantitativos, posteriores aos anos 2000, que permitam analisar, em um primeiro momento, a lógica neoliberal e sua inserção no Brasil e, posteriormente, a presença desta orientação nas políticas criminais e penais. O trabalho tem o objetivo de compreender, a partir de uma análise pautada na criminologia crítica, os mecanismos estatais que definem o objeto e que reagem ao crime, e parte da hipótese de que a responsabilização pelos níveis alarmantes de criminalidade na sociedade é direcionada para a população pobre (criminalização da pobreza).

Palavras-chave: Segurança pública; Neoliberalismo; Violência. Brasil.

Public safety and the neoliberal logic: the Brazilian reality

Abstract: The research is based on the literature review related to public safety and Neoliberalism and the use of quantitative data subsequent to the 2000s to report on, at first, the neoliberal logic and its insertion in Brazil and, subsequently, the presence of this orientation in the criminal policies. The research has the objective to understand, from a guided analysis based on critical criminology, the state mechanisms that define the object and reacting to crime, and on the assumption that the coverage of alarming levels of crime in society is directed to the poor population (criminalization of poverty).

Keywords: Public safety; Neoliberalism; Violence. Brazil.

Seguridad pública y la lógica neoliberal: la realidad brasileña

Resumen: La investigación se basa en la revisión bibliográfica sobre seguridad pública y neoliberalismo y el uso de datos cuantitativos, posteriores a los años 2000,

* Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora-MG, Brasil (kissilamm@hotmail.com). Recebido em: 22/11/2014 – Aceito em: 11/05/2015.

que permitam analizar, en un primer momento, la lógica neoliberal y su inserción en Brasil y, posteriormente, la presencia de esta orientación en las políticas criminales y penales. El objetivo del trabajo es comprender, desde un análisis basado en la criminología crítica, los mecanismos estatales que definen el objeto y que reaccionan al crimen, y parte de la hipótesis de que la responsabilidad por los alarmantes niveles de criminalidad en la sociedad se dirige a la población pobre (criminalización de la pobreza).

Palabras clave: seguridad pública; Neoliberalismo; Violencia; Brasil.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analizar, com ênfase para o contexto brasileiro, a influência da orientação neoliberal nas políticas criminais e penais que se caracterizam, sobretudo, através de uma política punitiva. Será apresentada uma análise do neoliberalismo inserido no contexto brasileiro e, posteriormente, nas políticas de segurança pública. Serão incluídos também dados estatísticos, que compreendam um período posterior aos anos 2000, sobre a realidade carcerária e índices de segurança no Brasil.

No decorrer do artigo é possível perceber que a política punitiva é apresentada como forma primordial de estabelecer a ordem, e serão trabalhados os desfechos dela. É importante ressaltar que a escolha pelo estudo dos aspectos punitivos se deu pelos impactos destes na vida cotidiana, com a busca constante dos aparelhos estatais por uma limpeza urbana das classes ditas perigosas, e na influência de tais ações sobre os imaginários e representações sociais. É evidente, entretanto, que tal realidade não se explica somente pelos impactos de políticas neoliberais, pois, como veremos, não é possível definir que houve no Brasil um governo neoliberal. O objetivo do artigo é fazer um recorte que possibilite compreender parte do processo macrosocial e mostrar como as políticas criminais e de segurança pública possuem intrínseca relação com as ideologias políticas e formas de governo.

1 – Lógica Neoliberal e sua inserção no contexto brasileiro: breve histórico

A fim de melhor contextualizar a temática será apresentado um breve histórico, tanto a nível mundial quanto no âmbito nacional, partindo do surgimento do Liberalismo enquanto ideologia mundial até os dias atuais, com a análise do neoliberalismo inserido no contexto brasileiro e, posteriormente, nas políticas de segurança pública. Reconstituir tal histórico em poucas páginas certamente dará margem a simplificações. Portanto, deve ficar claro que a pretensão é realizar uma reconstituição acessível que visa dar suporte ao tema trabalhado. Macedo (1995) alerta para a dificuldade de se conceituar o Liberalismo por este ser, além de uma doutrina política, um pensamento sócio histórico: surge no século XIX no contexto do Renascimento e da Reforma, de cunho humanista, e traz o individualismo e a liberdade como valores principais, possuindo ainda como traços comuns o racionalismo, individualismo, universalismo, reformismo e progressismo. No final do século XX se transforma em ideologia global, partindo do princípio básico de que o Estado se limita a si mesmo com o objetivo de fazer emergir forças aleatórias e, inclusive, contrárias a ele. Assim, o liberalista se utiliza da razão e da moral para avaliar quais tradições e costumes são favoráveis ao progresso e, portanto, devem ou não ser preservados, diferentemente de posições conservadoras ou revolucionárias radicais. Entre suas características principais estão: distinção entre público e privado; liberdade religiosa; defesa dos homens como cidadãos; e ser contrário aos excessos do governo. Já uma visão econômica entende por liberalismo “uma determinada concepção de Estado, do qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como qual, se contrapõe tanto ao Estado absoluto, quanto ao Estado que hoje chamamos de social.” (BOBBIO, 1994: 7).

No Brasil, segundo Costa (1999), as ideias liberais foram responsáveis por fundamentarem diversas revoltas emancipatórias. Porém, sobretudo após a independência em 1822, quando passa a ter maior influência, a elite interessada em manter suas

propriedades e as economias de importação e de exportação, sem a discussão de combate aos conflitos e as desigualdades sociais, faz o ideal liberalista partir para um viés conservador desde sua origem no país.

Com a crise de 1929, caracterizada principalmente pela superprodução capitalista, surgiu nas classes dominantes um receio de expansão do socialismo, o que levou a um recuo do liberalismo e possibilitou a ascensão de regimes totalitários pelo mundo. Foi após a Segunda Guerra Mundial, porém, que houve a maior crise do capitalismo exploratório “liberal”, e foi quando segundo Cancian (2007), surgiu o Estado de Bem Estar Social na busca de um intermédio para os conflitos sociais propondo a prestação de serviços sociais por parte do Estado que assegurassem os direitos e a diminuição das desigualdades. Entretanto, tal organização política e econômica se apresentou de diferentes maneiras nos países nos quais foi implementada. No Brasil não houve uma estruturação do Estado de Bem Estar Social semelhante aos países centrais, mas observa-se uma forte intervenção do Estado a partir da Era Vargas (1930-1945) até o fim da ditadura militar (1964-1985), embora os maiores beneficiados com os gastos do setor público tenham sido, historicamente, os empresários e os estrangeiros.

Foi em meados de 1970, de acordo com Mauriel (2006), que surgiram na Europa as maiores críticas ao (e a posterior crise do) Estado de Bem Estar Social (bem como a derrocada do Socialismo), que alegavam que os gastos do governo em políticas públicas, somado aos efeitos das políticas assistencialistas no comportamento dos indivíduos, trariam como consequência a paralisação da economia. Além disso, o Estado de Bem Estar Social, de acordo com Negrão (1996), favoreceu um crescimento de politização da sociedade nas questões econômicas e sociais, o que gerou maior número de exigências e expectativas que, conseqüentemente, foram quebradas pela incapacidade do governo de se adequar e universalizar tais demandas, o que gerou uma crise de governabilidade das democracias (ou o limite do Estado Social). A saída para tal crise, de acordo com visões teórico políticas

conservadoras¹ seria impor limites à democracia, diminuindo o papel de Estado como mediador dos anseios populares, limitando sua função à economia.

Sendo assim, segundo Mauriel (2006) surge uma nova concepção de Estado que aponta para subordinação à globalização financeira, privatizações, centralização no Executivo e para fortes críticas a elementos de proteção social e de direitos de participação que interfiram no interesse da economia: o Neoliberalismo. Este novo ideal político-econômico busca limitar o poder do Estado e também o de participação política da sociedade civil. Assim, de acordo com Sader (2013), o neoliberalismo é o marco da passagem de um mundo bilateral para um unilateral, de um modelo de Bem Estar Social para um liberal de mercado e “representa o projeto de realização máxima do capitalismo, na medida em que visa a mercantilização de todos os espaços das formações sociais.” (SADER, 2013: 135).

O neoliberalismo se aproxima do liberalismo clássico, segundo Mancebo (2002), ao ter como princípio básico o mercado, que extrapola o nível econômico e perpassa a organização do Estado e da sociedade, limitando a intervenção estatal e racionalizando o governo. Entretanto, enquanto no liberalismo clássico o mercado é tido como realidade quase natural, o mercado neoliberal só existe a partir de formas artificialmente arranjadas a partir de condições jurídicas, políticas e institucionais. A lógica de mercado, porém, faz parte do ideário neoliberal também ao estruturar as relações pessoais e sociais, implicando em um novo arranjo de subjetividade individualista e utilitarista. Mas, se o postulado liberal da liberdade é exacerbado no neoliberalismo, há um rebaixamento do princípio da igualdade, pois “a desigualdade permite o equilíbrio, a complementação de funções, fomenta a competição e desse modo, promove o desenvolvimento” (MANCEBO, 2002: 14).

¹ Cujos principais entusiastas são Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki, autores da obra “A crise das democracias”, de 1975, considerada, a nível teórico e político, como a ressurreição do neoliberalismo.

No Brasil, segundo Sader (2013), foi possível ao governo militar, em um primeiro momento, fortalecer economicamente o Estado e expandir a economia, embora mediante o ingresso do capital estrangeiro nas grandes obras por ele promovidas. Segundo Miranda, Miranda e Veríssimo (2008), após o período desenvolvimentista vivenciado nas décadas de 1960 e 1970, observa-se, mais exatamente a partir de 1990, um ajustamento aos modelos descritos no Consenso de Washington², com o aprisionamento do Estado voltado para um equilíbrio econômico, o que levou o país a reduzidos investimentos na área de políticas públicas. A Carta Magna de 1988, tida também como “Constituição Cidadã”, os movimentos e as entidades sociais que surgem em meados de 1980, de fato, caracterizaram conquistas sociais e de direitos e igualdade. Porém, como alega Sader (2013), já no governo Sarney, a Constituição encontrou adversários, sob o argumento de que tais garantias atribuídas aos cidadãos, impediriam o avanço econômico e transformariam o Estado em “ingovernável”.

Com o fracasso do governo Sarney e posterior eleição de Collor, a transição democrática não foi capaz de democratizar o poder econômico, os meios de comunicação e a propriedade de terra, consolidando a posição do Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. Com Collor o Brasil foi apresentado às diretrizes neoliberais, mas seu impeachment refletiu-se em atraso no projeto neoliberal no Brasil. Foi com Fernando Henrique Cardoso (tanto como ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco quanto em seus dois mandatos presidenciais) que tivemos dois fenômenos primordiais: “financeirização da economia” e “precarização das relações de trabalho” (SADER, 2013: 138). Nessa perspectiva, “o Estado se tornou refém do capital” (SADER, 2013:

²O Consenso de Washington, modelo criado pelo Banco Mundial e pelo FMI, foi um encontro, segundo Negrão (1996), a princípio acadêmico, onde estavam presentes entidades privadas, economistas liberais latino americanos, entre outros, e que, posteriormente, passou a ser aplicado como troca por concessão de crédito do FMI, prevendo a estabilização da economia nos países periféricos a partir de reformas estruturais liberalizantes.

138), ao mesmo tempo em que as relações de trabalho foram informalizadas, o que contribuiu para a exclusão social dos trabalhadores.

Segundo Soares (1999), se nos países centrais a discussão centrava-se em não permitir mecanismos de gerenciamento do Estado na economia, nos países periféricos, como o Brasil, os esforços se concentraram em inviabilizar políticas de cunho social. Dessa forma, na América Latina, o ajuste neoliberal se consolidou através do Consenso de Washington. Segundo Fiori (2013) na década de 1990, a maior parte dos governos sul americanos alinharam-se ao projeto liberal, o que, posteriormente foi responsável pelas grandes crises cambiais, sociais e políticas sofridas por esses países. Tal fato, de acordo com este autor, foi decisivo para a chamada “virada à esquerda” nos governos, modificando os projetos políticos do continente, que se uniram em grandes blocos ideológicos e de poder. Porém, “o declínio do projeto conservador não havia cedido lugar a um novo ‘modelo de desenvolvimento’, no sentido abrangente que essa expressão teve no passado.” (GARCIA, 2013: 56). Tal afirmação, como veremos, se confirma sobretudo na área de segurança pública.

Segundo Sader (2013), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (e posteriormente o de Dilma) pode ser definido como pós-neoliberal por três características principais: implementação de políticas públicas nacionais, integração regional com países do Sul, e papel interventor do Estado. Porém, embora haja a mudança das prioridades de resistência à recessão, estas não foram capazes de romper com “os retrocessos impostos pelo neoliberalismo: a desindustrialização, o protagonismo de exportador primário, uma sociedade fragmentada, as ideologias consumistas.” (SADER, 2013: 141).

A perspectiva neoliberal, segundo Mauriel (2006), desvaloriza questões estruturais e, em contrapartida, as coloca como individuais e de desvantagem de capacidades de cada membro da sociedade em particular. Assim, as políticas públicas, se baseadas neste paradigma, servem como meio de possibilitar capacidades

através da “liberdade” desses indivíduos conquistarem bens materiais, e não como mudanças na estrutura de renda e direitos.

2 – Neoliberalismo e segurança pública: relações e controvérsias nas políticas criminais e penais

Um dos campos em que o modelo político e econômico neoliberal se mostra central é no âmbito das políticas criminais, sendo o objetivo deste tópico problematizar tal relação. De acordo com Dornelles (2003), a partir de um discurso de promoção de bem estar coletivo, tais políticas acabam por legitimar ações repressoras e de controle social do próprio Estado. Parte-se então para um modelo de “lei e ordem”, muito forte nos Estados Unidos, onde é criado um estereótipo de inimigo comum da sociedade, responsabilizado por todos os problemas estruturais da nação.

Porém, como ressalta Santos (2007), é importante não se aprisionar em visões que culpabilizam unicamente o sistema capitalista pela existência do quadro de violência, pois, logicamente, tal quadro se encontra em outros sistemas políticos e econômicos. Logo, se trata aqui de compreender como a conjuntura política e econômica interfere na realidade das relações sociais e ordenamento jurídico e como se encarna em certos princípios e valores das políticas de segurança. Assim, podemos partir de uma análise pautada na criminologia crítica, cujo objeto é o crime em si e o objetivo não é saber o porquê de alguém se tornar um criminoso, e sim os mecanismos estatais que definem o objeto e que reagem ao crime.

Em entrevista concedida à revista Caros Amigos em agosto de 2003 (SOUZA et al., 2003), Nilo Batista diz ser “chocante” o fato dos discursos políticos, independente de posições partidárias e ideológicas, serem exatamente os mesmos quando se trata da questão criminal. Dessa forma, o medo é utilizado como recurso estratégico, o que leva à criminalização também das relações sociais, em consonância com uma pauta econômica que favorece uma política genocida em diversas partes do mundo.

Zaffaroni, em entrevista a Tavares (2013), reforça a posição de que as políticas criminais e penais da América Latina são decisões políticas fortemente influenciadas por modelos europeus e norte americanos de crescimento da repressão.

Karam (1996) atenta que também o interesse de amplos setores da esquerda (denominada Esquerda Punitiva) pela segurança pública se voltou para um pragmatismo eleitoral no sentido de ampliação do discurso de repressão e punição, e a aproxima da lógica neoliberal, construindo a imagem de que um bom sistema penal é aquele que pune severamente, seja a quem for. O clamor contra a impunidade e contra a corrupção acaba por legitimar ações cada vez mais reacionárias, rompendo tanto com conquistas da própria esquerda, quanto com princípios do Estado de Direito. Tal pedido também é em vão, pois o verdadeiro papel da repressão não é o de justiça social, e sim a manutenção das estruturas de poder. Esses conceitos neoliberais aderidos pela maioria da população e dos governantes os impedem de buscar uma compreensão mais profunda da realidade e de verem que a violência é um subproduto necessário ao capitalismo.

Wacquant (2008), ao escrever sobre o estado penal norte americano, salienta o aumento de cinco vezes no potencial punitivo, comparando estatísticas de 1975 e 1999. Tal fato, segundo o autor, ocorre não por conta de uma reestruturação aos moldes capitalistas, nem tampouco por uma “guerra contra o crime”, mas sim por outros traços característicos, como explicitado a seguir:

O alvo na verdade eram determinadas categorias de ilegalidades cometidas em um setor bem definido dos espaços físico e social: basicamente crimes de rua cometidos em bairros de classes desfavorecidas e segregadas das metrópoles norte-americanas. (WACQUANT, 2008: 10)

Se retornarmos à história dos Estados Unidos, veremos que no século XIX, com a expansão do Novo Mundo, a população prisional era composta de imigrantes e pobres, o que não difere

da função atual das prisões, segundo Wacquant (2008), de administração e de regulação da pobreza, do gueto e do trabalho desqualificado. O crescimento da população carcerária teve como consequência mais gastos que os alocados para políticas sociais e, em 1998, as penitenciárias eram a terceira maior fonte de empregos no país, proporcionalmente ao aumento das privatizações do setor. Além disso, o cárcere em massa contribui para o crescimento da economia informal, favorecendo empregos temporários e abaixo da linha da pobreza, que são o motor do capitalismo exploratório.

Logo, para que serve a prisão no século XXI? A partir desta indagação Wacquant (2003) traça uma reflexão política do sentido da pena se afastando de uma análise dos objetivos da pena em si. Assim, busca as relações entre o que nomeia de Estado Penal e as características oriundas da liberalização econômica, mostrando os caminhos como o modelo punitivo de encarceramento em massa que surge nos Estados Unidos e como a insegurança gerada pela menor intervenção estatal se propaga para países da Europa e América Latina. Dessa forma, examina detalhadamente o caso americano mostrando como o recuo da ação do Estado nas políticas de proteção social converteu a luta contra a pobreza em uma luta contra os pobres, onde a responsabilidade individual surge como principal movimento.

Em resposta ao desmantelamento da rede de assistências antes prestadas pelo Estado, surgem como substitutas formas disciplinares com a transformação, como assinala Wacquant (2003), dos mecanismos de serviço social em instrumentos de vigilância e controle, com a fixação da população que utiliza tais serviços nos guetos. Entretanto, a face mais dura desse processo é o encarceramento que, segundo o autor, não é direcionada para os criminosos perigosos, e sim para a juventude dos guetos, principalmente envolvida com o tráfico varejista que drogas. Wacquant (2003) classifica o gueto como local do controle da força de trabalho e manutenção das distâncias sociais. Entretanto, o que observa é que a prisão parece estar tomando o seu lugar.

A nova demanda por ordem vai exigir o controle do tempo livre. A prisão não é mais lucrativa pelo trabalho dos presos, mas pela sua gestão, a ser terceirizada e privatizada, pela sua simbiose com as periferias urbanas e pelo seu capital simbólico. A indústria do controle do crime vai gerar uma nova economia, com seus medos, suas blindagens, suas câmeras, suas vigilâncias, sua arquitetura. A segurança privada vai substituir a construção civil como grande absorvedora de mão de obra desqualificada. (BATISTA, 2012: 8).

Segundo dados de julho de 2013 (CIA, 2013) os países com maior população, em ordem decrescente, são: China, Índia, Estados Unidos da América, Indonésia e Brasil. Em contrapartida, quando se trata de população carcerária, os números não correspondem a essa ordem; o país com maior população carcerária do mundo é os Estados Unidos da América (2,2 milhões), seguido por China (1,6 milhões), Rússia (700 mil) e Brasil (514 mil). No Brasil, em um período de 20 anos, a população carcerária cresceu cerca de 350% (DIREITO DIRETO, 2012)

Wacquant (2001) também se preocupa com a globalização das políticas de “tolerância zero” e como estas transferem o problema da criminalidade para o âmbito moral, retirando a responsabilidade das desigualdades geradas pelo capitalismo. Assim, a lógica neoliberal utiliza da necessidade da intervenção do Estado somente para que os indivíduos tomem decisões no mercado. Porém, estas escolhas, para os pobres, são restritas ao trabalho precário. Assim, as políticas de tolerância zero não correspondem a um aumento real da criminalidade, e sim a uma necessidade de controle das classes pobres. É reproduzida também uma cultura de medo, que torna privados os bens públicos e contribui para o individualismo e a segmentação, sobretudo entre as classes (DORNELES, 2003). Na visão dominante atual, segundo Silva (2004), a conduta criminosa é explicada pela anomia da justiça e as análises tendem a cair sobre o aparelho repressivo. Um problema fundamental de tal análise é o de que, a partir do momento em que o crime passa a ser fruto da ineficácia dos modelos de controle estatais, sua solução é

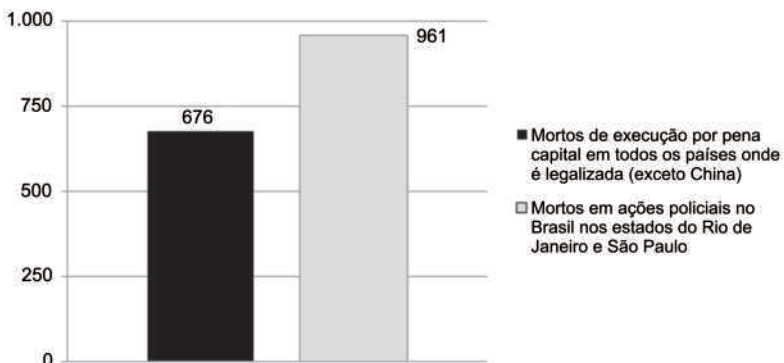
encontrada exatamente na manutenção de tais mecanismos. Eis o crescimento do eficientismo penal (DORNELES, 2003), em que a política criminal é apresentada como única forma de estabelecer a ordem.

Assim, seguindo uma tendência da criminologia crítica, podemos dizer que o crime não está na lei e nem no fenômeno real em si, está na relação social e na crença compartilhada sobre ele. Ou seja, surge a partir de um discurso construído e de olhares distintos sobre os comportamentos. Dessa forma, as penas destinadas a determinados crimes e a determinados indivíduos são exercícios de poder, pois são seletivas e fruto de decisões políticas.

3 – Impactos neoliberais na segurança pública brasileira

Embora no Brasil não seja observada uma condução meramente punitiva em seu Código Penal, para Souza (2012) diversas são as fontes que nos dizem que o passado autoritário da ditadura militar não se rompeu, sobretudo no interior das instituições policiais. Um exemplo do poder punitivo do Estado nos é dado pelo relatório anual dos direitos humanos elaborado pela Anistia Internacional referente ao ano de 2011. O número de execuções legais em vinte países com pena de morte (exceto a China, que não divulga os dados) foi de 676. No Brasil, onde a pena capital não existe legalmente, o número de mortes em ações policiais, grande parte fruto dos “autos de resistência” nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo foi de 961, 41,16% a mais do que em todo o planeta (Figura 1).

Figura 1 – Mortos em execuções por pena capital – Mundo e Brasil, 2011



Fonte: ANISTIAINTERNACIONAL (2012).

O país não rompeu com a tradição oligárquica pré-ditadura, que compactua com o elitismo em que a burguesia exige um Estado que “pague contas” a ela. Neder (1996) afirma ainda que a nossa formação social colonial nos levou a um controle social absoluto oriundo da cultura Ibérica. Hollanda (1973) discute o distanciamento entre o Estado e a sociedade excluída e marginalizada, e que tal característica tem conexão com o conservadorismo predominante dos povos ibéricos que colonizaram a América. A partir das questões referentes à escravidão e ao patriarcalismo se é capaz, segundo o autor, de entender o motivo das formas sociopolíticas da mentalidade patriarcal no Brasil moderno. Também Faoro (1995) parte da hipótese de que no Brasil há uma histórica concentração de poder, como herança do período colonial corrupto e burocrata, características estas amplamente espelhadas nas relações sociais no país. Ainda segundo este autor, o poder sempre se concentrou na mão de uma elite dominante, a quem define como “estamento burocrático”, que possui caráter patriarcal. Se essas características outrora eram identificadas nas figuras dos coronéis e senhores de engenho,

com a vitória das idéias democráticas – vitória mais aparente que real – ele continuou a imperar sob outro molde, constituído de militares, bacharéis, médicos, enfim, altos funcionários públicos ou agentes do Estado em todos os seus poderes (FAORO, 1995: 263).

Além disso, de acordo com Dornelles (2003), desde o primeiro momento de colonização, o Brasil é submetido a uma cultura de extermínio. Essas chagas do passado não foram vencidas pela tardia democratização do país e, pelo contrário, segundo Pastana (2009), na nova República, constituída nos anos 1980, se viram emergir políticas sociais voltadas para o assistencialismo e as relações com o Estado de forma arbitrária e ilegal, o que também é observado na Justiça Penal, que trata com descaso a Constituição de 1988.

No caso do Brasil falta uma certa coragem em assumir o discurso de deslegitimação do Estado Penal, porque o desejo de punir instaurado se ancora em permanências históricas nas quais se imbricam a colonização genocida, a escravidão e a cultura inquisitorial ibérica. (BATISTA, 2012: 6)

Porém, o que o neoliberalismo traz de novo? Wermuth (2010) afirma que as raízes históricas e o passado escravagista brasileiro, por si só, tornaram o sistema punitivo do país um meio de controle social que visa uma administração das classes perigosas. Entretanto, a implementação das reformas neoliberais no Brasil incrementou à histórica seletividade o fator econômico. Isso porque um grande contingente se tornou disfuncional para o sistema produtivo por conta de sua falta de capacitação ou pela mão de obra se tornar desnecessária. As reformas neoliberais são marcadas por privatizações, cortes de gastos nas áreas sociais e privilégios aos setores financeiros. Assim, os ganhos na produtividade surgem a partir da degradação do trabalho, gerando como consequências marginalidades econômicas e sociais. Estes marginalizados “são consumidores falhos para os quais só resta a segregação, tanto

pela via da marginalização social e espacial, quanto por meio do encarceramento em massa e da eliminação pura e simples a partir da intervenção violenta do sistema punitivo” (WERMUTH, 2010: 13). Antes do extermínio, porém, cria-se um discurso que o legitime: o neoliberal, que torna o Estado penal um potente motor cultural e promove um deslocamento do social para o penal (Batista, 2012).

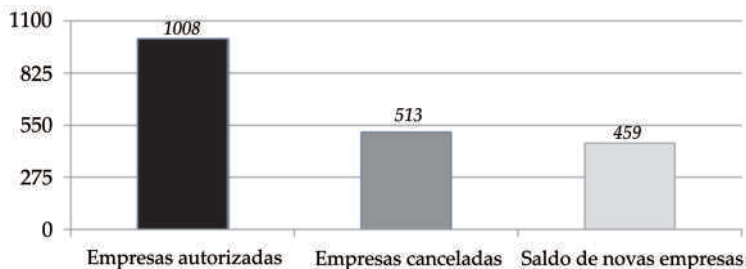
Segundo Batista (2013), ações violentas em favelas demonstram a expansão do “Estado Policial”, antagônico ao Estado de Direito, que credita às ações repressivas o sucesso das políticas de segurança pública. Dessa forma, a polícia brasileira atua com o objetivo de conquistar territórios inimigos apoiados pela mídia e pela opinião pública. Chacinas em favelas, invasão de domicílios, abordagens ostensivas e proibição de ações cotidianas são toleradas em nome de uma suposta ordem e é o que ocorre, por exemplo, no caso da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s) no Rio de Janeiro que, na verdade, promovem uma militarização da vida dos pobres. Ações semelhantes, se realizadas em bairros nobres, por exemplo, seriam consideradas como estado de sítio. Batista (2003) afirma que a política criminal é a única política pública que o neoliberalismo agencia para a manutenção do jogo mercadológico. Isso porque a precarização do trabalho faz com que a criminalização surja como o ato do governo para administrar os conflitos que ele criou e a população que ele marginalizou.

Tal sentimento de insegurança e transformação da questão da violência em uma indústria se transfigura em um significativo aumento da procura pela segurança privada, o que reflete também a descrença da população em relação à eficiência dos serviços estatais. Com o objetivo de investigar o perfil das empresas de segurança privada que possuem autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Justiça/Polícia Federal foi realizado o Primeiro Estudo do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVEP). Segundo o estudo, em maio de 2011 o Brasil possuía 1.498 empresas de segurança privada autorizadas, que empregavam cerca de 540 mil vigilantes. Desse total de empresas,

429 atuavam no estado de São Paulo (cerca de 29%). Já em escala nacional, a análise comparativa em um menor espaço de tempo também aponta um aumento vertiginoso no número de empresas do segmento: no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, houve a autorização de 1.008 novas empresas de segurança privada no Brasil, contra 513 canceladas, com o saldo de 495 novas empresas (Figura 2).

Nesse sentido, segundo Batista (2012), a obsessão por segurança, como mostrada nos dados anteriores, e a demanda por punição e castigo, representam uma simbiose entre o mercado para a segurança e a segurança para o mercado, preconizadas pelo discurso neoliberal.

Figura 2 – Saldo de empresas de segurança privada no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012

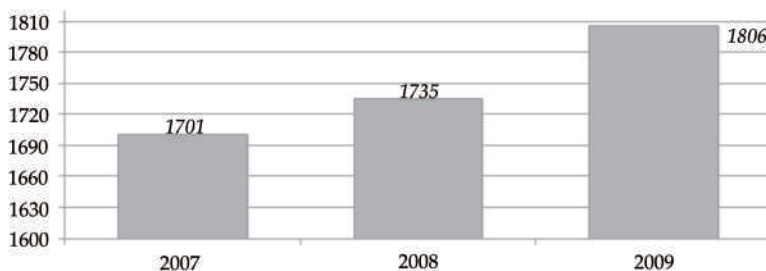


Fonte: SESVESP (2012).

Apesar das diferentes posições governamentais que ocuparam o poder desde a redemocratização brasileira, os principais investimentos em segurança pública ainda se concentram na repressão, para construção de penitenciárias e na capacitação de recursos penais. Dados comparados dos anos de 2008 e 2009 coletados do Departamento de Execução Penal (DEPEN), vinculado ao Ministério da Justiça, confirmam o avanço no número da população carcerária e de penitenciárias em todo o

Brasil. No período de um ano (2008 para 2009), no Brasil, houve um total de 28.407 novos presos nos estabelecimentos penais. Estes também tiveram um aumento vertiginoso, como aponta a Figura 3.

Figura 3 – Gráfico de Estabelecimentos Penais



Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça (2011).

A pesquisa “Brasil atrás das grades”, de dezembro de 2012, traça as características do nosso sistema penal: o Brasil foi o país que mais criou vagas no sistema carcerário nos últimos 20 anos, passando de 60 mil vagas para 306 mil. Ainda assim, há um déficit de 208.085 vagas no sistema prisional. Desses presos, 30% não foram devidamente condenados, o que corresponde a 173 mil presos provisórios. A maioria dos presos são condenados a penas de 4 a 8 anos e os crimes responsáveis por grande parte dos aprisionamentos (94%) são apenas nove, o que indica uma espécie de “processo seletivo” sobre o que deve ser, de fato, criminalizado. São eles: tráfico de entorpecentes, furto, quadrilha, receptação, porte de armas, estupro, homicídio, roubo e latrocínio. Além disso, 93,5% dos presos são homens, com mais de 50% com somente o ensino fundamental completo e cerca de 75% entre a faixa etária de 18 a 34 anos.

Segundo dados do Mapa do Encarceramento (BRASIL, 2014), no que diz respeito ao fator raça/cor, é possível observar

também uma seletividade racial no sistema prisional brasileiro. Em todo o período analisado pelo estudo, de 2005 a 2012, existiam mais negros presos no Brasil, sendo que o aumento de presos negros cresce à medida que aumenta a população prisional. Em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados. Proporcionalmente, o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior ao de brancos. É importante ressaltar que cresce a denominação de “outros” na categoria raça/cor pelos gestores penitenciários responsáveis pelo preenchimento de relatórios utilizados na pesquisa, o que dificulta, apesar de não inviabilizar, a análise dos dados.

O próprio nascimento da norma penal, segundo Martini (2007), já aponta para a defesa dos interesses de grupos dominantes. Exemplo é o tratamento distinto entre crimes públicos e crimes privados, em que o roubo tem punições e penas mais severas do que o crime de sonegação fiscal, que é muito mais abrangente em termos de consequências à população. Tal fato demonstra não só valores neoliberais e individualistas, como também o interesse público voltado para determinadas classes, classes essas que “financiam as campanhas eleitorais dos parlamentares, que fazem lobbys para a aprovação de leis que os beneficiam e que legitimam seus interesses minoritários através dos meios de comunicação” (MARTINI, 2007: 2).

Atualmente, segundo Pastana (2009), a maioria dos projetos de lei voltados à criminalidade pelo legislativo brasileiro em um período de 2003 a 2007 (cerca de 97%) foram no sentido de agravar penas e tornar a legislação mais autoritária. Os crimes de colarinho branco praticamente não são discutidos. Sendo assim, a Justiça Brasileira, sob um discurso de defesa da democracia, atua em contradição com os princípios de sua consolidação, pois “nosso discurso penal hegemônico congrega elementos absolutamente contraditórios, como repressão severa e penas alternativas,

leis duras e garantias processuais, encarceramento em massa e proteção aos direitos humanos” (PASTANA, 2009: 127). Embora haja reconhecimento das novas alternativas de cumprimento de penas, ainda são pouco expressivos seus usos no Brasil.

Considerações Finais

A partir da análise histórico social do Brasil é possível observar a reprodução de um Estado punitivo que visa o encarceramento e o controle, fundamentalmente das classes excluídas dos meios de produção, colaborando para a criação de um estereótipo de inimigo comum para a sociedade (também a mais vitimada pela violência urbana): pobre, negro, jovem e do sexo masculino. Tal imaginário compartilhado faz reproduzir na população uma sensação de insegurança no contexto urbano, o que colabora para a manutenção, legitimação e reprodução não só do preconceito, da segregação e da própria violência, mas também na busca de meios de segurança privada e cobrança de aumento punitivo dos mecanismos estatais.

O neoliberalismo não foi capaz de suprir a demanda social nem de satisfazer as necessidades do nosso país e vem sofrendo crises nos países onde vigora. Isso porque suas contradições fizeram crescer a necessidade de um governo que visasse, por exemplo, programas de inclusão social, e não só econômicos, por parte do Estado. Dessa forma, na segurança pública, estão em embate os discursos que defendem a manutenção da ordem em contraponto ao paradigma da transformação social. Estamos então em um embate onde entram em jogo os interesses entre minorias e majorias, onde os vencedores, se é que eles existem, dependerão, fundamentalmente, da forma de governo desta e das próximas gerações.

Referências

- ANDRIOLO, L. J. A Reforma do Estado de 1995 e o Contexto Brasileiro. XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 2006, Salvador. *Anais...* Salvador, 2006.
- ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório anual dos direitos humanos de 2011. [S.l.], 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/66DU5i>>. Acesso em: 25 julho 2013.
- BATISTA, N. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, "Revista Especial", 8º Seminário Internacional, n. 42, 2003.
- BATISTA, V. M. Adesão subjetiva à barbárie. In. BATISTA, V. M. *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BATISTA, V. M. Uma guerra particular. *Carta Capital*, São Paulo, 8 de julho de 2013. Disponível em <<http://goo.gl/9UDNBn>>. Acesso em: 8 jul. 2013.
- BOBBIO, N. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Sistema Penitenciário no Brasil - Dados Consolidados. Brasília, DF, 2011. Disponível em <<http://goo.gl/68UU8x>>. Acesso em: 24 abr. 2011.
- BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil. Brasília, DF, 2014. Disponível em <<http://goo.gl/5Odzo7>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook*. USA, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/jdReX4>>. Acesso em: 26 jul. 2013.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia à República*. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

- DIREITO DIRETO. O Brasil atrás das grades. São Paulo, 2012. Disponível em <<http://goo.gl/vR7aYh>>. Acesso em: 26 jun. 2013.
- DORNELLES, J. R. W. *Conflito e Segurança: entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2003.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Globo, 1995.
- FENAVIST. Movimentação das Empresas do Segmento. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/v8EtK6>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In. SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- GARCIA, M. A. Dez anos de política externa. In. SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1973.
- JOVCHELOVITCH, S. *Representações Sociais e Esfera Pública – A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes: 2000.
- KARAM, M. L. *A Esquerda Punitiva. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, n. 1, ano 1. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1996.
- MACEDO, U. B. *Liberalismo e Justiça Social*. São Paulo: Ed. IBRASA, 1995.
- MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Revista Psicologia: Ciência e profissão*. v. 22, n. 1, 2002.

- MARTINI, M. *A seletividade punitiva como instrumento de controle das classes perigosas*. MPMG Jurídico. Belo Horizonte, 2007.
- MAURIEL, A. P. O. Combate à pobreza e (des) proteção Social: dilemas teóricos das novas políticas sociais. *Estudos de Política e Teoria Social*. n. 14 e 15, 2006.
- MIRANDA, A. B.; MIRANDA, G. J.; VERÍSSIMO, M. P. Ajuste neoliberal e a crise do Estado: necessidade de se retomar a autonomia dos Estados nacionais. IV Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente. *Anais...* Uberlândia/MG, 2008.
- NEDER, G. *Absolutismo e punição. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, n. 1, ano 1, 1996.
- NEGRÃO, J. J. O. *O Neoliberalismo na Redemocratização Brasileira*. Lutas Sociais, n 1, 1996.
- PASTANA, D. Justiça Penal Autoritária e Consolidação do Estado Punitivo na Brasil. *Revista Sociologia Política*, v. 17, n. 32, 2009.
- SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In. SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- SANTOS, R. D. Criminologia crítica e violência: o sistema penal como ultima ratio. CEDES – Centro de Estudos Direito e SOCIEDADE – boletim/março de 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/IXagXz>>. Acesso em 11 maio 2015.
- SESVESP. Primeiro Estudo sobre o segmento prestador de serviços de segurança privada. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/9DsxjX>>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- SILVA, L. A. M. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, v.19, n. 1, 2004.
- SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1999.

- SOUSA, D. T. A Comissão da Verdade e a Democracia no Brasil. *Revista Sociologia*, n. 40, 2012.
- SOUZA, H. R. C. et al. Todo crime é político (entrevista com Nilo Batista). *Caros Amigos*, ano 7, n. 77, 2003.
- TAVARES, V. “Cada país tem o número de presos que decide politicamente ter” (entrevista com Raúl Eugenio Zaffaroni). *Brasil de Fato*, São Paulo, 29 de julho de 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/Iy9GMA>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- WACQUANT, L. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WACQUANT, L. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Revista Novos Estudos*, n. 80, 2008.
- WACQUANT, L. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WERMUTH, M. A. Direito Penal versus Sociedade de consumo: como eliminar o “perigo” representado pelos “consumidores falhos”. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, v. 2, n. 13, 2010.
- ZAFFARONI, E. R. *Em busca das penas perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

DA “CULTURA” DO MARXISMO A UM MARXISMO DA CULTURA: ALGUMAS NOTAS SOBRE PÓS-MODERNISMO E UTOPIA EM FREDRIC JAMESON

*Hyury Pinheiro**

Resumo: Apresentam-se aspectos críticos da análise de Jameson sobre o pós-modernismo, a fim de apontá-la como resultante da tentativa teórica de considerar a cultura a partir de uma matriz marxista. Discute-se ainda o viés emancipatório dessa análise, que traz novidades teórico-práticas ao marxismo. Para isso, apresenta-se breve panorama do movimento teórico realizado dentro do marxismo que busca apreender a cultura como objeto. Na sequência, expõe-se em linhas gerais a noção crítica de Jameson sobre o pós-modernismo e o lugar da utopia, identificando sua originalidade e a proficuidade da teoria marxista em analisar a cultura.

Palavras-chave: Marxismo; Cultura; Pós-modernismo; Utopia.

From the “culture” of marxism to a marxism of the culture: some notes about postmodernism and utopia in Fredric Jameson

Abstract: It intends to present critical aspects of Jameson’s analysis of postmodernism in order to link this analysis as a result of the attempt to consider the culture from a Marxist matrix. It discusses the emancipatory bias in this analysis, which provides theoretical and practical innovations to Marxism. For this it puts up brief overview of moments from the theoretical movement performed within Marxism, which seeks to grasp the culture as object. After that, it is exposed the Jameson’s critical notion on postmodernism and the place of utopia, thus identifying its originality and usefulness of Marxist theory to analyze the culture.

Keywords: Marxism; Culture; Postmodernism; Utopia.

* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (hyure.pnh@gmail.com).

Recebido em: 30/11/2014 – Aceito em: 11/08/2015.

De la “cultura” del marxismo a un marxismo de la cultura: algunas notas sobre posmodernismo y utopía en Fredric Jameson

Resumen: El objetivo es presentar aspectos críticos del análisis de Jameson del posmodernismo con el fin de vincularlo al intento teórico de considerar la cultura desde una matriz marxista. Se discute la connotación emancipadora de este análisis, que trae innovaciones teórico-prácticas al marxismo. Presentase así breve panorama de los momentos del movimiento teórico realizado en el marxismo que busca aprender la cultura como un objeto. Después se expone de forma general la noción crítica de Jameson sobre el posmodernismo y el lugar de la utopía. Identificase así su originalidad y la utilidad de la teoría marxista en el análisis de la cultura.

Palabras clave: Marxismo. Cultura. Posmodernismo. Utopía.

Introdução

No século XX, a questão da cultura se constituiu como uma controvérsia teórica dentro do pensamento marxista. Essa controvérsia construiu um rico painel de possibilidades analíticas, a partir das quais se vislumbraram novidades teóricas e práticas. Essas novidades consolidaram, entre outras coisas, aquilo que Anderson (1976) chamou de “marxismo ocidental”¹. Os novos diagnósticos de época que daí surgiram mobilizavam elementos teóricos que se colocavam além das considerações econômicas e político-partidárias, sem, contudo, as negar. A análise que Fredric Jameson (1934-) nos proporciona é um exemplo disso, na medida

¹ Esse termo designa uma nova configuração de temas e problemas de um conjunto de intelectuais marxistas causada, em grande medida, pelas transformações políticas e econômicas que tomaram a Europa na primeira metade do século XX. Há em comum entre esses intelectuais o ponto de partida, i.e., o marxismo, e a transformação de suas preocupações político-teóricas nesse período. Mas isso não significa que o conteúdo dessa nova configuração seja uno para esses intelectuais: apesar de se colocarem, em geral, problemas referentes ao papel da consciência na práxis, apresentam especificidades em função de sua geração e localização geográfica. Dentre os intelectuais situados no “marxismo ocidental” estão Lukács, Gramsci, Horkheimer e Adorno (ANDERSON, 1976: 37-38).

em que aparece como um resultado dessas controvérsias teóricas que se deram ao longo do tempo.

O objetivo desse artigo é apresentar, de modo geral, a análise de Jameson enquanto novo momento de um movimento teórico realizado dentro do “marxismo ocidental”, cujo motor é a controversa consideração da cultura enquanto elemento significativo para a análise social. Essa análise será exposta a partir de algumas de suas considerações acerca da questão do pós-modernismo, de modo que não se pretende apresentar exaustivamente seu juízo sobre esse fenômeno, mas apenas utilizá-las como meio para expor alguns elementos teóricos inovadores resultantes dessa controvérsia.

Primeiro será apresentado um pequeno panorama que pretende apresentar alguns elementos constitutivos dessa controvérsia, para depois entrar nas questões propostas por Jameson, apontando a conexão dessa proposta analítica a um movimento teórico mais geral, o “marxismo ocidental”. Espera-se com isso demonstrar tanto a originalidade de sua análise quanto as possibilidades teóricas do “marxismo ocidental” com relação à cultura, que extrapolam os limites da “cultura” marxista, ou seja, vão além de certa visão economicista e/ou estrutural-partidária de análise social.

Considerações gerais sobre a controvérsia da cultura no “marxismo ocidental”

Marx e Engels não se detiveram sistematicamente em problemas que envolvessem a cultura como um objeto analítico primário. Isso somado à célebre assertiva que estabelece que a superestrutura seja determinada, em última instância, pela infraestrutura², causou, nas formulações teóricas da maioria dos

² “O conjunto [dessas] relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade (‘ökonomische Struktur der Gesellschaft’), a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura (‘Überbau’) jurídica e política e à qual

chamados marxistas³, uma rejeição da cultura ao segundo plano em suas reflexões. Ao se apegar a essa relação de determinação unilateral, tende-se a dar razão a essa postura na medida em que a cultura, alocada na superestrutura, seria determinada pela dinâmica da infraestrutura econômica, sendo bastante para o tratamento da cultura a investigação da lógica do funcionamento econômico.

Contudo, alguns intelectuais marxistas, em especial os "ocidentais", demonstraram com suas pesquisas que tal leitura da obra de Marx é restrita e reducionista, uma vez que a relação dialética entre infraestrutura e superestrutura não é tomada no seu rigor, como uma relação total que encerra na unidade a contradição, de modo que ambos os momentos se determinam mutuamente. A partir disso, o estudo da cultura no meio marxista não só foi possível como se revelou necessário, já que analiticamente a cultura deixara de ser mero produto das relações sociais de produção e passou a ser, também, produtora dessas relações. Vislumbrou-se assim uma possibilidade real de apreensão crítica das relações sociais, apontando a impossibilidade de uma análise social totalizante que

correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade ('ihr Sein'); ao contrário, é a realidade social ('ihr gesellschaftliches Sein') que determina sua consciência." (MARX, 1988: 82-83). No original (MARX, 1971:8-9), podemos perceber que as categorias "Sein" (ser) e "gesellschaftliches Sein" (ser social) são traduzidas, respectivamente, por "realidade" e "realidade social". A frase "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" tem um sentido bem diferente que o apresentado na citação, já que o ser social carrega toda uma problemática que transcende a noção de realidade enquanto algo apartado e oposto à consciência. Para maiores desenvolvimentos sobre essa questão, ver Lukács (2012).

³ Como Engels, Kautsky e Plekhanov, entre outros (ANDERSON, 1976: 16). Ao citar esses três autores pretende-se apenas apontar um círculo intelectual a partir do qual se pode observar essa interpretação.

negue o imbricamento e a multi-determinação entre infraestrutura e superestrutura.

Para que essa concepção pudesse ser desenvolvida, a ideia de determinação teria de ser trabalhada a fim de que se refutasse um entendimento teórico hostil à abordagem da cultura. Williams (1979: 87-92), a partir de uma análise etimológica e conceitual da ideia de “determinação” em Marx e Engels, pôde desenvolver um sentido diverso desse conceito que se apresentava como unilinear, sendo assim um produto de uma concepção reducionista da dialética marxista. Para ele, “determinação” não implica em relação de causalidade direta entre uma esfera e outra da sociedade, mas em “estabelecer limites” (determinações negativas) e pressões (determinações positivas)⁴. Disso entende-se que a sociedade, para além de ser um invólucro limitador de uma consciência maleável, é um processo constitutivo no qual coagem pressões derivadas de formas políticas, culturais e econômicas, as quais se internalizam na consciência dos sujeitos e constituem a “vontade individual” (WILLIAMS, 1979: 91). Ou seja, a sociedade – enquanto processo – constitui o indivíduo e é constituída por seus atos sociais. Desse modo, é possível pensar que as ações “superestruturais” individuais ou coletivas, têm o poder de influir sobre os limites estabelecidos pelas relações sociais de produção, sem perder de vista que tais ações se dão nos termos da vida material. É como escreveu Engels a Bloch: “Nós mesmos fazemos a história, mas, em primeiro lugar, sob pressupostos e condições muito definidas” (WILLIAMS, 1979: 89).

⁴ “Em todo um processo social, essas determinações positivas, que podem ser experimentadas individualmente, mas que são sempre atos sociais, na verdade com frequência formações sociais específicas, têm relações muito complexas com as determinações negativas que são experimentadas como limites. Pois elas não são apenas pressões contra os limites [...]. São no mínimo também pressões derivadas da formação e do impulso de um determinado modo social [...]. São também, e vitalmente, pressões exercidas por formações novas, com suas intenções e exigências ainda não percebidas.” (WILLIAMS, 1979: 91)

Essa possibilidade de ação efetiva de indivíduos ou coletivos no plano da cultura, do ponto de vista do seu impacto sobre a ordem capitalista, pode contribuir também para o seu intensivo aprofundamento, de modo a engendrar formas de dominação cada vez mais rígidas. Isso porque a sociedade capitalista é uma forma de sociedade baseada na lógica do fetichismo da mercadoria (MARX, 1985: 70-78), que "distorce" a realidade apreendida pela consciência através de um processo de reificação das relações humanas. Ou seja, a realidade social aparente resultante da mercadorização dessas relações dificulta a assimilação de uma realidade essencial⁵. Assim, as ações que se dão no plano da cultura podem refletir também a reificação da consciência, reproduzindo e intensificando aquelas formas de dominação.

Nesse sentido, Adorno e Horkheimer (2006) demonstraram em "A indústria cultural" que os elementos culturais identificados como capazes de causar distorções nos limites fixados pela vida material, tornaram-se mercadorias em função da capacidade da sociedade capitalista de incorporar, em seu favor, a sua própria negação. Assim, na cultura contemporânea (o texto é originalmente escrito em 1944), submetida ao sistema do capital e caracterizada pelo processo de mercadorização dos seus produtos, a obra de arte (seja musical, plástica, audiovisual, etc.) tomaria a forma de mercadorias culturais padronizadas, adquirindo assim a possibilidade de ser reproduzida. Esse tipo de cultura produzida em série é o que ficou conhecida como "cultura de massas" e pode ser enxergada como um mercado consumidor racionalmente estratificado em função dos nichos de demanda,

⁵ "Na consciência humana o mundo aparece completamente diverso daquilo que na realidade é: aparece alterado na sua própria estrutura, deformado nas suas efetivas conexões. Torna-se necessário um trabalho mental de tipo completamente particular para que o homem do capitalismo penetre nesta fetichização e descubra no interior das categorias reificadas (mercadoria, dinheiro, preço, etc.) que determinam a vida cotidiana dos homens, a verdadeira essência delas, de relações sociais, relação entre homens" (LUKÁCS, 1968: 23).

abastecido por uma produção racionalizada de acordo com pesquisas de mercado, submetendo a produção cultural à lógica da concorrência. Toda essa padronização cultural remete à atrofia da imaginação e da espontaneidade⁶ das pessoas, à naturalização da rotina, à resignação. Além disso, a indústria cultural preenche o tempo e os sentidos dos consumidores de modo útil à ordem estabelecida, de modo a esterilizar, o quanto mais possível, as influências emancipatórias da cultura sobre as determinações materiais. Nesse sentido, Adorno e Horkheimer fazem uma distinção entre cultura como “arte” (aquela que provoca uma diferenciação das consciências; que gera uma tensão entre obra e cotidiano; que questiona a sociedade reificada) e como “negócio” (produção cultural padronizada e em série; racionalizada de modo a atingir o grande público; uniformizadora das consciências), de modo que o que é produzido dentro dessa lógica capitalista contemporânea (cultura de massas) torna-se negativo, e o que é produzido sem responder a ela (“alta” cultura), positivo. Decorre disso a compreensão de que a crítica seria produzida entre os membros da classe dominante, onde a “alta” cultura encontraria seu “habitat”.

Jameson (1995: 14) se contrapõe a essa ideia valorativa binária entre cultura de massa/alta cultura, estabelecendo, entre os termos, uma relação objetiva e dialeticamente interdependente: uma relação pautada em “uma contradição objetiva, com o seu próprio fundamento social”. Para isso ele considera a ideia de que a cultura de massa, ou melhor, popular do passado seria a alta cultura no presente e, por conseguinte, a cultura de massa contemporânea poderia se tornar a alta cultura futura; em outras palavras, não há como imputar uma classificação à cultura passada em função de uma distinção realizada no presente. Assim, “[...] a única forma

⁶ Vale aqui um parêntese: a espontaneidade foi uma das vias emancipatórias propostas pelos situacionistas da década de 1960, através das quais seria possível se libertar das amarras de um cotidiano reificado. Para entender essa proposta, é interessante o “Manifesto Internacional Situacionista” de Debord (disponível em: <<http://goo.gl/WnsKuJ>> Acesso em jul. 2015).

de 'alta cultura' que pode ser vista como oposto dialético da cultura de massa é a alta produção cultural contemporânea, vale dizer, a produção artística geralmente designada modernismo" (JAMESON, 1995: 15).

Sendo dialética essa oposição, cultura de massas e modernismo formam uma unidade contraditória, na medida em que a primeira está ligada à repetição e padronização ("função ideológica"), enquanto a segunda está ligada à inovação ("função utópica"). A repetição não sobrevive sem a inovação, e vice-versa, posto que é a partir da repetição que se tem a inovação (método de tentativa e erro, por exemplo) e é a partir da inovação que se tem repetição (já que uma vez que a inovação se estabelece, ela é reproduzida). Dada essa unidade contraditória, a cultura teria um duplo aspecto: 1 - ela administra e recalca os sentimentos através da sua padronização e constância, bem como mistifica a realidade, tendo caráter ideológico; e 2 - ela exprime a angústia e imaginação social de uma sociedade de modo a possibilitar a desmistificação da realidade, quebrando o padrão rotineiro e resignado do cotidiano reificado, apresentando, assim, um caráter utópico.

Percebe-se que esse modo de compreender a relação entre alta cultura e cultura de massas apresenta condições de admitir a reflexão de Williams (1979) sobre a ideia de "determinação", possibilitando uma teorização marxista em que o indivíduo ou o coletivo produtor de cultura seja investido de agência, para além de ser um mero produto das estruturas postas. Essa percepção de cultura ganha novas possibilidades políticas, e se afasta daquela percepção de Adorno e Horkheimer (2006) que postularia, justamente, o estrangulamento dessas possibilidades. Portanto, seria possível vislumbrar uma utopia revolucionária mesmo de dentro de um sistema social que se mostra cada vez mais sedimentado, rígido e hostil a mudanças. Tal posicionamento concretiza-se a partir de uma teoria marxista da cultura que vem se desenvolvendo a partir da crítica teórica do próprio marxismo – da qual o "marxismo ocidental" é momento crucial – e, mais importante, a partir da crítica da realidade social capitalista. Com isso, passamos às considerações de Jameson acerca do

pós-modernismo, às quais esse primeiro momento do texto serviu de introdução.

Possibilidades críticas em Jameson: algumas considerações sobre pós-modernismo e utopia

Nesta seção serão expostas algumas considerações críticas de Fredric Jameson sobre o assim chamado pós-modernismo e o lugar da utopia nessa reflexão. Pretende-se com isso apontar uma abordagem teórica interessante do ponto de vista de sua riqueza para o tratamento dos fenômenos culturais – bem como do ponto de vista de uma crítica social construída a partir desse tratamento –, que se apresenta como uma resultante daqueles movimentos teóricos a que fizemos referência. Não se busca, contudo, demonstrar essa riqueza a partir do mapeamento da produção teórica influenciada pela abordagem jamesoniana, mas sugerir, a partir da incursão do autor no problema da pós-modernidade, as possibilidades críticas que surgem desta perspectiva.

No capitalismo tardio, fase do capital que representa uma ruptura com o imperialismo ou estágio do monopólio, segundo colocação de Ernest Mandel em “O capitalismo tardio”⁷, assiste-se

⁷ Mandel (1982: 83) trabalha com a ideia de que o capitalismo aparece como uma “sucessão de movimentos cíclicos a cada 7 ou 10 anos” – cuja ascendência e descendência se dão em função do aumento ou diminuição do ritmo da acumulação de capital, sendo que esse ritmo é explicado tanto pela produtividade do trabalho quanto pela expansão do comércio mundial – e como “uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos”, marcados pelas transformações materiais qualitativas na forma de produzir, que, por alterarem a produtividade do trabalho, têm relação com aqueles movimentos cíclicos econômicos. Ele cita 4 longos períodos que abrangem a aplicação generalizada na produção industrial dos avanços proporcionados pelas 3 grandes revoluções tecnológicas: a máquina a vapor, os motores elétricos e a combustão e o controle de máquinas através da eletrônica. O mais importante aqui é notar que, como aponta Singer (1982: xx), “Mandel deduz as características do capitalismo tardio em grande parte do que chama

ao predomínio daquilo que Jameson chama de “pós-modernismo”, entendido não como estilo, mas como “um período histórico que decorre de um momento de ruptura na própria estrutura do capitalismo mundial” (CAMARGO, 2006: 129), como uma “dominante cultural” (JAMESON, 1997: 29). Entende-se assim que o capitalismo, enquanto modo de produção cuja centralidade esteja na categoria mercadoria, ainda não foi superado, mas sofreu mutações (CAMARGO, 2006: 132). Isso significa que, para Jameson, o pós-modernismo não existe em um mundo onde o modo de produção capitalista e as categorias que o expressam teoricamente, como mercadoria e luta de classes, foram superados. Com efeito, as teorias do pós-moderno propugnam – enquanto “missão ideológica” – o início de uma nova sociedade, de tipo “pós-industrial”, como exposto por Daniel Bell, cuja formação não mais responde ao paradigma da produção industrial (JAMESON, 1997: 29). Jameson entende, pelo contrário, que a dialética utilizada por Marx para desvelar a lógica do sistema social que se desenvolvia em meados do século XIX continua útil para compreendermos a lógica do capitalismo atual que, embora tenha sofrido transformações formais, permanece em sua essência (JAMESON, 2001: 95).

Tais transformações dizem respeito a um novo estágio em que

[...] a própria esfera da cultura se expandiu, coincidindo com a sociedade de consumo de tal modo que o cultural já não se limita às suas formas anteriores, tradicionais ou experimentais, mas é consumido a cada momento

de terceira revolução tecnológica [...]”, como por exemplo a redução da vida útil do capital fixo, aceleração do ritmo das inovações tecnológicas e a orientação do capital excedente para a indústria bélica. Caracteriza-o ainda “a concentração e centralização internacionais do capital que dá origem à empresa multinacional como a mais importante forma fenomênica do capital” (MANDEL, 1982: 4). Tais características demonstram a tendência do capital a manter sua existência – a despeito das constantes e crescentes crises do sistema econômico capitalista – através de pequenas “reinvenções” do seu *modus operandi*, que de modo algum alteram sua essência.

da vida cotidiana, [...] em todos os pormenores do cotidiano. (JAMESON, 2001: 115, grifo nosso).

Aqui aquela distinção entre alta cultura (obra de arte autônoma) e cultura de massas (subordinada à indústria cultural) proposta por Adorno e Horkheimer em “Dialética do Esclarecimento” se dilui nesse novo momento do capitalismo. A lógica da produção cultural coincide, agora, com a lógica da produção de mercadorias, sendo que ambas se imbricam e se confundem (JAMESON, 1997: 30). O fundamento da não vigência daquela distinção é a concepção de capitalismo tardio utilizada e o paradigma histórico apreendido: Adorno e Horkheimer, olhando para o capitalismo dos anos 1940, pensam na cultura enquanto dominação a partir do desdobramento de uma crítica da razão instrumental e da noção pollockiana de capitalismo de estado⁸ ou monopolista (CAMARGO, 2006: 129); já Jameson, analisando a dinâmica que o capital assume a partir dos anos 1960, e entendendo que se trata de um capitalismo tardio mandeliano⁹, ou seja, uma terceira fase da história do capitalismo onde o capital adquire formatação multinacional, pensa nessa dominação a partir de outro paradigma histórico. Esse novo paradigma exprime um capitalismo que “elimina os enclaves da organização pré-capitalista que ele até agora tinha tolerado e explorado de modo tributário” e realiza um novo movimento, qual seja “a penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza” (JAMESON, 1997: 61). Assim, observa-se a tecnologia intervindo tanto nas questões ambientais,

Diante do diagnóstico do declínio da economia de mercado, Friedrich Pollock sugere uma economia capitalista planejada e administrada pelo Estado, a qual poderia assumir uma forma democrática ou totalitária. Para maiores detalhes ver Pollock (1990).

⁸Diante do diagnóstico do declínio da economia de mercado, Friedrich Pollock sugere uma economia capitalista planejada e administrada pelo Estado, a qual poderia assumir uma forma democrática ou totalitária. Para maiores detalhes ver Pollock (1990).

⁹ Ver nota 7.

através da Revolução Verde, quanto na cultura, através da mídia e da indústria de propaganda (JAMESON, 1997: 60).

Se for certo que, a partir do momento em que não se consegue distinguir a esfera da cultura da do consumo, torna-se possível pensar em um processo de extinção da cultura, então não faria mais sentido tratar as produções culturais como mercadorias, em todo seu rigor conceitual, ao invés de teorizar a cultura? Para Jameson, essa questão se resolve no caminho inverso da extinção, ou seja, no caminho da afirmação da cultura enquanto objeto necessário e enriquecedor da análise teórica social. Há uma “dissolução da esfera autônoma da cultura” que

deve ser antes pensada em termos de uma explosão: uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural, em um sentido original que não foi até agora teorizado. (JAMESON, 1997: 74)

Ou seja, a esfera cultural perde sua autonomia e sofre uma hipertrofia a ponto de penetrar todo o social. O exercício cotidiano de autorreflexão do sujeito através da cultura acontece de fato, embora submetido ao exercício de uma racionalidade instrumental orientada a partir das determinações do mercado (enquanto limites, ou determinações negativas) e dos seus agentes (enquanto atos e pressões sociais, ou determinações positivas). Essa perda de autonomia guarda relação com a “morte”, ou descentramento, do sujeito, em que “o sujeito centrado que existia na época do capitalismo clássico e da família nuclear foi dissolvido no mundo da burocracia organizacional” (JAMESON, 1997: 42). Ele sofria as agonias do novo mundo moderno e era subordinado a todo tipo de sentimento daí derivado. O pós-modernismo, contudo, ao descentralizá-lo, poupa-o desses sentimentos, provocando o que Jameson (1997: 43) chama de esmaecimento dos afetos. Assim, os produtos culturais pós-modernos estão imbuídos de sentimentos

“autossustentados e impessoais”. Disso decorre “a crescente inviabilidade de um estilo pessoal” e “a prática quase universal em nossos dias do que pode ser chamado de pastiche” (JAMESON, 1997: 43, grifo nosso).

Pastiche é um conceito que, em um contexto permeado pela impessoalidade ao qual o pós-modernismo nos atira, pode ser entendido como um recurso através do qual o sujeito tenta lidar com os dilemas do contemporâneo. Segundo Jameson (2001: 101), ele pode ser sintetizado como

[...] uma repetição vazia e não paródica do discurso e conceitualização antigos, a realização das antigas estratégias filosóficas como se elas ainda tivessem um conteúdo, a resolução ritual de “problemas” que há muito tempo se tornaram simulacros, a fala sonâmbula de um sujeito historicamente já extinto.

O pós-modernismo, portanto, não ofereceria condições para o surgimento de novas formas para pensar os problemas contemporâneos, dado o processo de fragmentação que sofre o sujeito¹⁰, de modo que o mesmo se vê obrigado a buscar essas formas no passado. Isso quer dizer que o “novo” que reveste o pós-modernismo não passaria de pastiches de ideias cujas raízes materiais se acham arraigadas em outro momento histórico:

¹⁰ Jameson (1997: 40) afirma que na cultura pós-moderna, com a crítica pós-estruturalista da hermenêutica, o chamado “modelo de profundidade” é atacado. A teoria contemporânea teria repudiado, além do modelo hermenêutico do fora e do dentro deduzido de “O grito” de Edvard Munch, o 1 – modelo dialético da essência e da aparência; o 2 – modelo freudiano do latente e do manifesto; o 3 – modelo existencialista, da autenticidade e inautenticidade; e, por fim, o 4 – da semiótica, que guarda a oposição entre significante e significado. Com esse repúdio, a teoria contemporânea colocara em voga “uma concepção de práticas, discursos e jogos textuais”, na qual “a profundidade é substituída pela superfície, ou por superfícies múltiplas” (JAMESON, 1997: 40); daí a fragmentação da percepção do sujeito e a complexificação do exercício de uma reflexão diagnóstica do seu meio.

é assim que os pós-modernos teriam inventado o contemporâneo a partir das percepções passadas. As formas passadas se mantêm à revelia da essencialidade presente, de modo que as coisas atuais se tornem cópias de algo que, de fato, não existiu – posto que se uma forma passada, expressiva de conteúdos históricos específicos, apresenta uma relação forma/conteúdo x , ao ser tomada como algo independente e aplicada a novos conteúdos, apresenta, então, uma nova relação forma/conteúdo y ; essa nova relação forma/conteúdo é uma cópia aparente na medida em que a persistência da forma simula uma falsa repetição e a percepção dessa repetição leva à crença de que a relação x é igual à y , quando de fato são relações diferentes e y não tenha acontecido no passado, apesar da identidade formal – e que a rigor, não existem enquanto atuais – já que a relação forma/conteúdo se torna falsa tão logo se torne assíncrona¹¹.

Conforme Jameson (1997: 45):

essa onipresença do pastiche (...) é, ao menos, compatível com a dependência e com o vício – com esse apetite, historicamente original, dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por *espetáculos* (o termo utilizado pelos situacionistas). É para esses objetos que devemos reservar a concepção de Platão do *simulacro*, a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu (grifos nossos).

A espacialidade na sociedade pós-moderna seria, dessa forma, composta pela imagem, e Jameson (1997: 45), ao evocar Debord em “A sociedade do espetáculo”, bem lembra que “a imagem

¹¹ Estamos pensando aqui que a “coisa” existe enquanto forma, ou aparência, que se ancora em uma essência. Se a interpretação da “coisa” atual é mediada por uma forma cuja essência é anacrônica, a verdade essencial da “coisa” atual se perde, de modo que, sendo a interpretação reificada, a “coisa” mesma se perde, tornando-se inacessível ao conhecimento e tendo sua própria existência relativizada.

se tornou a forma final da reificação”: as imagens se coisificam, constituindo verdades em si e abolindo a noção de que elas são constituídas de reflexos unilaterais e não esgotados da realidade. Através desse processo a imagem relativiza a realidade, a qual se torna superficial e múltipla. Essa “lógica espacial do simulacro” atinge o tempo histórico, fazendo com que o passado, que do ponto de vista de Lukács apresentava-se como “uma genealogia orgânica de um projeto burguês coletivo”, se transforme “em uma vasta coleção de imagens, um enorme simulacro fotográfico” (JAMESON, 1997: 45). Nesse sentido podem ser pensados os chamados “filmes de nostalgia” que, através de um processo de colonização estética de épocas passadas, recriam o passado de modo “intertextual” segundo as diversas apropriações estéticas possíveis, e trazem à tona o problema da incompatibilidade dessa linguagem – cinematográfica, ou de modo mais geral, artística – com a “historicidade genuína”.

Assim, “a história dos estilos estéticos desloca a história real” (JAMESON, 1997: 47), ou seja, ressignifica as formas passadas ao acessá-las por meio de códigos estéticos colonizados pelo pensamento contemporâneo, os quais, por não serem problematizados do ponto de vista de uma relação forma/conteúdo em perspectiva histórica, oferece um acesso carente de mediações que conectem as formas aos conteúdos que a geraram. A partir disso podemos pensar que, sem essas mediações necessárias à concatenação das formas aos seus conteúdos, o passado – ou o conjunto de formas sociais, políticas, estéticas, etc. que tornam os acontecimentos passados acessíveis e apreensíveis pelo intelecto – enquanto elemento “referente” para a compreensão do presente e proposição para o futuro se torna “inválido”. Ou seja, na realidade e por mais que sua aparência sugira o contrário, são formas passadas ressignificadas no presente, ideológicas e reificadas que se constituem em referente quando se olha para o passado ou quando se imagina o futuro. Nesse sentido, a capacidade de gerar utopias fica comprometida pelo fetichismo presente na mercadoria e por sua lógica auto reprodutiva.

Esse problema da temporalidade fica mais claro a partir da noção lacaniana de esquizofrenia, que, no plano linguístico, aponta para uma “ruptura na cadeia dos significantes, isto é, as séries sintagmáticas encadeadas de significantes que constituem um enunciado ou um significado” (JAMESON, 1997: 53). O significado – “o sentido ou o conteúdo conceitual de uma enunciação” – é entendido como o resultado do movimento do significante ao significado, ou seja, resulta de uma relação ordenada entre os significantes. Dessa forma, o significado é entendido, objetivamente, não em si, mas

[...] como um efeito-de-significado, como a miragem objetiva da significação gerada e projetada pela relação interna dos significantes. Quando essa relação se rompe, quando se quebram as cadeias da significação, então temos a esquizofrenia sob a forma de um amontoado de significantes distintos e não relacionados. (JAMESON, 1997: 53)

No estado esquizofrênico – do ponto de vista linguístico – perde-se o sentido que relaciona as coisas, de modo que elas se apresentem esparsas, fragmentadas e sem unidade, qual um vaso quebrado, cuja forma é dada por estilhaços de cerâmica espalhados desordenadamente sobre uma superfície. Para entender de que modo se dá a conexão entre essa “disfunção linguística e a psique do esquizofrênico”, Jameson (1997: 53) faz uma proposição de dois níveis:

[...] primeiro, a identidade pessoal é, em si mesma, efeito de uma certa unificação temporal entre o presente, o passado e o futuro da pessoa; em segundo lugar, essa própria unificação temporal ativa é uma função da linguagem, ou melhor, da sentença, na medida em que esta se move no tempo, ao redor do seu círculo hermenêutico.

Portanto, a incapacidade de dar unidade à temporalidade da sentença – passado, presente, futuro – no plano linguístico, significa a incapacidade de realizar essa mesma unidade no plano da experiência biográfica. Assim, Jameson (1997: 54) utiliza essa discussão sobre esquizofrenia para compreender a sociedade pós-moderna, na qual “a ruptura da temporalidade libera, repentinamente, esse presente do tempo de todas as atividades e intencionalidades que possam focalizá-lo e torná-lo um espaço de práxis [...]”. O sujeito é invadido violentamente pelo presente, apreendendo isolada e imediatamente o significante, o que tolhe sua percepção do passado, bem como sua capacidade em pensar o futuro. Nesse processo, o sujeito perde a capacidade de pensar a utopia, uma vez que ela exige uma percepção que capte não só as propriedades da coisa, mas o sentido dessas propriedades e as suas tendências futuras.

Daí se observar um “engessamento” da crítica em propor mudanças de sentido emancipatório. Jameson (2005: xii) aponta na introdução de “*Archaeologies of the future*” que, para além de haver inimigos ou obstáculos que impedem uma transformação social radical, há uma “crença universal” de que, não só a tendência que vivemos atualmente de aprofundamento da dominação é “irreversível”, como as alternativas históricas ao capitalismo se mostraram inviáveis e impossíveis. Ou seja, haveria um sentimento geral de que o cotidiano, entendendo o presente por seu fundamento, seria a categoria na qual se esgotam as possibilidades de transformação. As pequenas e constantes inovações estéticas do dia-a-dia se apresentam, assim, como pequenas “revoluções” ou rupturas significativas com o velho e alianças emancipatórias com o novo. Elas nos dão a impressão de que o cotidiano “caminha”, se move em direção ao novo. Mas se a impressão do movimento é real, é possível que seu deslocamento não seja, de modo que esse movimento possa ser comparado a uma roda que gira em falso em torno do próprio eixo. Isso porque aqueles elementos que são objetos de inovação e experimentação são também elementos de

dinamização do ciclo de realização das mercadorias – compra e venda –, cujo resultado é a conservação do modelo vigente.

Diante de um sistema social que, embora apresente possibilidades de transformação, esteriliza de modo sutil a agência revolucionária dos sujeitos a partir dos elementos que foram discutidos acima, libertar o pensamento do presente superficial se apresenta como uma alternativa emancipatória. Daí a importância da utopia para Jameson, cujo sentido é sintetizado por Cevasco (2007: 123) em resenha sobre o “*Archaeologies of the future*”:

[...]utopias são definidas no livro como um experimento de pensamento que tenta resolver um problema através do poder da imaginação. Esses experimentos são usados para tentar entender algo prático através de uma analogia. É claro que as utopias constituem exatamente um experimento de pensamento, no qual elas fornecem uma variação experimental sobre o nosso universo empírico (tradução nossa).

Cevasco (2007: 126) aponta, ainda, que a utopia, na leitura de Jameson, não sucumbe à tentação de dar soluções, que historicamente não existem posto a atualidade dos problemas, mas aponta que a contradição é sua estrutura central. Ou seja, o próprio fato de Jameson declarar, com seu trabalho, a dialética como forma e método vigente de funcionamento e apreensão da sociedade é algo que em si mesmo procede do utópico, posto que entende a dialética como a unidade do contraditório e, como tal, carrega em si um processo de mudança necessário e inédito. Se quando se pensam alternativas emancipatórias todas as possibilidades parecem estar estagnadas, aparência essa cujo mérito pertence à ideologia, então o exercício de imaginar o novo é fundamental. Evidentemente, esse exercício deve ser algo crítico na medida em que não toma pra si os simulacros cedidos pelo pós-modernismo para compreender o real. Apesar de não serem normativos, os escritos de Jameson sugerem que se pensem as utopias a fim de que a dominação seja superada: uma crítica negativa do pós-

modernismo, como faz Jameson nos textos aqui abordados, é um trecho necessário para se alcançar esse caminho emancipatório.

Conclusão

Através dessa rápida e não exaustiva incursão na crítica de Jameson ao assim chamado pós-modernismo é possível notar a fertilidade da matriz teórica marxista (notadamente pelo seu trato específico com a dialética), inclusive para temas que não aparecem de forma marcante nas elaborações teóricas constitutivas dessa matriz. Destaca-se o fato da crítica jamesoniana ter conseguido integrar outros elementos teóricos à tradição marxista em geral e à do “marxismo ocidental” em particular, o que demonstra, além da originalidade do autor em questão, a capacidade e possibilidade dessa matriz teórica ser sempre repensada em função do objeto de análise, já que nessa tradição se propugna que o método seja imanente ao objeto e, portanto, dele dependente. Disso decorreu, por exemplo, a necessidade de se rever a ideia de determinação, como realizou Williams (1979), bem como de se por em dúvida alguns posicionamentos já naturalizados dentro do marxismo, como a concepção da economia enquanto esfera que esgotaria, por si, a análise social.

A partir das tentativas de submeter a cultura à análise marxista, fica claro também, para essa perspectiva, o ganho analítico, do ponto de vista da sua capacidade inventiva, proporcionado pela busca de uma visão total da sociedade. Dessa maneira, Jameson consegue colocar o pós-modernismo sob uma análise totalizante, de modo a situá-lo como resultado de uma expansão da esfera cultural para todos os domínios da vida social, a qual levou consigo a lógica da mercadoria. Nesse sentido, as chamadas “cultura de massa” e “alta cultura” aparecem como momentos constitutivos de uma unidade contraditória, na qual a emancipação está inscrita. Para acessá-la, o autor sugere a via da utopia, um pensar para além do sensível e a partir dele. As possibilidades emancipatórias se diluem pela sociedade na mesma medida da expansão da cultura.

Isso põe em questão tanto as ideias de revolução/emancipação e de sujeito revolucionário quanto abre novas perspectivas em relação à forma da práxis revolucionária. Apesar de faltar vários elementos e discussões teóricas para construir um caminho mais concreto até o pensamento de Jameson – o que demandaria um trabalho de maior fôlego cuja finalidade principal fosse essa construção – é possível vislumbrar, ainda que em esboço, a análise jamesoniana enquanto um resultado do desdobramento dos momentos de um movimento teórico realizado dentro de um marxismo preocupado com a questão da cultura. Nesse sentido, a “cultura” do marxismo – ou seja, o seu “mainstream” economicista ou politicista – cede espaço a um marxismo da cultura. Jameson encarna, dessa forma, uma possibilidade – dentre outras – de uma crítica social da cultura contemporânea e de uma crítica cultural da sociedade contemporânea a partir dos marcos teóricos estabelecidos por Marx e Engels.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. [1944] *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.
- CAMARGO, S. C. *Modernidade e dominação: Theodor Adorno e a teoria social contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2006.
- CEVASCO, M. E. Archaeologies of the future: western Marxism revisits Utopia, Situations: Project of the radical imagination, v. 2, n. 1, ano 2007, pp. 121-126. Disponível em: <<http://goo.gl/gW8VoM>>. Acesso em nov. 2014.
- DEBORD, G. Manifesto internacional situacionista. Disponível em: <<http://goo.gl/WnsKuJ>>. Acesso em: 1 jul. 2015.

- JAMESON, F. [1979]. Reificação e utopia na cultura de massas. In: JAMESON, F. *As marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- JAMESON, F. [1991]. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- JAMESON, F. [1997]. Transformações da imagem na pós-modernidade. In: JAMESON, F. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- JAMESON, F. *Archaeologies of the future: the desire called Utopia and other science fictions*. New York: Verso, 2005.
- LUKÁCS, G. [1963]. *Introdução à estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, G. [1976]. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MANDEL, E. [1972]. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. [1859]. O “prefácio” da Contribuição à Crítica da Economia Política. In: Ianni, Octavio. *Marx: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MARX, K. [1859]. Zur Kritik der politischen Ökonomie. In: Marx, K.; ENGELS, F. *Werke*. 13. Bd. 7. Aufl. Berlin: Dietz Verlag, 1971.
- MARX, K. [1867]. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- POLLOCK, F. State capitalism: its possibilities and limitations. In: ARATO, A.; GEBHARDT, E. (org). *The essential Frankfurt School reader*. New York: Continuum, 1990.
- SINGER, Paul. Apresentação. In: MANDEL, E. [1972]. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- WILLIAMS, R. [1977]. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

O DEVER DE MEMÓRIA DO ESTADO NO PROCESSO DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL*

*Alessandra Lopes Camargo**

Resumo: Este artigo reflete sobre a relação do Estado brasileiro com seu dever de memória no processo de justiça de transição. Analisa-se a luta pela anistia, a lei decorrente desse processo e seus efeitos sobre as memórias políticas na transição e na consolidação da democracia. Discorre-se sobre como esta lei manteve as memórias privatizadas e o Estado omissivo de seu dever de memória. Reflete-se, também, sobre as recentes mudanças nas ações estatais que parecem recuperar o dever de memória do Estado no processo de justiça de transição no Brasil.

Palavras-chave: Memória política. Dever de memória. Justiça de transição. Direitos humanos. Anistia.

The Duty to State memory in the Transitional Justice process in Brazil

Abstract: This article reflects about the Brazilian government's relationship with its duty of memory in the transitional justice process. It analyzes the struggle for amnesty, the law resulting from this process and its effects on the political memoirs in the transition and consolidation of democracy. It discusses how this law remained privatized memories and the bankrupt state of its duty to remember. It is reflected also on the recent changes in state actions that appear to recover the state duty of memory in the transitional justice process in Brazil.

Keywords: Political memory; Memory duty; Transitional justice; Human rights; Amnesty.

* Agradeço pelas contribuições dos pareceristas anônimos que permitiram o aprofundamento e aperfeiçoamento da discussão apresentada no texto, bem como desse exercício árduo que é a escrita.

** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas-SP, Brasil (alefulana@gmail.com). Recebido em: 30/11/2014 – Aceito em: 03/09/2015.

El Deber de memoria de Estado en el proceso de Justicia Transicional en Brasil

Resumen: En este artículo reflexiona sobre la relación del gobierno brasileño con su deber de memoria en el proceso de justicia transicional. Analiza la lucha por la amnistía, la ley resultante de este proceso y sus efectos en las memorias políticas en la transición y la consolidación de la democracia. Se discute cómo esta ley mantuvo recuerdos privatizados y el estado en silencio de su deber de memoria. Esto se refleja también en los recientes cambios en las acciones estatales que parecen recuperar el deber del Estado de la memoria en el proceso de justicia transicional en Brasil.

Palabras clave: Memoria política; Deber de la memoria; Justicia de transición; Derechos humanos; Amnistía.

Introdução

Em 2014 completou-se meio centenário da data de 31 de Abril de 1964, o golpe civil-militar que marcou o início de um longo período de arbítrio e autoritarismo no Brasil. Desde o fim desse regime até hoje, vivemos uma experiência democrática marcada, entre outros elementos políticos, por um inconcluso processo de justiça de transição (ELSTER, 2006; MEZAROBBA, 2003) do Estado com a sociedade no que se refere ao regime ditatorial. Até o início dos anos 2000, esse processo, que inclui as leis 9.140/95 e 10.559/02, permaneceu nos marcos de uma reparação econômica e moral segundo Mezarobba (2003).

Contudo, percebe-se, nos últimos anos, uma mudança na ação do Estado, em especial na esfera do poder Executivo Federal, ao adotar uma perspectiva relacionada aos temas da justiça de transição no que se refere ao direito à memória e à verdade. Sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT) promulgou-se, ao final do ano de 2009, o III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no qual consta o Eixo Orientador VI – Direito à Memória e à Verdade –, observando a necessidade de uma Comissão da Verdade. Esta orientação do PNDH foi legalizada, posteriormente, através da lei 12.528/11, que se tornou um importante instrumento de justiça de transição. Em um sentido oposto àquela “cadeia de negações” (SELIGMANN-SILVA, 2009), na qual a Lei de Anistia de 1979 tem sido a peça fundamental a atuar, surgem estas recentes iniciativas

que, para Abrão e Torelly (2010) abre outro cenário frente às antigas reivindicações de memória, verdade e justiça (MEZAROBBA, 2007; 2010; BAUER, 2012; GRECO, 2009) encaminhadas ao Estado pelas vítimas da ditadura bem como seus familiares e grupos de direitos humanos.

Assim, tendo em conta que as políticas de memória são ações da justiça de transição (VASCONCELOS, 2009; BRITO; GONZÁLEZ; FERNANDEZ, 2004), interessa-nos, nesse artigo, levantar alguns elementos que nos ajudem a pensar como o Estado democrático brasileiro vem lidando com a questão do seu “dever de memória” em relação ao período da ditadura brasileira no processo de justiça de transição.

Dever de Memória, justiça de transição e memória política

Segundo Heymann (2007) a expressão “dever de memória” aparece no contexto específico da rememoração, nos anos de 1970 na Europa, do genocídio dos judeus durante a 2ª Guerra mundial. Mas foi apenas nos anos 1990 que este conceito se tornou corrente no meio acadêmico e político, a princípio na França. Ele traz a ideia de que as memórias de dor e sofrimento geram obrigações por parte do Estado, e mesmo da sociedade, para com as vítimas ou grupos de vítimas. Ricoeur (2003) fala que o dever de memória, enquanto reapropriação de um passado, é uma noção moral. Heymann (2007) ainda menciona que, enquanto categoria política, a expressão “dever de memória” opera como um instrumento de reivindicação por parte de diversas minorias oprimidas e excluídas.

Através da memória, exige-se o reconhecimento da dor e a formulação de direitos específicos às vítimas. Assim, o “dever de memória”, enquanto paradigma conceitual, nos remete ao mesmo tempo a um imperativo moral e político: moral no sentido de que torna inadmissível a aceitação de crimes que geram opressão, violência e sofrimento; político porque abre espaço para pensar em políticas públicas específicas cujo objetivo deve ser de tratar um passado marcado por diversos sofrimentos e que continuam

reverberando sob a forma de legados no presente. Portanto, o “dever de memória” contém uma dupla implicação. Primeiro: o direito das vítimas de rememorar seu passado, narrar suas memórias e compartilhá-las socialmente, ou seja, o direito ao reconhecimento social da existência dessa história de traumas. Segundo, que se desenvolve em decorrência da primeira implicação: essas memórias de sofrimento geram deveres por parte do Estado e da sociedade para com as vítimas.

Heymann (2007) mostra que a prática do “dever de memória”, na França, trouxe à luz uma “matéria-prima de indignação social”. Conhecer a fundo os horrores do holocausto, por exemplo, gerou um imperativo moral que torna socialmente inadmissível esse instrumento de dominação. Assim, essas memórias de sofrimento articuladas pelo trabalho de memória (JELIN, 2002) criaram um valor compartilhado socialmente. Greco (2009) corrobora com este argumento ao afirmar que a transformação da vivência em experiência e desta em conhecimento compartilhado pela sociedade só pode ser desenvolvida pela memória trabalhada no espaço público.

Dessa forma, na prática política percebemos que esse “dever de memória” só pode se concretizar caso as vítimas sejam capazes de traduzir suas experiências em memória na esfera pública. Por isso, o paradigma do “dever de memória” é contraditório e conflituoso uma vez que nem sempre é possível à vítima narrar uma experiência traumática. Se consideramos que a narrativa é, de alguma maneira, uma forma de trazer para o presente a experiência passada (HALBWACHS, 2004), isso pode justificar o silenciamento das próprias vítimas (POLLACK, 1989), pois o testemunhar pode constituir uma violência para elas, como aponta Quartim (2013) em seus estudos sobre autobiografia da resistência à ditadura. Assim, o “dever de memória” do Estado e da sociedade enfrenta-se com o direito ao esquecimento das vítimas (Ricouer, 2003). Portanto, o direito ao olvido (direito ao esquecimento) nos processos individuais e políticos (TODOROV, 2000)¹ defronta-se

¹ O tema sobre o esquecimento acompanha os estudos sobre memória e é parte

com o “dever de memória” do Estado e da sociedade. Contudo, Heymann (2007) lembra que os julgamentos, na França, contra os colaboradores franceses ao extermínio de judeus, ressignificaram o papel do testemunho e incentivaram outras vítimas a compartilhar as memórias de suas experiências.

Podemos pensar também que existem outros elementos que criam condições favoráveis para a emergência das memórias subterrâneas² na esfera pública (POLLACK, 1989). Acreditamos que contextos protegidos legalmente por políticas de memória, bem como a pressão de grupos de direitos humanos sobre os governos são alguns elementos que podem trazer segurança necessária para que as vítimas consigam reelaborar seu trauma pessoal através de uma perspectiva coletiva e social.

Portanto, podemos inferir que há uma relação complexa entre o “dever de memória” e a gestão de passados traumáticos nos processos de democratização. Ricouer (2003) lembra que o dever de memória apela para uma política de memória e Pollak (1989) chama a atenção para o problema organizativo do trabalho de memória. Essas observações nos colocam frente à problemática de como o Estado, enquanto ator político heterogêneo (TATAGIBA; ABERS; SERAFIM, 2014), trata o legado do passado bem como suas responsabilidades em relação aos crimes cometidos por agentes estatais. Por isso, o modo como o Estado entende o papel das memórias políticas, a importância que atribui a elas, o espaço político e a forma institucional que desenvolve para que elas possam vir à arena pública, influencia o desenho e o conteúdo das iniciativas e leis que tratam as questões do passado traumático, bem como seu impacto sobre a implantação e consolidação dos valores democráticos, ou de um “senso comum democrático” como observou Torelly (2010). Este problema tem sido estudado pelo campo da justiça de transição (TEITEL, 1996; BRITO;

fundamental das discussões sobre os legados das ditaduras nas democracias da América Latina. Sobre isso ver também Telles (2009).

² Conceito que Pollack (1989) utiliza para discutir memórias que permaneceram silenciadas após governos autoritários.

GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ, 2004; ELSTER, 2006; MEZAROBBA, 2009; SANTOS, 2009).

Há um consenso nesta literatura que coloca sobre o Estado uma responsabilidade fundamental no combate às violações do passado. Segundo esta teoria, este é o ator principal que pode impulsionar ou retardar o avanço de medidas legais de memória, verdade e justiça. O tipo de transição, as crenças e valores das lideranças políticas, a força dos grupos reformistas, o papel das igrejas, a persistência de enclaves institucionais autoritários – como leis de anistia – são variáveis que ajudam a entender como os Estados lidam com seus passados de violações (BRITO; ENRÍQUEZ; FERNÁNDEZ, 2004).

Apesar de ser uma teoria e um campo de estudo específico ainda em desenvolvimento, a Justiça de Transição demonstra um esforço intelectual para mobilizar um debate de intersecção entre o campo da democratização, direitos humanos e reconstrução estatal pós-ditaduras (QUINALHA, 2013). No entanto, por utilizar amplamente o quadro conceitual da transitologia, herda algumas de suas limitações teóricas, como o uso de uma concepção de democracia eleitoral e o não reconhecimento da heterogeneidade da sociedade civil e do Estado. Aqui a memória aparece como um direito humano tanto das vítimas dos regimes violentos como da sociedade no geral.

Desse modo, apesar de colocar o problema da memória no campo dos direitos humanos, não desenvolve suficientemente o papel das políticas de memória no processo de construção democrática, mas deixa claro que o Estado é um ator fundamental na garantia desse direito. De qualquer maneira, podemos, mesmo que de forma ensaística, afirmar que existe uma interação teórica e política entre a teoria da Justiça de Transição e o conceito de “dever de memória”.

Assim sendo, do desdobramento dessa interpretação sobre o “dever de memória” e sua relação com a noção de justiça de transição, podemos compreender a memória política (POLLAK, 1989) enquanto um instrumento político de dupla determinação “direito-dever” que atua nos processos de justiça de transição e que

coloca diversos atores em interação. Ela aparece como ferramenta de desobstrução de um ciclo de silenciamentos institucionais e invisibilidade pública (SELIGMANN-SILVA, 2009) a que as vítimas e suas memórias foram submetidos.

Nos contextos de países que viveram experiências ditatoriais, como os da América Latina, o uso desta memória, em especial pelos movimentos sociais, parece ter se conformado como um instrumento fundamental de busca por justiça frente aos crimes de lesa-humanidade perpetrados pelo Estado ditatorial (BRITO, 2004). Dessa forma, todo o processo que considera a questão de como o Estado trata os crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes estatais durante dos regimes militares é atravessado pelo problema da memória política.

A memória política contra o esquecimento: a luta e a lei de Anistia

Na transição brasileira, Del Porto (2002) salienta que as disputas pela abertura política se iniciaram nos anos 1970 com a luta pela Anistia, que defendia a necessidade do Estado de Direito e a defesa dos direitos humanos. Greco (2009) afirma que o Movimento pela Anistia resgatava a partir da memória política o terror de Estado e a luta contra a ditadura. Assim, o movimento assumiu como estratégia a construção de uma contramemória ou um contradiscurso em oposição à versão de memória instituída pelos militares imposta através da diluição das memórias coletivas e da negação das memórias individuais. Essa operação política de silenciamento é a estratégia de esquecimento que o regime militar adotou como método de governo (GRECO, 2009) nos 21 anos de vigência no Brasil. Assim, na batalha entre Governo Militar e Movimento de Anistia, pelo conteúdo da Lei de Anistia, a memória política impulsionada pelo movimento foi condição fundamental para enfrentar as “verdades oficiais” instituídas pelos militares e para abrir espaço às demandas democráticas no Estado ditatorial.

Assim, podemos inferir que, diante da sua obrigação de “dever de memória”, o Estado brasileiro, na transição, respondeu

autoritariamente com o silêncio institucional (BAUER, 2012) e com a negação da possibilidade de socialização e compartilhamento das experiências traumáticas. Com isso, provocou um bloqueio do trabalho de memória sobre o regime militar e seus crimes de lesa-humanidade na arena pública. Portanto, a técnica operacional de dominação foi o silêncio. Para controlar a memória política e produzir uma versão com caráter de verdade oficial requer-se o silêncio do Estado, das vítimas e da sociedade. Do silêncio construído através de procedimentos violentos, emerge o discurso instituído, ou ainda, a “memória oficial” do regime. Como disse Arendt (2013), uma orquestração da mentira organizada, da falsificação da história ou da negação totalitária da verdade fatural.

Dessa forma, podemos afirmar que a estratégia do esquecimento é uma operação política que procura hegemonizar e homogeneizar a memória de forma a relegar outras memórias rivais (JELIN, 2002) ao ostracismo, ao isolamento e à privação de espaços públicos de elaboração e interpretação. Portanto, inferimos que o efeito mais geral deste processo é a privatização das memórias (BAUER, 2012) que se desenvolve através da ausência de possibilidades de compartilhamento social das experiências, projetos políticos e traumas individuais e coletivos. Alguns intelectuais (MEZAROBBA, 2003; BAUER, 2009; TELES, 2009) têm afirmado que a postura de determinados setores da sociedade brasileira em não tomar parte dos embates, das pautas e demandas das vítimas pode estar relacionada com esse processo³.

Apesar desta estratégia de dominação, é verdade que os militantes que pertenceram à resistência ao regime, bem como grupos de familiares de mortos e desaparecidos e organizações de direitos humanos, têm lutado arduamente contra a amnésia. Se o silêncio institucional perdurou, e ainda perdura em algumas esferas do poder, no âmbito da cultura podemos listar uma infinidade de iniciativas que procuraram “desprivatizar” a memória política sobre o período (ROLEMBERG, 2006). No plano

³ Tema que merece análise mais aprofundada, mas que não será feita aqui à medida que foge ao escopo desta investigação.

da busca por justiça, através de instrumentos legais, também poderíamos contabilizar diversas iniciativas, como por exemplo, o caso da Guerrilha do Araguaia (SANTOS, 2009).

Nesse sentido, foi contra esse mecanismo de “privatização das memórias” que o Movimento pela Anistia se insurgiu no contexto da transição brasileira. Foi uma tentativa política de imprimir outro significado à anistia. Ou seja, não se tratava de “perdoar” os “crimes políticos praticados pelos subversivos”, como os militares propalaram com a lei de 1979. Sobretudo, tratava-se de reconhecer, através de um debate público, as ações de resistência ao regime militar como não-crimes e garantir, pela difusão de um valor democrático de tolerância e respeito a diversidade de ideologias e projetos, um futuro no qual o dissenso não fosse criminalizado.

Por isso, a luta pela anistia foi uma batalha pelo direito à memória política e pela democracia. Mais que isso, foi uma luta pelo reconhecimento ao direito de resistência contra um regime violador de direitos políticos, civis e sociais. De alguma maneira, mesmo que o léxico do movimento jamais tenha sido o de “dever de memória”, a prática política já apontava, em meados dos anos 1970, o “dever de memória” que deveria ser cumprido pelo Estado violador. Contudo, como é consenso na literatura, a Lei de Anistia não refletiu o projeto político do Movimento de Anistia.

Ao invés de atender às demandas da sociedade civil organizada, o Estado agiu de um modo que reafirmou o discurso da segurança nacional ao deixar de fora da anistia os atos considerados crimes de sangue, ao não ter reconhecido as mortes com a declaração de ausência para os “desaparecidos”, ao ter criado a figura jurídica dos crimes conexos e, por fim, ao ter discursado com o argumento da reciprocidade ou “perdão recíproco”. Difundida e mitificada como uma lei de reconciliação nacional, a ponto de anular a multiplicidade das memórias políticas dos diversos atores políticos, a lei de Anistia funcionou como continuidade da mesma engrenagem de negações do regime militar, consubstanciando o silêncio em relação aos horrores da ditadura no processo de transição à democracia (GRECO, 2009).

Como legado à democracia, deixou uma conta aberta, uma memória sem voz, uma herança sem testamento, como diria Arendt (2013). O Estado não reconheceu a existência dos crimes estatais, igualou seus crimes de lesa-humanidade aos atos políticos de resistência ao regime e, com essa garantia de impunidade aos perpetradores, seguiu para as demais políticas transicionais feitas em acordo com algumas lideranças políticas democráticas.

Os governos democráticos nos anos 1990 e o dever de memória política

Segundo os estudiosos da teoria da transição, os pactos de transição que possibilitaram a passagem ao regime democrático envolveram garantias de interesses fundamentais que beneficiaram os agentes do regime autoritário. Um desses interesses é justamente garantir que o “passado não será desenterrado” (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988: 55) Assim, as demandas por memória, verdade justiça, no contexto da transição democrática, foram considerados uma barreira para a democratização. Essa interpretação, entre as elites pactuantes, sobre o papel do passado no presente pode ter funcionado como um constrangimento político para o avanço de medidas de justiça de transição no Brasil (MEZAROBBA, 2010; QUINALHA, 2013).

Assim, a relação do Estado democrático com a memória política sobre os crimes do Estado ditatorial, no momento inicial da transição, é marcada pela continuidade de uma postura conservadora e negacionista, uma vez que não houve iniciativas institucionais imediatas de políticas de memória para que o “dever de memória” do Estado pudesse ser cumprido. Não se viabilizou institucionalmente o discurso, a fala e o compartilhamento das experiências de trauma.

No entanto, apesar de um contexto de tentativa de silenciamentos por parte do Estado, não podemos afirmar que houve um esquecimento efetivo do passado. Ao contrário. Não é possível esquecer o que se viveu. Projetos como Brasil Nunca Mais,

publicado pela primeira vez quatro meses após a retomada da democracia, cumpriu um papel político que poderíamos afirmar como corajoso e fundamental para a possibilidade do trabalho da memória política no Brasil⁴.

Apesar desse contexto inicial, dezesseis anos após a Lei de Anistia, abre-se uma novidade institucional e legal que altera as relações entre Estado e sociedade no que se refere aos crimes contra os direitos humanos cometidos pelo regime militar. A primeira lei que trata dessas violações é a 9.140/95, que responde à questão de mortos e desaparecidos políticos criando no âmbito do Estado uma comissão especial para julgar casos de reparação. Nessa lei, o Estado assume sua responsabilidade com as famílias pelo desaparecimento e morte de seus entes, mas estas, por sua vez, devem assumir o ônus das provas.

É a primeira vez que o Estado assume sua responsabilidade frente aos crimes de lesa-humanidade e concede alteração no sentido de ampliação da Lei de Anistia de 1979 (MEZAROBBA, 2003). No entanto, os perpetradores continuaram sob o manto da impunidade na medida em que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) permaneceu com a defesa das limitações da lei 6.683/1979. Em seguida, em 2002, por pressão de grupos de familiares e de direitos humanos, o mesmo presidente sancionou a lei 10.559 que possibilitou a reparação econômica também para aqueles que foram impedidos de exercer suas atividades profissionais por força da perseguição e do arbítrio. Para realizar a averiguação e julgamento dos processos criou-se, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia. Aqui também o ônus da prova caberia às vítimas.

Neste ponto, é possível inferir que, embora o Estado democrático tenha conseguido sair do papel de violador para o de promotor dos direitos humanos, no que se refere às questões relacionadas à gestão do passado autoritário e dos crimes de lesa-

⁴ Para mais informações ver “Brasil Nunca Mais Digital”. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 29 nov 2014.

humanidade, esse papel permaneceu limitado⁵. O Estado não impulsionou uma política de memória que possibilitasse o debate público e coletivo das memórias particulares das vítimas, uma vez que o espaço para a elaboração da memória ficou limitado por provas burocráticas e individuais. O Estado atuou como um depositário das memórias individuais, mas não um ator ativo na construção e no estímulo de “outra memória possível”, agiu como reparador econômico, mas perdeu a chance de ser um agente educativo. Frente à sociedade, entendida na sua generalidade, as memórias permaneceram privatizadas, como sugere Bauer (2012).

Podemos pensar que esta postura política por parte do Estado teve consequências fundamentais para a democracia, a saber: ao deixar o ônus da prova a cargo dos familiares e vítimas, o Estado impulsionou um despertar do dever de memória no seu aspecto testemunhal, mas não alavancou um processo que garantisse o direito à memória política das vítimas e seus familiares na esfera pública, de modo que não houve um compartilhamento social das experiências com o passado de sofrimento causado pelas violações cometidas pelos agentes do Estado. Assim, perdeu-se a oportunidade de produzir um efeito pedagógico de aprendizagem de valores democráticos. Enquanto ator político, o Estado calou-se frente “ao espírito” da lei de anistia e deixou de realizar efetivamente seu dever de memória.

⁷ Embora o Estado democrático de direito tenha avançado na elaboração de políticas de justiça de transição, ele continua sendo um grande violador de direitos humanos em especial quando se discute o papel das forças repressivas. Casos atuais como a tortura, desaparecimento e morte de Amarildo Dias de Souza, no Rio de Janeiro em 14 de julho de 2013 durante ação da polícia na comunidade da Rocinha, mostram que a discussão sobre o papel do Estado democrático na garantia dos direitos humanos é muito complexa e merece pesquisas aprofundadas e muita disposição de luta por parte da sociedade. Sobre isso, ver entrevista com Cecília Coimbra na Revista Verdade, Memória e Justiça. Disponível em: <http://goo.gl/ImyorN>. Acesso em 08 abr. 2015.

Os anos 2000 e um novo cenário para outras políticas⁶

A partir da segunda metade dos anos 2000, inicia-se um cenário no qual a Lei de Anistia passa a ser questionada no âmbito estatal, por atores da sociedade civil e do próprio Estado, abrindo uma perspectiva de “desprivatização” da memória política e de novas iniciativas estatais voltadas ao direito à memória.

Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) impetrou uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), no Supremo Tribunal Federal (STF) na qual questionou a validade da interpretação da Lei de Anistia para casos de crime de lesa-humanidade, imprescritíveis e não anistiáveis segundo legislação internacional⁷ (DIENSTMANN, 2010). Ainda em 2010, foi divulgada sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao caso Gomes-Lund, mais conhecido como caso da Guerrilha do Araguaia, que condena o Estado brasileiro a investigar os fatos, julgar e, caso fossem apontados os culpados, punir os responsáveis⁸.

Situações como estas colocaram em pauta na agenda do Estado brasileiro a questão sobre a memória do passado autoritário e suas atuais políticas de direitos humanos relativos aos crimes de lesa-humanidade. Nesse novo cenário, o Estado, através do poder executivo e de alguns de seus órgãos, responderam, de maneira inovadora, com algumas iniciativas relacionadas à memória política: 1 – Projeto direito à memória à verdade da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) – Publicação do livro-relatório “Direito à Memória e a Verdade – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos”, publicação oficial com a chancela do Estado brasileiro em 2007 que atribui aos agentes da

⁶ Essa seção do artigo é parte de uma incipiente observação acerca das transformações que impulsionaram as iniciativas e políticas da memória.

⁷ Matéria julgada em 2010, o STF manteve a validade da Lei 6.683/1979.

⁸ Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 08 abr. 2015.

ditadura crimes de tortura, estupro e todo tipo de violação aos direitos humanos; 2 – Projeto Marcas da Memória da Comissão da Anistia desenvolvido a partir de 2008; 3 – Audiência pública sobre “Limites e Possibilidades para a Responsabilização Jurídica dos Agentes Violadores de Direitos Humanos durante o Estado de Exceção no Brasil”, que discutiu a interpretação da Lei de Anistia de 1979, promovida em julho de 2008 pelo Ministério da Justiça e a Comissão de Anistia; 4 – Projeto Memórias Reveladas desenvolvido por iniciativa da Casa Civil em 2009.

Ainda em 2009 ocorre o lançamento do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Um programa que apresentou de maneira inédita o “direito a memória e verdade” como um dos seus eixos norteadores propondo a criação da Comissão Nacional da Verdade⁹. Isso demonstra uma postura do Poder Executivo, e de alguns órgãos de Estado, que avança no cumprimento do seu “dever de memória” e no aprofundamento do processo de justiça de transição (ABRÃO; TORELY, 2011).

Além disso, é importante lembrar que é cada vez maior a influência das instituições internacionais nos processos de justiça de transição de cada país, como afirma a autora Roth-Arriaza (2004) atestam algumas sentenças de Cortes Internacionais. No início de 2001, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por exemplo, proferiu uma sentença contra o Peru na qual sustentou que as leis de autoanistia não são legítimas porque foram feitas pelos próprios violadores. A sentença é reafirmada em 2006 nos casos contra o Chile e novamente contra o Peru. Estas influenciaram os processos jurídicos no Brasil. Em 20 de Junho de 2003, na 1^a. Vara da Justiça Federal do Distrito Federal foi proferida decisão em favor dos autores para o caso sobre a Guerrilha do Araguaia que tramitava desde 1982 tendo sido esta decisão fundamentada em normas constitucionais e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (SANTOS, 2009: 489).

⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi regulamentada através da Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012.

Para além dos motivos expostos acima, acreditamos que cabe uma reflexão ensaística sobre os fatores que levaram órgãos do Estado a essas iniciativas. Acreditamos que existem outros motivos, para além das pressões das Cortes Internacionais que, agindo em conjunto, geram oportunidades políticas favoráveis a estes avanços. Primeiro, com a vitória do Partido dos Trabalhadores para o Governo Federal, chegaram ao poder, assumindo postos de liderança no âmbito do poder executivo, diversos líderes ligados aos movimentos sociais e de direitos humanos.

Assim, segundo Tatagiba, Abers e Serafim (2014), em seus estudos sobre políticas públicas de moradia, essa conjuntura criou uma estrutura de oportunidades para que os militantes históricos, através de cargos burocráticos, pudessem atuar nos principais ministérios e secretarias como o faziam antes, nos movimentos sociais. Ou seja, para essas autoras, os militantes “transformaram as agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas no âmbito da sociedade civil” (TATAGIBA; ABERS; SERAFIM, 2014: 326). Ainda segundo as estudiosas, essa relação produziu interações diferentes entre sociedade civil e Estado e aumentou a capacidade de influência dos movimentos sociais nas ações do Estado, com variações setoriais evidentemente.

Ainda sobre os atores, D’Araújo (2009) fez um estudo etnográfico das elites dirigentes nos dois governos Lula e apontou que na trajetória política dessas personalidades há uma origem ligada aos movimentos sociais. Por exemplo, 45% dos ministros do governo Lula participaram de alguma maneira desses movimentos. Evidentemente, para a área de Justiça de Transição, precisaríamos fazer um estudo de maior fôlego, o que não caberia nesse artigo, mas podemos apontar algumas observações empíricas dentro dessa chave explicativa.

Nesta linha, convém um destaque ao Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannuchi, durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), em que esteve à frente da elaboração do PNDH III. Vannuchi é um militante histórico em defesa dos direitos humanos e atuou no Projeto Brasil Nunca Mais,

já citado nesse artigo. Outra menção, Tarso Genro, ex-ministro da Justiça, foi perseguido politicamente e atuou na luta por direitos humanos na redemocratização. Não menos importante, a própria Dilma Rousseff, ex-perseguida política, à época ex-ministra da Casa Civil no momento da implementação do Projeto Memórias Reveladas¹⁰.

Por fim, acreditamos também que outra variável explicativa pode encontrar-se nas mudanças de paradigma acerca do papel que cumpre a memória política nos processos de democratização. Para Elster (2009) as políticas dependem das crenças e valores que estão em jogo nos processos políticos. Como dissemos nas seções anteriores, no momento da transição o medo do regresso autoritário fez com que a memória política fosse interpretada como um elemento de desestabilização dos pactos e acordos que marcaram a passagem da ditadura para a democracia. No entanto, tanto o paradigma de justiça de transição e seu receituário quanto o conceito de “dever de memória” trazem uma perspectiva positiva sobre a memória política e sua relação com os valores e processos do regime democrático. Ou seja, uma dimensão paradigmática oposta àquela do momento imediato da transição.

Parece-nos que o Ministério da Justiça e a Comissão da Anistia têm assumido a perspectiva teórica da justiça de transição nos últimos anos, o que pode estar contribuindo para o desenvolvimento de iniciativas de socialização das memórias políticas e para o cumprimento do “dever de memória” que o Estado tem com as famílias, com as vítimas e com a sociedade. Criada para operar a Lei 10.559/2002, a Comissão de Anistia superou suas responsabilidades iniciais promovendo projetos educativos e teóricos na área de justiça de transição, como Seminários sobre Justiça de Transição, sobre Comissão da Verdade, bem como a organização e publicação da revista Anistia Política e Justiça de Transição que já está no seu oitavo número e é publicada desde Agosto de 2009. Além dessas iniciativas, organiza ainda os Projetos

¹⁰ Para saber mais: Centro de referência das lutas políticas no Brasil (1964-1985). Disponível em: <<http://goo.gl/PM8ksD>>. Acesso em 22 ago 2015.

Marcas da Memória, com objetivo de difusão cultural da memória e as Caravanas da Anistia com a enunciação pública de propósito educativo e de socialização das memórias políticas através dos testemunhos públicos durante os processos de julgamento dos pedidos de anistia (COELHO; ROTA, 2012; ROSITO, 2010).

Conclusão

Ao longo deste texto procuramos refletir sobre a relação do Estado democrático brasileiro com a memória política do período ditatorial. A mobilização do conceito de “dever de memória” procurou mostrar que diante dos testemunhos de sofrimento e violência se impõe a obrigação do Estado frente às vítimas e mesmo com a sociedade, a fim de garantir dignidade, respeito e um senso ético de inadmissibilidade em relação às violações contra dos direitos humanos. No Brasil, a Lei de Anistia de 1979 funcionou como um bloqueio ao trabalho de memória criando um constrangimento institucional à ação das lideranças políticas e do estabelecimento de profundas medidas de justiça de transição.

O’Donnell e Schmitter (1988) sustentam que, frente ao medo do regresso autoritário, o silêncio sobre o passado foi a estratégia que garantiu o pacto transicional. Assim, a lei atuou como a continuidade do paradigma da lógica da segurança nacional na nascente democracia através da operação do silêncio institucional e da “privatização” das memórias. Este mecanismo operatório foi mantido no conteúdo das leis de reparação pecuniária, em especial a 9.140/1995, durante os governos de FHC – embora o contexto fosse de recuperação dos direitos humanos com os dois primeiros PNDHs.

No entanto, podemos afirmar que nos últimos anos iniciou-se uma transformação nas ações do Estado brasileiro. De Estado ouvinte e depositário de memórias privadas presenciamos, particularmente através da atuação da Comissão de Anistia, uma inovação em direção aos temas e concepções desenvolvidas pela justiça de transição que o transforma em ator promotor e produtor

de memórias. Alguns órgãos do Estado brasileiro passam a atuar com outro entendimento acerca do papel da memória política – a de um instrumento fundamental para o aprofundamento dos direitos humanos e para o fortalecimento do Estado democrático de direito.

As variáveis explicativas dessa mudança, que aparecem de forma ensaística nesse artigo, estão na chave das pressões exercidas pelas Cortes Internacionais, pela ascensão das lideranças ligadas aos movimentos sociais de direitos humanos, por sua trajetória de ex-perseguidos políticos e pelas mudanças de paradigma acerca do papel da memória política para a democracia. Como afirmam Brito, González e Fernández (2004), a construção da democracia é atravessada pelas políticas de memória. Cremos, dessa forma, que o Brasil caminha para o aprofundamento de valores de um regime tão arduamente conquistado.

Referências

- ABRÃO, P., TORELLY, M. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 3 jan. / jun, 2010, pp. 108-139.
- ABRÃO, P.; TORELLY, M. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In. ABRÃO, P.; TORELLY, M.; PAYNE, L. A. (Orgs.). *A Anistia na Era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- ARENDET, H. [1954]. *Entre o passado e o futuro*. 7a. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BAUER, C. S. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e Políticas de memória*. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2012.

- BRITO, A. B.; GONZÁLEZ, C.; FERNÁNDEZ, P. A. (Orgs.) *A política de memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004.
- COELHO, M. J. H.; ROTTA, V. (Orgs.) *Caravanas da anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.
- D'ARAUJO, M. C. *A elite dirigente do governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.
- DEL PORTO, F. B. *A luta pela Anistia no Regime Militar: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Campinas: Unicamp, 2002. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2002.
- DIENSTMANN, G. *Usos do passado e disputa pela memória no questionamento da lei de 1979 no Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre: UFRGS 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- ELSTER, J. *Rendicion de cuentas. La justicia transicional em perspectiva histórica*. Buenos Aires: Katz, 2006.
- GRECO, H. A. Anista anmnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In. SANTOS, C. M.; TELES, É.; TELES, J. A. (Orgs.), *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 524-540.
- HALBWACHS, M. [1994]. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropolos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2004.
- HEYMANN, L. Q. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In. GOMES, A. C. (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 15-43.

- JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- MEZAROBBA, G. Entre Reparações, meias verdades e impunidades. O difícil rompimento com o legado da Ditadura no Brasil. *SUR Revista Internacional de Direito Humanos*, v. 7, n. 13, 2010, pp. 7-24.
- MEZAROBBA, G. *O Preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- MEZAROBBA, G. O que é Justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In. SOARES, I. V. P.; KISHI, S. A. S. (Coord.). *Memória e verdade: A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. pp. 37-53
- MEZAROBBA, G. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.
- O'DONNELL, G.; SCHIMITTER, P. Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões. SP, Ed. *Revista dos Tribunais*, 1988.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, 1989, pp. 3-15.
- QUARTIM, M. L. O que é possível lembrar? Campinas: *Cadernos Pagu*, n. 40, janeiro-junho, 2013, pp.141-167.
- QUINALHA, R. H. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. São Paulo: Ed. Outras Expressões; Ed. Dobra Editorial, 2013.
- RICOEUR, P. Memory, history, oblivion. Palestra proferida na Conferência Internacional <Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism>. Budapeste, 2003. Texto traduzido para português disponível no site da Universidade

- de Coimbra. Disponível em: <<http://goo.gl/o2wHR9>>. Acesso em 05 fev. 2015.
- ROLEMBERG, D. Esquecimento das Memórias. In: MARTINS FILHO, J. R. (Org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006. pp. 81-91.
- ROSITO, J. B. A. Anistia política, reparação econômica e justiça de transição: um estudo etnográfico das medidas brasileiras compensatórias por violações de direitos humano à época da ditadura militar. Painel apresentado durante II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), São Paulo, Cidade Universitária da USP, 2010. Disponível em <<http://goo.gl/zg6QoH>>. Acesso em 25 jun. 2014.
- ROTH-ARRIAZA, N. O papel dos actores internacionais nos processos nacionais de responsabilização. In: BRITO, A. B.; GONZÁLEZ, C.; FERNÁNDEZ, P. A. (Orgs.) *A política de memória: verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 63-86.
- SANTOS, C. M. A justiça ao serviço da memória: mobilização jurídica transnacional, direitos humanos e memória da ditadura. In: SANTOS, C. M.; TELES, É.; TELES, J. A. (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, 2*. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 472-493.
- SELIGMANN-SILVA, M. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. In: SANTOS, C. M.; TELES, É.; TELES, J. A. (Orgs.), *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, 2*. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 541-556.
- TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SERAFIM, L. Repertórios de atuação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: A experiência na Era Lula. In: *Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, 2014, pp. 325-357.

- TEITEL, R. How are the New Democracies of the Southern Cone Dealing with the Legacy of Past Human Rights Abuses? In. KRITZ, N. (Ed.). *Transitional Justice: How Emerging Democracies Reckon with Former Regimes*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 1996, pp.146-153.
- TELES, E. Políticas de silêncio e interditos da memória na transição do consenso. In. SANTOS, C. M.; TELES, É.; TELES, J. A. (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, 2. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 578-591.
- TODOROV, T. [1995]. *Los abusos de la Memoria*. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 2000.
- TORELY, M. Memória, Verdade e Senso Comum Democrático: Distinções e aportes do “direito à memória e à verdade” para a substancialização democrática. REID – Revista Eletrônica de Direito e Cidadania, 2010. Disponível em <<http://goo.gl/cvVwC8>>. Acesso em 27-05-2014.
- VASCONCELOS, D. M. Memória Política, democracia, e accountability: algumas reflexões teóricas. *Oficina do CES*, n. 30, out. 2009. Centro de Estudos Sociais de Coimbra, Portugal, 2009.

EPISTEMOLOGIA BARROCA DE TRISTE FIGURA: *DOM QUIXOTE* COMO UM EXEMPLO DA TRANSFORMAÇÃO DA EPISTÊMÊ DO SÉCULO XVII A PARTIR DE AS PALAVRAS E AS COISAS DE FOUCAULT

*Luís Francisco Fianco Dias**

Resumo: O presente texto tem como tema a representação do personagem e da obra de Cervantes, *Dom Quixote*, dentro da reflexão de Michel Foucault sobre a transformação dos modelos epistemológicos da civilização ocidental na passagem do Renascimento para o Classicismo presente nos primeiros capítulos de sua obra *As Palavras e as Coisas*. Para tanto, usaremos, além dos textos já citados de Foucault e de Cervantes, um conto do escritor argentino Jorge Luis Borges referido por Foucault, *El Idioma Analítico de John Wilkins*, bem como o livro de Jean Calmon *O Dom Quixote de Foucault*, entre outros.

Palavras-chave: Dom Quixote; Michel Foucault; As Palavras e as Coisas; Epistêmê barroca.

Baroque epistemology of sad figure: Don Quixote as an emblematic character of the transformation of seventeenth century's epistêmê from Foucault's the words and things

Abstract: This paper has as its theme the representation of the character and work of Cervantes, *Don Quixote*, in the Michel Foucault's reflection on the transformation of the epistemological models of Western civilization in the passage of the Renaissance to the present Classicism in the first chapters of his book *The Order of Things*. Therefore, we will use, in addition to the aforementioned texts by Foucault and Cervantes, a short story by the Argentinian writer Jorge Luis Borges referred by Foucault, *The*

* Professor do Programa de Pós-graduação em Letras, do Curso de Filosofia e da Área de Ética e Conhecimento da Universidade de Passo Fundo, RS. Recebido em: 19/09/2015 – Aceito em: 22/04/2016.

Analytical Language of John Wilkins, and the book by Jean Calmon O Dom Quixote de Foucault, among others.

Keywords: Don Quixote; Michel Foucault; The Order of Things; Baroque epistèmê.

Epistemología barroca de triste figura: Don Quijote como carácter emblemático de la transformación de la epistèmê en el siglo xvii segundo las palabras y las cosas de Foucault

Resumen: Este trabajo tiene como tema la representación de la figura y la obra de Cervantes, Don Quijote, en la reflexión de Michel Foucault sobre la transformación de los modelos epistemológicos de la civilización occidental en el paso del Renacimiento hasta el Clasicismo en los primeros capítulos de su obra *Las Palabras y las Cosas*. Por lo tanto, vamos a utilizar, además de los textos ya citados de Foucault y Cervantes, un cuento del escritor argentino Jorge Luis Borges a lo cual se refiere Foucault, *El idioma analítico de John Wilkins*, y el libro de Jean Calmon *O Dom Quixote de Foucault*, entre otros .

Palabras clave: Don Quijote. Michel Foucault. *Las Palabras y las Cosas*. Epistèmê barroca.

Ainda que o personagem e a obra de *Dom quixote* sejam caros a Foucault em diversos textos ao longo de suas fases de produção é em *As Palavras e as Coisas* que nos concentraremos para mostrar, como neste texto, o autor examina os processos de transformação nos modelos de pensamento da modernidade ocidental ao longo dos séculos XVI e XVII, de maneira a tentar compreender as transformações na *epistèmê* desse período entendida não enquanto simplesmente um saber manifesto, e sim enquanto um conjunto de estruturas e categorias subliminares, quase inconscientes, dentro das quais este conhecimento se movimenta, surge, se transforma e sobre as quais se fundamenta, ainda que esteja sempre dentro desta estrutura maior que a *epistèmê* configura. Junto com outras diversas transformações, como a sensibilidade estética e a teoria do conhecimento, os sistemas de valores e os modos de estudo das ciências naturais, transformou-se igualmente a literatura e a sua relação com a linguagem. E para tanto, ele usa como metáfora da gênese desse novo modelo de relação semântica com o texto literário o texto de Cervantes, *Dom Quixote*, o que nos permite traçar algumas considerações a respeito desta

obra enquanto uma metáfora da literatura ocidental moderna, acompanhando a argumentação de Foucault. Nesse sentido, é importante que retracemos o percurso argumentativo que leva da conceptualização dessas transformações no pensamento moderno até sua exemplificação na literatura pela obra de Cervantes.

1 – O empório celestial dos saberes benévolos

Foucault inicia já o Prefácio de sua obra nos trazendo pensamentos perigosos. Para tanto ele lança mão de um trecho de Borges que, apesar de não estar nitidamente referenciado, é de fácil localização. Trata-se do ensaio *El Idioma Analítico de John Wilkins*, publicado pela Primeira vez na obra *Otras Inquisiciones*, no qual o argentino descreve a linguagem artificial criada pelo polímata que dá nome ao texto, bem como cita outros que se dedicaram à mesma empreitada, inclusive exemplificando suas classificações para, por fim, demonstrar como “descontadas las palabras compuestas y las derivaciones, todos los idiomas del mundo (sin excluir el volapük de Johann Martin Schleyer y la romántica interlingua de Peano) son igualmente inexpressivos”. (BORGES, 2015, s. p.) Ou seja, a linguagem é entendida aqui como uma organização arbitrária e provisória, geralmente inexata e incapaz de realizar adequadamente a ligação entre as palavras e as coisas, conforme o próprio Borges conclui mais adiante em seu texto: “He registrado las arbitrariedades de Wilkins, del desconocido (o apócrifo) enciclopedista chino y del Instituto Bibliográfico de Bruselas; notoriamente no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural. La razón es muy simple: no sabemos qué cosa es el universo.” (BORGES, 2015, s. p.) Em outro conto de Borges, *La Biblioteca de Babel*, publicado em 1941, se dá a comparação entre uma biblioteca e o universo, na medida que este possa representar uma imensa biblioteca repleta de inumeráveis livros que são, porém, indecifráveis, o que faz da linguagem não ao acesso ao sentido do universo, e sim uma fabulação sobre ela mesma, em um movimento perpétuo de tautologias e auto-interpretação.

El universo (que otros llaman la Biblioteca) se compone de un número indefinido, y talvez infinito, de galerías hexagonales, con vastos pozos de ventilación en el medio, cercados por barandas bajísimas. [...] Como todos los hombres de la Biblioteca, he viajado en mi juventud; he peregrinado en busca de un libro, acaso del catálogo de catálogos; ahora que mis ojos casi no pueden descifrar lo que escribo, me preparo a morir a unas pocas leguas del hexágono en que nací. (BORGES, 1997: 86 e 87).

Dessa maneira, a busca de conhecimento pela decifração do universo se torna vã se cotejada com a sua vastidão incomensurável, com a sua indecifrábilidade, de maneira que a linguagem possa, ainda que precariamente, apenas estabelecer relações semânticas internas ao mundo que vai criando ao enunciar. E é justamente esta arbitrariedade que nos devolve ao idioma analítico de John Wilkins, do qual um dos trechos mais perturbadores do ensaio, e exatamente o trecho que chama atenção de Foucault é referente a uma certa enciclopédia chinesa:

Esas ambigüedades, redundancias y deficiencias recuerdan las que el doctor Franz Kuhn atribuye a cierta enciclopedia china que se titula Emporio celestial de conocimientos benévolos. En sus remotas páginas está escrito que los animales se dividen en (a) pertenecientes al Emperador, (b) embalsamados, (c) amaestrados, (d) lechones, (e) sirenas, (f) fabulosos, (g) perros sueltos, (h) incluidos en esta clasificación, (i) que se agitan como locos, (j) innumerables, (k) dibujados con un pincel finísimo de pelo de camello, (l) etcétera, (m) que acaban de romper el jarrón, (n) que de lejos parecen moscas. (BORGES, 2015, s. p.; FOUCAULT, 2007: IX)

Segundo Foucault, seu livro nasce justamente estranhamento causado por estas categorias tão díspares e desconcertantes, que parecem, aos nossos olhos acostumados às classificações

tradicionais do pensamento ocidental, não serem dotadas de lógica alguma. Porém, se realmente “no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural”, o riso de Foucault é gerado não pela inexatidão, e sim pelo estranhamento do contato com algo completamente distinto, ou seja, o contato com a alteridade e suas categorias, suas estruturas, que não podem ser pensadas a partir das nossas próprias estruturas, fazendo do estranhamento, ao fim, a sensação acre que resta após o choque da relação conflituosa entre o Mesmo e o Outro, acompanhado simultaneamente de uma comicidade e de um mal-estar.

Este último, obviamente, causado não pelos elementos elencados, e sim pela proximidade sem ordem aparente na qual se misturam seres reais e fantásticos, presentes ou ausentes, desconsiderando estas antinomias sobre as quais se baseia a *epistêmê* do Ocidente.

Foucault cita o exemplo dos afásicos, que padecem de uma condição que os impede de classificar determinadas coisas, como novelos de lã de diferentes cores sobre uma mesa, por exemplo. A imagem da mesa funciona como metáfora perfeita para a *epistêmê* moderna, especialmente ao pensarmos sua exigência quase quimérica de cientificidade, pois é exatamente isso o que estas categorias de pensamento fazem, elas não se dedicam à compreensão do mundo como um todo em sua complexidade, e sim a catalogar e organizar mediante categorias predeterminadas, geralmente arbitrárias, os elementos que estão em um campo de trabalho em geral exageradamente delimitado, como a mesa do exemplo de Foucault. A produção dos saberes se dá, portanto, com um processo de criar distinções, ao invés de estabelecer relações. Superando a avaliação que se pode ter feito inicial e ingenuamente a respeito da enciclopédia chinesa e direcionando-a a nossas próprias categorias de pensamento e organização, Foucault percebe igualmente e arbitrariedade dos sistema de classificação.

Em que “tábua”, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas?

Que coerência é essa – que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento a priori e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis. (FOUCAULT, 2007: XV)

Percebemos então a afinidade entre Borges e Foucault na medida em que ambos consideram que é uma ordem previamente estabelecida o que sustenta a organização do pensamento e ordena, por vezes aproximando, por outras separando, os diversos elementos que fazem parte do cabedal conceitual de determinada cultura. Este esquematismo prévio é responsável por criar não apenas a ordem empiricamente expressada como, igualmente e talvez até com mais força, a própria ideia de ordem, a necessidade ontológica de ordenação e organização que está em germe no pensamento científico ocidental, o de que, compreendendo o ordenamento das coisas, se pode desenvolver a previsibilidade dos fenômenos como meio de dominação do mundo e controle. Tal constatação muda radicalmente o conceito de gênio, ou mesmo de autoria como um processo autônomo e independente, desvinculado do contexto e das categorias dentro das quais as produções materiais e intelectuais são geradas. Na medida em que o sujeito é transpassado pelas diversas categorias de pensamento relativas à cultura na qual ele surge e que lhe é pré-existente. Dessa forma, os autores são os cristalizadores das categorias de pensamento de suas respectivas épocas, seus corroboradores ou detratores, mas sempre estão, ainda que não tenham disso clareza, operando em relação ao que lhes antecede e excede.

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. (FOUCAULT, 2007: XVI).

E é isso, aliás, o que nos possibilita pensar o *Quixote* como a objetificação literária das transformações na *epistêmê* do século XVII, e não os criadores de algo oriundo do nada absoluto. Esta é a razão pela qual, para citar um outro texto de Borges, seria um exercício intelectual fútil e inócuo que Pierre Meinard tenha tentando compor, como queria, o seu Quixote no início do século XX, pois ele estaria descontextualizado do momento histórico-cultural no qual surgiu pela mão de Cervantes nos albores do século XVII e das diversas transformações da *epistêmê* das quais esta obra dá testemunho ainda que indiretamente. (BORGES, 1997, p. 52 e 53) Tais transformações deixam bem claro que não há uma submissão absoluta ao ordenamento anterior, pois, se assim fosse, a cultura seria um homogeneidade estável, e não a eterna sucessão de continuidades e rupturas, convivências paralelas no tempo e no espaço e disputas pela hegemonia: é justamente neste contexto de transformação, neste *sfumato* limítrofe entre o que foi e o que ainda será, que reside a arqueologia do saber de Foucault e a possibilidade de entendermos a passagem de um ordenamento a outro.

Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproxima sucessivamente, ou se espelham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes, etc. (FOUCAULT, 2007: XVII)

O objetivo de Foucault é, portanto, desnudar essas relações e essas ordens desde o século XVI e perceber como tais mudanças criam a realidade sobre a qual se fundamenta o conhecimento de nossos dias. Porém, passa muito ao largo de ser uma história das ciências, pois isso seria como querer desvelar o que já está, de

antemão, desnudado, e sim uma arqueologia das ciências humanas, como propriamente se define o texto a partir de seu subtítulo, para por sob a luz aquilo que geralmente se esconde na metáfora do fundamento, do alicerce, ou seja, o que dá a base e a estrutura das ciências sem nunca estar a descoberto, o seu ordenamento, a “experiência nua da ordem e de seus modos de ser”.

[...]; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistêmê onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; [...]. (FOUCAULT, 2007: XVIII)

Um dos dois momentos que são identificados nesta obra como de transição epistemológica é o da idade clássica, ou seja, a passagem do século XVI ao XVII, que poderíamos entender igualmente como a transição do Renascimento ao Barroco, período correspondente à escrita e publicação da primeira e da segunda parte de *Dom Quixote*, em 1605 e 1615, respectivamente. Nesse caso, o que nos compete identificar não é mais aquele estranhamento com uma ordem completamente diferente, como no caso do ensaio de Borges, e sim aquilo que está subjacente a um ordenamento que, de alguma forma, ainda corresponde em diversos casos ao nosso mesmo, pelo menos em sentido genealógico.

Trata-se, em suma, de uma história da semelhança: sob que condições o pensamento clássico pôde refletir, entre as coisas, relações de similaridade ou de equivalência que fundam e justificam as palavras, as classificações, as trocas? [...]; a história da ordem das coisas seria a história do Mesmo – daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades. (FOUCAULT, 2007, p. XXII)

O texto de Cervantes, o primeiro romance no formato como o conhecemos hoje, é emblemático dessa transformação. Ele se situa exatamente no ponto de ruptura de um ordenamento que visava a interconexão de todas as coisas a partir de categorias de semelhança para um sistema de pensamento calcado na, para lembrar um conceito filosófico barroco contemporâneo à obra, mônada como modelo da existência individual, que, apesar de radicalmente apartada de tudo, adquire a sua importância ontológica na medida em que se entende como nó relacional em meio a uma multidão de outros indivíduos que se entendem apenas em relação ao lugar que ocupam na organização catalográfica dos entes e à distância que os separa de todos os outros sujeitos, igualmente isolados e interconectados, num prenúncio à nossa própria subjetividade pós-moderna.

A ficção frustrada das epopeias tornou-se no poder representativo da linguagem. As palavras acabam de se fechar na sua natureza de signos. *Dom Quixote* é a primeira das obras modernas, pois que aí se vê a razão cruel das identidades e das diferenças desdenhar infinitamente dos signos e das similitudes: pois que aí a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária donde só reaparecerá, em seu ser absoluto, tornada literatura; [...]. (FOUCAULT, 2007:67)

Entretanto, antes de percebermos a nossa condição de diferenciação, é necessário, inclusive para facilitar o entendimento por oposição, compreendermos o que era o mundo sob o véu da semelhança.

2 – A doutrina das semelhanças

Os modelos de pensamento do século XVI eram dados pelo padrão das semelhanças, pela relação de simpatia entre as coisas. O pensamento, então, teria a possibilidade e a tarefa de, investigando a natureza, descobrir, desvelar as relações das coisas entre si, tanto no que tinham de aproximação natural, a simpatia, quanto de

repulsão, no caso da antipatia natural entre os seres. E esse modelo não era exclusivo do comportamento humano, como igualmente extensível a todas as coisas. Os minerais se relacionavam, quase voluntariamente, com outros minerais, mas também com os homens segundo seu temperamento, com outros animais, com os vegetais e com os planetas. O mundo era organizado em grandes categorias que amalgamavam itens em seu interior mediante um critério de aglutinação e relação mágica. Foucault abre com estas palavras o seu capítulo sobre *A Prosa do Mundo*:

Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. [...] O mundo enrolava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo em suas hastes os segredos que serviam ao homem. A pintura imitava o espaço. É a representação – fosse ela festa ou saber – se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar. (FOUCAULT, 2007: 23)

O conhecimento era erigido, portanto, como representação verossímil do mundo, como no exemplo da obsessão renascentista pela perspectiva e pela anatomia, pois estava subentendido que o intelecto poderia desvendar os liames invisíveis entre as coisas e penetrar a obscuridade secreta da natureza. A linguagem, nesse caso, cumpre o papel de permitir adequadamente o acesso e a transmissão desse saber conquistado sobre o mundo. Em outras palavras, era no mundo, nas coisas fora dele mesmo, que o intelecto buscava a fundamentação do conhecimento, contrastando com a radicalidade do sujeito solipsista, a hipertrofiada subjetividade moderna de origem cartesiana.

A similitude, modelo de relação entre o intelecto e o mundo, podia se apresentar em quatro formas não excludentes: *convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatia*. Foucault usa textos da

época para elencar estas modalidades, como a *Syntaxeon Artis Mirabilis*, de Grégoire, publicada em Köln em 1610; *La Physionomie humaine e Magie Naturelle* de Giovanni Porta, publicada em 1655; de Umberto Aldrovandi a *Mostrorum Historia* de 1647; de Tomaso da Campanella, um dos poucos autores mais conhecidos dentre estes citados, *Realis Philosophia*, publicado em Frankfurt em 1623; *Liber Paramirum*, do alquimista Paracelso, escrito no século XVI; entre outros. Poder elencar como base para a pesquisa de Foucault estes textos tão pouco conhecidos de nossa cultura só vem a reafirmar o método arqueológico em oposição ao histórico, pois o que se busca é justamente o obscuro, o que não está revelado.

Ainda que muito próximas em sua definição conceitual, as quatro categorias da semelhança, justamente por estarem assim tão nitidamente categorizadas, dão conta do processo de pensamento por catalogação de semelhanças do qual são simultaneamente exemplo e definição. A *convenientia* é a aproximação espacial e gradual das coisas em suas relações, de forma que seus limites se misturem sutilmente, que o fim de uma vá dando vazão ao surgimento de outra. Ela representa a cadeia de pensamentos que liga uma planta a um peixe, este peixe a um planeta, o planeta a uma doença humana e esta a uma outra planta, numa concatenação virtualmente infinita. A proximidade espacial própria da *convenientia* é rompida, porém, na *aemulatio*. Esta é a relação entre duas coisas que não se tocam, como se o elas tivessem entre si uma conexão secreta capaz de agir à distância. É propriamente emulação, ou seja, fazer com que o que está presente valha ou represente o que está ausente.

Enquanto *convenientia* e *aemulatio* estão pautadas nas relações entre os seres, a analogia permite estabelecer relações entre as próprias relações, ou seja, evocando sua etimologia, fazer falar através das coisas, é a similitude das relações das coisas com os ambientes nos quais se encontram, as proporções através das quais eles se organizam.

Mas destas relações, que poderiam estar deslocadas e dispersas por entre todos os seres e todas as conexões entre eles, está um ponto fixo: o homem. Através dele todas as relações

não apenas passam como são exclusivamente compreendidas, ele é o detentor do poder de analogia para a interpretação e compreensão do mundo, o que já antecipa, de certa forma, a guinada que o pensamento dará logo após, tanto em seu mergulho no sujeito solipsista cartesiano, para o qual apenas ele tem existência confirmada por necessidade lógico-racional, quanto no perspectivismo empirista a partir do qual o mundo existe apenas enquanto percepção dos sentidos deste sujeito privilegiado pelo entendimento, diferentemente do que nos dá a *epistêmê* clássica que quer o conhecimento como uma representação do mundo independentemente daquele que o contempla.

Por fim temos a quarta categoria, a mais abrangente, a da *simpatia*, bem como de sua antagonista, a *antipatia*. Por esta razão ela é a mais ampla das categorias de semelhança, pois não está limitada nem no tempo nem no espaço, é uma forma universal generalizada de assimilação relacional, permitindo que o entendimento estabeleça os vínculos entre as diversas criaturas infinitamente, bem como explica a ação dos seres em si mesma, mesmo dos corpos inanimados ou dos planetas. Porém, ela deve ser contrabalanceada pela *antipatia*, para impedir que em sua força de assimilação e atração das diferentes coisas em função de suas similaridades, ela transforme o mundo inteiro em uma homogeneidade. A *antipatia* preserva a individualidade dos seres que permite o seu reconhecimento da força de atração de sua contrária.

Todas estas relações existentes não seriam perceptíveis ao intelecto humano se não fosse pelas assinalações que as interconectam simbolicamente, permitindo então que nossa percepção desvende as relações mágicas, remotas e inexplicáveis entre os objetos afins. Apesar de as relações nos dizerem como o mundo se organiza e interconecta, elas não nos dizem como reconhecer estas conexões, exceto pelas marcas que as coisas ostentam, pelas assinalações que nos indicam qual o caminho trilhado pelas semelhanças.

Decifrar as similitudes é, portanto, um processo de conhecimento e, ao mesmo tempo, de poder sobre o mundo

das coisas, de maneira que as assinalações sejam aquilo que, na doutrina das semelhanças, mais exposto e, paradoxalmente, mais recôndito se encontra. As assinalações guardam profunda e íntima relação com a linguagem, exceto pelo fato de que o texto humano, a linguagem escrita, não tenha o mesmo poder hieroglífico da linguagem da natureza, ou seja, não seja capaz de controle mágico sobre as coisas, apenas comunique aquilo que é resultado de convenção semântica, e não a verdade profunda por trás das coisas. As assinalações explicam aquilo que para a nossa subjetividade contemporânea é estranho, que uma determinada planta seja indicada para curar a doença de determinado órgão do corpo humano a partir da imagem impressa em suas folhas, que lembra o formato do órgão em questão. Essa relação da semelhança com o sinal que a designa enquanto também uma relação de semelhança torna o processo de interpretação infinito, o que Foucault exemplifica bem ao analisar o quadro de Velázquez, *Las Meninas* (1656), logo no início de seu livro.

Nosso autor vai definir este esforço de interpretação no pensamento clássico como simultaneamente uma hermenêutica e uma semiótica, de maneira que, enquanto a primeira interpreta os símbolos em seu contexto semântico, a segunda possa localizá-los e definí-los enquanto tais.

Esse “vão” é justamente o aspecto que faz com que *Dom Quixote* seja tão importante para a literatura ocidental, pois é a primeira obra a ser realizada a partir dessa nova epistêmê, ou seja, não vai mais estabelecer a relação das palavras com as coisas e sim das palavras com elas mesmas, pois não é a transformação do mundo em narrativa, e sim seu revés, a transformação de narrativa em mundo que será seguida pela narrativa dela mesma, em um processo de auto-refração que já identificamos no quadro de Velázquez.

Foucault chama essa configuração de conhecimento de pletórica, pois ela não estabelece uma relação direta de conhecimento senão que encadeia as coisas em correntes infinitas de relações que não explicam as coisas em suas identidades,

senão de forma relacional a todas as demais coisas com as quais ela estabelece relação de semelhança. A erudição aparece então como uma categoria interessante do conhecimento, na medida em que é justamente a acumulação mnemônica que ela possibilita que fundamenta o desvendamento das assinalações presentes nas coisas e permite a decifração de suas simpatias e semelhanças, conveniências e emulações, seja na infinidade factual da natureza ou no labirinto referencial das bibliotecas, ou, dito de outra maneira, tanto na epistêmê do Renascimento quanto do Barroco. Isso traz ao pensamento a metáfora do livro do mundo que é a natureza, disponível em seus segredos àqueles que saibam decodificar seus símbolos explícitos para chegar a seus conhecimentos escondidos. Daí a importância da linguagem no pensamento clássico, como meio de decifração do mundo e também como coisa a ser decifrada enquanto palavra mesma.

No século XVI, a linguagem real não é um conjunto de signos independentes, uniforme e liso, em que as coisas viriam refletir-se como num espelho, para aí enunciar, uma a uma, sua verdade singular. [...] No seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõe aos homens como coisas a decifrar. (FOUCAULT, 2007: 47)

Nem exata, nem arbitrária, a linguagem faz parte do grande sistema das assinalações e permite o conhecimento do mundo na medida de sua correspondência com as coisas de acordo com um código secreto, sagrado, primordial, a conexão entre o mundo e a sua nomeação permitida aos homens por Deus antes da punição pela Torre de Babel. Daí o poder das palavras mágicas, daí o estudo das línguas mortas, daí o poder do discurso sobre o mundo. Mas este conhecimento está perdido, restando à humanidade apenas conjuntos de assinalações imprecisas, línguas que não estabelecem com força a relação entre as palavras e as coisas que representam e

que, cientes dessa incapacidade, só podem adotar dois caminhos: esforçar-se conscientemente em vão para restabelecer essa conexão, o que de certa forma contextualiza o desespero barroco em relação ao conhecimento, ou abandonar a necessidade de representação do mundo e estabelecer a linguagem como algo que tem seu fundamento a partir da relações de si para consigo, num alheamento progressivo do mundo a representar que chega aos píncaros da glosa universal.

Saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar. (FOUCAULT, 2007: 55)

E, na sua tentativa de reestabelecer a relação primitiva, a linguagem se torna interpretação infinita, pois só pode enunciar aquela verdade perdia acercando-se dela, circunscrevendo-a de sentidos e versões. Neste ponto Foucault cita, muito apropriadamente, e em tom quase profético a respeito da produção cultural do ocidente, incluindo esta nossa aqui presente, Montaigne: “Há mais a fazer interpretando as interpretações que as coisas; e mais livros sobre livros que sobre qualquer outro assunto; nós não fazemos mais do que nos entreglosar.” (MONTAIGNE apud FOUCAULT, 2007: 56) A linguagem, portanto, passa a ser infinita como a perseguição do horizonte, pois ela sempre está anunciando um sentido que está mais além dela mesma enquanto enunciação. Tal separação é, claramente, a mudança da linguagem como representação para a linguagem como enunciação, ou seja, não há mais um mundo a ser representado pela linguagem, tampouco a possibilidade de que ela o representasse caso ele viesse a existir novamente, de forma que a tarefa que ela assume doravante é a da enunciação não do mundo que é, e sim do mundo que ela cria, que ela acha que deve ser. Não mais discurso, e sim literatura.

Nada mais há em nosso saber e em nossa reflexão que nos traga hoje a lembrança desse ser. Nada mais, salvo talvez a literatura – e ainda de um modo mais alusivo e diagonal que direto. Pode-se dizer, num certo sentido, que a “literatura” tal como se constituiu e assim se designou no limiar da idade moderna, manifesta o reaparecimento, onde era inesperado, do ser vivo da linguagem. (FOUCAULT, 2007: 59 e 60)

É neste ponto que surge, como modelo da literatura moderna ocidental, como cristalização desta transformação do pensamento, *Dom Quixote*, permitindo, segundo Roberto Machado (2000, p. 28) que o pensamento renascentista estabeleça um jogo com a loucura que não necessariamente se oponha de forma radical à sanidade e à verdade e que vai se desenvolver ao longo da modernidade de maneira a permitir intuímos uma grande verdade dentro das alucinações da loucura.

3 – A nossa triste figura

No romance de Cervantes se estabelecem pela primeira vez relações diferentes entre a linguagem e o mundo, momento no qual se abandonam as antigas relações entre as coisas, suas semelhanças e os signos que as marcam novas relações emergem na epistêmê ocidental moderna, de maneira a constituir-se tanto na primeira obra do classicismo quanto na última obra da renascença.

Tal transformação, por sua vez, deve-se a um movimento de recuo, movimento pelo qual Dom Quixote passa a ocupar um espaço intermediário entre o da loucura e o da linguagem, espaço em que terá condições de contribuir para a formação do conceito mais geral de epistêmê, bem como dos conceitos mais particulares de analogia e representação. (CALMON, 2003: 116)

O protagonista é chamado de “o herói do Mesmo”, exemplificando o que já havia sido colocado a respeito da linguagem, que a narrativa de Cervantes se desenvolve sob o signo da auto-referência, não mais uma linguagem que aponta para o mundo e sim um sistema de signos que se volta sobre si mesmo em um processo infinito e infindável. Novamente: a linguagem, representada aqui pela literatura, não mais representa o mundo, senão que o enuncia e, nesse processo, recorre a si mesma como fundamentação, transformando aquilo que deveria representar. Por isso Dom Quixote recorre aos livros e a suas histórias de cavalaria para descobrir como o mundo deve ser, para guiar-se em suas ações, pois o seu acesso direto ao mundo foi barrado pela rede imperscrutável da linguagem.

Mas, se ele quer ser-lhes semelhante, é porque deve prová-los, é porque os signos (legíveis) já não são semelhantes a seres (visíveis). [...] Cabe-lhes refazer a epopeia, mas em sentido inverso: esta narra (pretendia narra) façanhas reais prometidas à memória; já Dom Quixote deve preencher com realidade os signos sem conteúdo da narrativa. (FOUCAULT, 2007:64)

Dom Quixote não faz mais uma leitura do mundo que será colocada nos livros, senão ao contrário, uma leitura dos livros para interpretar o mundo. Nesse sentido, ele inverte radicalmente o pensamento renascentista, pois a linguagem deixou já de ser representação adequada do mundo. Ela pode ser doravante apenas uma representação fantasiosa, dele, momento no qual o moinho será um gigante porque é isso que está nos livros, os rebanhos de carneiros serão um exército de inimigos, a camponesa será uma dama. (CALMON, 2003:125)

É pois de saber que este fidalgo, nos intervalos que tinha de ócio (que eram os mais do ano), se dava a ler livros de cavalarias, com tanta afeição e gosto,

que se esqueceu quase de todo o exercício da caça, e até da administração de seus bens; e a tanto chegou a sua curiosidade e desatino neste ponto, que vendeu trechos de terra de sementeira para comprar livros de cavalaria que ler, com o que juntou em casa quantos pode apanhar daquele gênero. (CERVANTES, 1981: 31)

Tudo isso porque nessa nova configuração do pensamento, os textos são mais importantes, têm mais poder de efetivação, do que a realidade empírica. Em seu desenvolvimento a linguagem não representa mais o mundo que se vê, senão que cria alucinadamente o mundo que deseja. Tal esquizofrenia epistemológica passa a ser a base do pensamento ocidental moderno, criando a clivagem radical entre as palavras e as coisas.

[...] a história de Dom Quixote de la Mancha é a história da ascensão de uma outra epistêmê, a representação, que, na passagem da Renascença para o período clássico, justamente quando o romance foi escrito e publicado (1605 a 1615), passa a substituir a velha ordem de saber baseada na analogia, [...]. (CALMON, 2003: 131)

Porém, ao passo que as coisas não são mais do que elas são, individual e isoladamente, não representando nenhuma semelhança, nenhuma analogia, da mesma forma as palavras erram vazias de significado imediato. A linguagem ganha a sua independência do mundo ao voltar-se para seu isolamento interior ao sujeito moderno que, como veremos, apesar de absoluto, se encontrará solipsista e potencialmente ensandecido.

Em suma, tanto naquelas leituras se enfrescou que passava as noites de claro em claro e os dias de escuro em escuro, e, assim, de pouco dormir e muito ler, se lhe secou o cérebro, de maneira que chegou a perder o juízo. (CERVANTES, 1981: 32)

Percebamos que a mesma condenação que nossa subjetividade contemporânea faz em relação aos delírio do Cavaleiro da Triste Figura, alinhando-se ao seu fiel escudeiro para rir de sua inventividade e nobre ingenuidade, é a crítica que fazemos ao pensamento das relações universais invisíveis das semelhanças entre as coisas cristalizadas no conjunto de conhecimentos da magia e da erudição. Ou seja, desacreditamos uma visão “não científica do mundo”, que crê em bruxas, poções do amor e astrologia, sem percebermos que ela não é a-científica no sentido de não pertencer a um conjunto coerente e sistêmico de organização dos conhecimentos e pensamentos, e sim que ela pertence a um modelo epistemológico diferente do nosso, a uma outra ordenação da enciclopédia celestial de saberes benévolos, por assim dizer.

O louco, entendido não como doente, mas como desvio constituído e mantido, como função cultural indispensável, tornou-se, na experiência ocidental, o homem das semelhanças selvagens. [...] É o jogador desregrado do Mesmo e do Outro. Toma as coisas pelo que não são e as pessoas umas pelas outras; ignora seus amigos, reconhece os estranhos; crê desmascarar e impõe uma máscara. (FOUCAULT, 2007: 67)

Duas alternativas se descortinam então à frente deste pensamento das semelhanças, uma é a loucura, como acabamos de demonstrar, e a outra é a poesia e a literatura, nas quais igualmente se reconhecem as relações entre as coisas, as metáforas que as unem, os significados obscuras que elas escondem. Essa pode ser base da conexão entre poesia e loucura na produção cultural da modernidade ocidental, mas não em forma de um delírio inspirado, e sim como capacidade epistemológica de reconhecimento das semelhanças entre as coisa em um mundo de elementos radicalmente isolados.

Às margens de um saber que separa os seres, os signos e as similitudes, e como que para limitar seu poder,

o louco garante a função do homossemantismo: reúne todos os signos e os preenche com uma semelhança que não cessa de proliferar. O poeta garante a função inversa; sustenta o papel alegórico; sob a linguagem dos signos e sob o jogo de suas distinções bem determinadas, põe-se à escuta de 'outra linguagem', aquela, sem palavras nem discursos, da semelhança. (FOUCAULT, 2007: 68)

Mas algo a mais no romance de Cervantes, o romance por excelência, acontece: ele se dobra sobre si mesmo, ele se fecha no círculo infinito da auto-referência no momento em que personagens da segunda parte do livro entram em cena tendo já lido a primeira parte, libertando o cavaleiro da observação dos romances de cavalaria alheios e prendendo-o ao seu próprio texto, de maneira que a literatura, que já não representava o mundo, não faça referência a uma outra narrativa, senão a si mesma. Espanta-se e alegra-se Dom Quixote ao saber que as suas andanças haviam sido escritas por um "mouro e sábio", Cide Hamete Benengeli, e publicadas sob o nome de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha* em Lisboa, Barcelona e Valencia:

Uma das coisas – acudiu Dom Quixote – que maior contentamento deve dar a um homem virtuoso e eminente é o ver andar-se em vida pela bocas do mundo, impresso e com estampa com bom nome, é claro, porque, sendo ao contrario, não há norte que se lhe iguale. (CERVANTES, 1981: 234)

Dessa maneira, fecha-se o círculo sobre o qual se encerrará a linguagem e o sentido, pois transforma-se em personagem o homem que queria viver da mesma maneira que os personagens que admirava, e transforma-se em narrativa a vida que imitava as narrativas, em um espelhamento infinito que ilustra os labirintos dentro dos quais vai se desdobrar errante o pensamento barroco. É isto que faz de Dom Quixote, definitivamente, o herói do Mesmo. A transformação da *epistèmê* que esta obra exemplifica traçou

a separação radical entre as palavras e as coisas, entre o mundo e as suas representações, entre o sujeito e o objeto. Isso não equivale a dizer, obviamente, que antes de Dom Quixote as narrativas eram enunciações da verdade e depois passaram a ser vãs fantasias, pois, de acordo com Marthe Robert (2007, p. 26 et seq.), a narrativa em geral, e o romance em particular, nunca é especificamente uma representação da verdade, senão que uma criação incessante de um outro, de uma alteridade epistemológica que pode, como estamos sugerindo, perder-se em si mesma, como no exemplo de Dom Quixote.

[...]: o romance nunca é verdadeiro nem falso, fazendo apenas sugerir um ou outro, isto é, dispondo sempre exclusivamente da escolha entre duas maneiras de enganar, entre duas espécies de mentira [...]. (ROBERT, 2007:100)

É isto que torna o romance, como gênero, e especialmente Dom Quixote, como modelo deste gênero, objetos de reflexão tão polissêmicos, pois eles simultaneamente se relacionam ao mundo no qual acontecem e ao palco que criam e recriam e não se contentam com o mero representar, verdadeira ou falsamente, o mundo, senão que, como forma de narrativa e fabulação, auxiliam mesmo a criar o mundo que representam. Superando a mera representatividade das narrativas anteriores, Dom Quixote inaugura uma narrativa que vai se desdobrar sobre si mesma, fazendo se si o objeto de reflexão.

Porém, seja como for, o romance não existe mais sem a fissura que deve agora enfrentar; pelo menos não há mais história pretensamente verdadeira que não escolha como tema os conflitos do herói consigo mesmo em seu aprendizado da vida. (ROBERT, 2007:36 et seq.)

Dessa maneira, todos nós, cujas subjetividades vão atravessadas por este modelo e por tais rupturas, em nosso esforço

alucinatório para a compreensão do mundo, investimos, lança em riste, contra nossos próprios moinhos de vento. Somos todos Dom Quixote. O significado do mundo se nos ausenta. Enquanto isso, erramos. “A escrita e as coisas não se assemelham mais. Entre elas, Dom Quixote vagueia ao sabor da aventura.” (FOUCAULT, 2007: 66).

Referências

- BORGES, J. L. *El Idioma Analítico de John Wilkins*. Disponível em: <<http://languagelog.ldc.upenn.edu/myl/ldc/wilkins.html>>. Acessado em: 10 jun. 2015.
- _____. La Biblioteca de Babel. In: *Ficciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 86 – 99.
- _____. Pierre Menard, autor del Quijote. In: *Ficciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 41 – 55.
- CALMON, J. *O Dom Quixote de Foucault*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2003.
- CERVANTES E SAAVEDRA, M de. *Dom Quixote de La Mancha*. Tradução Visconde de Castilhos e Azevedo. São Paulo: Victor Civita, 1981.
- FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. [Les Mots et les Choses] Tradução de Salma Tannus Muchail. 9a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MACHADO, R. *Foucault, a Filosofia e a Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ROBERT, Marthe. *Romance das origens, romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ENTREVISTA COM HELENA HIRATA*

Bárbara Castro**
Mariana Roncato***

A recente passagem de Helena Hirata pelo Brasil foi marcada por sua participação em dois eventos sediados na Unicamp: o Colóquio Marx Engels e a ABET¹. Nestes dois momentos, no espaço de debates, apareceu uma certa disputa em torno das categorias de interseccionalidade e consubstancialidade, como uma reação às falas da pesquisadora. Quando demos início à organização do dossiê “Os trabalhos das mulheres” pensamos que ele poderia ser uma boa oportunidade para registrar esse esforço de reflexão, bem como retomar os caminhos teóricos que permitiram a sua realização.

* Helena Hirata é socióloga, diretora de pesquisa emérita no *Centre National de la Recherche Scientifique* da França e professora visitante internacional do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Tem pesquisado sobre gênero e globalização; divisão sexual do trabalho; desemprego, instituições e atores, numa perspectiva de comparação internacional. Publicou em co-coordenação com três colegas francesas, *Dicionário crítico do feminismo* (Edunesp, 2009) em português, francês, japonês, espanhol, búlgaro, turco e persa e em junho de 2016, pela *Boitempo*, com Alice Rangel de Paiva Abreu e Maria Rosa Lombardi, gênero e trabalho no Brasil e na França. *Perspectivas interseccionais*.

* Professora do Departamento de Sociologia da Unicamp.

** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp.

¹ VIII Colóquio Internacional Marx Engels realizado de 14 a 17 julho de 2015 pelo Cemarx (Centro de Estudos Marxistas), e XIV Encontro Nacional da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) realizado de 15 a 18 de setembro de 2015.

Nesta entrevista nós buscamos revisitar a história da construção do campo de trabalho e gênero e a inserção da pesquisadora nele, explorando sua atualidade. Helena Hirata tem se dedicado a olhar para as transformações da divisão sexual do trabalho tanto no tempo quanto no espaço. A perspectiva comparativa entre Brasil, França e Japão permitiu à pesquisadora avaliar o estado das artes da produção acadêmica recente, bem como pensar os novos desafios colocados para a agenda de pesquisa contemporânea. Entre as mudanças conjunturais, um problema permanece latente ao campo. Para Helena Hirata, “se você está presente e você insiste na questão do gênero, ela aparece. Mas se as pessoas que estão preocupadas com a questão do trabalho e gênero não estão presentes, (...) volta de novo à sociologia do trabalho cega à questão do gênero”. Insistamos, pois, em ocupar este espaço. E que sejamos capazes de assumir o desafio de insistir também na categoria raça. É nesse sentido que o debate de interseccionalidade ou consubstancialidade, como dirá Hirata, ganha uma dimensão política: a de aprofundarmos a dimensão das opressões e explorações.

Mariana Roncato: *Para iniciar, gostaríamos de saber como você enxerga o estado das artes da sociologia do trabalho e gênero hoje, especialmente no caso brasileiro.*

Hirata Hirata: Hoje já tem uma certa história, já tem uma certa tradição. Não é uma coisa que começou agora. Acho que pode se dizer que começou nos anos de 1970. Já há uns 40 anos o gênero é uma categoria que foi introduzida dentro da sociologia do trabalho. Só que ela aparece e desaparece. Se você está presente e você insiste na questão do gênero, ela aparece. Mas se as pessoas que estão preocupadas com a questão do trabalho e gênero não estão presentes, os outros fazem como se esta questão não existisse e volta de novo a sociologia do trabalho cega à questão do gênero. Então eu acho que é muito flutuante e não dá para dizer que o

gênero já se estabilizou como categoria dentro dos estudos do trabalho. Eu acho que mesmo dentro das questões de gênero, da problemática de gênero, houve uma evolução. Houve uma época em que gênero e trabalho eram bem associados, eram trabalhados conjuntamente: os anos de 1970, 1980 e 1990. Mas hoje em dia acho que há um desenvolvimento de pesquisas sobre gênero que não contemplam o trabalho. A questão do trabalho está menos presente hoje nos debates, nas publicações, nas pesquisas que se fazem, por exemplo, na França. Na França hoje em dia há um desenvolvimento muito grande de pesquisas na área de, por exemplo, gênero e sexualidade, ou gênero e a arte, gênero e artistas, artes plásticas, música, dança etc. Toda uma série de questões que não contemplam diretamente o trabalho, enquanto que no primórdio das pesquisas sobre o gênero e o trabalho com a Danièle Kergoat, nos anos 1970, começo dos anos 1980, a Danièle dizia que o trabalho era realmente o *ttt*, aquilo que estava em jogo nas relações sociais de sexo entre homens e mulheres, por isso o trabalho era fundamental. Esta questão da centralidade do trabalho foi realmente a tônica das pesquisas sobre o trabalho e gênero nos anos de 1970 a 1990. Mas hoje em dia acho que não dá pra dizer a mesma coisa. Não se pode dizer hoje que o trabalho tem uma grande centralidade nas pesquisas sobre gênero. Hoje em dia a consubstancialidade ou a interseccionalidade são uma ótica para apreender a questão do gênero. De uma certa forma, essas categorias dão uma nova atualidade para esta questão da centralidade do trabalho porque a consubstancialidade é uma interdependência das relações sociais e das relações de poder entre classes sociais, relações étnico-raciais, relações de homens e mulheres, relações de gênero. Pelo menos estas três dimensões, classe, gênero e raça, são as três dimensões que acabam configurando alguma coisa que, sobretudo via classes sociais, faz a questão do trabalho reaparecer. Qual é a relação com o trabalho destas diferentes classes, destes diferentes gêneros, destas diferentes raças? O trabalho é visto diferentemente, vivido diferentemente pelos negros e negras, ou brancos, ou pelas diferentes classes, por homens e mulheres etc. Então o trabalho volta de novo a ser uma categoria relativamente central. Mas,

pode-se dizer que hoje em dia há muitas pesquisas que não se interessam pela questão do trabalho. Foi isso o que mudou. Porque no começo do desenvolvimento das pesquisas sobre gênero, na França pelo menos, o trabalho tinha uma centralidade muito maior do que hoje. No caso do Brasil acho que é um pouco diferente. As dinâmicas são diferentes, as preocupações são diferentes. Vimos isso no VIII Colóquio Marx Engels. Havia um grupo onde várias pessoas faziam pesquisas sobre a população LGBT² e as questões de sexualidade, homofobia ou heteronormatividade, sem abordar o tema do trabalho. São pessoas que estão preocupadas com uma perspectiva de gênero, mas que não estão diretamente interessadas na questão de trabalho e gênero. Então realmente houve uma mudança. Há um artigo importante de Angela Araújo em um número do *Cadernos Pagu*³, já bastante antigo, em que ela faz uma espécie de estado da arte das pesquisas sobre trabalho e gênero no Brasil. Se fizermos o mesmo tipo de levantamento hoje, não sei se há tantos trabalhos assim sobre a questão de gênero e trabalho, quer dizer, as muitas pesquisas sobre gênero não são diretamente sobre trabalho. Por exemplo, Maira Abreu,⁴ que é doutoranda da Angela e que tem um trabalho de pesquisa muito importante sobre o feminismo francês, não dá pra situar a pesquisa dela na área de trabalho e gênero, embora algumas pesquisadoras dentro do que ela considera como feminismo francês como a Danièle Kergoat tenham pesquisas sobre trabalho e gênero. Mas a maioria das feministas francesas que ela tem estudado, como Christine

² Helena Hirata se refere ao GT “Gênero, raça e sexualidade no capitalismo contemporâneo”, realizado no VIII Colóquio Marx e Engels e no qual ela esteve presente acompanhando a apresentação dos trabalhos e contribuindo para os debates.

³ Trata-se da apresentação escrita por Angela Araújo no dossiê “Gênero no trabalho”, número 17-18 do *Cadernos Pagu*, de 2002.

⁴ Maira Luisa Gonçalves de Abreu, aluna do doutorado em Ciências Sociais na Unicamp em co-tutela com a Université Paris 8, desenvolve a pesquisa intitulada “Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)”

Delphy, não dão centralidade ao trabalho. E o caso também de Monique Wittig, Nicole Claude-Mathieu e Colette Guillaumin. São outras questões que estão dentro do seu campo de pesquisa: o racismo, o sexismo, o sexo e o gênero. São outras questões que estão fundamentando os seus interesses teóricos ou as suas categorias analíticas.

Bárbara Castro: *Muitas vezes os estados das artes realizados sobre trabalho e gênero no Brasil se referem a dois textos fundadores, o “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade”, de Heleieth Saffioti e, “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista”, da Eva Blay. Elas, de certa maneira, são suas contemporâneas da USP, com uma pequena diferença de tempo. Gostaríamos de saber se você acompanhou a formação desse campo de pesquisa, desses primeiros trabalhos.*

HH: Eu sempre situo o início da introdução do gênero na sociologia do trabalho no Brasil ao pioneirismo das duas, a Eva Blay e a Saffioti. Agora, eu realmente não faço parte dessa tradição. Primeiro porque elas são realmente de uma outra geração de pensamento. Não só pela idade, mas pelo tipo de percurso que elas tiveram: acadêmico, institucional, de pesquisa etc. As duas são sociólogas e eu fiz filosofia. Então não tenho o mesmo tipo de itinerário e trajetória. Eu me situo muito mais na linhagem da Beth (Elisabeth) Lobo, porque a Beth Lobo era mais ou menos da minha geração. Era um pouco mais velha, mas introduziu essa perspectiva de gênero e trabalho, fez várias pesquisas sobre os operários industriais, uma pesquisa conjuntamente com outras pesquisadoras e pesquisador sobre as operárias industriais em São Bernardo e sobre o congresso das mulheres metalúrgicas de 1978⁵. Então a Beth Lobo, para mim, é a pessoa que eu considero mais próxima. Os primeiros trabalhos da Beth sobre, por exemplo,

⁵ I Congresso das Mulheres Metalúrgicas de S. B. do Campo e Diadema realizado em 1978.

mulheres na linha de montagem, é de 1980/1981, enquanto que as teses da Heleieth e da Eva são dos anos de 1960 e início dos 1970 – e as publicações são do fim dos anos de 1970. Então há pelo menos 10 anos de distância entre as publicações de Saffioti e Blay e as publicações de Lobo. Há também uma tradição teórica francesa, da Danièle Kergoat, por exemplo, que a Elisabeth Lobo recupera nas pesquisas que ela faz sobre o Brasil e que a Heleieth ou a Eva não utilizaram. Elas não tiveram este tipo de herança teórica porque não tinham com ela nenhum contato direto. E elas não tinham a mesma referência teórica da Beth Lobo. Embora, por exemplo, todo o tipo de discussão que tivemos naquele congresso⁶ sobre a ideia de nó da Heleieth seja bastante próxima da ideia de consubstancialidade das relações sociais da Danièle Kergoat. É esta ideia de que todas as relações sociais são indissociáveis, são interdependentes, que não podemos considerar que uma é mais importante que a outra, que uma antecede a outra. Esta é uma ideia que se opõe ao que tradicionalmente defendiam os marxistas, que a opressão da mulher viria em segundo lugar e que em primeiro lugar viria a luta de classes. E que com o fim da exploração de classes poderia se lutar contra a opressão das mulheres. Então o nó, por exemplo, que acho muito próximo da ideia de consubstancialidade, é uma ideia paralela. Não foi uma influência recíproca. Não é que Danièle tenha sido influenciada por Heleieth ou que Heleieth tenha sido influenciada por Danièle. Mas se assistiu ao desenvolvimento de um pensamento mais ou menos comum. Houve uma época, evidentemente, em que as duas se encontraram e se conheceram. Quer dizer, a Heleieth conheceu e leu os trabalhos da Danièle, mas em um momento posterior, provavelmente na década de 1990. E a Eva ainda faz parte de um outro tipo de percurso teórico, político, institucional. Ela se interessa pelo estudo do trabalho profissional da mulher. Sua pesquisa era próxima do que conhecemos na França,

⁶ Refere-se ao debate realizado na ABET, na Mesa Redonda 10 “Novos campos de estudo do trabalho e os desafios das relações sociais de classe, gênero e raça”, coordenada por Carmen Lucia Rodrigues Arruda, com as exposições de Liliana Segnini, Helena Hirata, Nadya Araujo Guimarães e Bila Sorj.

por exemplo, dos trabalhos da Guilbert, que também se interessava pelo trabalho das mulheres na indústria. O livro dela é de 1966, ela é bem contemporânea das duas brasileiras. Mas “O trabalho das mulheres na indústria” da Madeline Guilbert foi publicado pela Mouton⁷ em The Hague (Haia), na Holanda em 1966, e ela também trabalha com a questão das mulheres na indústria francesa, mas não analisa seu material de campo em termos de relações de gênero e acho que Eva também não. O livro dela não é sobre as relações de gênero, é sobre a mulher. E isso esta bem na linhagem tanto da Madeleine Guilbert quanto da Evelyne Sullerot que é uma outra pesquisadora francesa que também escreveu sobre mulheres e trabalho, mulheres no trabalho profissional etc. A Eva Blay sempre reivindica um certo pioneirismo sobre o tema trabalho e mulheres, e sua referência principal é Marie-José Chombart de Lauwe, uma pesquisadora sobre mulher e trabalho na França dos anos 1950. Então creio que as filiações são bem diferentes.

BC: *Eu ia perguntar justamente isso, sobre esses desdobramentos. Tenho curiosidade em saber como você olha para hoje. Porque a partir dos anos de 1980 me parece que o campo de estudos de trabalho e gênero se torna um pouco mais homogêneo. Como você percebe essas afinidades temáticas, teóricas e metodológicas?*

HH: Acho que é uma questão de gerações. A geração da Danièle Kergoat e a minha, por exemplo, que se preocupou muito com a questão do trabalho e do gênero, nos aposentamos e somos eméritas, então não temos mais o mesmo nível de institucionalidade. Atualmente, das jovens que estão iniciando a pesquisa na França, há muito poucas que estão na área de trabalho. Eu até citei na ABET, não me lembro exatamente em qual das mesas, a Fanny Gallot, que é uma jovem historiadora que acabou

⁷ Madeleine Guilbert, “Les Fonctions des femmes dans l’industrie”, La Haye, éditions Mouton, 1966

de escrever um livro sobre operárias industriais⁸. Ela deve ter por volta de 30 anos e acabou de ser contratada como professora em Paris 12, que é a Universidade de Créteil. Sua pesquisa é sobre a vida, o trabalho e as lutas de várias operárias industriais desde os anos 1970 até hoje. Mostra, por exemplo, em relação às operárias industriais têxteis que são demitidas hoje, pela crise econômica, como é que foi o começo da história destas mulheres operárias. Elas entraram como trabalhadoras estáveis, trabalharam a vida toda na mesma empresa, mas no fim elas estão desempregadas. É um estudo realmente sobre operárias industriais, sobre trabalho e gênero, porque ela se interroga sobretudo sobre o tipo de feminismo destas operárias, e sua participação nas lutas operárias, nas lutas feministas etc. Mas ela é uma exceção. Quer dizer, há muito poucas pesquisadoras que trabalham hoje com operárias. Mesmo entre as que trabalham com o cuidado e as cuidadoras, são poucas as que trabalham com trabalho e gênero simultaneamente. Uma excessão é a psicóloga Pascale Molinier. Dentro dos estudos sobre cuidado poucas trabalham com esta temática. Elas analisam a ética do *care*, as questões de cuidado, dentro de uma perspectiva bem filosófica, epistemológica sobre feminismo e *care* que pouco tem a ver com o trabalho. Então penso que o trabalho realmente não é tão central assim no caso da França hoje, embora haja algumas pessoas trabalhando nesta área. A nova geração se interessa mais, por exemplo, pela área da sexualidade. Ou então trabalham em uma área bem mais filosófica, sobre feminismo materialista, por exemplo. Há várias jovens que estão trabalhando sobre o feminismo materialista, ou materialismo feminista, como é o caso da Cornelia Möser que é uma jovem pesquisadora do nosso laboratório, uma alemã que trabalha sobre comparações entre feminismo americano, alemão e francês e sobre o movimento feminista destes três países. Ela acabou de redigir um artigo bastante importante sobre a questão do feminismo materialista e o que são os neomaterialismos

⁸ GALLOT, Fanny. En découdre. Comment les ouvrières ont révolutionné le travail et la société, Paris, éditions La Découverte, 2015.

na França⁹. E há outra jovem cientista política, que também citei no Colóquio Marx e Engels, Sophie Noyé¹⁰, que afirma que é possível conciliar o feminismo materialista e a perspectiva queer.

BC: *Eu não esperava este distanciamento da temática de trabalho na França...*

HH: Mas aqui vocês tem a impressão de que o trabalho e o gênero continuam muito presente nas pesquisas? Claro que, por exemplo, há pessoas que trabalham com a questão da migração internacional e que muito frequentemente recorrem à questão do trabalho, isto é, o trabalho das migrantes internacionais. Acho que é um campo de pesquisa na sociologia, o campo das migrações internacionais, no qual a questão do trabalho pode aparecer de maneira bastante recorrente. Até há pesquisadores que conseguem fugir [do gênero e do trabalho], mas não deveriam. Porque não há migrantes sem trabalho. Mesmo os migrantes políticos ou os exilados, os refugiados, têm que se confrontar com a questão do trabalho. Ninguém consegue ficar no país como refugiado, como exilado sem recursos. Você [Mariana Roncato] trabalha com a questão da migração internacional, então a questão do trabalho é central. E na França, também. Quem trabalha com *care*, e as cuidadoras na França, sobretudo na região parisiense são mais de 90% imigrantes do Norte da África, África Subsaariana, ou do

⁹ Trata-se do artigo “Nouveau matérialisme. Un nouveau courant féministe ? redigido para uma coletânea coordenada pelo pesquisador Maxime Cervulle (no prelo), . apresentado por Cornelia Moser no seminário “Matérialismes, culture et communication” , em novembro de 2015.

¹⁰ Trata-se do artigo “Pour un féminisme matérialiste et queer”, publicado na Revista Contretemps em 17/04/2014 e disponível em: <http://www.contretemps.eu/interventions/f%C3%A9minisme-mat%C3%A9rialiste-queer>. Teríamos uma tradução deste artigo para este dossiê, mas não obtivemos autorização da Revista a tempo.

Haiti. Então, a questão do trabalho, para quem estuda o cuidado, também é central...

BC: *Mais uma pergunta sobre Brasil. Estamos vivendo um contexto de crise econômica e de crescimento nas taxas de desemprego. E tendemos a acompanhar a mulher como um elemento de flexibilidade dentro do mercado de trabalho. Parece que sempre estamos correndo um pouco atrás de tentar ver onde as mulheres estão, seja quando começam a entrar massivamente no mercado de trabalho, seja na reestruturação produtiva, seja na formalização etc. A partir da sua experiência de observação, qual seria a agenda de pesquisa para acompanhar o momento atual? O que seria interessante para jovens pesquisadores?*

HH: Todas as vezes em que houve crise econômica no Brasil tentou se fazer pesquisas incorporando a questão do gênero constatando a diferença das taxas de desemprego masculino e feminino. Quem é mais afetado pelo desemprego? Mais os homens ou mais as mulheres? Cada vez que houve um aumento da crise econômica, a questão do gênero ajudou a pensar tanto o desemprego como as formas de saída do desemprego. Fizemos uma pesquisa entre 2000-2005¹¹ e publicamos em varias línguas, inclusive em português. Também fiz uma pesquisa com John Humphrey, em 1981¹², em um momento de grande crise econômica porque houve muitas demissões, muito desemprego. Uma agenda para as novas gerações é a de tentar pensar a questão do desemprego, da crise hoje, porque desde o início do ano [2015]

¹¹ A pesquisa em questão se desdobrou em diversos textos, entres os quais: “Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações / Nadya Araujo Guimarães, Helena Hirata (Orgs.), São Paulo, SP : Editora SENAC, 2006.

¹² A pesquisa em questão se desdobrou em diversos artigos, entre os quais “O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira”, publicado em 1984 na Revista de Economia Política, e “Desemprego e suas consequências: trabalhadores e trabalhadoras da indústria no Brasil”, publicado em 1989, na Revista Brasileira de Ciências Sociais.

nós estamos vivendo um aprofundamento da crise econômica e do desemprego. Saiu recentemente um número dos Estudos Avançados¹³ sobre o desemprego, a partir dos dados do DIEESE¹⁴. O número foi coordenado pelo Marcio Pochmann e, um dos dados dos artigos, é que na região metropolitana de São Paulo, entre janeiro e outubro deste ano [2015], o desemprego passou de 7% pra 13 %. São os dados da PED¹⁵, dados do SEADE¹⁶ e do DIEESE que mostram que houve, em muito pouco tempo, um aumento vertiginoso dos desempregados. Mas, não sei se são mais homens ou mais mulheres, não sei se são mais jovens ou se são mais velhos, se são imigrantes internos ou externos etc. Quer dizer, há toda uma série de interrogações. Seria muito interessante que pesquisas fossem conduzidas para explorar como é que a crise atual está impactando as mulheres e os homens, os jovens e as jovens, as diferentes classes sociais em São Paulo, na Região metropolitana, no Brasil etc. É um campo interessante de pesquisa para realmente apreender as vulnerabilidades, as precariedades, como é que as pessoas resistem e como procuram alternativas, se há alternativas unicamente individuais, ou se há também alternativas coletivas e que tipo de alternativas coletivas se organiza a partir desta crise? Nós temos resultados de pesquisa já consolidadas desde a crise dos anos de 1970, a partir de 1973 da Europa, EUA etc., que apontam que as mulheres não fazem parte de um exército industrial de reserva. Existe a tese de que quando há a necessidade do mercado de trabalho, as mulheres, como outras categorias do exército industrial de reserva, saem dele. Mas, no momento de retração, de crise, elas regressam para o exército industrial de

¹³ Edição número 85 da revista Estudos Avançados, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420150003&lng=pt&nrm=iso

¹⁴ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (<http://www.dieese.org.br/>)

¹⁵ Pesquisa de Emprego e Desemprego. (<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>)

¹⁶ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. (www.seade.gov.br).

reserva. E as pesquisas, desde os anos de 1970, inclusive a nossa, mostraram que as mulheres não voltam para a “reserva” quando há a crise. Elas se mantêm e até mesmo conseguem aumentar a sua participação, a sua atividade no mercado em momentos de crise. Creio que quem deu a melhor explicação teórica sobre esta questão foi Ruth Milkman, socióloga que trabalha sobre o movimento operário, os movimentos dos imigrantes latinos nos Estados Unidos, o movimento “Occupy”, etc. Ruth Milkman dizia que a divisão sexual do trabalho protege o trabalho feminino porque as mulheres estão em setores que os homens ou dizem que não conseguem trabalhar com aquelas coisas, ou não trabalham suficientemente rápido, que os próprios patrões não querem mão de obra masculina em certos tipos de trabalhos repetitivos, monótonos, de ciclos de operações curtas etc. Então o fato de que as mulheres estão nestes setores faz com que a divisão sexual do trabalho acabe protegendo o emprego feminino, porque os homens não entram em certos tipos de trabalho. Mas é uma explicação que também tem limites. No Japão, a crise econômica foi muito forte desde 2008. E os homens foram mandados embora de setores onde estavam há 20, 30 anos, como os bancos, as companhias de seguros, empresas industriais etc. Quando essas empresas fecharam, o governo japonês deu a possibilidade para os homens japoneses fazerem um curso intensivo de cuidadores, com a possibilidade de terem um emprego no setor de cuidado, em instituições de longa permanência de idosos, quando terminassem os seus estudos. E muitos homens começaram a entrar neste setor. Hoje em dia os asilos de idosos têm entre 30% a 35% de homens trabalhando como *care worker*, como cuidadores. Isso significa que a divisão sexual do trabalho pode proteger, mas essa proteção tem limites. Os japoneses são bem machistas, como sabemos.. Então, claro que não é por gosto que vão começar a fazer o trabalho que as mulheres fazem, que é de dar banho, de dar a comida na boca, colocar a pessoa para dormir, trocar de roupa etc. Mas esses são trabalhos que os homens estão fazendo no Japão por causa da crise econômica. Então, pensar como é que a crise afeta diferentes tipos de profissões femininas e masculinas seria uma boa pista de investigação. Quer dizer, seria

uma boa pista para você pensar que tipo de consequências a crise pode ter sobre o emprego masculino e o emprego feminino, e como elas vivem esta situação. A questão da vivência do desemprego, a vivência da crise econômica etc. Isso é bastante importante porque sabemos que a falta de emprego afeta diferentemente os homens e as mulheres, porque para os homens o trabalho profissional é mais ou menos tudo e as mulheres têm ainda muitas outras coisas para fazer quando estão desempregadas. Então homens e mulheres não têm a mesma relação com a falta de emprego.

MR: *Aproveitando a análise do Japão, gostaríamos de saber um pouco sobre como é que você caracteriza, de modo geral, a divisão sexual do trabalho no Japão hoje. Em seu estudo com o Philippe Zarifian, da década de 1980 e 1990, vocês afirmavam que mesmo com o crescimento da mulher no mercado de trabalho, no caso do Japão, ainda havia um limite no tipo de emprego de que elas dispunham. Hoje em dia, com uma maior inserção da mulher japonesa, podemos dizer que esse limite ainda permanece?*

HH: A mulher japonesa ainda continua em pequenos nichos de trabalho feminino, nos quais se concentram muitas mulheres que fazem trabalhos que são considerados tipicamente trabalhos de mulher. Por exemplo, as enfermeiras. Há muito poucos enfermeiros e há mais enfermeiras. Há uma série de postos de trabalho, como os setores de saúde e educação, que são setores tipicamente femininos. Mas há um nicho minoritário composto por mulheres que são consideradas muito qualificadas por terem educação, diploma de ensino superior. Elas estão em profissões que são relativamente reconhecidas, valorizadas, e com salários relativamente elevados. É o caso das publicitárias, das artistas, produtoras de televisão etc. Mas é um polo bastante reduzido. Trata-se do que denominamos a polarização do emprego feminino. Há toda uma série de setores, de atividades e profissões em que as mulheres estão presentes. Também no Japão existe um pouco

esta polarização do emprego feminino. Só que, é muito menor o número de mulheres japonesas no polo superior, se comparado ao que existe na França, na Europa, no EUA ou no Brasil. Você não tem, praticamente, o que também é verdade em todos os outros países, diretoria de primeira linha. Há muito poucas mulheres que estão nestes setores mais privilegiados. A maioria delas, inclusive em setores mais qualificados de enfermagem, precisam sair do trabalho quando têm filhos pequenos porque a norma social em vigor no Japão estipula que as mulheres não devem trabalhar quando têm filhos pequenos porque devem cuidar deles. Além dessa norma social, não há creches e lugares para o cuidado das crianças em número suficiente, barato, etc. Não existe *baby-sitter*, quer dizer, é uma situação bem diferente da dos países ocidentais. E também no Japão há uma grande porcentagem de mulheres que são *part-timers* e ganham muito mal porque são horistas. É muito diferente da situação brasileira. No Brasil, você não vai ver mulheres de nível universitário que quando casam e têm filho, deixam de trabalhar. Porque é justamente a categoria que mais se mantém no mercado de trabalho. É a categoria mais qualificada que tem empregos de tipo mais qualificados. Nem na França, nem no Brasil, nem na Europa ou EUA em geral, as mulheres param de trabalhar. Elas podem continuar trabalhando porque há pessoas que cuidam de seus filhos. É justamente por isso que existe esta polarização. A possibilidade de algumas trabalharem depende das outras cuidarem da casa, dos filhos, dos idosos, da gestão do cotidiano, fazer compras. E aqui, mesmo em supermercados para a elite, você vê muitas vezes, fazendo compras, mulheres que são domésticas de uniforme, que têm uma lista de compras e que vão fazer compras que evidentemente não são para elas. Então isso mostra que existe uma delegação – eu chamei de modelo de delegação. Não é o modelo da conciliação, não é o modelo tradicional, mas é o modelo de delegação de certas tarefas para outras mulheres, para você poder continuar trabalhando, poder continuar a ter uma atividade profissional que te interessa. Depende completamente das outras e estas outras são cuidadoras, *baby-sitters*, empregadas

domésticas, faxineiras, cozinheiras. Existe um séquito, um grande número de profissões novas, domésticas, que são profissões que têm a finalidade de ajudar aquelas pessoas da casa que têm uma profissão mais qualificada e de mais responsabilidades para que possam viajar, possam ficar mais tarde nas reuniões etc., sabendo que os velhinhos vão estar sempre sendo cuidados, assim como as crianças. E é o que a Danièle [Kergoat] chama de diferenças, de contradições de classe no interior da própria categoria das mulheres. No interior do grupo das mulheres há dois grupos com interesses antagônicos e, ao mesmo tempo, um precisando do outro para poder sobreviver, trabalhar, ter atividades fora de casa, etc. A delegação funciona em certos países e não funciona em outros. No caso do Japão, não há delegação. Uma das enfermeiras que eu entrevistei tinha um emprego qualificado. Ela era chefe do setor de enfermagem de um hospital japonês. Ela começava a trabalhar muito cedo e ficava até o último problema resolvido. Isto era 22h, 23h da noite. Quando teve um bebê, o marido disse: “Olha, não é possível, eu estou todos os dias ficando com o bebê até às 22h da noite desde que eu volto do meu trabalho – [ele era chofer de ônibus, então tinha um horário de trabalho regular], chego, fico cuidando até às 22h, aí você chega. Não, isso não é vida. Então, não é possível”. Aí ela teve que se demitir do hospital, onde ela tinha uma responsabilidade grande, salário elevado, e ficou dependendo do marido até para comprar esmalte de unha porque ela não tinha mais emprego e ficou cuidando do filho. E quando ela for procurar trabalho, depois de se demitir de um trabalho qualificado deste porte, nunca mais vai ter um emprego equivalente.. Ela só vai ter um trabalho de *part-time*, que é considerado de tempo parcial, mas no qual você tem praticamente as mesmas horas de trabalho regulamentares de um trabalhador *full time*. A única diferença é no status, muito mais precário do que o emprego estatutário regular.

MR: *Voltando no que conversamos no começo da entrevista, sobre a interseccionalidade ou consubstancialidade, você frequentemente*

menciona o texto da Elsa Dorlin¹⁷, que fala que a interseccionalidade virou um hit concept. Você considera que há algum pano de fundo político ou econômico para o aumento do interesse nos estudos da interseccionalidade ou consubstancialidade?

HH: Olha, não sei de onde vem, mas *hit concept* lembra muito moda, não é? Dá impressão realmente de que é um fenômeno de moda. Mas na França continua muito grande o interesse e o desenvolvimento de novas teorias, novas pesquisas, dentro deste enfoque, que ninguém chama de consubstancialidade – só a Danièle Kergoat utiliza a categoria de consubstancialidade. As outras/os pesquisadoras/es estão estudando a questão em termos de interseccionalidade. Mas, dependendo da definição de interseccionalidade, pode ser similar ao que Danièle Kergoat chama de consubstancialidade. Quando Patricia Hill Collins diz que há uma relação, uma imbricação entre relações sociais de classe, de sexo e de raça, não é diferente do que Dainèle Kergoat denomina consubstancialidade. Então depende muito da maneira como você vai definir o que é a interseccionalidade. Mas estes estudos têm sido bastante desenvolvidos no caso da França e também em vários outros países da Europa, nos EUA e provavelmente, sim, pode-se dizer que possui uma dimensão política. Não é só um fenômeno de moda, mas também essa ideia de incorporar justamente a dimensão de outras opressões, como a opressão de raça, a opressão de sexo ou das minorias oprimidas. A sexualidade, por exemplo. Muitas pesquisadoras/es não querem ampliar o conceito de interseccionalidade para outras dimensões, mas incorporam gênero e sexualidade, sendo que não há gênero sem sexualidade e que a sexualidade deve ser contemplada dentro das categorias de interseccionalidade. Todas estas dimensões refletem relações de opressão. Então a questão política de combater

¹⁷ DORLIN, Elsa. L'Atlantique féministe. L'intersectionnalité en débat, *Papeles del CEIC* no 83, 2012. Disponível em : <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/83.pdf>

essas opressões certamente está dentro da categoria analítica da interseccionalidade. Tanto que você vê, nos estudos da Sophie Noyé, destas novas neomaterialistas, que são as materialistas feministas, jovens, a relação que estabelecem entre o materialismo feminista e a questão de interseccionalidade. A interseccionalidade aparece como uma dimensão teórica interessante que deve ser abordada, deve ser integrada nas análises destas jovens pesquisadoras. Então dá para dizer sim que não é só uma questão de moda, mas também uma questão política, uma questão de atualidade política, e também uma questão de atualidade científica.

BC: *Gostaríamos de aproveitar o tema da interseccionalidade e retomar sua participação no Colóquio Marx Engels e na ABET em que houve certa disputa em torno desta ideia. E, ao que nos pareceu, foram dois lugares de disputa. Um, que era a de retomar a hierarquização, a contradição principal, de classe, e as contradições secundárias. E outra, mais matizada, que reivindicava que haveria momentos na história em que, para a formação de uma identidade de luta, algumas destas categorias se colocariam se não como mais importantes do que as outras, ao menos como formadoras de uma identidade coletiva de resistência (ao machismo, ao racismo, à opressão de classe etc). Gostaríamos de aproveitar este espaço para que você retomasse o seu posicionamento frente a essas duas visões.*

HH: Acho que foi interessante o debate porque ele se deu em dois momentos distintos, como você disse. Que foi de maneira muito mais radical, digamos, no Colóquio Marx e Engels porque estavam o Valério [Arcary] e o Armando Boito Jr., então havia toda a configuração de diferentes posições mais ou menos radicais. O debate também se beneficiou do fato de que o Boito e Valério tinham participado daquela mesa redonda¹⁸ no dia anterior que

¹⁸ Trata-se da mesa redonda realizada no VIII Colóquio Marx e Engels denominada *A conjuntura política brasileira: crise? qual crise?* que contou com a participação de Armando Boito Jr., Valter Pomar e Valério Arcary.

uma boa parte da plateia tinha assistido, inclusive eu. Então deu para discutir no calor do debate. E na mesa sobre o *care* da ABET o debate foi um pouco menos radical e menos conflituoso porque havia menos gente e as pessoas que falaram, como a Andreia [Galvão], são pessoas que tem uma posição mais matizada. Então não assistimos à virulência da posição do Valério, que era uma posição bem tradicional mesmo. E estamos desde os anos de 1970, desde o fim dos anos de 1970, dizendo que não há realmente uma relação social que é mais importante do que outra, que não dá para dizer que as relações de classe são mais importantes ou mais decisivas do que as relações de gênero ou que as relações de raça. E que essas relações são indissociáveis e que não dá para dizer que uma é mais importante do que a outra – que é algo que o Valério Arcary dizia. O Armando [Boito Jr.] teve um posicionamento um pouco diferente porque ele não dizia de uma maneira tão radical, que havia sempre uma, porque ele até dizia que, dependendo, poderia ser uma ou outra ou até uma terceira, dependendo muito da conjuntura, dos conflitos etc. Mas creio que há um posicionamento dele, sim, de entender que em última instância se privilegia a questão das classes sociais, do conflito de classes, onde a questão do gênero não aparece de maneira tão imbricada como nas teorias da Danièle [Kergoat], da Patricia Hill Collins ou da Kimberlé Crenshaw. Então são posicionamentos diferentes e posicionamentos políticos também diferentes. Eu achei engraçado porque eu fiz uma conferência aqui [na USP], na Sociologia, e foi interessante porque não havia nenhuma oposição deste tipo, uma oposição hierarquizando a classe social como sobre-determinante. Quer dizer, não havia outras vozes discordantes em relação à interseccionalidade, em relação à questão da relação das múltiplas opressões e da não priorização de uma delas. E também o debate de se os conceitos marxistas tradicionais, como o do exército industrial de reserva, deveriam ser mantidos ou não. Muitos ainda hoje não concordam com a minha crítica da categoria marxista do exército industrial de reserva. Mas estas pessoas, por exemplo, o [Ricardo] Musse, e o [Ruy] Braga não estavam. Acho que não estavam em São Paulo. Então isso mudou um pouco o caráter do

debate. O debate foi muito menos virulento e conflituoso do que no Colóquio Marx e Engels ou no Congresso da ABET.

MR: *Partindo de seu posicionamento para pensar a interseccionalidade e a consubstancialidade, sobre a importância em não se hierarquizar a luta de classes com a luta contra outras opressões, como você vê a diferença entre essas três relações sociais de classe, raça e sexo? Você considera que estas três relações se constituiriam como sistemas autônomos?*

HH: Não. Eu acho que não são sistemas autônomos e não vejo nenhuma diferença em termos de importância. As três relações sociais são igualmente importantes e igualmente co-fundamentais. Mas creio que do ponto de vista da história destas categorias, da história das disciplinas, da história das ciências sociais etc., há uma diferença muito importante. É que sobre classes sociais há uma vasta literatura, há muitas teorias sociológicas, nas ciências sociais, na filosofia política etc., que se debruçaram sobre a questão das classes sociais. Existe um grande cabedal de conceitos e de conhecimentos que fica realmente desnivelado e desigual se você compara o nível de conhecimentos e teorias existentes sobre classes sociais com a questão da raça ou com a questão do gênero. Porque começou a se trabalhar com o gênero nos anos de 1970, 1980. Pelo menos o gênero tal como nós estamos considerando. Enquanto que classes sociais você tem uma sequência de construções teóricas que vem desde Marx até hoje. É claro que isso deve influir na discussão que se faz em torno de interseccionalidade. Sabemos que há um nível de conhecimento, de fundamentação, de acumulação de conhecimentos, de teorias sobre uma das dimensões da interseccionalidade, em relação às outras duas. E outra diferença que eu vejo também é que gênero realmente remete à sexualidade. Você não pode falar só de homem e mulher. Você tem gays, lésbicas, transexuais, várias orientações sexuais, e estas orientações sexuais certamente incidem na categoria

de gênero. Não trabalhamos ainda suficientemente e temos que trabalhar sobre transexuais, lésbicas, homossexuais, e só falar em gênero não é suficiente. Dizer que gênero significa homem e mulher não é suficiente. É preciso elaborar mais e, provavelmente, aprofundar as questões teóricas relacionadas à sexualidade para pensar esta intersecção entre as diferentes opressões. Sobre raça, podemos dizer a mesma coisa. Temos que desenvolver, estudar e aprofundar a questão racial que é relacionada também com a questão colonial, pós-colonial etc. Há uma dimensão política. Todas as três categorias envolvem dimensões políticas. Mas, no caso do pós-colonial, há uma dimensão política evidente que é relacionada com toda a evolução histórica da sociedade, do império etc. A interseccionalidade é uma categoria que convida, na realidade, a aprofundar mais os conceitos que são envolvidos nela. E nenhuma delas, salvo classes sociais, está definida e desenvolvida de maneira já suficiente. Acho também que, por exemplo, não é a classe de um lado, gênero de outro e a raça de outro, mas é justamente a junção entre elas. Estou lendo a tradução francesa do livro da Beverly Skegg¹⁹, por exemplo, que tem classe e gênero no título e é sobre as mulheres de classes populares na Inglaterra e a maneira como elas, tendo trabalhos precários ou sendo desempregadas, vão fazer uma formação para serem cuidadoras. Então é uma questão que relaciona formação e classes sociais. E mostra como elas, que são de classes bem populares, da nova classe proletária, digamos, veem a relação entre gênero e classe, feminismo etc. Então é interessante porque justamente é um livro sobre trabalho e gênero na Inglaterra recente.

BC: *Estávamos pensando também na questão do desenvolvimento destes conceitos, de como alguns continuam invisibilizados nas pesquisas teórica e empírica. A pesquisa sobre o cuidado [Care] é muito interessante*

¹⁹ SKEGG, Beverley: *Formations of Class and Gender: Becoming Respectable*. London: Sage Publications, 1997.

porque é um lugar que ilumina esta questão, do imbricamento destas três categorias.

HH: Sobretudo em países como a França onde são mulheres, proletárias e negras na maioria.

BC: *Isso. O cuidado dialoga com este contexto de intensa imigração feminina, que é relativamente recente na França. Claro que existem inúmeras respostas para esta pergunta, mas queríamos te ouvir sobre isso. Por que raça ainda persiste como um tema invisibilizado dentro deste imbricamento? Muitas vezes se fala que se vai examinar estas três categorias, mas quando a gente olha para as pesquisas elas continuam iluminando classe e gênero. E a questão da raça aparece um pouco de escanteio ainda dentro desta discussão. O que a gente queria entender é se você percebe uma diferença na maneira como a categoria raça ganha força e como ela é trabalhada no contexto francês e no contexto brasileiro.*

HH: No Brasil se trabalha com a categoria de raça há muito mais tempo do que na França. Inclusive, com raça e gênero. Lélia Gonzalez, por exemplo, é uma pioneira nessa temática. Na época em que a Lélia Gonzalez escreveu sobre gênero, classe e raça, não havia praticamente ninguém na França que trabalhasse com essa questão, com a excessão de Colette Guillaumin²⁰. Angela Davis nos EUA escreveu sobre mulher, raça e classe, mas o livro dela é de 1981²¹ A Lélia [Gonzalez] escreveu antes de 1982²². Eu acho

²⁰ GUILLAUMIN. Colette. *L'idéologie raciste*, Paris, Gallimard, 1972.

_____. *Sexe race et pratique du pouvoir*. L'idée de nature, 2007 (1ère éd. 1992), Paris, Côté Femmes.

²¹ *Woman, race and class*, New York, NY: Vintage, 1981.

²² Trata-se da obra: "A mulher negra na sociedade brasileira." In: LUZ, Madel, T., org. *O lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

que, no Brasil, a própria presença maciça de negros e pardos na população brasileira visibilizou, de maneira um pouco inevitável, a questão da raça, muito mais do que nos países como a França. Porque na França sempre se considerou que falar em raça já era ser racista, então o governo francês sempre proibiu, por exemplo, nas estatísticas, nos questionários estatísticos, pedir para colocar raça, para se autodeclarar ou para o pesquisador anotar o que ele percebia. Então só podemos ter alguma informação sobre raça nas estatísticas francesas verificando a nacionalidade dos pais. É a única maneira de saber se a pessoa é de origem imigrante ou não. Então, nessa situação de ocultamento social da raça, no caso francês, a situação é bastante diferente da situação brasileira. Porque no Brasil você tem uma produção que é contínua. Há todas as questões de atualidade no Brasil, como a quilombola, que não significa nada num país como a França, porque na França você teve colônias com escravos, mas você não teve, dentro do próprio país, escravos trabalhando no interior da região metropolitana, como a gente diz. Então a situação é bem diferente do Brasil, onde havia trabalho escravo nas fazendas do Nordeste, nas minas de ouro de Minas Gerais etc. E também o fato de que, por exemplo, nós temos empregadas domésticas. E sete milhões segundo o Censo demográfico de 2010. Um pouco menos segundo as PNADs²³ mais recentes, mas sete milhões é muita coisa. E destes sete milhões, 70% são de origem negra ou parda. Então está muito presente dentro da população brasileira, dentro dos trabalhadores domésticos brasileiros a questão da raça, do racismo, da relação com a raça etc. Algo que não existe na França porque lá você não tem empregada doméstica como no Brasil. Até ha um certo número, mas não são empregadas domésticas como as que voltam uma vez por semana para suas casas. Mais diaristas, mas que trabalham muito menos do que as diaristas daqui, que trabalham duas, três vezes por semana na mesma casa. Então acho que há uma diferença bastante grande, sim, entre a França e o Brasil em termos de consideração da

²³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

questão racial. Também há mais pesquisadores que trabalham com a questão da raça no Brasil do que na França e na França há, claro, ícones como Frantz Fanon, que influenciaram muito a percepção do que era o racismo e a raça, mas não há um número importante de pesquisadores nessa área. Mas justamente a emergência das teorias da interseccionalidade está levantando esta necessidade de se debruçar mais sobre a questão da raça, do racismo, da questão racial na França, na Europa etc. Vocês devem conhecer o trabalho da Jules Falquet. Para a Jules Falquet é bem claro que é necessário introduzir esta questão de raça para pensar a interseccionalidade. Ela é uma das pesquisadoras que, de um lado, trabalha com interseccionalidade e consubstancialidade e com a questão da raça, e de outro lado com a questão do materialismo feminista. Só a questão do trabalho, da profissão, do tipo de ofício das mulheres etc., que são temas da sociologia do trabalho, não são centrais no pensamento dela.

MR: *Helena, você já comentou um pouco, mas gostaríamos de tentar pensar interseccionalidade e consubstancialidade para além de um instrumento analítico. Como você vê, nos movimentos sociais e na luta política, a incorporação, dessas categorias? Quais seriam os desafios para as lutas e os movimentos sociais para incorporá-las?*

HH: Os movimentos sociais são sempre constituídos sobre uma identidade, sobre um aspecto identitário. Então você tem o movimento negro, o movimento das mulheres, o movimento operário. É mais difícil conceber um movimento que seja pluri-categorial, integrando movimentos sociais concretos, pois creio que os movimentos sociais normalmente são constituídos a partir de uma identidade, uma identidade social.

Pensar como fazer da interseccionalidade um instrumento analítico e ao mesmo tempo político, é um verdadeiro desafio, que pesquisadoras como Kimberlé Crenshaw ou Danièle Kergoat, enfrentaram e responderam, cada qual à sua maneira.

ENTREVISTA COM BRIDGET CONOR

Ana Paula Sousa*

Professora do King's College, de Londres, Bridget Conor é um nome proeminente nos estudos relativos ao trabalho no âmbito das chamadas indústrias culturais e criativas. Sua área de pesquisa congrega especialmente três áreas de estudo: produção cinematográfica, gênero e teoria crítica do trabalho criativo. Atualmente, seus focos principais, em termos de pesquisa, são o trabalho dos roteiristas do Reino Unido e a desigualdade de gêneros dentro do mercado de trabalho nas indústrias criativas.

Bridget Conor é autora de *Screenwriting: Creative Labour and Professional Practice* [escrita de roteiro: trabalho criativo e prática profissional]¹, que teve origem em sua tese de doutorado, e co-editora de outros dois livros: *Gender and Creative Labour* [gênero e trabalho criativo], publicado também como um dossiê da revista *The Sociological Review*, e *Production Studies The Sequel! Cultural Studies of Global Media Industries* [estudos sobre produção: a sequência! Estudos culturais sobre as indústrias de mídia globais], que chega às livrarias em 2016.³

* Ana Paula Sousa é jornalista, mestre em Indústrias Culturais e Criativas pelo King's College, de Londres, e doutoranda em Sociologia pela Unicamp. Recebido em: 23/12/2015 – Aceito em: 02/02/2016.

¹ CONOR, Bridget (2014). *Screenwriting: Creative Labour and Professional Practice*. Londres: Routledge.

² CONOR, Bridget, GILL, Rosalind e TAYLOR, Stephanie (2015): *Gender and Creative Labour*. Londres: Wiley-Blackwell.

³ BANKS, Miranda, CONOR, Bridget e MAYER, Vicki. *Production Studies The Sequel! Cultural Studies of Global Media Industries*. Londres: Routledge.

Na entrevista a seguir, concedida à *Revista Ideias* por e-mail, a acadêmica, nascida na Nova Zelândia e hoje radicada na Inglaterra, discute a desigualdade de gêneros em áreas como cinema, televisão, música, publicidade, novas mídias e games. Bridget Conor mostra que essas indústrias, que se vendem como sendo cool, não hierárquicas e igualitárias, não apenas reproduzem práticas excludentes de outros mercados de trabalho como tendem até a acentuá-las.⁴

Ana Paula Sousa: *Para começar esta entrevista, nós gostaríamos de saber um pouco mais sobre sua trajetória acadêmica desde a Nova Zelândia até sua chegada ao Reino Unido. Gostaríamos também de entender que teorias foram fundamentais na sua formação como pesquisadora e o que fez com que você escolhesse o trabalho nas indústrias criativas como o seu campo por excelência.*

Bridget Conor: Bem, eu comecei minha carreira como pesquisadora na AUT [Auckland University of Technology], em Auckland, na Nova Zelândia, no início dos anos 2000. A essa altura, eu fazia um mestrado em Estudos da Comunicação e, ao mesmo tempo, dava aulas de mídia e teoria crítica na própria AUT. Minha pesquisa do mestrado tratava, fundamentalmente, do desenvolvimento das indústrias criativas na Nova Zelândia. No momento em que eu fazia a pesquisa, a trilogia *O Senhor dos Anéis* estava sendo produzida em Wellington [capital da Nova Zelândia]. Ou seja, eu tinha em mãos um estudo de caso fascinante: uma superprodução internacional que usava a Nova Zelândia como locação e que, em grande medida, era encabeçada, em termos criativos, por neo-zelandeses, incluindo [o diretor] Peter Jackson, [o roteirista] Fran Walsh e [a roteirista] Philippa Boyens. Em decorrência disso, havia muito barulho em torno da produção cinematográfica e do crescimento da indústria

⁴ A tradução da entrevista bem como dos títulos de artigos citados foi feita pela autora

audiovisual da Nova Zelândia. Essa excitação fez com que, entre outras coisas, houvesse muito investimento direto e indireto da parte do governo no setor. No entanto, naquele momento eu estava me perguntando: que consequências esse processo terá sobre a indústria de cinema local e sobre os realizadores e trabalhadores desse mercado? Essa indústria pode mesmo crescer e manter-se sustentável no longo prazo? O que vai acontecer quando O Senhor dos Anéis acabar? Foi exatamente a partir desse momento que passei a ser defrontada com as várias questões relacionadas ao trabalho no âmbito das indústrias criativas. Também àquela altura, alguns trabalhos fascinantes sobre o assunto estavam sendo desenvolvidos no Reino Unido e nos Estados Unidos. Iam surgindo estudos que examinavam, particularmente, as vivências e as condições de trabalho de quem trabalhava na indústria de produção cultural e áreas afins – cinema, moda e publicidade, por exemplo. Cabe lembrar que isso tudo era discutido num contexto no qual se celebrava, de forma acrítica, as indústrias criativas – especialmente no Reino Unido⁵. Então eu comecei a ler todo esse material e a estabelecer relações entre as teorias que tinham origem em diferentes disciplinas, passando pela sociologia, pelos estudos de mídia e pelos estudos culturais. Fui então, gradativamente, ficando mais e mais interessada em outras questões relacionadas a esse termo: *creative labour* [trabalho criativo]. Esse caminho me levou ao doutorado na Goldsmiths College, em Londres, onde trabalhei com a professora Angela McRobbie, que é uma referência acadêmica para o feminismo e uma autora muito

⁵ As indústrias criativas se tornaram assunto de governo no Reino Unido a partir da elaboração, pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS), do documento *Creative industries mapping document*. Publicado em 1998, durante a administração de Tony Blair, o estudo é considerado o marco inicial da celebração em torna das chamadas indústrias culturais e criativas. O objetivo do governo era mostrar que essas indústrias possuem grande potencial de geração de empregos e riquezas. Definiu-se, na ocasião, que essas indústrias englobam atividades que têm sua origem na criatividade, na perícia e no talento individual e que baseiam-se na exploração da propriedade intelectual.

conhecida e reconhecida no âmbito das discussões sobre o trabalho no setor cultural.

APS: *Por que você escolheu, especificamente, o trabalho dos roteiristas como o tema central de seu doutorado e, posteriormente, do livro que a pesquisa originou? Como esse recorte contribuiu para que você entendesse melhor a questão do gênero dentro das chamadas indústrias culturais?*

BC: Originalmente eu tinha a intenção de olhar para a ampla variedade de papéis e tipos de trabalho envolvidos na produção cinematográfica, dando prosseguimento e, ao mesmo tempo, ampliando o trabalho que eu tinha feito na Nova Zelândia. Mas, conforme comecei esse projeto, fui sentindo a necessidade de fechar o foco sobre algo mais específico. Nesse momento, algo fascinante surgiu à minha frente: foi deflagrada, nos Estados Unidos, uma grande greve dos roteiristas⁶. Imediatamente, fiquei muito curiosa para entender melhor porque essa greve estava acontecendo e comecei a perguntar para mim mesma: quais são as condições de trabalho dos roteiristas e que tipos de experiências eles vivenciam nessa indústria? Enfim, a pergunta era: Por que eles estão em greve? O trabalho de roteirista me parecia um caso interessante porque se trata, obviamente, de uma forma de escrita mas também de uma forma de se filmar. Ou seja, era um estudo de caso interessante para começar a entender o que a criatividade significa para esses trabalhadores. Já o meu interesse na desigualdade entre gêneros na produção cinematográfica veio um pouco depois. E isso se deu basicamente porque, conforme eu ia lendo mais e ia conversando

⁶ A greve de roteiristas dos Estados Unidos foi organizada pela Writers Guild of America (WGA), sindicato que representa os roteiristas que trabalham em cinema, rádio e televisão, e estendeu-se de novembro de 2007 a fevereiro de 2008. A greve mobilizou mais de 12 mil profissionais e paralisou a produção de talk shows e seriados de TV.

com produtores e roteiristas, ia se tornando claro que esse era um setor no qual, como em quase todos os setores e lugares, havia grandes disparidades entre os gêneros. Primeiramente, o que se pode dizer que é que, aos homens, são dadas muito mais possibilidades de escrever, produzir e dirigir grandes filmes do que às mulheres. E essas disparidades não apenas não são corrigidas como são perpetuadas em diversas práticas dessa indústria. Fui percebendo também que as desigualdades são perpetuadas por meio das condições de trabalho e das vivências dos trabalhadores. Resumindo: eram muitas as questões que precisavam ser melhor entendidas e aprofundadas.

APS: *Com o objetivo de introduzir, teoricamente, o tema central desta entrevista, eu gostaria de saber como você conceitua o chamado trabalho criativo. Em termos teóricos, que tipo de trabalho pode ser considerado “criativo”?*

BC: Essa é, na verdade, uma tarefa repleta de armadilhas. Logicamente, poderíamos começar dizendo que o “trabalho criativo” é todo aquele trabalho realizado dentro dessas indústrias e realizado por indivíduos que estão envolvidos na produção de produtos ou conteúdos culturais, sejam eles para cinema, televisão, música, publicidade, novas mídias, games, etc. É claro que existem definições oficiais a respeito do que sejam essas indústrias, muitas vezes dadas por governos⁷. Essas definições, em geral, acabam por servir, entre outras coisas, para se decidir que indústrias podem

⁷No Brasil, a ideia da economia criativa começou a tomar corpo a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2008) e se institucionalizou em 2010 quando, já sob o governo Dilma Roussef, foi criada a Secretaria de Economia Criativa. Aqui, há uma resistência ao termo “indústrias criativas”, e usa-se mais comumente a expressão “economia criativa”. Estão sob o guarda-chuva da economia criativa desde as áreas tradicionais das indústrias culturais, como audiovisual, mercado editorial e música, até setores fronteiriços, como moda, design e software.

ou não ser financiadas ou apoiadas em políticas de incentivo à criatividade e à cultura. Ao mesmo tempo, poderíamos dizer que, de alguma maneira, todo mundo é criativo no trabalho! Nós podemos ser criativos em um escritório, em uma fábrica de manufatura ou na agricultura. Isso significa que essas linhas que definem esse tipo de coisa são muito difusas. Eu, pessoalmente, considero bastante problemático tachar algumas indústrias ou trabalhos como “criativos” porque, por trás dessa pressuposição, está outra: a de que todos os “outros trabalhos” são não-criativos, o que obviamente não é verdade. Para fins de teorização, sobre trabalho cultural, eu citaria [Mark] Banks e [David] Hesmondhalgh⁸, que definem o trabalho criativo como aquele que está envolvido, primeiramente, “na geração de mercadorias originais e distintivas que são, antes de qualquer coisa, estéticas e/ou simbolicamente expressivas”. Creio que esse seja um bom ponto de partida para o nosso diálogo.

APS: *No contexto da chamada nova economia ou da economia do conhecimento, a criatividade passou a ocupar um lugar um tanto quanto mítico e o fetiche em torno dela se espalhou por diferentes lugares do mundo. Toda cidade quer ser criativa; toda marca quer vender-se como sendo criativa; e a criatividade foi definida até como o “óleo de cobra” do século 21^o, ou seja, como a cura para todos os males. Como todo esse burburinho afeta, na prática, o trabalho nas indústrias ligadas à mídia e à cultura?*

⁸ BANKS, Mark e HESMONDHALGH, David (2009). Looking for work in creative industries policy. *International Journal of Cultural Policy*, 15:4, pp. 415-430.

⁹ PRATT, Andy e JEFFCUTT, P. (2009). “Creativity, Innovation and the Cultural Economy: Snake oil for the 21st Century?”. In: PRATT, Andy e JEFFCUTT, P. *Creativity, innovation in the cultural economy*. London, Routledge, 2009, pp. 1-20. A expressão “óleo de cobra”, em tradução da língua inglesa, refere-se a um remédio genérico, comercializado por charlatões no século 19, que era supostamente a cura para todos os males.

BC: Ótima pergunta. Estou plenamente de acordo. Existe um grande zum-zum-zum e há muito de *hype* em torno da criatividade: cidades criativas, indústrias criativas, *clusters* criativos¹⁰, etc.. Eu, com certeza, vi isso na Nova Zelândia e esse barulho parece viajar e espalhar-se por toda a parte. O que me parece especialmente interessante é que, nesse contexto do *buzz* em torno do assunto, aceita-se como verdade que o trabalho criativo, por consequência, é algo positivo e excitante. Isso pode muito bem ser verdade em certa medida, mas eu posso argumentar também – assim como muitos outros acadêmicos fazem – que toda essa glamourização esconde ou mascara alguns aspectos muitos difíceis e pouco prazerosos do trabalho nos setores culturais. Pode ser excitante e recompensador transformar a sua paixão em trabalho, mas também há muitos aspectos problemáticos que marcam essa atividade. Eu posso citar as horas excessivas, a baixa remuneração, a instabilidade e a rápida obsolescência, no sentido de que algumas das atividades da indústria requerem aptidões que mudam velozmente, ou seja, um profissional, muito rapidamente, pode ver-se desatualizado em relação a sua área de atuação. Existe, além disso, um generalizado stress e ansiedade e, como eu já disse, essas indústrias, muito frequentemente, são também extremamente excludentes. Também essa exclusão tende a ser mascarada pelo *hype*, pela ideia de que todos nós temos o mesmo tipo de acesso e de habilidade para ser “criativo” ou para utilizar as ferramentas envolvidas na produção criativa; mas as barreiras para se entrar nessas indústrias são muito grandes. Essas indústrias, além disso, são muito desorganizadas. Os sindicatos, em geral, não são fortes (apesar disso variar muito de indústria para indústria), o que faz com que formas tradicionais de proteção e de apoio aos trabalhadores, como acordos coletivos,

¹⁰ Não existe uma tradução para “creative cluster” que seja adotada pelos estudiosos de economia criativa no Brasil. Em geral, usa-se a expressão “cluster criativo” para designar o que, ao pé da letra, pode ser traduzido como “aglomerado criativo”. Um cluster de empresas criativas inclui uma série de empresas e atividades dedicadas a prática de arte, cultura, mídia ou tecnologia. Mais informações em www.creativeclusters.com

benefícios, licença-maternidade e por aí fora, frequentemente não estejam disponíveis para os trabalhadores criativos. Isso acaba por perpetuar as desigualdades nessas indústrias. Mas, mais uma vez, cabe dizer que nada disso é mencionado ou sequer aventado quando a criatividade aparece envolta nessa nuvem de aspectos positivos que a propaganda em torno dela tende a construir.

APS: *Em termos teóricos, onde localiza-se a discussão sobre gênero e mercado de trabalho nas indústrias criativas? Esses estudos são parte de uma tradição que inclui as teorias pós-coloniais e feministas? Existe neles alguma raiz marxista?*

BC: Há, obviamente, uma longa tradição teórica sobre feminismo e gênero que está sendo agora utilizada para se analisar as formas pelas quais a desigualdade de gêneros é experimentada no trabalho na área cultural. Autoras como Angela McRobbie e Rosalind Gill foram – e continuam sendo – nomes centrais para o desenvolvimento desse trabalho teórico. As teorias pós-coloniais e o pensamento feminista têm sido cruciais para que se coloquem questões críticas em relação ao feminismo e que se faça as perguntas necessárias. Que vozes são escutadas quando se pensa em ativismo? Como as experiências relativas à desigualdade de gêneros se cruzam com outras experiências, como desigualdade racial, desigualdade de classes, etc.? Existem também estudos sociológicos a respeito da desigualdade em outros tipos de trabalho e emprego que têm sido muito importantes. O marxismo exerce grande influência no desenvolvimento de uma crítica do trabalho propriamente dito, mas tem sido criticado por focar no trabalho assalariado. A consequência disso é que ele deixa de levar em consideração outras formas de trabalho que são centrais para o perfeito funcionamento da sociedade e para a produção/reprodução social mas que, frequentemente, não são considerados trabalhos propriamente ditos. Incluem-se aí o trabalho dos cuidadores, a educação dos filhos e o trabalho doméstico. A conexão entre

diferentes teorias é crucial para aqueles, entre nós, interessados em trabalho e gênero. O trabalho doméstico ou o trabalho dos cuidadores poderiam, certamente, caber numa outra definição a respeito de trabalho criativo; no entanto, raramente esse tipo de atividade é vista assim. Então nós podemos, potencialmente, usar algumas dessas ferramentas teóricas para tentar desenvolver um entendimento mais holístico do porquê de certos tipos de trabalhos criativos serem considerados mais valiosos e visíveis do que outros. Por trás dessa diferenciação reside, talvez, parte da explicação do porquê dessas indústrias se manterem tão desiguais em termos de gênero.

APS: *Quais são os riscos e possibilidade de se ter o gênero como uma categoria de análise no âmbito da sociologia e dos estudos sobre trabalho?*

BC: Bem, minha resposta, neste caso, é que o que eu sinto é que há apenas possibilidades. Não vejo nenhum risco. Acredito que o gênero é uma categoria fundamental de análise tanto para os estudos sociológicos mais gerais quanto para a sociologia do trabalho. Infelizmente, no caso dos estudos sobre trabalho nos setores culturais, o conceito de gênero, ao invés de ser visto como ferramenta fundamental, era negligenciado – com umas poucas exceções – até pouquíssimo tempo. Mas eu tenho esperança de que isso esteja mudando. De toda forma, pensando melhor, suponho que um risco poderia ser o de o gênero receber atenção em excesso e acabar fazendo com que os estudos deixem de dar o devido peso a outros vetores de desigualdade como etnia, classe, sexualidade, idade, deficiência, etc. Acredito que, sim, tenhamos de ser bastante cautelosos em relação a isso. Idealmente, os pesquisadores nessa área precisam estar familiarizados com as questões de desigualdade em variados níveis, procurando inter-relacionar as diferentes maneiras pelas quais ela se manifesta.

APS: *Em que ponto das pesquisas relativas às indústrias culturais e criativas, o gênero se tornou uma questão. Porque me parece que, inicialmente, esse aspecto era negligenciado nos estudos sobre o tema. Como essas duas áreas de estudo se encontraram e que pesquisas puseram em evidência que as indústrias criativas não eram tão diversas quanto se poderia imaginar?*

BC: Mais uma vez, acredito que a gente precisa, quando fala disso, jogar luzes sobre os trabalhos de [Rosalind] Gill e [Angela] McRobbie. Ambas utilizaram suas áreas de estudos – novas mídias, rádio e moda, entre outras – para iluminar o fato de que nós precisamos focar no gênero quando estamos pesquisando as indústrias culturais e criativas e que muitos dos aspectos mais difíceis relacionados ao trabalho nessas indústrias impactam de forma adversa, sobretudo, as mulheres. Como Gill¹¹ argumenta, essas indústrias são percebidas e promovidas (por meio do *hype*) como sendo *cool*, criativas e igualitárias. No entanto, à medida que mais dados e informações sobre os trabalhadores nessas indústrias foram se tornando disponíveis, foi ficando claro que essas indústrias estão longe de ser igualitárias ou marcadas pela diversidade. Elas são, na verdade, uma das mais excludentes e fechadas entre todas as indústrias. E nós estamos agora começando a ver mais pesquisas que estão fornecendo evidências de como a desigualdade de gêneros se materializa em diferentes segmentos.

APS: *Algumas pesquisas têm mostrado, entre outras coisas, que, nas indústrias criativas, uma larga proporção de quem trabalha como freelancer é mulher e que existe uma significativa desigualdade salarial entre homens e mulheres. O que você definiria como*

¹¹ GILL, Rosalind (2002). “Cool, creative and egalitarian?: exploring gender in project-based new media work in Europe”. *Information, Communication and Society*, 5 (1). pp. 70-89.

sendo específico, em relação ao mercado de trabalho de forma geral, quando pensamos em gênero e sexismo nesse setor?

BC: De fato, há mais mulheres trabalhando como *freelancers* e existe uma disparidade na remuneração de homens e mulheres. Essas características não são particulares das indústrias culturais e criativas, mas eu diria que, nas áreas de mídia e cultura, eles são prevalentes. Por quê? Porque uma coisa que é específica nessas indústrias é exatamente o fato de elas se utilizarem de muito trabalho freelance. O trabalho é, frequentemente, baseado em projetos, sem contrato fixo, e tem curta duração. Então um fato básico é que há muito mais trabalho temporário e precário nessas indústrias do que em outras. Esse trabalho é, em geral, definido como sendo difícil, instável e inseguro por muitos dos trabalhadores. Sobre o sexismo temos, novamente, de pontuar que ele pode existir em qualquer local de trabalho e na sociedade como um todo. Mas, pensando nas indústrias criativas particularmente, recorro mais uma vez a [Rosalind] Gill¹², que escreveu coisas brilhantes sobre o quanto o sexismo poderia – e deve – ser mais usado nos nossos percursos de teorização e análise. Ela defende que nós devemos usar a linguagem do sexismo para entender como essas indústrias funcionam e que tipos de cultura e hábitos ele produz. Nas indústrias criativas, quando pensando no dia-a-dia do trabalhador, pode ser muito difícil para um freelancer, ou para alguém sob um contrato de curto período, protestar caso esteja vivenciando algum tipo de sexismo ou discriminação. Primeiramente, esse tipo de trabalhador, em geral, não tem a proteção de um sindicato ou de qualquer entidade representativa. Ele nem tampouco é protegido pelos direitos que a legislação prevê para outros tipos de trabalho. Então, frequentemente, esses profissionais não têm sistemas ou estruturas de apoio como você poderia rotineiramente encontrar em outras indústrias ou locais de trabalho. Também é muito comum

¹² GILL, Rosalind (2011). “Sexism Reloaded, or, it’s Time to get Angry Again!”. In: *Feminist Media Studies*, 11:01, 61-71.

que eles não queiram, simplesmente, “chutar pau da barraca” com o receito de serem vistos como alguém que reclama ou causa problemas. Cabe lembrar que essas indústrias são profundamente dependentes da rede de contatos na construção de reputação – o que torna tudo ainda mais complexo e delicado. Os profissionais, isoladamente, têm muito receio de, no caso de falar demais, não serem contratados para um próximo trabalho ou projeto. Deborah Jones e Judith Pringle fazem uma excelente análise a respeito disso em *Gender and Creative Labour*¹³ tendo como ponto de partida, assim como eu tive, a indústria cinematográfica da Nova Zelândia.

APS: *Como vocês pontuam na introdução do livro, seja qual for o índice levado em consideração – números relativos a emprego, remuneração, tipos de contrato ou idade –, as mulheres, como grupo, estão em permanente desvantagem em relação aos homens em todos os campos desse setor. As mulheres dessas indústrias, que poderíamos aqui chamar de “mulheres criativas”, estão reagindo a isso? Elas fazem parte das novas formas de ativismo que temos vivenciado recentemente?*

BC: Sim, eu acredito que muitas estejam reagindo. Há algumas campanhas e organizações muito interessantes sendo criadas. Elas são parte da construção de um diálogo mais amplo a respeito do gênero e mercado de trabalho dentro do setor criativo. No Reino Unido, grupos como “Raising Films”¹⁴ desenvolveram uma plataforma para abrigar depoimentos e discussões a respeito das experiências de se ter filhos ao mesmo tempo em que se trabalha na indústria cinematográfica. Além disso, muitas “mulheres criativas” estão envolvidas em sindicatos ou em outras organizações que estão brigando por mudanças e fazendo

¹³JONES, Deborah e PRINGLE, Judith K (2015). “Unmanageable inequalities: sexism in the film industry”. In: CONOR, Bridget, GILL, Rosalind e TAYLOR, Stephanie: *Gender and Creative Labour*. Londres: Wiley-Blackwell.

¹⁴<http://www.raisingfilms.com>

articulações. Em outros lugares, como nos Estados Unidos, também estamos vendo discussões muito interessantes. Por exemplo: [a atriz] Jennifer Lawrence falou sobre a diferença de cachês pagos a homens e mulheres em Hollywood depois do ‘SonyLeaks’¹⁵, e é claro que as pessoas ouviram isso. Até onde sei, o governo norte-americano demonstrou-se interessando em investigar a recorrente discriminação contra as diretoras mulheres em Hollywood. Isso significa que nós devemos ver mais ativismo também nas casas legislativas, por exemplo. Têm surgido ainda campanhas que defendem que esse tipo de sexismo e discriminação é, na verdade, uma quebra na garantia dos direitos humanos fundamentais. Ou seja, acho que estamos, sim, vendo um aumento no ativismo ligado aos direitos das mulheres e que esse processo envolve cada vez mais gente e lugares. No entanto, como falamos anteriormente, ainda precisamos de muito mais pesquisa nessa área, especialmente de pesquisas capazes de ir além dos números, para entender como a desigualdade é vivenciada, sentida, camuflada e negada.

APS: *Apesar de vocês terem lançado um livro que trata exclusivamente disso, é fato que as pesquisas sobre gênero e mercado de trabalho na área de cultura, artes e mídia está longe de ser vasta – mesmo na Europa. Quais são as principais dificuldades de se pesquisar esse tema nesses campos específicos de trabalho?*

BC: Bem, eu realmente acredito que há uma mudança em curso e espero que o nosso livro possa ser parte desse processo. Leva tempo para se conduzir uma pesquisa profunda sobre

¹⁵ O “SonyLeaks” refere-se ao vazamento de documentos e e-mails trocados por executivos e funcionários da corporação de entretenimento Sony, dentro do contexto do WikiLeaks. As mensagens mostraram, entre outras coisas: (1) que os salários pagos às mulheres são, na média, inferiores àqueles pagos aos homens; (2) que entre os 17 executivos mais bem pagos, há apenas uma mulher; e (3) várias funcionárias já processaram a companhia por assédio sexual.

trabalho e gênero. Se considerarmos, além disso, que todo o campo de estudos sobre o trabalho criativo, ou trabalho cultural, é relativamente novo, é natural que tenha levado algum tempo até que alguns dos pesquisadores dessa área fechassem seu foco sobre esse aspecto da indústria. Apesar de tratar-se de uma discussão urgente, levou algum tempo para que ganhasse corpo.

APS: *Como o livro aponta, o que está em jogo são tanto formas horizontais quanto verticais de segregação, ou seja, elas aparecem tanto na indústria como um todo quanto dentro de atividades específicas, como o cinema. Quais são as hipóteses para o fato de que, nas indústrias cinematográfica e televisiva, as mulheres sejam maioria em departamentos com os de figurino, cabelo e maquiagem e, na indústria de comunicação, tenham presença maciça nos departamentos administrativos ou de relações públicas?*

BC: Esse aspecto me fascina. Há toda uma variedade de mitos e pressupostos sobre o porque das coisas serem assim. Esses mitos e pressupostos são, em geral, profundamente problemáticos e sexistas. É comum que se fale, por exemplo, que as mulheres gostam de roupas e de maquiagem ou que as mulheres são mais aptas que os homens para realizar várias tarefas ao mesmo tempo. Deixe-me, antes de tudo, ser bem clara: eu acho esses mitos muito deprimentes. Eles estão baseados na ideia de que há características essenciais que separam os gêneros e, na verdade, são muito nefastos. Esses mitos negam tanto a natureza fluida dos gêneros e os processos de construção de identidade quanto o sexismo e a discriminação de gêneros. Hesmondhalgh e Baker¹⁶ têm um capítulo interessantíssimo no nosso livro sobre os estereótipos

¹⁶ HESMONDHALGH, David e BAKER, Sarah (2015). "Sex, gender and work segregation in the cultural industries." In: CONOR, Bridget, GILL, Rosalind e TAYLOR, Stephanie: Gender and Creative Labour. Londres: Wiley-Blackwell.

que esse tipo de mito acaba por produzir. Eles mostram que há processos muito mais complicados de exclusão em curso nessas indústrias, que estão frequentemente ligados a determinados tipos de atividade e de “forma de ser” que o trabalho cultural demanda. Outra ótima análise a respeito disso coube a Natalie Wreyford¹⁷. Ela fez um trabalho sobre as roteiristas mulheres no Reino Unido mostrando que o recrutamento informal é prática corriqueira na contratação de roteiristas e de outros “criativos” para um projeto. O estudo demonstra que essas práticas informais, que incluem jornadas de trabalho noite adentro, são por si excludentes em termos de gênero. Esse é o tipo de pesquisa que nos oferece um retrato mais nuançado e complexo de como e porque essas indústrias ainda apresentam marcas tão fortes e desagradáveis de segregação tanto vertical quanto horizontal.

APS: *Em diferentes áreas do mundo do trabalho, muitas mulheres têm dificuldades para conciliar carreira e família e cuidado com os filhos com a carreira. O que faz com que, dentro das indústrias criativas, isso seja ainda mais complicado?*

BC: Essa é outra questão fascinante, mas que precisa ser desconstruída. Primeiramente, sim, pode ser muito desafiante para as mulheres conciliarem as demandas da família com o trabalho em muitas áreas e, em particular, nas indústrias criativas. Mas temos de ser cuidadosos ao abordar essa questão. Se nós, simplesmente, dizemos: “Bem, as mulheres são mães e, conseqüentemente, as mulheres não podem manter uma carreira nessas indústrias se elas tiverem filhos”, não estamos levando em consideração que, por trás disso, há estruturas e questões sociais que determinam

¹⁷ WREYFORD, Natalie (2015). “Birds of a feather: informal recruitment practices and gendered outcomes for screenwriting work in the UK film industry.” In: CONOR, Bridget, GILL, Rosalind e TAYLOR, Stephanie: Gender and Creative Labour. Londres: Wiley-Blackwell.

que esse quadro seja assim. Por exemplo: tanto homens quanto mulheres podem se tornar pais. Apesar disso, a paternidade não parece afetar em nada as carreiras de sucesso dos homens tanto nas indústrias criativas quanto em outros meios. O que eu quero dizer é que, na minha opinião, esse discurso é frequentemente usado como uma desculpa fácil para a manutenção da desigualdade de gêneros no mercado de trabalho. E isso também faz com que as empresas, organizações e os próprios governos não se sintam obrigados a olhar com mais cuidado para questões estruturais complexas que poderiam amenizar esse quadro de desigualdade entre gêneros. Se todas as empresas ou empregadores permitissem práticas mais flexíveis de trabalho e políticas mais cuidadosas de licença-maternidade, por exemplo, ou assegurassem o fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres, talvez a maternidade pudesse ser mais facilmente combinada com uma pausa completa no trabalho. Mas muitos governos estão fazendo exatamente o oposto: cortando apoios e ajudas para os pais e mães, diminuindo o tempo de licença maternidade ou paternidade, etc. Outra coisa que merece reflexão é que as indústrias culturais que, pela própria natureza da atividade, tendem a ser mais flexíveis, poderiam ser pioneiras nesse tipo de política. Em um universo ideal, o trabalho cultural dos mais diferentes tipos poderia, quem sabe, ser mais facilmente equilibrado com as responsabilidades maternas. Mas, infelizmente, o que acontece é exatamente o oposto. As indústrias criativas podem ser muito hostis aos trabalhadores que são pais ou que cuidam de alguém. Também aqui, cito o trabalho que [a organização não-governamental] *Raising Films* tem feito, jogando luzes muito importantes sobre a indústria cinematográfica britânica.

APS: *De acordo com a Fawcett Society¹⁸, a crise global, que gerou recessão e políticas de austeridade, teria impactado, de forma desproporcional, mulheres e homens. Como você explica isso?*

BC: A Fawcett Society produziu uma série de pesquisas muito interessantes sobre isso. Resumidamente, podemos dizer que as políticas de austeridade têm afetado de forma negativa as mulheres de quase todas as maneiras que se possa imaginar. Na resposta anterior, fiz menção a cortes em programas sociais e em benefícios de forma geral: isso afeta, sobretudo, as mulheres, que continuam compondo a vasta maioria de trabalho de baixa remuneração ou trabalho voluntário na sociedade. No quadro geral do mercado de trabalho, as mulheres recebem salários menores do que os homens, ou seja, elas tendem a ser mais atingidas pelos cortes, aconteçam eles nas empresas ou no setor público. Na indústria cinematográfica, os números indicam que, durante a recessão, muito mais mulheres do que homens deixaram seus postos. As estatísticas são deprimentes e mostram claramente que questões estruturais e o clima econômico exercem, sim, um forte papel na perpetuação da desigualdade de gêneros, tendendo a aprofundar a desigualdade e a exclusão.

APS: *No artigo¹⁹ publicado no novo livro, você toma o longa-metragem *Adaptação* como ponto de partida para discutir não apenas o número de mulheres trabalhando como roteiristas mas também a questão*

¹⁸ A Fawcett Society é uma organização civil sem fins lucrativos fundada em 1866 no Reino Unido com o propósito de lutar pela defesa das mulheres: <http://www.fawcettsociety.org.uk>.

¹⁹ CONOR, Bridget. “‘Egotist’, ‘masochist’, ‘supplicant’: Charlie and Donald Kaufman and the gendered screenwriter as creative worker”. In: CONOR, Bridget, GILL, Rosalind e TAYLOR, Stephanie: *Gender and Creative Labour*. Londres: Wiley-Blackwell.

da representação feminina nas telas de cinemas. Você poderia, por favor, explicar para os leitores brasileiros a ideia por trás desse artigo?

BC: O que faço nesse artigo é desenvolver uma teoria a respeito da escrita de roteiro como sendo um trabalho criativo marcado pelo gênero. Faço isso, primeiramente, olhando para alguns dos dados que eu já havia utilizado no meu livro, no qual o trabalho de roteirista é descrito como um trabalho que requer um certo número de traços ideais de personalidade, ou jeitos de ser. Dentre as características requeridas eu cito, em particular, o egoísmo, o masoquismo e a tolerância a certa dose de humilhação (por exemplo: a necessidade de aceitar o seu lugar como o segundo melhor ou como um pedinte na indústria). Eu uso, além disso, o trabalho de Stephanie Taylor e Karen Littleton²⁰, que me ajuda a entender o comportamento dos roteiristas, marcado por certa crise de identidade, e a teoria feminista, essencial para que eu aprofunde a questão do gênero, muito presente nessa atividade. Para ilustrar minha tese, eu lancei mão do filme *Adaptação*, que é sobre o trabalho dos roteiristas e a prática criativa. Trata-se, além disso, de um filme bastante conhecido e até um tipo de cânone para os escritores porque ele foi roteirizado por Charlie Kaufman, considerado um dos primeiros roteiristas a conseguir ter seu nome reconhecido, um dos primeiros roteiristas a conseguir ter seu nome reconhecido. Eu gosto do filme, mas acho, ao mesmo tempo, que ele é muito marcado pela diferença entre gêneros e perpetua – e, possivelmente, satiriza – exatamente essa dificuldade de se criar algo realmente original, essa crise de identidade e criatividade que comumente acomete os roteiristas. O filme também admite que o trabalho de roteirista é, ainda, essencialmente um trabalho masculino. Então, o que eu fiz nesse artigo foi tentar dar um salto, contextualizando essa análise e sublinhando que existe também uma desigualdade sócio econômica no mercado de trabalho dos

²⁰ TAYLOR, Stephanie e LITTLETON, Karen (2012). *Contemporary Identities of Creativity and Creative Work*. Surrey: Ashgat.

roteiristas. Minha opção por esse recorte se deve ao fato de que eu acredito que é muito importante que tentemos construir pontes analíticas para os estudos ligados a produção e representação. Então, o que também tentamos ilustrar é que mitos específicos sobre gênero, relacionados ao trabalho na área cultural – e entre os roteiristas, especialmente – perpetuam-se nos roteiros em si e nos próprios filmes. Essa forma de representação, acredito eu, está profundamente conectada à manutenção das desigualdades visíveis que marcam a força de trabalho envolvida na produção de filmes.

RESENHA

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2013. 2 ed., aumentada.

*Camila Teixeira Lima**

A discussão do sertão como uma espécie de metáfora do país é o que estrutura o livro *Um Sertão Chamado Brasil*, de Nísia Trindade Lima. Em sua segunda edição aumentada, publicada na coleção Pensamento Político-Social, consta um novo prefácio da autora e acréscimo de dois artigos: “Uma Brasileira Médica: o Brasil central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Júlio Paternostro” e “Brasília: a capital do sertão”. Sua primeira edição, de 2003, foi publicada pela Editora Renan em parceria com Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Nísia Trindade Lima é atualmente professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde e pesquisadora da Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz.

O lugar privilegiado do sertão como categoria chave na imaginação sobre a modernidade brasileira, todavia, é apenas um dos ângulos de análise exposto no livro. Embora essa chave interpretativa seja uma das grandes contribuições de *O Sertão Chamado Brasil*, o grande salto analítico da autora é analisar como as valorizações negativa e positiva sobre o sertão se relacionam não apenas com as ambivalências dos intelectuais sobre o tema da identidade nacional, mas também sobre a formação de sua própria identidade. De acordo com a autora: “o processo de elaboração

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Recebido em: 19/11/2015 – Aceito em: 02/02/2016.

de novas interpretações sobre o Brasil foi, ao mesmo tempo, o de constituição da identidade desses novos atores sociais” (2013:25).

A tese central que correlaciona essas duas questões tratadas em *O Sertão Chamado Brasil* – elaboração de novas interpretações sobre o Brasil e constituição da identidade dos intelectuais – é a continuidade do diagnóstico de uma dualidade constitutiva da formação do Brasil. Esse diagnóstico diz respeito à polarização espacial e simbólica de duas formas de ordem social: uma civilizada, letrada, moderna e cosmopolita; outra bárbara, analfabeta, refratária à modernização e isolada. *O litoral e o sertão*. Como mostra a autora (2013:19), essa perspectiva dual não foi singular ao pensamento social brasileiro, o contraste tipológico de duas formas de ordem social, “estruturalmente distintas e historicamente sucessivas”, foi uma perspectiva predominante na sociologia do século XIX. A percepção de dois *Brasis*, portanto, é proveniente da visão linear e progressista dominante na época. Há, todavia, afirma Lima, singularidade na perspectiva dual brasileira: “Aqui, o contraste ocorreria não entre formas distintas e historicamente sucessivas, mas pela justaposição de épocas históricas” (Idem, *Ibidem*). Citando Roger Bastide em *Brasil, Terra de Contrastes* (1978) a autora fornece uma boa imagem para entendermos a justaposição de épocas históricas das duas ordens sociais brasileiras: “o viajante que partisse do litoral para se embrenhar no interior assistiria ao milagre da máquina de remontar o tempo” (Bastide apud Lima, 2013:18).

Perceber a continuidade e recorrência dessa dualidade no pensamento social brasileiro é bastante perspicaz, pois o sertão, que é central para entender tal dualidade, nunca foi um objeto de fácil apreensão, tendo em vista que é uma categoria difusa e que foi formalizada, positiva e negativamente, por vários intérpretes do Brasil. A empreitada se torna ainda mais interessante porque essa dualidade não fala apenas de dois espaços geográfico e simbolicamente distintos, mas sobre “tipos” de sujeitos também antagonônicos: os sertanejos e os civilizados do litoral. E embora essa polarização, de que fala *O Sertão Chamado Brasil*, implique uniformização e generalização dos sertões e dos sertanejos,

a autora consegue, de um lado, evidenciar as interpretações que homogeneizam, a partir dos pares antitéticos sertão/litoral; e, de outro, mostrar a heterogeneidade de interpretações e valorizações em torno do sertão e do sertanejo. No polo que unifica e generaliza, temos o sertão amazônico (noroeste); da caatinga (nordestino); central (centro-oeste) e dos chapadões (do Sul) como espaços e sociabilidades comuns onde predominam a inércia, o atraso, a ignorância e a ociosidade. É tudo o que é distante, o que não é moderno e nem civilizado. Segundo a autora:

Por mais imprecisa que seja a definição espacial e social do sertão, boa parte dos intelectuais que se voltam para o tema focaliza, de forma positiva ou negativa, a camada intermediária das áreas rurais brasileiras – a dos ‘homens livres na ordem escravocrata’, a dos vaqueiros, barqueiros, tropeiros, pequenos sitiantes, agregados e parceiros – vista, muitas vezes, como partícipe de um mesmo universo cultural e de um modo de vida pré-capitalista (2013:282).

No outro polo vemos o indígena, o caipira, o jagunço, o gaúcho, o forte, o doente, o sertão das matas, da seca, o lugar da autenticidade, do atraso, o parasita, o cerne da nacionalidade, o pior obstáculo ao progresso do país, o lugar a ser civilizado. Uma pluralidade de tipos, heróis e anti-heróis nacionais.

Para tratar dessa miscelânea de imagens sobre o sertão e o sertanejo, que são unificadas, todavia, nas antíteses sertão/litoral, bárbaro/civilizado e atrasado/moderno, a autora recorre à interpenetração de sertões e viagens. Essa interpenetração não é aleatória. Se o sertão é o que é distante e o sertanejo, “o outro” – o estrangeiro em sua própria terra, para usar uma imagem registrada por Euclides e lembrada por Nísia Trindade Lima –, as viagens seriam imprescindíveis para a ligação “desses dois *Brasis*”, para o encurtamento das grandes veredas. A autora escolhe analisar, portanto, quatro importantes “missões ao interior”, expedições “civilizatórias” que tinham como objetivo conhecer o interior, demarcar fronteiras, utilizar os recursos naturais

desses espaços a serem incorporados, sanear, povoar e promover a integração econômica e política.

A primeira dessas viagens analisada, na verdade, a de Euclides da Cunha ao arraial de Canudos, tinha um objetivo ainda mais específico. Euclides tinha ido como emissário da República acompanhar a quarta expedição (1897) enviada para destruir Canudos, Antonio Conselheiro e seus seguidores. Os diários de expedição de Euclides da Cunha resultaram no clássico “Os Sertões” (1902), que se tornou uma importante matriz interpretativa do Brasil. Embora não tenha sido esse autor o primeiro a propor a dicotomia sertão/litoral – segundo a autora o feito é atribuído à Visconde do Uruguai –, com o seu clássico já citado, Euclides foi o responsável por solidificar tal imagem, contínua no pensamento social e objeto de análise principal do livro.

Com a famosa frase “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, Euclides formaliza um sertanejo que podia ser um degenerado, mas não era um retrógado, como os copistas do litoral. Bruto, sem estoque cultural, bárbaro, isolado, o sertanejo era, no entanto, um autêntico, o cerne da nacionalidade. Com a forte imagem de um Hércules-Quasímodo, o sujeito do sertão era como a vegetação a sua volta: arrasado pelas condições mesológicas, torto e com aparência frágil (Quasímodo), mas com força suficiente para se *transfigurar*, resistir e lutar (Hércules). Apesar de toda valorização positiva, para ser o herói nacional o sertanejo precisava ser civilizado. Mas a civilização pertencia ao litoral. Dessa forma, como salienta Nísia Trindade Lima: “as posições entre litoral e sertão não seriam inconciliáveis, mas passíveis de solução através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do país” (2013:121). O repertório de Euclides - “é preciso modernizar”, “tirar o povo do atraso” e “eliminar os traços arcaicos” - denunciava uma separação entre esses dois polos antagônicos, passíveis, no entanto, de integração via um processo civilizatório.

As segunda e terceira missões escolhidas por Lima apresentavam um “teor civilizatório” muito preciso. A campanha sertanista de Cândido Mariano da Silva Rondon tinha como missão principal construir linhas telegráficas do Mato Grosso à Amazônia.

Comunicação, integração dos sertanejos e vigilância das fronteiras eram os objetivos de tal empreitada. Essas atividades da construção de linha telegráfica remontam ao início de sua carreira de oficial do Corpo de Engenharia Militar, na passagem do século XIX ao XX. Na intenção de promover uma integração de comunicação do grande sertão do Noroeste, que ia de Cuiabá até Santo Antônio da Madeira, no Norte do país, Rondon recolheu importante material sobre aspectos da fauna e flora brasileira, descobriu rios, erros cartográficos e tribos indígenas. O sertanejo de Rondon não era o mesmo de Euclides da Cunha e nem o sertão era o mesmo, o de Rondon o do Noroeste, o de Euclides o sertão da Bahia no Nordeste brasileiro, mas, de acordo com Lima, o diagnóstico era comum: abandono que sucede os surtos do progresso, imagens de cidades mortas, isoladas e ignoradas pelas elites políticas e intelectuais.

Os outros retratos do Brasil analisados pela autora e formalizados nos relatórios e diários de viagens de Júlio Paternostro ao Tocantins e de médicos e cientistas da Instituição Oswaldo Cruz ganham ainda mais profundidade analítica em um dos artigos acrescido à essa segunda edição de *Um Sertão Chamado Brasil*: “Uma Brasileira Médica: o Brasil central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Júlio Paternostro”.

A partir dos retratos expostos por essas viagens, Nísia Trindade Lima demonstra a descoberta de um Brasil desconhecido e ignorado: o Brasil doente. Em oposição ao sertanejo forte de Euclides da Cunha, Paternostro e outros intelectuais e médicos associados ao Instituto Oswaldo Cruz relatam sertanejos cansados, fracos e assolados por doenças como as de Chagas, Malária e Febre Amarela.

Os relatos de Júlio Paternostro são resultados das suas duas viagens ao Tocantins (1934-38), quando integrou o Serviço de Febre Amarela, criado por um convênio entre governo brasileiro e a Divisão Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller (Lima, 2013: 313). As viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, por sua vez, levaram médicos e cientistas a várias regiões do país com três objetivos complementares: realizar trabalhos

profiláticos; promover atividade exploratória e efetuar atividade de base econômica – construção de ferrovias, saneamento etc. Dentre as viagens mais importantes promovidas por esse Instituto, a autora destaca duas: a) A ida de Carlos Chagas e Belisário Penna, em 1907, ao centro do país para realizar a profilaxia da malária na construção da estrada de ferro Central do Brasil. Foi nessa viagem que Carlos Chagas se tornou um médico famoso pela descoberta de uma doença transmitida por um inseto hematófago, o barbeiro, a popularmente conhecida doença de Chagas; b) a viagem em apoio às atividades da Inspetoria de Obras Contra as Secas. Nessa viagem, médicos e cientistas ficaram responsáveis por realizar um inventário das condições epidemiológicas e socioeconômicas das regiões do São Francisco, Nordeste e Centro-Oeste. A partir dessa viagem, Arthur Neiva e Belisário Penna formalizaram novas imagens e interpretações dos sertões e dos sertanejos do país.

A autora revela como o conjunto de interpretações que surgiram dessas viagens solidificaram uma nova imagem desse *outro Brasil* em contraposição às imagens ufanistas e românticas comuns na época. Seguindo essa trilha, Lima demonstra como a frase do médico Miguel Pereira (1916): “O Brasil é um imenso hospital”, representou uma reação às interpretações que afirmavam a força do sertanejo, como as de Euclides da Cunha. O personagem desse novo Brasil é o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que, para este, representava o caboclo brasileiro: “piolho da terra”, “parasita” e

“o principal obstáculo ao progresso do país” (Lima, 2013: 165). Mas para que a integração do Brasil fosse possível e o país se tornasse moderno era necessário curar, alfabetizar e civilizar esse sertanejo.

Ao analisar o conjunto dessas interpretações do Brasil, com foco nos relatos de viagens, a autora demonstra como a visão dualista litoral/sertão é transversal a todas essas imagens, apesar de evidenciar a elaboração de retratos distintos e, por vezes, opostos. O interessante dessa análise, é que Nísia Trindade Lima não trata a imaginação sobre Brasil do litoral e dos sertões apenas como retórica. O discurso é *interessado*, possui uma força ativa construtora do processo. Não é que os intelectuais criem a nação,

mas discurso e processo se interpenetram, porque essas mediações, dos intelectuais e retratistas, promovem um retrato que também constrói. A construção da identidade nacional e a formação do Brasil moderno, como bem mostrou a autora, é um momento interessante para pensar tanto os esforços para interpretar o Brasil, quanto os esforços para constituir esses novos atores sociais. A polarização entre *os dois Brasis* e as formalizações do abandono, isolamento, doenças, analfabetismo dos sertões colocaram em cheque o desprezo das elites políticas e intelectuais que foram entendidas como as responsáveis pela integração do país. A matriz dualista que é constitutiva de todo esse processo, segundo a autora, não revela apenas a oposição entre atraso e moderno, civilizado e barbárie. Revela também uma dualidade entre uma civilização de copistas e uma autêntica. O isolamento dos sertões cria uma aura no sertanejo despojado das influências dos atlânticos. A denúncia de Euclides, defendida e relembra por Guerreiro Ramos anos depois, é reafirmada nos relatos que demonstram os descasos e abandonos com os sertanejos e os sertões. Os civilizados do litoral, entre eles os intelectuais – “os desterrados na própria terra”, expressão conhecida de Sérgio Buarque de Holanda e relembra mais de uma vez pela autora - conhecem mais do estrangeiro do que de seu próprio país.

E é por isso que é esse um momento também importante de autorreflexão identitária dos intelectuais, marcadamente preocupados com o que a autora identificou como *nation-building*, uma ideologia de participação e construção da nacionalidade (Lima, 2013: 282). O que é ser um intelectual numa sociedade de maioria analfabeta? O que é ser um intelectual numa sociedade dividida, polarizada? Como usar esse privilégio se não na denúncia e no ataque às desigualdades? É nessa trama que a construção da nacionalidade e dos próprios intelectuais se cruzam no sertão de Nísia Trindade Lima. *Um Sertão Chamado Brasil* traz uma contribuição importante para o pensamento social brasileiro. E para todos aqueles que se interessam pelas veredas das formações nacional e intelectual do Brasil ou pelo nosso país de dentro, este livro se torna uma referência indispensável.

RESENHA

Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis, de Nancy Fraser (New York: Verso, 2013)

*Enrico Paternostro Bueno da Silva**

A filósofa norte-americana Nancy Fraser é um dos nomes mais reconhecidos no pensamento feminista contemporâneo. Tendo legado contribuições a diversas áreas da teoria social – tratando das disputas discursivas em torno do estabelecimento de políticas públicas, propondo uma crítica dos movimentos sociais “pós-socialistas” e desenvolvendo elementos para uma teoria da justiça não-distributivista e não-culturalista –, a autora é conhecida pela busca de conciliação entre uma teorização crítica de matriz frankfurtiana e formulações caras à perspectiva de gênero. Sua obra mais recente, *Fortunes of Feminism*, pode ser lida de duas maneiras: ao mesmo tempo em que é uma narrativa histórica das nuances do feminismo, desde a emergência da dita Nova Esquerda na década de 1960 até os dilemas presentes, também pode ser entendida como uma retrospectiva do pensamento da própria autora no período.

Assim como se verificou em seus livros anteriores, Fraser revela nesta obra o caráter assistemático e fragmentário de sua produção: trata-se de uma coletânea de textos independentes que,

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas e docente no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). E-mail: enricobueno@yahoo.com.br.

Recebido em: 19/11/2015 – Aceito em: 02/02/2016.

apesar de possuírem pontos de convergência, não constituem uma linha argumentativa nítida. A autora lega, assim, ao leitor a tarefa de encontrar o fio condutor que percorre seus escritos e identificar as eventuais inflexões temáticas e teóricas. Neste *Fortunes of Feminism*, esse denominador comum é a “Segunda Onda do Feminismo”, termo utilizado pelo movimento para diferenciar as lutas emergentes na segunda metade do século XX do sufragismo das décadas anteriores.

Conforme se revela de forma clara nos últimos textos da coletânea, Fraser concebe que a segunda onda perdura até o momento, discordando das interpretações que falam em terceira onda, e a divide em três fases (tomando como referência, sobretudo, as lutas em seu país). A primeira teria se dado aproximadamente entre as décadas de 1960 e 80 e predominou entre as feministas uma crítica abrangente ao “capitalismo androcêntrico dirigido pelo Estado”. A segunda fase teria ocorrido entre as décadas de 1980 e o início do século XXI, sendo marcada pela emergência de uma concepção culturalista que dissociou a crítica à injustiça de gênero da crítica ao capitalismo. A terceira fase, enfim, estaria em gestação e teria como traço principal o caráter transnacional que se tem diagnosticado tanto na opressão de gênero quanto as lutas feministas. As três partes em que a obra se divide – como que três atos de um drama – demonstram não só o diagnóstico histórico-sociológico de cada fase como também o posicionamento político da autora em relação ao próprio movimento.

No primeiro ato se encontram quatro textos, escritos entre 1985 e 1994, três dos quais são referenciais na trajetória de Fraser. Em “What’s Critical About Critical Theory”, a autora analisa o potencial da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas para dar conta das injustiças que recaem sobre as mulheres. Ao invés de realizar uma crítica externa à obra, Fraser tenta levar a lógica interna do próprio autor às últimas consequências. Defende que a concepção de modernidade apresentada pelo filósofo alemão – ao operar a separação entre “instituições sistêmicas” e “mundo da vida” e associar o âmbito sistêmico à função de reprodução material da sociedade e o âmbito intersubjetivo/consensual à função de

reprodução simbólica, por meio de uma diferenciação substantiva entre as duas esferas – pode culminar em androcentrismo e ideologia. Explica-se: para Habermas, as sociedades modernas distinguem-se das anteriores por separarem as funções materiais da reprodução social das funções simbólicas. Assim, as funções materiais estariam centradas no Estado e na Economia oficial, instituições integradas sistemicamente, ou seja, o “Sistema”. Ao mesmo tempo, revelam-se outras duas instituições, integradas socialmente no “mundo da vida”, especializadas na reprodução simbólica: a esfera pública (espaços de debate e participação política) e a esfera privada (família nuclear moderna, restrita).

Em linhas gerais, Fraser argumenta que, ao distinguir radicalmente a família, como domínio da reprodução simbólica, do trabalho remunerado, como domínio da reprodução material, a teoria habermasiana tenderia a ofuscar: a) que o trabalho doméstico também é trabalho, ainda que não remunerado, e fundamental à reprodução material da sociedade; b) que a mulher se encontra subordinada ao homem em ambas as esferas; c) que relações mediadas por dinheiro e poder não se concentram apenas no âmbito sistêmico, mas ocorrem também no espaço doméstico; d) que os espaços sistêmicos também são espaços de reprodução simbólica e, inclusive, de uma valoração androcêntrica. Em suma, a teoria habermasiana tenderia a afirmar a necessidade da separação entre a esfera doméstica e a esfera econômica oficial, o que justamente é apontado pelas feministas como “um dos pilares da subordinação moderna das mulheres” (p. 24).

Essa argumentação contém o germe de um aspecto que permeia todo o trabalho de Fraser, como se vê na continuidade do livro: a defesa de uma diferenciação apenas heurística entre os âmbitos da materialidade e da simbolicidade, recusando uma aposta na dissociabilidade empírica entre economia e cultura. Para Fraser, ambas as dimensões estão imbricadas na realidade prática, reforçando-se mutuamente; mas nem por isso a distinção deixa de ter sua relevância para a compreensão teórica, dado que em determinados contextos uma delas pode ser mais relevante à interpretação que a outra.

Seguindo esse raciocínio, é possível verificar que em “*Struggle over Needs*”, o segundo capítulo do livro, Fraser argumenta que mesmo as necessidades mais materiais também possuem uma dimensão simbólica, dado que são definidas e interpretadas através de processos discursivos conflitivos que envolvem atores diversos em condições de assimetria de poder. Da mesma forma, em “*After the Family Wage*”, o quarto capítulo, a perspectiva emancipatória de equidade de gênero não coincide nem com uma proposição estritamente materialista nem com a adesão a uma perspectiva centrada na proeminência da cultura. Superando o dilema entre a gramática da igualdade e a da diferença, que tomou conta dos debates feministas entres as décadas de 1980 e 90, Fraser desenvolve uma noção complexa de equidade fundada em sete princípios: antipobreza, antiexploração, igualdade salarial, igualdade de tempo de lazer, igualdade de respeito, antimarginalização e antiandrocentrismo. No limite, tal equidade visa “subverter a existência da divisão do trabalho pelo gênero e reduzir a saliência do gênero como princípio estrutural da organização social” (p. 134), consequência que aproxima autora de um feminismo pós-estruturalista.

O segundo ato do drama, que reúne textos publicados entre 1990 e 2001 dirigidos ao feminismo da “segunda fase da segunda onda”, apresenta continuidades e oscilações em relação ao primeiro, tanto na abordagem teórica quanto no panorama socio-conjuntural que a informa. Neste segundo aspecto, verifica-se a decadência do projeto socialista e a difusão e consolidação da ideologia neoliberal; por conseguinte, a autora constata que os movimentos sociais que se mobilizavam em torno das questões de classe, bem como o referencial marxista que os inspirava, passaram a ceder cada vez mais espaço para interpretações e lutas pautadas no reconhecimento de identidades culturais. No que se refere à teorização, essa segunda parte revela uma Fraser disposta a formular uma teoria da justiça social que superasse tanto um reducionismo fundado na gramática da igualdade – verificado, por exemplo, entre marxistas e liberais igualitários – quanto

uma ênfase sobre a diferença que ela atribui às teorias sobre o reconhecimento, como as de Iris Young e Axel Honneth.

Sustentando a intuição de juventude, Fraser passa a desenvolver um modelo crítico bidimensional para tratar da injustiça social. Esse é, grosso modo, o teor do sexto capítulo, “Feminist Politics in the Age of Recognition”, de 2001, no qual se mostra preocupada com o que chama de “deslocamento da redistribuição pelo reconhecimento” justamente em um momento de exacerbação da desigualdade econômica.

Em linhas gerais, a construção do modelo bidimensional passa por dois momentos fulcrais. O primeiro é reinterpretção normativa das lutas por reconhecimento enquanto lutas por igualdade de status, criticando uma gramática política centrada na diferença cultural. Segue-se que, para a autora, a avaliação das injustiças sociais requer não apenas o diagnóstico da opressão material, mas também o exame dos “padrões institucionalizados de valoração cultural”. Quando estes constituem alguns atores como excluídos, inferiores, invisíveis, é detectado o não reconhecimento, a subordinação de status: “isso ocorre quando instituições sociais regulam as interações de acordo com normas androcêntricas que impedem a paridade” (p. 169). E aqui se revela o segundo momento conceitual de relevo: a paridade participativa surge como centro normativo da teoria da justiça, e a perspectiva nuclear tanto das lutas por redistribuição como por reconhecimento é de que todos os indivíduos e grupos da sociedade tenham a possibilidade de participar da interação social como parceiros, sem subordinação por classe ou status, seja nos espaços públicos ou privados. Nesse sentido, o modelo aí esboçado busca analisar os obstáculos presentes à perspectiva paritária, de sobremaneira os problemas de distribuição (questões como exploração, marginalização e privação) e de não reconhecimento (a assimetria de status engendrada pelos padrões institucionalizados de valoração).

Esse modelo indica que a injustiça que recai sobre as mulheres, e que obstaculiza sua participação paritária, ocorre simultaneamente nas duas dimensões, que se reforçam

reciprocamente. Assim, se o diagnóstico de Fraser é de um ascendente culturalismo entre as feministas justamente em um momento de acirramento das contradições materiais, sua teorização crítica caminha contra a corrente predominante no período, buscando desvelar a dimensão material da injustiça que recai sobre as mulheres.

Com efeito, uma melhor interpretação desse aspecto é dada na terceira parte, na qual o penúltimo capítulo – “Feminism, Capitalism and the Cunning of History” – aponta que um feminismo alheio à dominação capitalista teria contribuído para o sucesso do neoliberalismo. Esse processo, de resignificação das causas feministas de forma a acomodá-las à ideologia neoliberal, é chamado por Fraser de “afinidade eletiva perversa”. Segundo a autora, o feminismo da fase inicial da segunda onda conciliava as críticas ao economicismo (que alimentava uma concepção de justiça social restrita às questões de classe), ao androcentrismo institucionalizado no salário familiar masculino e consolidado em costumes e tradições, e ao estatismo, contrariando o “ethos burocrático-gerencial do capitalismo organizado pelo Estado” (p. 216). Entretanto, ao longo da segunda fase, a luta contra o economicismo teria sido resignificada nos termos de uma minimização da crítica à injustiça socioeconômica e exacerbação da gramática identitária. O mesmo teria ocorrido com a recusa do andocentrismo, na medida em que a crítica ao salário familiar se converteu em uma norma de “família de assalariados”; assim, com níveis salariais decrescidos, diminuição da segurança no emprego, queda nos padrões de vida e aumento no número de horas trabalhadas por família, o mercado de trabalho absorvia uma mão-de-obra feminina precarizada que servia aos interesses do capitalismo flexível. O antiestatismo, por sua vez, teria convertido uma crítica feminista à burocratização das políticas sociais estigmatizantes em uma postura generalizada de recusa das políticas sociais enquanto tais, favorecendo os argumentos neoliberais contra o caráter social do Estado. Este é, em suma, o dilema central do segundo ato, só compreendido devidamente no terceiro.

Por fim, a principal novidade da última parte, e da obra como um todo, se encontra no último texto que compõe o livro, “Between Marketization and Social Protection”. Retomando um tema caro à sua produção de juventude, a proteção social, Fraser esboça uma interpretação feminista para a crise do capitalismo neoliberal e global, propondo uma releitura normativa da “Grande Transformação”, de Karl Polanyi.

Resumidamente, conforme apresenta a autora, Polanyi teorizou sobre a crise não só como referente ao âmbito econômico, mas também à “sociedade”. Ela não seria apenas oriunda do abalo econômico mediante suas contradições internas, mas estaria relacionada à desintegração de comunidades, ao desfazimento de solidariedades e à destruição da natureza. Suas raízes, portanto, não estariam na economia per se, mas no seu posicionamento em relação à sociedade, que pode ser concebido de duas formas: um “mercado enraizado”, no qual se busca uma subordinação e controle dos mercados pela moral e ética presentes na sociedade; ou um “mercado desenraizado”, não regido por instâncias exteriores as relações econômicas, mas pela oferta e demanda. Haveria, assim, o que Polanyi chama de movimento duplo, termo que caracteriza a luta entre os dois campos: de um lado, a luta pelo enraizamento mediante um sistema de proteção social; de outro, a luta pelo desenraizamento mediante uma mercantilização da sociedade.

Considerando que Polanyi romanceia a “sociedade” e ignora o potencial estigmatizante de políticas sociais androcêntricas, a autora propõe transformar a concepção em movimento triplo: o terceiro elemento seria a emancipação, que aqui coincide com a norma da participação paritária. Se a mercantilização se opõe à regulação econômica pela sociedade e a proteção social se opõe à desintegração social pelos mercados desregulados, a emancipação quer se opor às formas de dominação de onde quer que elas venham: seja da sociedade, seja da economia. Ao criticar o livre mercado e seus efeitos atrozés, a luta por emancipação parece se coincidir com a luta pela proteção social. Porém, ao criticar as formas opressivas de proteção social, ela parece coincidir com a

mercantilização. Entretanto, argumenta a autora, a emancipação se distingue de ambas uma vez que “não busca nem dismantelar nem defender a proteção existente, mas transformar o modo de proteção” (p. 233).

Evidentemente, essa compreensão reconstruída de Polanyi não diz respeito apenas às lutas das mulheres, mas Fraser dirige seu olhar a como os movimentos feministas ajudaram tornar visíveis as assimetrias de poder ignoradas por A Grande Transformação: ao exporem o “lado oculto e predatório dos mercados ‘enraizados’” (p. 232) as mulheres lutaram contra proteções também opressivas, fazendo nascer reivindicações potencialmente emancipatórias. Fraser trata esta luta, entretanto, como ambivalente: por um lado, pode seguir no sentido de transformar o modo de proteção social; mas por outro, paradoxalmente, pode acabar seguindo no sentido da mercantilização, minando a própria proteção social como um todo. É o que teria ocorrido durante a segunda fase.

Por fim, a conclusão que o leitor alcança – de modo especial, a leitora inserida nas lutas feministas – é que diante a atual crise do capital neoliberal é imperativo ao feminismo problematizar seu próprio conteúdo emancipatório e seus paradoxos internos, a fim de oferecer novas respostas, que contraponham a um só tempo o gerenciamento burocrático androcêntrico das políticas sociais e as tendências de defesa dos mercados desenraizados. Na visão da autora, essas respostas passam pela perspectiva emancipatória de justiça centrada na paridade participativa.

De maneira geral, a obra frustra por trazer poucas novidades ao leitor costumaz de Fraser. Não obstante, chama a atenção por três aspectos: pela tentativa de apresentar uma continuidade em sua fragmentada obra; pelo entrelaçamento entre suas nuances temáticas e conceituais e as transformações históricas concretas que a acompanham; e pela seleção dos escritos que se optou por entrarem no livro, uma vez que Fraser produziu grande miríade de texto nos últimos trinta anos. Nesse último sentido, aliás, é notável a ausência dos textos de juventude nos quais a aproximação com o pós-modernismo e o pragmatismo é mais explícita, o que pode indicar um amadurecimento teórico, no sentido de alcançar maior

consistência em relação aos pressupostos analíticos e horizontes normativos. Ademais, se nos últimos anos a autora tem se empenhado majoritariamente em desenvolver sua teoria crítica da justiça plausível a um mundo globalizado, é uma grata surpresa presenciar esse reencontro mais enfático com debates próprios ao feminismo.

